

Defesa Nacional



JULHO
1951

NÚMERO
444

General RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVIII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JULHO DE 1951

N. 444

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Diretrizes do Gen. Patton (Cont.) — Cel. Alberto Ribeiro Paz.....	7
Características gerais de emprego do R.C. Mot. — Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.....	19
Execução do tiro na Artilharia de Costa — Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento.....	23
Combate nas cidades e ação dos grupos de assalto — Major Cesar Neves.....	31
Os oficiais dos Serviços na Escola de Estado-Maior — Major José J. Camerino	27
Quadrículação de fotografias — fotocartas — Cap. Cícero Amarante Imbuzeiro.....	43
A Cia. de Carros Regimental — Cap. João B.S. Wagner.....	49
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
A Doutrina de Monróe a serviço da Paz — Gen. Felício Lima.....	53
Problemas do Brasil — XIV — Ten.-Cel. Adalardo Fialho.....	59
Os militares e os problemas sociais — VI — Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.....	83
Economia e Finanças:	
Muitos são os responsáveis! — Cel. J.B. Magalhães.....	89
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
A Geografia e as operações militares — Ten.-Cel. Senna Campos.....	95
O problema do petróleo no Brasil — Síntese de estudo — Maj. João Baptista Peixoto.....	101
A borracha — Major Floriano Möller.....	107
Napoleão e ... a História — Cap. Tácito Theophilo.....	117
Resumo histórico da Fortaleza de S. João — 1º Ten. Diógenes Vieira Silva	121
Uma opinião — Solon Lopes de Oliveira.....	127
OPINIÕES	
Nova Lei de Promoções — Cel. Costa Braga.....	137
Campos de instrução — Ten.-Cel. Felicíssimo de Azevedo Aveline.....	139
Caminhos Históricos de Invasão — Ten.-Cel. Adalardo Fialho.....	143
O concurso de admissão à E.E.M. — Cap. Walter dos Santos Meyer.....	147
DIVERSOS	
Português sem mestre (Cont.) — Sgt. Geraldino Maronês.....	151
Notícias Militares — Fundação do Inst. de Física em S. Paulo.....	157
Noticiário & Legislação.....	165

feita a Luiz XVI. E o congresso de Viena, sob a influência de Metternich, nada mais foi que o canto do cisne de melancólicos soberanos, alarmados com a propagação das novas idéias e que ainda sonhavam com a volta do absolutismo.

Hoje, o que vemos? Uma nova Bastilha se ergue no Oriente como símbolo da opressão não de indivíduos, mas de povos. Não mais se trata de escravizar classes, mas nações inteiras. Uma pretensa socialização da propriedade nada mais tem feito que conduzir o Estado à egolatria e o indivíduo ao servilismo. Os valores morais se dissolvem. E os espirituais, nos quais residia a fé e porque não dizer a esperança da humanidade, são brutalmente suprimidos.

Impera o materialismo dos tempos pagãos e todos sabemos a que extremos suicidas arrastam os bárbaros processos de um Nero ou de um Domiciano. Milhões de homens são arrancados de seus lares, apartados dos entes queridos e presos nas engrenagens do trabalho escravo, como se ainda vivêssemos os ominosos tempos das guerras púnicas. A violência não é mais válvula, porém meio para atingir fins criminosos. Nações sobre nação caem dentro da órbita do novo monstro ideológico, misto de feiticeiro e algoz, por um novo processo de anestesia, desintegração e paralisia à distância dos valores morais e espirituais dos respectivos povos e agindo de dentro para fora das respectivas pátrias. E por estranho que pareça, sentimos-lhe os efeitos nefastos, sofremos na carne, na mente e na alma as dores que provoca, mas ao autor de tais males, também agressor à distância, não podemos revidar, ferir diretamente. Porque de vilania, embuste, sofisma, traição, suborno e anonimato é ele feito.

Eis porque, mais do que nunca, a data nacional francesa é, hoje, data universal, símbolo dos ideais da parte livre da humanidade e também da que, à força, geme sob o peso da opressão. Símbolo de todos os que não submetem o seu caráter e o espírito à tirania e aspiram a derrubada da nova Bastilha e o restabelecimento dos verdadeiros princípios da liberdade, igualdade e fraternidade cristã em todo o mundo.

DIRETRIZES DO GENERAL PATTON

(Do livro "A guerra como eu a vi")

Traduzidas do espanhol, na versão de "Ejército", n. 127, Madrid, agosto de 1936, pelo Coronel Alberto Ribeiro Paz, do Estado-Maior do Exército.

INSTRUÇÃO N. 2 — AOS COMANDANTES DE CORPO DE EXÉRCITO, DIVISÃO E UNIDADES INDEPENDENTES (3 DE ABRIL DE 1944)

I — GENERALIDADES

Esta instrução faz ressaltar as normas táticas e administrativas que a experiência da guerra provou terem importância vital, quer para mim quer para os oficiais que serviram sob minhas ordens.

Não vos limiteis a reproduzir essas normas ou a citá-las ocasionalmente. Ficais responsáveis por que as mesmas passem à categoria de hábito no vosso escalão de comando.

II — DISCIPLINA

1. Não existe senão uma espécie de disciplina: a disciplina perfeita. Não se pode obedecer a uma boa disciplina de combate e a uma má disciplina no terreno da administração.

2. A disciplina se fundamenta na honra do ofício das armas, na minuciosidade empregada na execução de detalhes, na estima e na confiança recíprocas. Deve chegar a constituir um hábito, de tal forma enraizado, que se sobreponha à excitação do combate e ao medo da morte.

3. A história de nossos Exércitos sempre vitoriosos, mostra que nossos soldados são os melhores do mundo. Vossos comandados de-

vem sentir-se orgulhosos disso. Vós próprios deveis sentir-vos também. A consequência dessa verdade deve inspirar a vossas Unidades uma indefectível confiança em si mesmas e um orgulho de sua superioridade.

4. A disciplina não se obterá senão se todos os oficiais estiverem imbuídos do pleno sentido de suas obrigações para com seus homens e para com seu país até o ponto de não tolerarem qualquer negligência. Oficiais que não souberem corrigir faltas ou reconhecer mérito em tempo de paz, nada valerão na guerra e não serão mais do que perigosos fracassados.

5. Os oficiais devem impor-se pelo exemplo e pela voz. Devem predominar por seu valor, pela conduta perfeita e pela correção de atitudes e dos uniformes.

6. Um dos fins principais da disciplina é produzir a diligência. Aquêle que se entregar à moleza a ponto de omitir a saudação a seus superiores chegará a ser vítima fácil do inimigo.

7. A experiência do combate mostrou que as cerimônias militares, tais como a rendição da guarda, a parada, a revista de inspeção, realizadas com solenidade, constituem ajudas preciosas e, às

vêzes, essenciais ao preparo de praças e oficiais para a luta, incutindo-lhes essa disciplina perfeita, essa confiança aberta e essa diligência, sem as quais não se poderá ganhar a batalha.

8. No 3º Exército, para as forças que não se encontrarem na zona de combate ou não estiverem ocupadas em exercícios táticos ou de tiro, etc., os Comandantes de Corpo de Ex. ou de D.I. independentes, velarão:

— por que suas tropas procedam regulamentarmente à revista diária, da qual participará, no mínimo, um oficial por Companhia ou por destacamento equivalente, e, além disso, sempre que seja possível, o mínimo de um oficial combatente por Batalhão independente ou Regimento;

— por que todas as Unidades se habituem a praticar a parada. Além do pessoal escalado para o serviço, dela participarão todos os oficiais das Companhias. Representando os Regimentos ou Batalhões independentes assisti-la-á, no mínimo, um oficial combatente;

— por que, no caso de se poder dispor da banda e de o permitirem as condições do acantonamento, se efetue permanentemente a parada sob a forma de desfile de Regimento ou Batalhão, com o cerimonial de estilo;

— por que as guardas se montem rigorosamente, de acôrdo com os preceitos regulamentares e que as rendições da mesma se efetuem a meúdo, quando possível, com a participação da banda;

— por que os oficiais se apresentem com o uniforme marcado para a tropa e participem, todos, dos exercícios de ordem unida e de marcha de suas Unidades. Esta prescrição se aplica especialmente às marchas efetuadas nos deslocamentos, dos acantonamentos para os locais de exercícios e vice-versa.

9. Os oficiais estão sempre de serviço. Seus deveres estendem-se não somente aos que lhes são diretamente subordinados, mas também, a todos os demais membros do Exército americano que lhes forem inferiores em graduação.

10. Os americanos que se renderem ainda possuindo armas serão tão loucos como covardes. Se combatem é para vencer.

11. Todo homem que se portar mal diante do inimigo será submetido ao Conselho de Guerra Geral e julgado com referência ao artigo 75, do Código de Guerra. A este propósito, posso advertir que alguns Conselhos de Guerra têm mostrado excessiva benevolência na repressão a tal crime, apesar do seu caráter, altamente odioso, fazê-lo merecedor da pena de morte. Dever-se-ia levar em conta que a severidade ao aparecimento do primeiro caso, concorreria para o salvamento de numerosas vidas. A covardia é uma enfermidade que precisa ser extirpada antes que chegue a constituir epidemia.

III — REGRAS TATICAS

Dos princípios de combate —

1. Não existe nenhuma solução tática comprovada que possa aplicar-se a todas as situações.

2. Só há um princípio tático imutável: utilizar todas as ocasiões que se apresentarem para ferir ou matar o maior número de inimigos ou para destruir o máximo de material inimigo num mínimo de tempo.

3. No combate, as perdas são sempre diretamente proporcionais ao tempo que se permanece sob os efeitos do fogo inimigo. Os fogos amigos reduzirão a eficácia e a densidade dos fogos adversários, enquanto que a rapidez de progressão do ataque diminuirá o tempo de permanência sob fogos fracos. Uma gota de suor pode poupar dezenas de litros de sangue.

4. Ganha-se a batalha aterrorizando o inimigo. Aterroriza-se-o inflingindo-se-lhe muitas perdas. Inflige-se perdas atuando pelo fogo. Os fogos de revés têm um poder mortífero, pelo menos, três vezes maior que os frontais. Mas para poder atuar de revés é preciso fixar previamente o inimigo por fogos frontais e desbordar rapidamente seus flancos. Tanto quanto pos-

sível, evitar-se-á atacar de frente uma posição organizada.

5. Segurai vosso adversário pelo nariz por meio de vossos fogos e golpeai-o pelas costas ou pelos rins, ainda por vossos fogos, partindo de posições que tereis de alcançar pelo movimento.

6. Golpeai-o duramente. Empenhai nisso dois Batalhões de cada Regimento, ou duas Divisões de cada Corpo de Ex., ou dois destes de cada Exército, a fim de obter de propósito a maior potência antes que o inimigo possa dispor da sua.

7. Jamais possuireis força demasiada. Empenhai na ação o máximo possível de homens e de canhões, sob a condição de que isso não faça retardar demasiadamente o desencadeamento do ataque. O alemão se tornou mestre no emprego da ferramenta de sapa.

8. Quanto mais numerosas forem vossas forças e mais violentos vossos ataques — seja pelo número de homens, de carros ou de munições que tenham sido empregados — menores serão, proporcionalmente, vossas perdas.

9. Não entregueis jamais, sequer, uma polegada de terreno. Guardar o que se possui custa sempre menos do que reconquistar o que se perdeu. Nunca façais uma tropa retroceder à noite para descansar ou para reorganizar-se e somente permiti isso de dia quando for absolutamente necessário. Tais movimentos para a retaguarda podem gerar o pânico.

10. Vossos morteiros e vossa artilharia são armas soberbas quando atiram. Não são senão inutilidades quando emudecem. Fazei com que sempre atirem.

Algumas regras particulares —

1. Usai os caminhos para marchar e os campos para combater. Na França encontrareis a meúdo caminhos minados ou destruídos em pontos diversos; isso acontecerá certamente ao aproximarmos-nos do inimigo. Abandonai então os caminhos mas sem interromper a progressão. Quando os caminhos estiverem, porém, em bom estado, economizareis tempo e esforços utilizando-os até o momento em que

os fogos inimigos vos obriguem a abandoná-los.

2. As tropas não deverão dobrar-se senão quando os fogos inimigos a isso as obrigarem.

3. Quando progredirdes num terreno onde haja risco de ataque de carros, providenciad para que os canhões contra-carros ocupem sempre posições dominantes.

4. Em terreno montanhoso garanti as alturas. A melhor forma para isso realizar consiste em efetuar de dia os reconhecimentos depois atacar à noite com um pequeno elemento que será reforçado ao clarear do dia.

5. Para reforçar a posse de um pórtio, conquistai antes de tudo as alturas. Existem sempre caminhos para alcançar-lhes a espalda. Recordai que as estradas amplas de aproximação que nos parecerão atraentes estarão invariavelmente defendidas pelo inimigo e que tentar utilizá-las antes de se ter apoderado das alturas que as dominam será praticar suicídio.

6. As minas produzem efeito essencialmente moral. As perdas reais que ocasionam não representam mais do que dez por cento do total. Se encontrardes um campo de minas atravessai-o ou desbordaí-o. É impossível minar um país inteiro; as minas de todo o mundo seriam insuficientes. Acabareis contornando-as; a detecção das minas exige muito tempo. Não obstante, os soldados de Engenharia tratarão sempre de estabelecer o caminho direto enquanto os elementos avançados continuarão a progredir, após haverem contornado o obstáculo. Providenciad para que vossa tropa, qualquer que seja sua natureza, possua detetores de minas e os saiba utilizar. Deveis e repito, tendes que passar.

7. Não consintais jamais que uma Unidade se enterre antes de ser conquistado o objetivo final; neste momento, porém, empregai a fundo a ferramenta de sapa, o arame farpado e as minas.

8. Os artilheiros estabelecerão abrigos-trincheira para os serventes, no máximo, a dez metros dos canhões. Evitarão colocá-los em

baixo de árvores porque estas fazem rebentar os projetis inimigos, no ar, como tiros de tempo, a boa altura de eficácia. Disporão suas rédes de camuflagem de maneira que as possam retirar instantaneamente na oportunidade de rompimento de fogo.

9. Calculai com folga o tempo para preparação de um ataque. Um Batalhão de Infantaria, necessita de, pelo menos, duas horas para preparar a execução de um ataque bem coordenado. Qualquer precipitação provocará perdas inúteis.

10. No combate, as pequenas Unidades, Pelotões, Companhias, até Batalhões inclusive, não podem fazer mais do que uma das três coisas seguintes: avançar, manter o terreno ou retroceder. Quando mantêm o terreno ou retrocedem, não constituem outra coisa senão alvos para os golpes do adversário. Por conseguinte, devem é avançar. Tomadas sob fogos, particularmente sob os de artilharia, furtar-se-ão a eles continuando a progressão. Em caso algum deverão retroceder. É muito raro a artilharia encurtar os seus tiros.

11. Os destacamentos de segurança serão enviados o mais longe possível; esses destacamentos atuarão também à noite. Uma viatura rádio, dissimulada fora da estrada, mas colocada de forma que sua guarnição possa observar o trânsito sobre ela, seja diretamente, seja por meio dum observador avançado, poderá proporcionar informes de importância vital.

12. Somos demasiadamente lentos no estabelecimento de campos de minas e defesas acessórias na defensiva, em redor de nossos pontos de apoio. Será preciso intensificar a instrução desse assunto, a fim de conseguir-se maior habilidade na colocação e na retirada das minas.

13. Cada Divisão de Infantaria deverá receber, sempre que possível, um Batalhão de obuses (105 mm) e, além disso, cada Regimento de Infantaria em combate disporá de uma Companhia do mesmo material.

Da instrução geral das tropas —

1. É preciso atribuir maior importância à resistência física das praças e dos oficiais. Todos devem ser capazes de, em uniforme de combate, correr u'a milha (aproximadamente 1.600 metros) em dez minutos e oito milhas (aproximadamente 13 quilômetros) em duas horas. Em combate, será quase impossível conservar esse estado físico. Se, porém, os homens estiverem bem treinados ao entrarem em combate, sua resistência física não decrescerá durante ele a ponto de tornar-se inquietante.

2. Desperdiça-se muito tempo montando e desmontando metralhadoras e morteiros. É necessário mecanizar as entradas em posição até que cheguem a converter-se em atos reflexos e possam efetuar-se ao escuro. Recomendando o método chamado "da escala" para determinar o alcance dos morteiros.

3. É lamentável provar até que ponto nossas tropas combatem mal à noite. Não confundamos isso com o contrário: entrar em posição à noite para atacar ao amanhecer. Devemos aprender a combater no escuro.

4. Aguçai e afiai vossas machadinhas, pás e picaretas, conservando-as sempre preparadas.

5. São as Seções e os Pelotões que conduzem o combate. Dispensai muita importância à instrução das pequenas Unidades, de forma a obter, neste particular, a mesma precisão que nos exercícios de ordem unida. Uma boa solução executada rigorosamente no momento preciso vale mais do que uma solução muito melhor executada dez minutos mais tarde do que aquêle momento.

6. Para a instrução, do Pelotão ao Regimento, utilizai o caixão de areia, no qual, todos, do oficial ao soldado, aprenderão a dar as ordens que teriam de dar no combate. Para isso não é, de forma alguma, necessário possuir instalações custosas e complicadas. Um pequeno espaço de terreno nas vizinhanças do Acantonamento pode servir perfeitamente.

7. Oficiais e praças precisam conhecer bem o equipamento respectivo. Para isso deverão praticar a instrução conduzindo tudo que terão que levar mais tarde ao combate. Tomarão cuidado para que o referido equipamento se encontre em perfeito estado no momento em que tenham que entrar em campanha.

Prescrições aos oficiais — 1. Os oficiais deverão ter confiança em si próprios e nos seus homens. Os exercícios de ordem unida comandados minuciosamente pelos oficiais e marchas de Seções ou Pelotões com duração de quarenta e oito a sessenta horas, durante os quais a Seção ou o Pelotão terão vida independente, constituem o melhor meio para se alcançar aquele resultado.

2. Uma tropa inexperiente, deve ser dotada, nos primeiros combates, em todos os escalões, até o General inclusive, de Chefes impetuosos que se façam visíveis na linha de fogo, durante a ação.

3. O Ajudante-Geral ou o Secretário do Estado-Maior-Geral, em cada Exército, terá, para informação imediata e constante a seu Comandante, um quadro indicando perdas em homens e material, número de prisioneiros e quantidade de material capturado, substituições de homens e material que se tenham efetuado.

Esse quadro será de duas espécies: a primeira se baseará nos "consta", a segunda dará as cifras certas, com indicação de datas. Como se poderá observar, muito pequena será a diferença entre as duas.

4. Quando desejardes receber um apoio qualquer de artilharia ou aviação, anotai a hora de expedição do pedido e a da obtenção desse apoio. Tomai nota também dos casos em que esse apoio solicitado ou prometido venha a faltar.

5. Comete-se muitas vezes a falta de não fazer repetir as ordens verbais. Isso ocasionará, certamente, grandes erros.

6. Partes e ordens devem ser redigidas em estilo militar conciso.

7. Prolongai ao máximo vossas linhas telefônicas. Uma ligação pelo fio vale por três pelo rádio, tanto em rapidez como em segurança.

8. Os Comandantes de Batalhão e de Companhia deixam de utilizar seus ordenanças ou seus "walkie-talkie" (rádio). Cometem com freqüência o erro de não trazer estes consigo ou de não manter aqueles a seu lado.

9. Os postos de polícia militar localizados nas bifurcações devem possuir cartas ou "croquis" indicando a direção das estradas e o destino das tropas que por elas transitam.

10. Não concentreis vossos postos de rádio nas proximidades de vosso P.C., desde que este vá permanecer mais de seis horas no mesmo local. Se tiverdes necessidade de utilizar por muito tempo vossos rádios, afastai-os e dispersai-os.

Dos prisioneiros — Os prisioneiros alemães maiores de 40 anos falam mais facilmente do que os jovens. É preciso interrogá-los separadamente e não os deixar em contacto com os jovens. Os de outras nacionalidades falam, em geral, voluntariamente. Estes devem ser ouvidos à parte e seguidamente, separados dos "nazis" jovens.

Dos tiros desnecessários — Os Comandantes de Artilharia reprimirão os tiros desnecessários dessa arma.

Das falsas exigências — A cascata de ordens de alto a baixo na hierarquia tende a sobrecarregar os oficiais dos escalões inferiores com exigências excessivas no terreno da instrução e da burocracia. Aliviai-os, eliminando todas as exigências que não sejam essenciais.

IV — DA INFANTARIA

1. A Infantaria deve marchar para o inimigo. Deve atirar para avançar. Quando não descobrir nenhum alvo real, o fogo de todas as suas armas deve enquadrar a zona ocupada pelo inimigo. Diminuirá assim a eficácia dos tiros contrários e imporá mais confiança.

2. Atirai curto. Os ricochetes produzem ruído desmoralizador e causam ferimentos. Deter-se o fogo inimigo, é uma loucura, e não responder a esse fogo, um suicídio. Avança para fugir aos fogos. Os oficiais darão o exemplo.

3. As armas pesadas ditam o sistema de progressão. No Batalhão, a Companhia de petrechos pesados faz avançar o Batalhão. No Regimento, o faz a Companhia de obuses. Compete, porém, aos fuzileiros e aos metralhadores atender a que as armas pesadas possam também progredir. Por outras palavras, fuzis e metralhadoras de um lado e armas pesadas, de outro, devem ajudar-se mutuamente para avançar em cumprimento das respectivas missões.

4. Os morteiros consomem muita munição. O de 81 mm atira 800 e o de 60 mm 500 disparos por dia. Para assegurar seu remuncimento, serão utilizadas tôdas as disponibilidades de transporte; todo fuzileiro, especialmente os que se encontrarem nas proximidades do morteiro, ao penetrar na linha de tiro, deverá transportar uma granada que depositará em lugar previamente fixado. Os morteiros, metralhadoras e canhões contra-carros, quando não estiverem progredindo, deverão encontrar-se em posição, prontos para atirar.

5. Os canhões contra-carros serão dispostos de modo que seu campo de observação não exceda o alcance eficaz do tiro contra-carros e, por conseguinte, que não possam ser vistos por observadores inimigos colocados a uma distância maior, a menos que se os empregue como Artilharia leve.

6. A baioneta pouco mata, mas assusta muito. Calai baioneta logo que comece o duelo pelo fogo. Aguçai-a. Os alemães odeiam esta espécie de combate, no qual nossos homens levam vantagem. É preciso que estes o saibam.

7. O fuzil M-1 é o mais mortífero do mundo. Se não estiverdes vendo o inimigo, atirai, pelo menos, no local onde calculardes que possa encontrar-se.

8. Para neutralizar uma metralhadora com arma de trajetória tensa tomai posição nas proximidades do seu eixo de tiro e paralelamente a ele. Dessa forma obrigareis seus serventes a se enterarem até o momento em que nossos atiradores de granadas, colhendo-os de revés, possam dar conta deles com as granadas ou com as baionetas.

9. Em nosso Exército quase não se sabe distribuir o fogo. Daí resulta que se costuma concentrar todo ele, sobre alguns objetivos visíveis enquanto que de outros, por motivo de sua invisibilidade, atua-se sobre nossas tropas com absoluta impunidade. É uma deficiência que é preciso fazer desaparecer.

10. O Batalhão se constitui na menor unidade tática que pode receber missão independente. Nessa hipótese, deverá ser reforçado com Artilharia, canhões contra-carros, canhões antiaéreos e, se possível, com carros e Engenharia.

11. A Infantaria "blindada" (isto é, a Infantaria motorizada que geralmente acompanha os carros), para atacar não se conservará dentro das viaturas. Delas se servirá unicamente para se deslocar ou reunir e não para combater.

12. Os ataques à noite podem efetuar-se tanto à luz do luar como em obscuridade total. Nas noites escuras deverão desencadear-se duas horas antes do alvorecer; no outro caso, ao sair da lua. Esses ataques exigem conhecimentos minuciosos efetuados de dia e segura orientação para os executantes. Somente objetivos limitados, facilmente localizáveis na escuridão, lhes serão assinalados. Como dispositivo para o ataque, adotai linha de colunas com distâncias e intervalos reduzidos. Manter profundidade é uma necessidade.

13. Preparar sempre apóio de fogo para, em primeiro lugar, dar conta do inimigo, tão logo a Infantaria o haja descoberto, depois para rechazar os contra-ataques que se realizarão ao amanhecer. Fazer preceder as colunas por destacamentos de segurança, que, por sua

vez, se cobrirão por patrulhas. Os grossos recuperarão os destacamentos avançados após a tomada de contacto. Além das colunas de assalto, conservai sempre uma reserva para aproveitar o êxito após o clarear do dia. Estabelecei palavras ou gritos para contra-senhas e fixai nas mangas ou nos capacetes distintivos que afastem as confusões possíveis no escuro. Empregai granadas ofensivas. Se o inimigo vos descobrir, abri rapidamente o fogo fazendo o maior ruído possível e precipital-vos sobre ele à baioneta.

14. A defesa consiste em dispor pequenos grupos em profundidade de forma que se sustentem mutuamente pelo fogo e se protejam a si próprios em todas as direções com redes de arame farpado. As minas serão também utilizadas.

15. Qualquer oficial de Infantaria deve ser capaz de observar e dirigir um tiro de Artilharia.

V — DA ARTILHARIA

1. De 65 a 75 % dos impactos de Artilharia são proporcionadas pelos observadores avançados. Os informes de natureza tática, em proporção idêntica, provêm também das mesmas pessoas. Na realidade, porém, são os infantes, em última análise, que proporcionam todos esses informes a tais observadores. Por esse motivo, estes últimos deverão encontrar-se sempre intimamente ligados à Infantaria. Serão colocados sob a direção do oficial de ligação do Batalhão. Os oficiais de Artilharia destacados junto à Infantaria não deverão voltar à noite para suas baterias.

2. A partir do momento em que uma posição tenha sido conquistada, o observador avançado deverá comunicar por intermédio do oficial de ligação, que se encontra em condições de observar e dirigir o tiro sobre os pontos de onde o inimigo poderá desencadear contra-ataques. Disso será informado o Comandante do Batalhão.

3. Os observadores deverão manter-se em condições de cumprir sua missão, quer de dia quer de noite.

Utilizai qualquer calibre, em qualquer momento, para não perder oportunidade de golpear o inimigo. Esse o motivo pelo qual a Artilharia pesada possuirá, também, observadores avançados.

4. Os observadores de Artilharia abrirão fogo por iniciativa própria sobre qualquer arma que atire sobre nossa Infantaria. Os oficiais de Infantaria terão igualmente a responsabilidade de reclamar tais fogos.

5. As metralhadoras encarregadas da proteção das baterias estabelecer-se-ão a distância suficiente para impedir que as armas leves inimigas possam molestar a atividade dos artilheiros.

6. Estabelecei falsas baterias para atrair os fogos inimigos. Mas, para isso, evitai locais que possam pôr em perigo elementos das outras armas.

7. Os ataques de blindados podem ser detidos por tiros concentrados de Artilharia, mediante emprego de granadas de fósforo branco (fumígenas) ou de alto explosivo.

8. A Artilharia entrará em posição o mais à frente possível e aproveitará todas as ocasiões para avançar.

VI — DOS BLINDADOS

1. A missão primordial das Unidades blindadas é atacar as Infantaria e Artilharia inimigas. As retaguardas do inimigo constituem o terreno de caça sonhado pelos blindados. Utilizai todas as oportunidades para chegar até ele.

2. A instrução tática e técnica de nossas Unidades blindadas é boa. É preciso, no entanto, em prestar ainda maior importância à instrução das tripulações na rapidez de tiro, a fim de que possamos atirar sobre o inimigo antes que os seus fogos nos alcancem.

3. Para deter um contra-ataque de maneira decisiva, empregai blindados em ação de flanco. A Infantaria, com a condição de que suas retaguardas sejam protegidas pelos carros, poderá sempre penetrar fácil e profundamente no dispositivo inimigo.

4. Em verdade, não existem terrenos impróprios para carros. Certos trechos são mais favoráveis do que outros. Os carros, porém, devem poder atuar em qualquer classe de terreno.

5. Preservar-se-á a integridade das Divisões blindadas empregando os Batalhões de carros das Unidades de Exército em missões particulares de apoio à Infantaria. Nessas missões, os carros progredirão por lances de um a outro acidente protetor, atrás da Infantaria. Somente se exporão no momento em que a situação exija sua intervenção. Atacarão, então, em estreita ligação com a Infantaria.

VII — DA EXPLORAÇÃO

1. Emprestar-se-á — especialmente por parte da Infantaria — muita importância à busca de informes, particularmente à noite. É necessário procurarem-se informes todas as noites, capturando prisioneiros e observando as atividades inimigas. Tratar-se-á de escolher bons Chefes para as patrulhas empregadas nisso. Não se atribuirão missões de segurança a Unidades mecanizadas, salvo em casos de extrema urgência.

2. Os Comandantes de seção das Unidades de exploração devem dar prova de muita audácia e curiosidade. Suas partes devem ser exatas e objetivas. Os informes negativos têm tanta importância quanto os positivos. Os informes devem ser transmitidos em cifra, pelo rádio e completos numa só comunicação. A situação das Unidades citadas deve ser dada, tanto quanto possível, em código convencional. A do inimigo será precisada por azimuth e distância referida a um P.O. Cada homem da Unidade deverá ser bem orientado sobre sua missão e a da Unidade. O conjunto dos informes obtidos sobre a frente de uma Divisão será comunicado às Unidades vizinhas.

3. A busca de informes não deve perder o contacto com o inimigo. De noite, quando esse contacto não tenha sido conseguido, as tropas estabelecerão postos de escuta a

uma distância de seis milhas (cerca de dez quilômetros), pelo menos, da vanguarda de suas linhas. De dia, lançarão a exploração até que cheguem ao contacto. O emprego de carros leves para a busca à noite incita geralmente o inimigo a abrir fogo e revelar assim suas posições.

VIII — DA DEFESA ANTIAEREA E CONTRA-CARROS

1. Da D.A.A. — Atribuir-se-á, como mínimo, uma arma de D.A.A., preferentemente sobre reparo automóvel, a cada Companhia ou Bateria de Infantaria, Artilharia ou Blindados.

Atribuir-se-ão, pelo menos, duas a Q.-G. de Divisão ou de Corpo ou de escalão mais elevado. As Baterias de 155, ou de maior calibre, possuirão também, pelo menos, dois canhões A.A. Dada nossa supremacia aérea, a D.A.A. não abrirá fogo senão quando atacada. Suas armas são também aptas para a D.C.C.

2. Da D.C.C. — Os canhões contra-carros auto-rebocados pertencem à frente e serão dispostos de maneira que barrem todos os caminhamentos de acesso dos blindados inimigos. Suas posições serão escolhidas de modo que o campo de observação não exceda o alcance eficaz contra-carros, a fim de evitar que abram fogo prematuramente e impedindo-se assim que possam ser impunemente destruídos pelos carros em posição fora do alcance de seus tiros.

As armas contra-carros autopropulsadas serão mantidas em reserva, prontas para responder a possíveis ataques de blindados inimigos. Para isso, as tripulações reconhecerão os itinerários e as posições de tiro das zonas onde possam ser chamadas a intervir.

Todos os canhões contra-carros deverão manter-se em condições de poderem ser empregados como Artilharia; para isso se lhes atribuirá uma forte dotação de granadas de alto explosivo e se instruirão conseqüentemente suas guarnições.

IX — DA MANUTENÇÃO DO MATERIAL

1. As armas deverão encontrar-se sempre em perfeito estado de conservação.

2. Dedicar-se-á, também, o máximo cuidado à manutenção do material, a fim de prevenir danos possíveis. Cuidar-se-á especialmente da pressão dos pneus, da lubrificação, da conservação das baterias de acumuladores, da voltagem, da quantidade d'água dos radiadores, etc. Os motoristas passarão revista nas respectivas viaturas e as porão em condições de se movimentarem, antes de pensarem em descanso.

X — DO CUIDADO COM OS HOMENS

1. Os oficiais não têm somente a responsabilidade de levar seus homens ao combate; são também responsáveis, fora da batalha, pela sua saúde e pelo seu moral. O oficial deve ser o último a abrigar-se do fogo e o primeiro a avançar. Do mesmo modo será o último a procurar comodidade no fim das marchas; preocupar-se-á, antes de tudo, com seus homens. O oficial interessar-se-á constantemente pela alimentação de sua tropa. Deverá conhecer seus homens a ponto de neles descobrir sintomas de enfermidades ou de descontentamento para, sem demora, tomar por iniciativa própria, medidas necessárias.

2. Preocupar-se-á com o estado dos pés de seus homens. Tomará providências para que todos tragam o calçado bem ajustado e em bom estado; para que as meias tenham tamanho conveniente, pois que, demasiadamente grandes ou pequenas, causarão danos aos pés. Preverá as trocas e cuidará para que as roupas, as meias limpas e também o calçado sejam remetidos a tempo e que a tropa os obtenha sem atraso.

3. As ambulâncias e os hospitais de campanha instalar-se-ão tão próximos da frente quanto o permitam os fogos inimigos. Quanto mais de pressa alcance o ferido o hospital, tanto maiores serão as possibilidades de salvar-se.

4. Os hospitais se estabelecerão em espaços descobertos e arborarão ostensivamente sua insígnia distintiva. Não consentais que aviões de ligação ou grupos de viaturas estacionem nas proximidades, a fim de não dar pretexto ao inimigo para atacar tais estabelecimentos.

5. O soldado, cujos empreendimentos são coroados de êxito, ganha às batalhas com um mínimo de perdas; mas deve lembrar-se de que os ataques violentos, por custosos que sejam na ocasião, acabam sempre por poupar vidas. Terá também presente que os reforços vindos para substituição das perdas exigem atenção muito particular; cuidar-se-á de que os recém-chegados sejam rápida e completamente assimilados na sua nova Unidade.



SACO AZUL - CINTA ENCARNADA

CASA SÃO JOSÉ

Secos — Molhados — Conservas, etc.

J. PEDRO FREIRE

RUA CAVARUCANGUERA, 69 — TEL. 163 — TAUBATÉ — E. DE SÃO PAULO

CORONEL ALBERTO RIBEIRO PAZ

Solicitado para exercer suas atividades fora desta Capital, exonerou-se do cargo de Diretor Secretário desta Revista, o nosso distinto companheiro Coronel Alberto Ribeiro Paz.

É uma ausência duplamente sensível para os que aqui labutam nessa tarefa sempre renovada, e nem sempre isenta de dificuldades, de lançar com regularidade as edições sucessivas duma revista que precisa corresponder, tanto quanto possível, às predileções diferentes de seus leitores.

Se, de um lado, vemo-nos privados dum excelente coooperador, de outro, sentimos a ausência dum camarada cujos dotes morais e intelectuais tornavam tão útil quanto agradável o convívio a que já nos achavamos habituados.

O Coronel Ribeiro Paz pôs sempre a serviço desta Revista, sem medir esforços nem regatear dedicação, suas notórias qualidades de operosidade, de criterioso discernimento, de inteligente iniciativa, de organizador metódico, que dêle fizeram um secretário "*comme il faut*".

É, portanto, natural, o pesar com que o vemos afastar-se das nossas lides diuturnas, embora reconheçamos a justeza dos motivos que o levaram para outro setor de atividades, em cujo exercício lhe desejamos cordialmente o êxito integral e feliz de que é digno pelas suas qualidades de profissional íntegro e competente.

BAR PEQUENO

BAR, DORMITÓRIOS E RESTAURANTE

Cozinha internacional — Completo serviço à la carte — Pizzaria — Bilhares — Sorveteria — Bebidas nacionais e estrangeiras — Artigos para fumantes, etc. — Ótimos quartos com água corrente

Vieira, Guimarães & Cia. Ltda.

Praça Conselheiro Rodrigues Alves, 78 — Telefone, 266
Guaratinguetá — Estado de São Paulo

CARACTERÍSTICAS GERAIS DE EMPREGO DO R.C.MOT. NO ÂMBITO DA D.C.

Ten.-Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO,
Ex-Instrutor Chefe de Cav. da E.E.M.

O R.C.Mot. representa para a D.C. o elemento de maior velocidade operacional, evidentemente, em condições normais de tempo e de terreno (Comunicações).

Pela natureza das missões que lhe são atribuídas, o R.C.Mot. deve ser uma unidade dotada de uma apreciável potência de fogo. Em geral, o emprego do R.C.Mot. se reveste de particular importância, no âmbito da D.C., em ações, primordialmente, de características defensivas.

Realmente, é elemento essencial para assegurar as corridas aos cortes, permitindo que o grosso da D.C. (na sua quase totalidade constituído por elementos hipomóveis) realize a ocupação definitiva do terreno e, assegurando assim, a manobra do Exército. Por outro lado, é encarregado de manter, por prazos determinados, certas linhas do terreno, a fim de que a G.U. de que faz parte, possa executar uma das seguintes operações clássicas:

- Manobra em retirada;
- Retraimento;
- Ação retardadora.

Consequentemente, o R.C. Mot., mais do que a sua velocidade operacional, necessita possuir, como dissemos anteriormente, uma apreciável potência de fogo, capaz de, realmente, assegurar ao Cmt. da D.C. sua liberdade de ação, isto é, espaço e tempo para manobrar, ou por outra, para empregar o grosso da sua G.U.

Insistimos quanto às características que julgamos imprescindível possuir o R.C.Mot. — potência de fogo — por considerarmos a mesma, o elemento destinado a criar, quase sempre, à frente da D.C., uma barreira defensiva capaz de permitir o desenvolvimento e a manobra do seu grosso. Isto porém, não significa que o R.C.Mot. seja uma unidade empregada unicamente em missões defensivas, muito pelo contrário, é um dos elementos da G.U., particularmente aptos para as ações ofensivas no conjunto da D.C.

Em princípio, o R.C.Mot. opera no âmbito de G.T. Motomecanizado, associado ao R.C.Mec. e ao Gr. Art.-105 Mot., coisa aliás lógica, considerando-se a natural heterogeneidade dos elementos orgânicos da D.C.

Por outro lado, muitas vezes o R.C.Mot., em parte ou no todo, é empregado, também, associado ao R.C.Mec., razão pela qual, a organização do primeiro deve atender à possibilidade dele agir centralizada ou descentralizada.

Por tal motivo, os Esqs. de Fuz. do R.C.Mot. devem possuir uma auto-suficiência no tocante à defesa antiaérea e anticarro; tal medida impõe-se pela deficiência de flexibilidade do R.C.Mot., ao contrário do que se passa com as unidades hipomóveis.

O Cmt. da D.C., antes de atribuir missão ao R.C.Mot., deve pesar cuidadosamente as características da sua zona de ação, par-

EXECUÇÃO DO TIRO NA ARTILHARIA DE COSTA

Ten.-Cel. NEWTON FRANKLIN DO NASCIMENTO

I — DEFINIÇÕES E GENERALIDADES

1. *Comando* — É a decisão do chefe expressa sob a forma imperativa e impondo a realização de determinada ação. O comando, além de conter expressões padronizadas, deve ser conciso, facilmente compreensível pelos executantes previamente instruídos e exprimir apenas um significado, para produzir efeito imediato e evitar falsas interpretações, ou confusões.

2. *Comando tático do tiro* — É a execução do comando sobre uma ou mais unidades de tiro, visando a escolha dos objetivos e a concentração ou repartição do fogo sobre eles, no momento oportuno.

3. *Comando do tiro* — Consiste na execução das operações relativas à preparação e aplicação do tiro eficaz sobre um objetivo.

4. *Tiro da artilharia de costa* — O tiro da artilharia de costa pode ser:

a) *Tiro de destruição* — É o tiro normalmente empregado pela artilharia de costa, tendo por fim a destruição do navio inimigo. Exige o emprego de grande número de baterias, utilizando a cadência máxima permitida pelo material.

b) *Tiro de neutralização* — É o tiro realizado quando o de destruição não seja aconselhável, sendo desencadeado com o fim de reduzir a eficiência da ação naval inimiga.

Exige o emprego de menor número de baterias e cadência mais reduzida do que o tiro de destruição.

c) *Tiro de interdição* — É o tiro executado sobre uma determinada zona ou área, com o fim de impedir a entrada, ou saída dos navios dessa zona ou área. É utilizado quando a observação e o ajustamento do tiro se tornam pouco precisos, devido às condições atmosféricas ou de visibilidade, ou devido a certos danos sofridos e outras circunstâncias. Exige grande consumo de munição. A cadência e número de baterias a empregar dependem da extensão da zona ou área a cobrir, do número de navios a serem interditados e do grau de precisão com que se conhece a posição dos objetivos.

5. *Fatores que influem na execução do tiro* — A execução do tiro de artilharia de costa assenta no estudo dos seguintes fatores:

a) *Missão*: atribuída à unidade e definida pelos efeitos a produzir na esquadra inimiga: destruição, neutralização ou interdição.

b) *Inimigo*: formas de ataque que o inimigo pode adotar (reconhecimento, bombardeio, ataque à viva força, penetração, incursão, desembarque); conhecimento da força em navios, couraças, número de peças, calibres, alcances; conhecimento de sua superioridade aérea e naval.

c) *Terreno*: estudo do terreno, visando a escolha de posições para o material de artilharia móvel de costa e outras instalações da defesa.

d) *Meios de defesa*: observação, transmissões, calibres e alcances do material.

6. *Repartição e concentração do tiro* — A repartição do tiro oferece sobre a concentração as seguintes vantagens:

- conserva sobre o fogo da defesa grande número de navios, diminuindo a eficácia de seus tiros;
- facilita a observação e o ajustamento do tiro pelas baterias, individualmente;
- permite a neutralização do fogo inimigo, batendo muitos dos navios engajados na ação.

Entretanto, há situações em que a concentração do tiro é preferível à sua repartição; como por exemplo:

- quando uma coluna de navios inimigos se aproxima de um canal estreito;
- para afundar ou avariar o navio testa duma coluna, com o fim de desorganizar toda a formação;
- para atacar navios transportes, navios de bloqueio e, em alguns casos, varredores ou roceadores de minas, os quais, por constituírem ameaças sérias à defesa, justificam concentrações pesadas sobre eles.

7. *Princípios básicos* — A enunciação dos princípios abaixo facilita saber-se quando e como é aplicável a concentração, ou repartição do tiro:

- para obter a neutralização do fogo inimigo é aconselhável a repartição dos fogos da defesa;
- todos os navios inimigos engajados na ação devem ser batidos e, se necessário, poder-se-á empregar algum material secundário contra um ou outro navio capital;
- as baterias que excedam ao número necessário para bater todos os navios inimigos, devem ser concentradas sobre o navio ou navios cuja destruição ofereça maiores vantagens;
- as baterias que empregam apenas um sistema de determinação de posição, não poderão conduzir o tiro sobre mais de um objetivo de cada vez;
- as baterias de tiro rápido, que empregam o tiro direto, devem

ser capazes de repartir o fogo de cada uma de suas peças, sob o comando dos respectivos chefes de peça e orientação dos comandantes de secção e de linha de fogo;

- quando uma formação naval inimiga estiver lançando cortina de fumaça, só é possível observar o tiro e conduzi-lo sobre o navio testa;
- concentrações de fogos sobre um único navio devem ser evitadas;
- a concentração acarreta dificuldades para a observação e ajustamento do tiro; por conseguinte, uma preparação cuidadosa reduz as dificuldades da direção do tiro e da adaptação;
- nas concentrações, é a execução do tiro facilitada dando-se as missões de destruição à unidade mais capaz de fornecer a massa de fogos necessária.

8. *Classificação dos objetivos navais* — De acordo com seu potencial, os navios são classificados como navios capitais, navios não capitais e navios especiais.

- a) *navios capitais*: são navios de grande porte, grande potência de fogo e forte couraçamento; dotados de armamento primário, pertencem a esta classe os encouraçados (E) e cruzadores de batalha (CB);
- b) *navios não capitais*: são todos os navios de guerra não classificados como capitais; dotados de armamento secundário, estão incluídos nesta classe os navios aeródromos (NAe), submarinos (S), cruzadores (C) e outros navios com ou sem couraça;
- c) *navios especiais*: são navios não pertencentes às classes anteriores e sem nenhum couraçamento, a saber: canhoneiras (Cn), navios mineiros (Nm), patrulheiros (NP), transportes (Tr), tenders (Td), lanchas torpedeiras (LTp), etc.

9. *Classificação do armamento da artilharia de costa* — De acordo com a sua capacidade de ataque às couraças dos objetivos navais, o armamento da artilharia de costa classifica-se em:

- a) *armamento primário*: é todo o armamento de calibre de

305 mm ou maior, teoricamente capaz de destruir um objetivo naval de couraçamento pesado como o dos navios capitais;

b) *armamento secundário*: é todo o armamento de artilharia de costa de calibre abaixo de 305 mm, empregado na defesa contra navios não capitais; entretanto, em certos casos favoráveis, poderá ser empregado para neutralizar a eficiência de certos navios capitais, consoante princípios assinalados anteriormente sobre concentração e repartição dos fogos da artilharia de costa.

10. *Escolha de projetis* — Os projetis de perfuração são empregados no ataque contra objetivos couraçados; as granadas de aço comum, de alto explosivo, contra objetivos levemente couraçados, ou de nenhuma couraça e contra material e pessoal; os projetis químicos (fumígenos e de gás), são utilizados de acôrdo com as necessidades da situação. A finalidade do emprêgo das coifas no projétil é aumentar seu poder de penetração, impedindo o ricochete e o deslissamento; melhora as condições de incidência e de penetração, até atingir a perfuração e além disso, mantêm com mais estabilidade, o trajeto do projétil no ar.

11. *Conhecimentos necessários* — Além das noções acima expostas, os defensores duma fronteira marítima devem conhecer, nos setores (ou subsetores) que lhes foram atribuídos, o seguinte:

— profundidade das áreas marítimas a defender, principalmente das áreas navegáveis pelos navios com que o inimigo possa atacar;

— condições de variação das marés, pois, as cartas batimétricas atualmente em uso, assinalam as profundidades em relação ao nível médio das marés;

— as profundidades atualmente necessárias à navegação são as seguintes (em pés):

— encouraçados	30 a 37 pés
— navios aeródromos	25 a 33 pés
— cruzadores	16 a 26 pés
— contra-torpedeiros	14 a 19 pés

— tipo de navio de apóio a desembarque	6 a 12 pés
— submarinos (na superfície)	16 pés
— submarinos (submersos)	20 pés
— submarinos (na profundidade máxima do periscópio)	60 pés

— são aqui mantidos os dados em pés, por ser essa unidade a usada nas tabelas batimétricas atualmente em vigor;

— um navio, quando entra em águas baixas, é obrigado a movimentar-se de vagar para proteger o leme e escolher a rota, desviando-se dum lado para outro;

— embora a área marítima necessária à manobra dos navios varie com o tipo destes, certos fatores são comuns a todos os tipos; o principal método, pelo qual um navio pode ser manobrado, é pelo uso do leme; um navio não responderá imediatamente ao movimento do leme, porém iniciará logo uma volta gradativa, com a pôpa movendo-se para fora da direção em que se deseja ir; uma vez que o leme tenha produzido seus efeitos, o navio inicia um rumo aproximadamente circular com a proa no rumo que se quer e a pôpa fora dele; nestas condições, o navio aparece como se estivesse girando em torno de um ponto cêrca de 1/6 a 1/3 do seu comprimento, contado da proa;

— o raio com que um navio de determinado tipo fará uma curva, dependerá da velocidade e do ângulo de leme utilizado e indica a quantidade mínima de área necessária à manobra; as unidades costeiras devem possuir dados sobre o raio médio das curvas para diferentes tipos de navios de guerra; a velocidade perdida nas voltas, assim como o tempo necessário às curvas de 90° a 180°, devem ser também conhecidas; quando as condições da volta constante são estabelecidas, a velocidade na curva e a variação da curva tornam-se constantes; existem tabelas apresentando a velocidade, resultante depois da volta regular, assim como o tempo necessário para alcan-

çar a velocidade normal; quando equipado com lemes duplos, entretanto, os navios aumentam sua capacidade de manobra sobre os dados apresentados nas tabelas;

— devem ser observados os seguintes dados concernentes aos navios;

a) os navios são capazes de atirar durante as manobras e sua precisão é apenas ligeiramente diminuída;

b) quando sujeitos ao fogo, os navios inimigos invariavelmente manobram; uma ação comum de evasiva é manobrar para o local de impacto, para se livrar do efeito de ajustamento do tiro;

c) após a manobra ter sido completada, o navio continuará numa rota reta por um certo período de tempo;

d) um navio, normalmente, não manobrá em rota sinuosa, exceto quando estiver integrando um comboio; a ação evasiva dum submarino é submergir, e o tempo médio necessário à submersão é cerca de 35 segundos;

e) pequenos navios, tais como contra-torpedeiros e lanchas-torpedeiras, podem combinar suas manobras com o uso da fumaça, para sua própria proteção ou para proteger os grandes navios; os aviões e os grandes navios — estes quando o vento for favorável — podem usar fumaça lançada por eles próprios; o inimigo pode controlar a sua navegação por trás da fumaça, por meio do radar.

II — TERMINOLOGIA

Notam-se, de algum tempo para cá, certas dúvidas na interpretação dos termos militares para execução do tiro de artilharia de costa. Ouvimos, muitas vezes, falar em mecanismo, efeitos, modalidade e espécies de tiro, sem distinguir perfeitamente a expressão verdadeira desses vocábulos. Pelo estudo feito nos diversos manuais de tiro já aprovados e em plena execução, chegamos às seguintes conclusões:

1ª) Em vez de empregar a expressão *Mecanismo de Tiro*, pode-se substituí-la por *Espécie de Tiro*.

2ª) Modalidade de tiro significa o efeito que se deseja obter desse tiro sobre o objetivo. O tiro da artilharia de costa, consoante já mostramos, pode produzir três efeitos: destruição — neutralização — e interdição. Para maior clareza e uniformidade de linguagem, é preferível que se empregue o vocábulo *Efeito*, em lugar de *Modalidade*; aquele é mais precioso e exprime melhor o que se quer obter.

III — NOÇÕES ELEMENTARES DE COMANDOS PARA O TIRO DE ARTILHARIA DE COSTA

A artilharia de costa possui comandos expedidos antes do tiro, durante o tiro e após o tiro. Os comandos que pretendemos expor no presente trabalho, referem-se ao escalão de bateria para cima, inclusive grupo e agrupamento. Os comandos para execução do tiro na peça, encontram-se em Manuais já aprovados e distribuídos às unidades, em tudo ao que se refere ao Serviço da peça propriamente dito. As decisões de um comandante de artilharia de costa, para o emprego de sua unidade, são expedidas na forma de ordens escritas, N.G.A., ordens verbais ou comandos. Há certas condições peculiares ao emprego da artilharia de costa, particularmente às unidades de defesa de porto, que afetam o escopo e a forma de todas as ordens que lhes são concernentes. Nestas condições, devido ao caráter fixo da defesa, que permite a todo o pessoal tornar-se inteiramente familiar com a própria situação, possibilidades e planos, antes da ação, é menos difícil a execução do tiro nessas condições.

Como consequência, as ordens redigidas pelo comando, no momento da ação, não tem necessidade de ser minuciosas e completas, como em outros tipos de unidades. Durante a ação, a velocidade, mobilidade e facilidade de manobra dos objetivos navais resultam em rápidas mudanças de situação, cada uma exigindo pronta decisão, por parte do comando, para o emprego de sua unidade.

Estas decisões são transmitidas diretamente aos subordinados, por telefone (ou rádio), em forma de comandos. As mudanças rápidas das formas de ataques contra a artilharia de costa exigem meios seguros e precisos de localização dos objetivos de superfície a serem batidos. Esta localização poderá ser realizada pelos diversos escalões, para posterior utilização. A localização do objetivo é efetuada de várias formas, dependendo dos meios disponíveis. O meio mais comum, para a localização aproximada do objetivo, é pela área ou sub-área marítima. Quando a unidade dispuser de carta quadriculada (ou plano diretor), a localização do objetivo pode ser feita pelas coordenadas retangulares de sua posição, ou pela letra e número da quadricula do plano diretor correspondente a essa mesma posição. Os pontos de pontaria e de observação para os levantadores, observadores e apontadores, a menos que seja indicado de outra forma pelo oficial que designa o objetivo, serão os seguintes:

a) Para os navios que tenham uma ou mais chaminés, a chaminé da frente;

b) Para os navios que tenham mastros e chaminés não visíveis, o mastro da frente;

c) Para outros navios, o ponto indicado pelo oficial que designa o objetivo.

Comando, como já vimos, é a decisão do chefe, expressa sob forma imperativa, determinando a realização de certa ação.

Na artilharia de costa foi estabelecido um sistema de comandos para ser utilizado na identificação e designação de objetivos e para dirigir o tiro contra eles. Outros comandos, para indicar certas ações, em conexão com o emprego da bateria, são também de uso comum.

“Os comandos devem conter expressões padronizadas, ser concisos, facilmente compreensíveis pelo pessoal previamente instruído, tendo apenas um significado, para produzir ação imediata. Por sua natureza e conteúdo, um comando

não deve permitir falsas interpretações quanto à sua significação”. O comando para acionar a artilharia de costa é dado em uma sequência lógica, de forma a permitir uma ação progressiva e contínua e consiste dos seguintes elementos, na ordem em que são dados:

a) *Unidade* — é o elemento que alerta a unidade, ou unidades, às quais é dirigido o comando. Por exemplo: “Todos os grupos!”, “Segundo grupo!”, “Todas as baterias!”, “Bateria Mallet!”. Quando for necessário, este elemento pode ser omitido, como no caso do comandante de uma bateria dar o comando à sua própria subunidade.

b) *Objetivo* — Esta palavra é incluída com a finalidade de dar continuidade ao comando e para o comandante assinalar que o objetivo vai ser designado. A designação importa em dar a localização e a descrição do objetivo, sendo que esta deve incluir informações que facilitem sua apreensão.

1) Para a localização de objetivo, os comandos são os seguintes:

— “Objetivo! 20-83!”;

— “Objetivo! 215-846!”;

— “Objetivo! Distância..... 30.000; Azimute 131!”;

— “Objetivo! Praia à esquerda!”;

— “Objetivo! Toca!”.

2) Quanto à descrição do objetivo, os exemplos que se seguem dão idéia de como a mesma poderá ser feita.

a) Para um navio isolado, deve ser especificado o tipo. Por exemplo: “Contra-torpedeiro”.

b) Para um navio que faça parte de uma formação, serão especificados: tipo da formação e o número do navio. Por exemplo: “Divisão de cruzadores em coluna! Navio n. 1!”; Os navios em coluna ou em linha de marcação são numerados a partir do navio que estiver à direita, com referência à direção segundo a qual a formação está se deslocando.

c) Os navios mercantes são classificados de acordo com o número de chaminés e mastros, método este empregado na identificação dos navios de guerra. Por exemplo: *classe 1-2* indica uma chaminé e dois mastros (note-se a ordem alfabética).

d) À noite, o número do projetor que ilumina o objetivo é, também, especificado. Por exemplo: "No fecho do projetor n. 8".

e) A direção do deslocamento, ou qualquer outro esclarecimento, para assegurar a identificação pronta e precisa, só se torna necessária quando muitos navios, ou formações semelhantes, estão na mesma área marítima. Por exemplo: "Entrando!" Deslocando-se da esquerda para a direita!"; "Lançando cortina de fumaça!";

c) *Efeito do tiro*: É o elemento de um comando no qual são indicados os efeitos do tiro a ser empregado e o momento em que o fogo deve ter início.

O comando de fogo indica que a unidade deve atirar sobre o objetivo designado, imediatamente, dentro dos limites determinados pelos tempos de levantamento, predição e carregamento. O efeito do tiro, quando especificado, precede o comando de início da ação, como por exemplo: "Tiro de neutralização! Fogo!"; *Fogo quando dentro do alcance*, ocasionalmente, pode ser utilizado, na designação do objetivo para os comandantes de agrupamento ou grupo, mas, raramente será transmitido para o comandante da bateria.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

(Estado de São Paulo)

Um dos Municípios mais prósperos do Vale do Paraíba, com 364 km quadrados e uma população de 191.936 habitantes, atualmente sob a administração do Dr. Aldemir Moura Resende, encontra-se em ótimas condições de desenvolvimento, com uma renda prevista de Cr\$ 1.635.000,00. Suas principais fontes de renda são os Impostos: Predial, Indústrias e Profissões, Territorial Urbano e diversas taxas. A produção do café é notável no Município, de forma a torná-lo o principal no Vale do Paraíba. Entre outras produções encontram-se o arroz, feijão, milho, tomate, laranja, leite, etc. Tem um comércio bem desenvolvido e possui diversas fábricas: de Anilagem, Tecidos, Papelão e Artefatos de borracha, etc. Liga-se com a Capital do Estado pela E.F.C.B. e rodovia "Presidente Dutra", possuindo rodovias inter-municipais e municipais.

No setor educacional do Município encontram-se uma Escola Normal, um Ginásio, uma Escola Profissional, dois Grupos Escolares e 18 Escolas Primárias. A Assistência Social é mantida por um Hospital, uma Maternidade, um Posto de Puericultura, uma Casa da Criança, dois Asilos para os velhos e uma Instituição para a Sopa dos Pobres.

O Município vive de seus recursos próprios, tem iluminação elétrica, uma Estação rádio-transmissora (Rádio Cacique de Caçapava) e uma vida social admirável: diversos clubes, destacando-se o Clube Recreativo e Literário e a Associação Atlético Caçapavense.

Orgulha-se a cidade de ser sede do glorioso 6º Regimento de Infantaria "Regimento Ypiranga", no interior do qual acha-se um grande e notável Monumento erigido em homenagem aos heróis da F.E.B.

A atual administração vem realizando obras de interesse público, tais como calçamento, escolas, estradas, pontes, ampliações da rede de esgotos e reforço para o abastecimento de água, com a abertura de um poço artesiano produzindo 70.000 litros de água horários.

COMBATE NAS CIDADES E AÇÃO DOS GRUPOS DE ASSALTO

Pelo Coronel-General TCHOUIKOV, do Exército Soviético. (Extraído de "Informations Militaires")
Tradução do Major CESAR NEVES

O Coronel-General TCHOUIKOV comandou a defesa da cidade de STALINGRAD e sua resistência se prolongou de setembro de 1942 aos princípios de 1943. Este Oficial General está, portanto, particularmente qualificado para falar sobre a defesa das cidades.

As cidades, sobretudo, quando sua defesa tiver sido preparada com antecedência, constituem pontos de apoio importantes e reforçam o conjunto da defesa. Mesmo cercadas e ultrapassadas, elas retêm forças inimigas importantes e ameaçam-lhes as comunicações.

A defesa das cidades repousa sobre a das casas e outras construções. Os edifícios altos asseguram boa observação, bons campos de tiro nas ruas vizinhas e fornecem bons pontos de apoio. A rede muito desenvolvida de subterrâneos (esgotos, valas às vezes comunicantes, galerias subterrâneas) que pode servir de abrigo, de postos de comando e ser utilizada para certas manobras dá um caráter especial ao combate nas cidades. Ele não é o mesmo nas ruas, praças asfaltadas, pavimentadas ou macadamizadas que complicam a execução das trincheiras, sapas de comunicação e a colocação de minas.

ORGANIZAÇÃO DA DEFESA

Ao lado da energia dos defensores, do fator moral e da tática empregada (ações ofensivas), a organização da defesa desempenhou um grande papel em STALINGRAD. Ela consistia em posições escalo-

nadas em profundidade e em altura, pontos de apoio e núcleos de resistência. Estes, cruzando seus fogos para bater os intervalos, são os "pivots" das posições de defesa. Esses pontos de apoio são constituídos por uma ou várias construções sólidas de pedras, capazes de serem defendidas mesmo quando cercadas, barrando ao inimigo suas direções de ataque. Eles são defendidos, conforme a importância dessas direções e suas dimensões, por um Pelotão, uma Companhia, às vezes um Batalhão, reforçados com artilharia e meios técnicos. Um grupo de pontos de apoio, conjugando um sistema de fogo e colocado sob um comando único, constitui um núcleo de resistência que tem, geralmente, como guarnição um batalhão reforçado.

Primeira posição de resistência

A primeira posição de resistência, ou muralha da cidade, passa pelas suas orlas exteriores. Ela é a posição principal. Constituída de construções, postas em estado de defesa, e de fortificações de campanha nos intervalos entre elas. A 1 ou 2 km à frente, organiza-se uma posição de segurança, constituída de maneira análoga.

Posições defensivas no interior da cidade

As posições são construídas ao longo das estradas largas, das ribeiras, dos canais. Fortificam-se especialmente as zonas da cidade

onde se encontram estabelecimentos militares ou industriais, e os edifícios de esquina permitindo bater várias ruas. A parte central da cidade onde se encontram grandes edifícios forma um núcleo especial de resistência.

As posições defensivas constituem uma zona de pontos de apoio, escalonados em profundidade, situados em posições táticas vantajosas, nos edifícios sólidos, nos cruzamentos das ruas, nas praças, no interior dos parques, etc.

Barram-se as ruas e praças por meio de obstáculos, batidos por fogos de flanco ou de escarpa, partindo das construções vizinhas ou de "bloskaus" especialmente estabelecidos. Põem-se em estado de defesa as canalizações subterrâneas, permitindo manobrar abrigadamente e desembocar sobre as retaguardas do assaltante.

Repartição dos meios de fogo

Numa casa de vários pavimentos, a repartição dos meios de fogo depende da solidez da construção e de sua situação na rua ou em uma praça. Em geral, são estabelecidos vários andares de fogo. No andar térreo e nos pavimentos inferiores prepara-se o tiro de enfiada da ou das ruas; nos andares superiores bate-se igualmente a rua e também as calçadas, os prédios vizinhos e os objetivos distantes. Habitualmente colocam-se nos pavimentos inferiores canhões de trajetória tensa e metralhadoras, reservadas para o tiro à pequena distância. O restante das metralhadoras e os canhões anti-aéreos são colocados nos andares superiores ou sobre os telhados. Os infantess são repartidos por toda a casa. Certos canhões, atirando em tiro direto, carros de combate, canhões de assalto e metralhadoras asseguram o flanqueamento dos intervalos e dos acessos.

O combate nas cidades exige que a infantaria disponha de numerosas armas automáticas, que se prepare uma rede de posições de tiro, de manobra, para todas as espécies de armas, como previsão de eventualidades diversas, e itinerários desenhados para se ir de uma para a

outra posição. Tudo isto exige mais tempo do que para uma organização na Campanha.

Defesa anticarro

A defesa anticarro tem uma importância particular. Ela deve deter um ataque maciço de carros, impedindo-os de penetrar nas ruas e destruindo aqueles que penetrem na cidade. A luta anticarro se executa à pequena distância; as granadas especiais anticarro e os caçadores de carro desempenham um grande papel, atuando em emboscada através de aberturas feitas nos muros e nas cercas, dos respiradouros, portas, etc. Empregam-se engenhos do tipo "Fauspatrone".

Ela deve ser organizada em profundidade. Prepara-se tudo em torno dos pontos de apoio. Se forem empregadas baterias isoladas, elas são instaladas como ponto de resistência aos carros, principalmente nas direções favoráveis aos ataques de blindados. Conservam-se reservas anticarro móveis. Para colocar as minas nas ruas, é necessário dotar os sapadores de perfuratrizes que permitam ir ao fim de seu revestimento. Pode-se também preparar contra os carros o desmoroamento de certos muros.

Formações de combate

É importante escalonar a defesa em profundidade. O regimento e a divisão formam dois escalões, assim como os grupos de artilharia. Conserva-se uma reserva móvel anticarro e algumas vezes uma reserva de carros. As companhias e batalhões de infantaria formam dois escalões. Em caso de efetivo insuficiente, forma-se somente um escalão, conservando-se uma forte reserva.

Os segundos escalões e as reservas são destinados a sustentar e reforçar os elementos em primeiro escalão e a executar os contra-ataques. Instalam-se seus elementos nos pontos de apoio, preparados em profundidade, e em condições de realizar os contra-ataques, seja em seu setor, seja nos setores vizinhos.

O batalhão de infantaria defende um quarteirão com uma frente de 1 a 1,5 km de profundidade e os pontos de apoio que aí estão situados. Constituem-se subquarteirões de companhia e às vezes pontos de apoio especiais. O batalhão pode algumas vezes defender um único núcleo de resistência ou mesmo um só ponto de apoio particularmente importante. A reserva do batalhão compõe-se dum pelotão ou de uma companhia. O núcleo de resistência do batalhão deve cobrir a direção mais perigosa e ser organizado em "defesa nucleada".

A companhia de infantaria devem-se atribuir vários grupos de casas, cortados por duas ou três ruas penetrantes e duas ruas transversais ou um grupo de construções. Ela se reparte, em geral, em zonas de defesa de pelotão. Sua frente é de 500 a 700 metros, sua profundidade de 200 a 300 metros. Às vezes, ela tem de defender apenas um ponto de apoio, por exemplo: uma ou duas casas particularmente importantes, uma grande usina, etc.

O pelotão de infantaria defende um grupo de casas. Sua frente pode se estender até 300 metros e sua profundidade até 150 metros. Ele pode também ser encarregado de defender uma só casa, formando um ponto de apoio.

Todas as unidades que guarnecem um ponto de apoio são reforçadas com submetralhadoras, lançachamas, metralhadoras, sapadores, fuzis anticarros, se for o caso. Elas são apoiadas pelo fogo da artilharia, que ocupa posições desfiladas. O comandante da unidade de infantaria é o comandante do posto de apoio.

CONDUTA DO COMBATE

O reconhecimento pessoal dos comandantes de todos os graus tem uma grande influência sobre a conduta do combate. Ele exige muito mais tempo que para uma operação de campanha.

O comandante do regimento de infantaria determina o limite anterior da posição de defesa, o sistema de pontos de apoio, os núcleos de

resistência e os principais pontos de apoio das companhias. Ele determina as demolições e os obstáculos a estabelecer, organiza os apoios de fogo na frente da orla exterior, os pontos de contacto entre os batalhões, as direções eventuais de contra-ataques das reservas e as medidas destinadas a garantir-lhes a manobra.

Os comandantes de batalhões de infantaria e de companhia, depois de terem feito seu reconhecimento pessoal, organizam a defesa de seus pontos de apoio e núcleos de resistência, e a dos intervalos fixando-lhes as guarnições; designando-lhes sua missão, indicando as posições a designar às metralhadoras e aos canhões para o tiro à queima roupa, e fixando as direções dos contra-ataques.

Cada núcleo de resistência e ponto de apoio recebe seu plano de defesa que prescreve a missão, o plano de fogo, a defesa sobre todo seu contorno, a missão das unidades vizinhas, a missão da artilharia. Este plano prevê a organização de contra-ataques, as medidas a tomar no caso de perda de alguns pontos de apoio, a repartição de forças, as medidas a tomar em caso de ataque. Indica igualmente a repartição dos meios de fogo destinados: à defesa do ponto de apoio, a bater os intervalos, a cooperar na defesa dos pontos de apoio vizinhos, as medidas a tomar se o inimigo penetrar num desses pontos de apoio.

Emprego das diferentes armas

As tropas de Engenharia recebem missões variadas e importantes. Elas participam dos preparativos da defesa, em particular nos trabalhos de concreto, na camuflagem de pontos importantes, nos suprimentos d'água, na construção de abrigos sólidos para os Estados-Maiores, os hospitais, as reservas, na preparação das destruições eventuais (estações de eletricidade, pontes, postos telegráficos ou telefônicos, de armazéns, aquedutos, usinas), na construção de obstáculos anticarros e contra a infantaria (campos de minas, barricadas, armadilhas, redes de arame) seja na frente, seja

no interior da posição. Elas asseguram a destruição de certos edifícios, a eletrificação de certos obstáculos, o estabelecimento de camuflamentos e disfarces.

Artilharia — A artilharia aumenta a solidez dos pontos de apoio, apoia os contra-ataques. Os canhões de pequeno calibre e anti-carros são repartidos entre os pontos de apoio. As unidades de artilharia permanecem à disposição do comandante e são mantidas em condições de manobrar pelo seu fogo ou se deslocando.

A artilharia, atribuída aos pontos de apoio e aos núcleos de resistência, está subordinada aos seus comandantes e é utilizada em tiro direto ou a queima-roupa. Um oficial de artilharia é designado para comandá-la em cada núcleo de resistência; ele é o substituto eventual do núcleo.

Todos os canhões antiaéreos são constantemente mantidos em condições de intervir contra os objetivos terrestres.

Tanques e canhões de assalto

Eles reforçam certos pontos de apoio e núcleos de resistência, cooperando nos contra-ataques; constituem uma reserva à disposição do comandante das tropas de todas as armas. São empregados contra o pessoal e o material inimigos. São colocados em bateria em abrigos ou em trincheiras para carros e preparam-se várias posições para carros e canhões de assalto. Podem ser utilizados isoladamente como base de fogos móveis.

Lança-chamas e engenhos incendiários

São empregados para reforçar a defesa anticarro, contra o pessoal, ou para certas destruições.

Fumígenos

Eles são empregados para simular a manobra das reservas e o desencadeamento dos contra-ataques, disfarçar os pontos ou certos

pontos de passagem, seja nas orlas da cidade, seja no interior da mesma.

CONDUTA DO COMBATE DEFENSIVO

A defesa deve ser encarniçada e ativa. Esforça-se por infringir perdas ao inimigo por meio do fogo da artilharia, da aviação, de obstáculos estabelecidos pela engenharia desde os acessos da cidade, de destruir por um fogo bem organizado as tropas inimigas que tentarem tomar de assalto a cidade de repente, ao mesmo tempo que a orla. Os defensores de STALINGRAD empregaram largamente os contra-ataques nas orlas da cidade; eles enfraqueceram consideravelmente e perturbaram o adversário, e ele foi muitas vezes obrigado a preparar de novo e recomeçar seu ataque.

Toda penetração do inimigo na cidade deve ser em princípio liquidada por um contra-ataque decidido. Diz-se que a defesa de STALINGRAD foi um modelo de atividade muito grande dos defensores. Ela foi caracterizada pelas seguintes particularidades:

1º) Preparação cuidadosa do sistema de fogos de toda espécie para rechaçar o ataque e destruir as forças inimigas, concentradas para esse fim.

2º) Organização das formações da defesa em profundidade, permitindo respostas em todas as fases do combate, contra as tropas inimigas bem sucedidas numa brecha, e os ataques contra os pontos fracos do assaltante, em particular quando se patentearem lacunas entre eles e nos flancos descobertos.

3º) Ação de 2 escalões e de reservas para restabelecer a posição anteriormente estabelecida, retomar os pontos perdidos, fazendo-os apoiar por blindados, canhões pesados, lança-chamas.

4º) Enfim, largo emprêgo do fogo da infantaria, de atiradores de escol, de metralhadoras e de artilharia em tiro direto, de destruição de grupos, agindo sobre as retaguardas do inimigo.

O fator moral é de grande importância, o que permite a guarnições pouco numerosas e cercadas de apresentar uma longa resistência, causando assim ao assaltante perdas enormes, abatendo seu "elan".

Os defensores aproveitam para executar contra-ataques que lhes

dão a vitória. STALINGRAD constituiu um exemplo. Seus defensores seguiram uma regra inédita: todo ponto de apoio, toda fração de casa perdida não deve ser abandonada sem ordem, mesmo no caso de destruição pelo inimigo. E foi esta tenacidade que obteve a vitória.

MUNICÍPIO DE TAUBATÉ

(Estado de São Paulo)

Em boa situação financeira, o próspero Município de Taubaté vive sob a administração do Dr. José Luiz de Almeida Soares, que se empenha em realizações públicas, como sejam: calçamento, jardins, escolas, etc. Com uma renda orçada em Cr\$ 7.000.000,00, o Município mantém-se sem auxílio do Estado. Tem como principais fontes de renda os Impostos Predial, Indústrias e Profissões, Territorial Urbano e Rural e taxas diversas. A produção do café, arroz, feijão, batata, frutas, etc. é bem desenvolvida. Possui iluminação elétrica, uma estação de rádio e na imprensa: um diário, um semanário e uma revista. Mantém uma intensa vida social, com vários clubes, sobressaindo-se o Taubaté Country Clube que é o ponto de reunião da sociedade. O Setor educacional é admirável, possuindo uma Assistência Social bem desenvolvida com várias instituições.

As comunicações com as Cidades vizinhas são feitas por rodovias inter-municipais e municipais, com a Capital pela E.F.C.B. e rodovia "Presidente Dutra".

A população do Município é de 65.000 habitantes, possuindo apenas um único distrito, o de Quiririm.

A indústria e o comércio predominam entre as demais cidades do Vale do Paraíba.

CASA SANTA ANNA

ARMAZÉM DE SECOS E MOLHADOS

ENTREGAS RÁPIDAS — VENDAS EXCLUSIVAMENTE A DINHEIRO
ACOSTINHO PEREIRA

Rua Capitão Carlos de Moura, 67 — Tel. 84-J-20 — CAÇAPAVA
SAO PAULO

PONTO DOS OPERÁRIOS

DE

Brasilino Rosa de Campos

BEBIDAS E REFRIGERANTES

AVENIDA JOAO PESSOA, 230 — GUARATINGUETA — S. PAULO

Os Officiais dos Serviços na Escola de Estado-Maior

Maj. JOSÉ J. CAMERINO

De há muito, desde os primeiros anos de profissão, nas nossas atividades no setor Subsistência, em lide com os múltiplos problemas dos Suprimentos Classe I — cuja continuidade exige do S.I. a máxima identificação com a Tropa — firmamos convicção da necessidade de mais íntima cooperação nas relações entre as Armas e os Serviços.

Por mais duma vez, no comando de uma unidade de Intendência ou como instrutor de C.P.O.R., chegamos, igualmente, a duas conclusões:

- nenhum Serviço pode prescindir de tropa especializada;
- a instrução dessa tropa deve ser cuidadosamente ministrada sob o duplo aspecto militar-especializado e tendo em vista a formação de reservas treinadas.

Nos dias de hoje, é bem verdade, isso não constitui nenhuma novidade. Há quase vinte anos passados, porém, os Serviços eram considerados elementos puramente auxiliares e de fácil improvisação quando se fizessem precisos.

— Em 1932, no relatório de operações da 4ª Cia de Administração, na revolução de São Paulo, há observações que merecem ser relembradas:

"A deficiência absoluta de reservas especializadas da tropa de administração há de se fazer sempre sentir e dificultar a tarefa da Intendência nas operações militares em que tiver de se empenhar sem esse apoio preciso e indispensável."

"Se desde o tempo de paz as unidades de administração não dis-

puserem de formações primárias de preparo e instrução de todo o pessoal especializado empregado tanto na paz como especialmente na guerra;

Se não se puder, em espaço de tempo relativamente curto, desdobrar essas formações primárias dilatando-as aos efetivos de guerra indispensáveis às exigências das primeiras operações, estas serão sempre grandemente prejudicadas na sua eficiência em face da enormidade de embaraços quase intransponíveis que traz a falta de pessoal suficiente, capaz e devidamente enquadrado ao regime militar".

— Dois anos após, os números 6-7 de agosto e setembro, da "Revista de Intendência", divulgavam sob o título "As relações da Intendência com os outros Serviços", judiciosos conceitos do intendente militar G. Nony, no seu livro "L'Intendance en Campagne", referendado pelo General H. Langlois.

É interessante repetir aqui alguns desses trechos que um quarto de Século (a 3ª edição é de 1925) não os tornou menos oportunos.

Diz o Gen. de Art. H. Langlois referindo-se ao livro de Nony:

"Sente-se uma profunda convicção nas vossas palavras; essa fé ardente e comunicativa que sabe dar um certo encanto até aos mais áridos assuntos, Amais ao vosso Corpo e quereis vê-lo grande, respeitado e mantido no seu verdadeiro lugar.

Especialmente atraíu-me a página em que é exposta a concepção das relações entre a Intendência e os outros Serviços e em que en-

sinais, aos nossos jovens camaradas, sua conduta, desde o tempo de paz para com os Estados-Maiores.

Sim, a colaboração entre esses dois grandes Corpos não pode ser fecunda se não fôr preparada durante a vida de guarnição por relações cordiais, uma estima e confiança recíprocas.

"Dai os primeiros passos", aconselhais aos vossos alunos.

Espero, por outro lado, que os oficiais de estado-maior compreendam também essa lição que igualmente os interessa e lhes direi, por minha vez: "Essa cordialidade não deve ser somente aparente; é no serviço que se deve manifestar. Não negligencieis o aviso da intendência, não procureis sobretudo substituí-la. Seria uma tarefa demasiado pesada a acrescentar aos vossos já formidáveis encargos. O serviço sofreria gravemente e nada ganhariais com essa sobrecarga de responsabilidades que estão afetas àqueles para elas naturalmente indicados.

É a tropa que reclama a vossa atividade: fazei-a marchar, combater. Aos outros serviços, sob a diretiva do Estado-Maior, cabe o cuidado de a prover. Evitai a confusão de poderes. A união deve nascer dum pensamento comum, dum coração comum.

Muito tenho me batido durante toda minha vida militar pela ligação das armas para não deixar de me sentir feliz, em ver, preconizar-se, presentemente, essa mesma ligação entre os serviços."

As palavras de Nony :

"Na Divisão, as relações do intendente militar com o general comandante e seu estado-maior, são constantes: uns e outro trocam idéias sobre a situação, suas consequências e as medidas que poderão decorrer. Assim — e somente assim — o jogo dos serviços poderá ser constantemente ajustado aos movimentos da tropa, que o estado-maior terá preparado seguindo as ordens do General. E se algumas soluções podem ser apreciadas, nenhuma delas poderá ser estudada sem se ter em conta as

necessidades administrativas, particularmente as de alimentação.

Só dessa forma o general comandante terá, então, todos os elementos indispensáveis para a escolha judiciosa duma solução definitiva e dar suas ordens.

Ao intendente cabe orientar as unidades, aumentar seu bem-estar por uma utilização razoável e bem coordenada dos recursos regulamentares e locais: deve saber tirar partido de tudo e sempre que possível praticar as substituições econômicas. Esclarece ao General e se interessa não somente em realizar as suas ordens, como procura tornar possíveis e fáceis todos os melhoramentos desejados pelo seu Chefe.

O fim do intendente, nos diversos escalões da organização administrativa dos Exércitos, é dum colaborador do comando, estando constantemente ao corrente dos projetos militares e esforçando-se em combinar os recursos administrativos de que dispõe para assegurar a realização desses projetos.

É assim que devemos conceber essa união, essa ação concordante do comando e da administração, sem as quais as operações militares não se poderão desenrolar com inteiro sucesso: A associação íntima, a confiança recíproca, as relações amigáveis do Estado-Maior e da Intendência são para um Exército força moral considerável, condição essencial da boa manutenção das tropas, da boa execução dos movimentos e, em suma, do êxito.

Mas, não basta que essa união esteja inscrita implicitamente nos regulamentos; torna-se preciso que seja desejada por todos. É necessário que ela persista nos espíritos e nos corações e que se manifeste desde a vida de guarnição, nas múltiplas circunstâncias em que o estado-maior e a Intendência acham-se sempre em contacto.

Faz-se mister, absolutamente, que os dois corpos se conheçam e se apreciem. É preciso que todos os oficiais de estado-maior saibam exatamente até onde se estende sua ação em matéria administrativa e onde ela se deve deter; que sintam o momento em que seja útil

apelar para a intendência e lhe dar voz consultiva nas deliberações do comando.

Por outro lado, todos os oficiais de intendência devem possuir suficientemente a técnica dos seus serviços e especialmente do serviço de alimentação, para em qualquer momento, mesmo no decorrer trágico da batalha, apreciarem rapidamente e com segurança o melhor emprego a fazer dos meios de ação de que dispõem, a fim possam corresponder às intenções do comando; é preciso que estejam sempre prontos a pôr à disposição do chefe militar toda a sua experiência, todo o saber, toda a atividade para *discernir a situação por quaisquer dos meios realizáveis, para tornar possível o que parece impossível, no dizer enérgico e feliz de Von Der Goltz.*

Torna-se preciso ainda, e enfim, para que a colaboração seja fecunda, que os oficiais das duas categorias estejam habituados a *pensar da mesma forma*, que suas educações sejam paralelas, empreguem sempre a mesma linguagem técnica. Além da comunidade de querer, deve haver uma certa comunidade de inteligência e de ciência.

Que o Corpo de Intendência persuada-se, por conseguinte, que é do seu dever — dever aliás no cumprimento do qual só colherá geral aprovação e vantagens — manter com o Comando e o Estado-Maior relações contínuas, amigáveis e de aproveitar todas as oportunidades para mostrar seu verdadeiro valor, bem como a estima e confiança de que é digno, desempenhando-se integralmente e de boa vontade de todos os seus encargos, toda vez que as circunstâncias o permitirem.

Mas isto não é senão os fatores morais dessa colaboração. Os regulamentos esclarecem com precisão os âmbitos das atribuições, direitos e deveres de cada um.

Assim serão evitados os choques e os desgostos, que a boa vontade somente, mesmo assegurada duma e doutra parte, não basta sempre para evitá-los.

A Intendência está, também, frequentemente, em contacto com

outros serviços. Deve conhecê-los e ter para com eles a mesma cordialidade, franqueza de proceder. Saúde, Material Bélico, Engenharia, etc., todos têm pontos comuns com ela. Que os acolha com o desejo de lhes ser agradável e de facilitar sua tarefa. Assim agindo, só poderá encontrar sentimentos recíprocos e a ação comum ganhará em eficiência e facilidade".

— Como instrutor-chefe do Curso de Intendência do C.P.O.R. de Juiz de Fora, apresentávamos em 1940, proposta dando nova orientação ao referido Curso e concluíamos:

"A disponibilidade de reservas treinadas é evidentemente um fator de decisiva importância e a complexidade sempre crescente da arte da guerra exige uma preparação acentuadamente mais difícil e demorada.

Para o oficial de intendência, por exemplo, não lhe bastam apenas seus conhecimentos especializados e instrução militar geral de até então.

O poder de penetração dum Exército adversário anulou há muito o ambiente de segurança e relativa tranquilidade que existia antigamente na "Zona da retaguarda". Doravante irá ser preciso que todo órgão fixo ou móvel de abastecimento esteja em condições de se defender com seus próprios meios contra um ataque aéreo, uma horda de pára-quedistas ou a surpresa da incursão dum ataque pesado — pelo menos durante o tempo suficiente à chegada de recursos mais poderosos.

Para isso ser conseguido, será preciso que cada homem se torne num combatente e o oficial que dirige seja que formação for, esteja apto a enfrentar uma situação de combate.

É óbvio que ao nosso meio particular não se ajustam, integralmente, todas as inovações surgidas, mas não menos evidente é que modificações profundas terão de ser iniciadas, desde agora, no sentido duma "adaptação inteligente" e "flexibilidade de espírito" indispensáveis".

— Nossa constante preocupação em ver a Intendência adotar uma organização e preparação condizentes com a evolução dos Exércitos modernos, levaram-nos a pedir abrigo à "Revista de Intendência" para os artigos:

"A Reserva de Intendência" (número 16, de VI-935);

"O problema das reservas do S.I. e a sua preparação" (número 65, de jan.-fev./1941);

"A instrução nas formações de Intendência" (n. 66, de março e abr/1951);

"A preparação da tropa de Intendência" (n. 4, de jul.-ago./1942).

Repetimos a transcrição que fizemos, no último artigo, desse trecho do Brigadeiro E.D.H. Tollemache, do Exército Britânico:

"A mecanização revolucionou o campo de batalha moderno. Nas guerras anteriores podia ser estabelecida uma linha bem marcante entre os deveres das unidades combatentes e os das unidades administrativas. As denominadas tropas combatentes lutavam, ao passo que as tropas administrativas concentravam o seu esforço no fornecimento, às primeiras, das suas numerosas necessidades.

Atualmente, entretanto, as divisões blindadas com os seus "tanks" guiados pelo rádio funcionando dos aeroplanos e auxiliadas por bombas lançadas do ar e por tropas transportadas por via aérea, que podem ser desembarcadas com os respectivos canhões, "tanks" ligeiros, munições, serviço médico e de suprimentos, desenvolveram de tal maneira o espaço do campo de batalha que todos os soldados devem, hoje em dia, aprender a manejar as suas armas, quer se encontrem no verdadeiro campo de luta, quer nas oficinas e depósitos, a centenas de milhas à retaguarda".

Bastantes coisas têm concorrido nos últimos tempos para comprovar, pela sanção dos fatos, a procedência dessas idéias até então aceitas com algumas restrições, ou tidas como concepções talvez avançadas demais para alguns.

A admissão, agora, dos oficiais de intendência no Curso de Estado-Maior e Serviços da Escola de Estado-Maior é, sem dúvida, o coroamento das aspirações muito meros desses oficiais, mas do próprio Serviço de Intendência.

Lá fomos encontrar, quicá, surpreendidos e confortados, a aplicação integral de todos os preceitos que desejávamos professados no nosso Exército. E as palavras de Nony como que se corporizavam aos nossos olhos...

Sobretudo tocou-nos à sensibilidade profissional a maneira com que são estudados os problemas dos Serviços, em condições de realidade com os de Tática Geral. Nas manobras de ação simples e dupla ação, não raro, as possibilidades do G 4 influíram preponderantemente nas decisões do Comando.

As novas gerações de oficiais de estado-maior, pelo que temos podido observar, têm um profundo senso logístico e inteira compreensão do papel dos Serviços conjugado à ação do Comando.

A passagem dos oficiais dos Serviços pelos bancos dessa alta Escola irá habilitá-los a pensar da mesma forma, usar da mesma linguagem, técnica que seus camaradas de estado-maior; dar-lhes-á uma certa comunidade de inteligência e de ciência, moldada nas suas educacões tanto quanto possível paralelas.

Terão, além disso, a oportunidade de melhor conhecer e por isso apreciar a espinhosa e delicada missão do oficial de estado-maior, para, no serviço corrente, aceitarem com mais compreensão e cooperação certas exigências parecendo às vezes descabidas, devido, justamente, à falta duma aproximação mais íntima e recíproca.

O desconhecimento da técnica de estado-maior — pelo menos na Intendência e especialmente no setor Subsistência — vem sendo causa, por certo, de persistir uma organização e método de funcionamento que não se ajusta bem ao sistema geral do qual o estado-maior é, naturalmente, o centro de equilíbrio.

Portanto, torna-se mister, que a experiência de muitos anos de alguns oficiais de intendência na sua especialidade, caldeada agora com os ensinamentos havidos na E.E.M., venha servir muito breve, sem fustigar as condições próprias do nosso meio e possibilidades, para o encontro duma fórmula que melhor se ajuste como parte integrante do todo.

De modo geral, a questão consiste numa organização de tempo de paz orientada para a guerra, perfeitamente entrosada no sistema, com capacidade de rápida mutação (similitude de formação e funcionamento na paz e na guerra), desdobramento e disponibilidade de recursos imediatos em pessoal e material devidamente especializados.

Não é lícito ainda formar conclusões definitivas que levem até às minúcias. Múltiplos e novos ensinamentos nos aguardam; conquistado todo um precioso acervo, vencidas as etapas de aluno, será

possível, após, com calma, estudo e meditação, encontrarmos o caminho acertado para uma sugestão realmente de valor.

Uma nova e brilhante turma de oficiais de intendência — a maior até agora — acaba de ingressar na E.E.M.: isso representa valiosa contribuição e esperancosa promessa para melhor eficiência da organização e preparação técnica do S.I.

Dado o impulso inicial, é de se esperar, brevemente, os reflexos benéficos dos novos conhecimentos e aprendizagem que irão preencher uma lacuna no seio do Serviço.

— Nos últimos anos da nossa terceira década de serviço, é confortante assistir a prática e realização de muitas opiniões que desde tenente esposamos; por que, hoje como ontem — como lá se disse de Nony — “amo ao Corpo de Intendência e desejo vê-lo grande, ressaltado e mantido no seu verdadeiro lugar”.

MUNICÍPIO DE APARECIDA DO NORTE

(Estado de São Paulo)

Fundado em 17 de dezembro de 1928, aufera suas rendas principalmente dos Impostos de indústrias e profissões e predial. Assim como das produções de leite, arroz, cereais e da indústria de papel mantida pela Fábrica “N.S. Aparecida”.

A instrução é ministrada por três Grupos Escolares, Seminário e Escolas Primárias e a Assistência Social dispõe de uma Santa Casa, Asilo-Vila Cincetina, Pótos, etc.

Sua situação financeira é satisfatória, sendo de Cr\$ 1.800.000,00 a receita prevista. Com esses recursos, a atual administração do Sr. Américo Alves Pereira Filho constrói obras públicas: água na cidade e no distrito de Roseira, esgotos em toda a cidade, calçamento, etc.

O Município está situado no Nordeste do Estado, tem 250 km quadrados de superfície e 15.650 habitantes. Possui iluminação elétrica e vias de comunicação por rodovias e pela E.F.C.B.

A imprensa é constituída pelo Santuário de Aparecida, Ecos Marianos e está sendo montada uma Estação de rádio.

A cidade recebe anualmente mais de 1.000.000 de visitantes devotos de Nossa Senhora Aparecida.

QUADRICULAÇÃO DE FOTOGRAFIAS – FOTOCARTAS

REFERENCIA E LOCALIZAÇÃO DE PONTOS EM FOTOCARTAS

Cap. Cav. CÍCERO AMARANTE IMBUZEIRO
Chefe do Dep. Foto-Informação da E.I.E.

Inicialmente, devemos declarar que jamais tencionávamos vir a público, escrevendo sobre o assunto com que titulamos estas linhas. Em nossas aulas, em nossos polígrafos, e junto a autoridades responsáveis pela unificação e bom-senso da Instrução no Exército, batalhamos e muito sobre o que preconiza a Escola de Instrução Especializada no tocante à quadriculação de fotografias aéreas e de mosaicos, tornado-os assim em fotocartas; a E.I.E., um vasto campo de especialização, um laboratório experimental, uma elaboradora e uma difusora constante de vários ramos da Instrução, e em algumas vezes a única fonte em que se podem haurir certos conhecimentos em nosso Exército — a E.I.E. pode e deve preconizar métodos, processos, enfim, tudo aquilo que esclareça, unifique e uniformize a Instrução.

Em “A Defesa Nacional” número 437 de dezembro último, certo articulista, descrevendo a E.I.E., encerrou seu trabalho conchitando seus componentes a trazerem às páginas da revista o produto de sua experiência, de seus estudos, a fim de divulgarem aos camaradas os resultados de seu honesto labor e difundirem cada vez mais, no nosso meio, as instruções da Escola. Estimulados, então, por este ponto de vista, é que resolvemos publicar a nossa aula sobre o assunto já citado, pouco mais do que transcrever o “polígrafo” editado pela Secção de Notas da Escola.

Afirmamos aos nossos colegas que não nos move o desejo de ver nosso nome escrito em letras de forma, em cabeçalhos como autor de artigos; os que conhecem nosso íntimo sabem bem desta verdade. Garantimos que nosso intento é unicamente batalhar pela unificação de um assunto que tem uma perigosa tendência para ser controvertido; mostrar o que a E.I.E., depois de acurados estudos, com experiência, preconiza; difundir um ponto de vista que, depois de minuciosamente exposto à mais alta autoridade do Serviço Geográfico do Exército, não sofreu reprovação.

Esclarecemos ainda que, por economia de espaço, não vamos fazer aqui a defesa do ponto de vista do Departamento de Foto-Informação da E.I.E., mas tão somente fazer sua exposição. Já o defendemos várias vezes: perante o Diretor do S.G.E., quando tivemos a honra de mostrar-lhe nosso objetivo, ocasião em que recebemos palavras de estímulo; em uma aula de duas horas, para os estagiários mais recalcitrantes que já passaram pelo nosso Departamento; junto a certos “experts” americanos, quando lhes mostramos que o seu TM permite confusão, e que por isso as fotocartas norte-americanas não seguem seu próprio manual; e em outras ocasiões que seria ocioso enumerar. Julgamo-nos aptos a defendê-lo sempre que a tanto formos convocados.

Dividiremos nossa exposição em dois grandes parágrafos:

A) Quadriculação Normal de Referência;

B) Quadriculação Convencional de Fotocartas.

As cartas do Serviço Geográfico do Exército (S.G.E.) do "tipo normal" são previstas na escala de 1:50.000 e, excepcionalmente, 1:25.000, e a quadriculação é de 4 (quatro) centímetros. Esta é também a quadricula indicada para ser adotada na quadriculação de fotografias.

A) Quadriculação Normal de Referência — (ver C-6-40, letra b), n. 150, página 206).

a) Numa fotografia vertical isolada, a quadriculação deve ser tal que, estando essa fotografia com as inscrições marginais na posição normal de leitura, uma linha A A passe pelos índices de colimação dos lados superior e inferior, e uma linha M M passe pelos índices existentes nos lados esquerdo e direito, cruzando-se então no ponto principal da fotografia (Figura 1). Cada quadricula

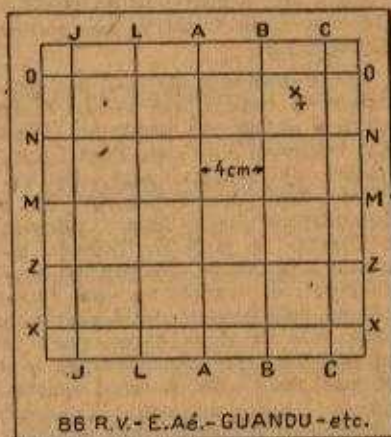


FIG. 1 - Quadriculação normal de referência (caso de uma fotografia isolada)

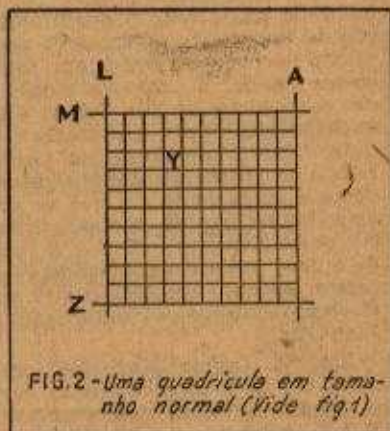
deverá medir 4 (quatro) centímetros de lado. Da linha A A para a direita, receberá cada elxo paralelo as designações B, C, D... etc.; e para a esquerda, a desig-

nação será L, I.... etc. Do mesmo modo, M M para cima, a cada 4 centímetros, linhas horizontais N, O, P.... etc., e, finalmente, de M M para baixo, linhas Z, X, U.... etc.

b) Para a referência de pontos no caso em estudo, cita-se: o cruzamento das linhas que constituem o canto inferior esquerdo da quadricula; e depois dois Algarismos, sendo o primeiro o número de décimos de 4 centímetros que se deve medir para a direita, e o segundo o número de décimos que se deve contar para cima, tudo referido ao cruzamento citado.

Em resumo: cita-se a quadricula, a abscissa e a ordenada em relação ao canto inferior esquerdo desta quadricula.

Por exemplo, na figura 1, o ponto X tem como coordenadas de referência BN 65, e do mesmo modo o ponto Y, da figura 2, tem como coordenadas LZ 47.



Quando o ponto a ser amarrado puder originar dúvidas no tocante à precisão de sua localização, a designação deverá ir até centésimos, ou seja, além da quadricula citem-se quatro algarismos, significando os dois primeiros a abscissa e os dois últimos a ordenada.

B) Quadriculação Convencional de Fotocartas.

Para a quadriculação de mosaicos (reunião de duas ou mais fotogra-

fias, etc.) poderão surgir três casos:

a) Fotocartas organizadas com mosaicos controlados: é de toda a conveniência que tenham a quadriculação quilométrica da carta (controle);

b) Fotocartas cujo objetivo seja fazer a quadriculação de um quilômetro ($D = 1 \text{ km}$), ver figura 3.

Neste caso, as quadriculas representam um quilômetro no terreno que é visto na fotografia. Faz-se origem da quadriculação no canto inferior esquerdo do mosaico que recebe a designação 00, sendo as linhas verticais numeradas seguidamente 01, 02, 03..... 10, 11..... 20, 21..... etc., e as horizontais também a partir de 00, em 01, 02..... 09, 10..... 20 etc. A

quadricula varia com a escala: será de 5 (cinco) centímetros se a escala for de 1:20.000; será de 10 (dez), centímetros se na de 1:10.000; medirá 8 (oito) centímetros se na escala de 1:25.000, e assim por diante. Os pontos numa fotocarta com quadriculação quilométrica deverão ser referenciados como em uma carta comum: coordenadas hectométricas ou decamétricas ou métricas. Por exemplo: pontos I e D da figura 3, na quadriculação a que se refere o presente caso, terão as seguintes coordenadas hectométricas e decamétricas, respectivamente:

I (04,8 — 04,8);

D (01,67 — 02,63).

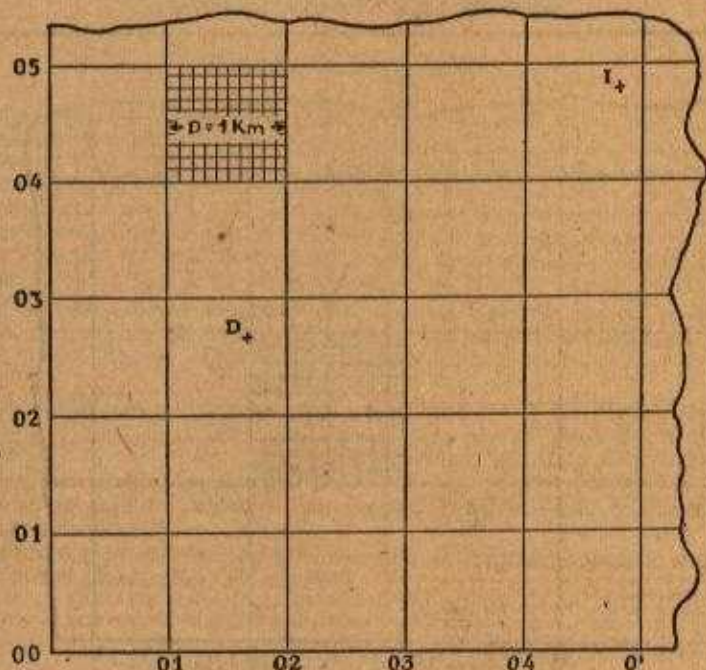


FIG.3-Quadriculação convencional de Foto-Cartas
(caso em que a quadriculação é por "Quilômetro")

c) *Fotocarta sem quadriculação quilométrica*: este é o caso mais comum e nele será usada a quadriculação convencional de 4 (quatro) centímetros, não importando a escala das fotografias. A origem será o canto inferior esquerdo, que receberá a designação A; para a direita, separadas de 4 centímetros, verticais designadas por uma letra do alfabeto (português) na ordem direta, isto é, B, C, D, ..., U, V, X e Z; para cima também a partir de A, horizontais com o mesmo intervalo, designadas também do mesmo modo. No caso do mosaico ser muito grande, de modo a empregar, num sentido ou nos dois, todas as letras do alfabeto, as linhas restantes serão designadas, a partir de Z, por AA, BB, CC, ..., etc., de maneira tal a não haver duplicidade de quadriculas. Para referenciar-se um ponto em uma fotocarta quadriculada

dêste modo, procede-se da mesma maneira que foi dita no caso de uma fotografia isolada. Por exemplo, na figura 4, os pontos 1 e 2 serão assim designados:

1 — CC 73;

2 — BA 58.

Recapitulando:

a) As fotografias isoladas serão quadriculadas usando-se a *Quadriculação Normal de Referência*;

b) As fotocartas oriundas de mosaicos controlados deverão obedecer à *Quadriculação da Carta Controle*;

c) As fotocartas oriundas de mosaicos não controlados são quadriculadas empregando-se a *Quadriculação Convencional de Foto-Carda*; as quadriculas poderão representar um quilômetro no ter-

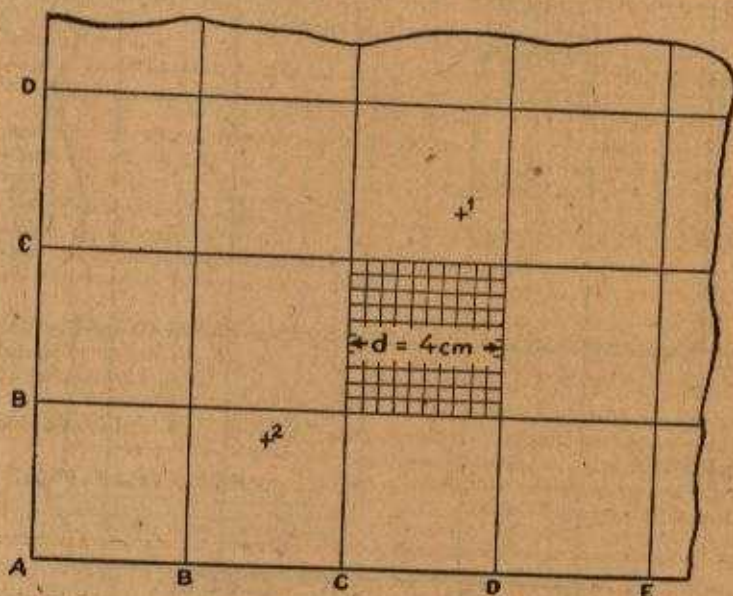


FIG.4-Quadriculação convencional de Foto-Cardas.
(caso de quadriculação arbitrária)

reno ou de 4 (quatro) centímetros se não houver tal preocupação, sendo, entretanto, obrigatório o canto inferior esquerdo do mosaico para origem da quadriculação.

Finalizando, temos a dizer: Em português, além dos "polígrafos" do Departamento de Foto-Informação da E.I.E., onde são mencionados todas as fontes de consulta, encontramos abordando o assunto de quadriculação de fotografias aéreas o C-6-40, no seu parágrafo 150, página 206, regulamento que é uma tradução do similar americano; nada especifica sobre quadriculação de mosaicos.

Isto nós vamos encontrar num manual americano TM-5-240 (Aerial Phototopography) de 1944 que, no seu parágrafo 78, página 63, cita que o seu congêneres AR-

300-15 prescreve para a quadriculação de mosaicos não controlados a mesma que é mostrada na figura 68 da página 207 do nosso C-6-40, ou seja a de uma fotografia isolada — grande disparate, como a prática vem demonstrando: até hoje não seguem os americanos seu próprio regulamento neste particular; desejávamos ver uma fotocarta norte-americana assim quadriculada, pois as dezenas que temos em nosso Departamento (norte-americanas, é claro), o são de outro modo.

Além disso, é preciso reconhecer que... (quase nos fomos esquecendo que nos propuséramos a não defender o ponto de vista do Departamento de Foto-Informação da E.I.E., e tão somente o apresentar aos camaradas).

MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ

(Estado de São Paulo)

Município que compreende duas regiões: uma ao norte, montanhosa e atravessada pelos contrafortes da Serra da Mantiqueira, outra vasta, constituindo uma linda planície banhada pelo Rio Paraíba. Sua criação data de 26 de novembro de 1896, tendo 183 km quadrados e uma população de cerca de 8.971 habitantes. Mantém-se de seus recursos próprios, com uma renda orçada de Cr\$ 620.000,00, cujas principais fontes de renda são os Impostos Predial, Territorial Urbano, Indústrias e Profissões, taxas diversas, e as produções de arroz, feijão, milho, batata, tomate, frutas, etc.

É notável a atual administração, mantida pelo Sr. Agostinho Manfredini, que se esforça pelo melhoramento das estradas municipais: Maristela, Poço-Grande, Mato Dentro; reparações diversas e abertura de novas ruas.

As instituições culturais do Município constam de um Grupo Escolar "D. Manoel Cabral" e seis Escolas isoladas. As de Assistência Social compreendem o "Parque Infantil Irmão Leonardo", uma Associação de Puericultura "Monteiro Lobato" e o Posto de "Picapau Amarelo".

A iluminação da Cidade é mantida pela Empresa de Eletricidade São Paulo e Rio S/A.

O Município encontra-se ligado à Capital do Estado pela E.F.C.B. e aos outros Municípios por rodovias.

ORQUIDIÁRIO N. S. APARECIDA

Plantas — Flores — Musgos — Chácaras em Aparecida e Putim
CINCINATO RIBAS

Rua Visconde de Guaratinguetá, 336 — Tel., 105 — Guaratinguetá
Estado de São Paulo

A COMPANHIA DE CARROS REGIMENTAL

Lieutenant Colonel GEORGE B. PICKETT, JR.
Traduzido do "Infantry Journal" de junho de
1950, pelo Cap. JOÃO B. SANTIAGO WAGNER,
do E.M. da 6ª D.I.

O novo quadro de organização dá ao Comandante do Regimento de Infantaria uma Companhia de Carros — como irá ele empregá-los?

Durante a 2ª Guerra Mundial, a maioria das Divisões de Infantaria dispunha, à sua disposição, de um Batalhão de Carros e de um Batalhão de Destruidores de Carros — isto quando surgia a necessidade de apoio. Ainda que organizadas e treinadas para apoiar as Divisões de Infantaria, estas unidades não pertenciam à Divisão — pertenciam ao Exército ou ao T.O. Este processo apresentava algumas deficiências.

Não permitia que as unidades de carros e de Infantaria treinassem em conjunto, nem desenvolvessem o necessário espírito de equipe antes do combate.

Não havia, por outro lado, um número suficiente de Batalhões de Carros para permitir que cada Divisão de Infantaria tivesse o seu. Isto obrigava a que os carros fossem transferidos de uma Divisão para outra. (Em um mês, na Itália, um B.C.C. combateu com sete Divisões de Infantaria diferentes, resultando disso que as seis últimas Divisões sempre pensaram que obtinham um Batalhão de Carros descansado). Esta mudança constante tinha duas consequências desagradáveis: dava ao pessoal dos carros o sentimento de que não possuíam o seu "lar" e as unidades de infantaria não podiam ter a certeza de que os carros ficariam sempre à sua disposição.

Estas deficiências foram reconhecidas e a organização atual da Divisão de Infantaria prevê um Batalhão de Carros orgânico, da mesma forma que cada R.I. dispõe de sua Companhia de Carros. Esta organização dá, para a D.I., o valor de cerca de dois B.C.C. Por outro lado, a nova organização possibilita ao Cmt. do Regimento dispor de carros provenientes de dois lados — de sua Companhia de Carros orgânica e os que lhe podem ser postos à disposição pela D.I. Neste artigo veremos apenas a Companhia de Carros Regimental (C.C.R.).

A Companhia de Carros Regimental compõe-se da Companhia de Comando e de quatro Pelotões de Carros. A Cia. Cmdo. consta de três Seções: a Seção de Comando, a Seção de Manutenção e uma Seção Administrativa, Rancho e Suprimentos. A Sec. Cmdo. inclui o Cmt. da Cia. e o pessoal que o auxilia em suas funções de comando. Dispõe de dois carros M 45 armados com obuses de 105 mm e uma viatura transporte de 1/4 de tonelada. A Sec. Mnt. compreende o pessoal para a reparação e manutenção do equipamento da Cia. É fiscalizada pelo subcomandante, que também é o oficial de motores da Cia. Acha-se dotada com uma viatura-socorro, uma viatura blindada para uso geral e um transporte de 1/4 de tonelada. A Sec. Adm. desempenha as tarefas normais relativas aos serviços. Para isso, dispõe de dois caminhões de 2 1/2 toneladas.

Cada um dos quatro Pelotões de Carros consta do Cmt. do Pelotão,

nobrar ou atuar pela ação do choque e de explorar uma brecha.

Um Cmt. de Regimento deve decidir se a missão pode ser cumprida, com maior eficiência, unicamente pela Infantaria, pela Infantaria apoiada por carros ou pelos carros apoiados pela Infantaria. De acordo com a missão, a situação do inimigo, o terreno e a vantagem de emprêgo de outros carros eventualmente postos à disposição do Regimento, o Comandante considera as possibilidades dos carros e certifica-se de que os mesmos serão empregados explorando-se, ao máximo, as suas características.

Como assim procederá, consideraremos mais adiante.

O Cmt. da Companhia de Carros comanda sua Companhia diretamente e usando sua cadeia de comando. Para dar missões aos seus subordinados deve levar em conta suas características individuais e suas personalidades.

Deve fazer contínuos exames da situação, levando em conta as possíveis linhas de ação, apresenta sugestões ao Cmt. do R.I. e vai até o fim, por meio de uma execução vigorosa, decorrente de uma eficiente conduta, porém a mais simples possível. Para cumprir sua missão, usa todos os meios de comando e solicita novos meios, sempre que possam ser empregados, em sua Zona de ação, com eficiência. Trabalha em íntima ligação, com outras unidades, na referida zona.

Vale-se da observação, de patrulhas, da ligação e do pessoal de reconhecimento, para manter a segurança e preparar operações futuras. Dá missões precisas aos seus subordinados e mantém-se informado do cumprimento delas, prestando-lhes auxílio quando necessário. Permanece onde melhor possa controlar a ação de sua Companhia. Em situações críticas, vai para onde julga que sua presença melhor possa influir na ação. Somente ele é o responsável pelo que sua unidade faz ou deixa de fazer. Por ser o oficial especializado no emprêgo dos carros e na luta contra os engenhos blindados, o Cmt. da Cia. faz parte do E.M. do Regimento.

O Subcmt. é o oficial de motores da Cia. e o substituto eventual do Cmt. É o responsável pelo funcionamento do P.C. e por todas as funções de manutenção da Cia.

O Cmt. do Pelotão de Carros instrui seu Pelotão e o comanda no combate. A fim de manter a eficiência de sua unidade e sempre elevado o moral em sua fração, deve conhecer a fundo a capacidade e a personalidade de seus homens.

O rádio é o principal meio de transmissão empregado pela Cia. de Carros. É utilizado para transmitir ordens de combate, no controle do tiro, transmissão de informações, ordens administrativas e ligação.

Empregado pelas unidades com grande mobilidade, onde as transmissões telefônicas ou por outros meios tornam-se difíceis, ou às grandes distâncias, onde os outros meios são impraticáveis e, também, nas transmissões aéreo-terrestres. Sob certas condições, o rádio é o único meio eficaz. Sua vantagem principal sobre outros meios de transmissão é o relativamente alto grau de mobilidade e flexibilidade. No entanto, o rádio tem certas limitações. É suscetível de interferência pelas condições atmosféricas e pelas estações amigas e inimigas. O alcance da transmissão é restringido pelo terreno; pela possibilidade de desvendar (através do equipamento inimigo de localização) o número aproximado, tipo e localização dos transmissores rádio em operação; e pela quebra do sigilo (através do sistema inimigo de análise do tráfego) do dispositivo e provável movimento de tropas. Este método de obter informações, pelo inimigo, não exige equipamento de radiogoniometria ou análise criptográfica.

Estas limitações podem ser reduzidas por meio do aprimoramento da técnica de cada um dos operadores de rádio (incluindo os chefes de carros e de outros veículos).

Além do rádio, as transmissões podem ser suplementadas pelo telefone, por meio de mensageiros e pela sinalização ótica e acústica. Em situações de movimento, quando o

telefone não pode ser utilizado, a Cia. de Carros dispõe de outros meios suplementares de transmissões. Entretanto, em situações de estabilização, o emprêgo do telefone é preferível. Uma razoável habilidade nas transmissões com fio empregadas na Cia. de Carros não requer o mesmo grau de instrução que é exigido pelo emprêgo das transmissões pelo rádio. A segurança oferecida pelo telefone é muito maior do que a que nos dá o rádio. O material telefônico da Cia. de Carros é constituído do quadro comutador leve de emergência SB-18/GT, de telefones EE-8 e de suficiente quantidade de cabos de campanha, o que permite estabelecer uma limitada rede telefônica. O chefe das transmissões, o corneteiro ou qualquer outro pessoal disponível instalam e conservam as linhas telefônicas e operam a central.

Ainda que não constem agentes de transmissão dos quadros de organização e efetivos, certos homens, inclusive o motorista da viatura de 1/4t podem ser empregados como mensageiros ou estafetas motorizados.

A sinalização ótica é um meio auxiliar utilizado pela Cia. de Carros com o fim de suplementar as transmissões rádio. Seu uso depende do tipo do combate, da proximidade do inimigo, do terreno e das condições atmosféricas. É indicada, com vantagem, para transmitir rapidamente mensagens convencionadas a pequenas distâncias, mas não é ordinariamente empregada quando possa revelar uma posição ou atrair o fogo sobre as tropas amigas. Os tipos de sinalização ótica empregados pela Cia. de Carros incluem a sinalização por gestos, bandeirolas, artificios, painéis e luzes. Cada carro leva um jogo de bandeirolas, que consiste do respectivo estôjo e de bandeirolas vermelha, alaranjada e verde. A sinalização ótica é empregada para fazer o controle das marchas, nas zonas de reunião, nas linhas de partida, durante o aproveitamento do êxito e quando outros meios de transmissões não podem ser utilizados. Os sinais óticos podem atrair o fogo

inimigo e, por isso, os elementos mais avançados raramente podem fazer uso deles.

O código em vigor da sinalização por artificios, no âmbito do R.I., normalmente consta das Instruções para a Exploração das Transmissões (I.E.T.). O emprêgo desse tipo de sinalização é limitado não só pelo número e tipo dos artificios, como também pela luz e condições atmosféricas.

Os jogos de painéis, constam do respectivo estôjo e de dois painéis coloridos de balizamento; podem ser empregados para indicar a progressão e a posição das tropas no combate, para identificar colunas motorizadas amigas sobre estradas ou para assinalar determinados veículos em uma coluna. Os significados dos vários painéis e também como e sobre que tipos de veículos devem ser estendidos, constam das I.E.T. e da Ordem para as Transmissões. Durante a noite e quando a situação tática o permitir, podem ser empregados sinais luminosos para transmitir mensagens simples de controle.

Os sinais acústicos só são empregados em situações de emergência. Sua principal vantagem é a economia de tempo, pessoal e material. São utilizados para dar alarme, atrair a atenção ou para transmitir mensagens curtas e convencionadas, a pequenas distâncias. Vários expedientes podem ser usados, tais como longas ou curtas rajadas de metralhadora, um número certo de tiros de pistola ou fuzil e businadas de viaturas.

Todos os oficiais de Infantaria (e não somente os oficiais da Companhia de Carros) devem estar perfeitamente a par do emprêgo dos carros no combate. O peso e o tamanho dos carros devem sempre ser considerados. Antes de qualquer deslocamento, devem ser procedidos reconhecimentos de pontes e do terreno, tendo em vista sua praticabilidade. Frequentemente torna-se necessário reforçar as pontes ou construir pistas com toros de madeira sobre o terreno mole. Botes ou balsas são necessários nas travessias de cursos d'água. A grande silhueta dos carros tornam-

nos fáceis de serem identificados, especialmente quando se deslocam em terreno descoberto ou numa linha de crista. O barulho do carro — muitas vezes ouvido a vários quilômetros — desperta a atenção de um inimigo que esteja alerta. Os motoristas devem ser treinados para evitar a aceleração rápida e dirigir sem muito barulho, quando próximo do inimigo. O tiro da Artilharia poderá disfarçar, parcialmente, o barulho dos carros. O campo de vista da guarnição do carro é bastante restrito quando o mesmo se acha com as aberturas fechadas.

Os carros manobram com maior eficiência em terreno pouco ondulado, onde pode ser explorada sua máxima mobilidade através do campo. Pântanos, rios invadeáveis, florestas densas, terreno com muita erosão, taludes abruptos e vegetação, restringem o movimento dos carros. Entretanto, isto não quer dizer que sejam inúteis ou não possam ser empregados em terreno desfavorável.

A chuva, muitas vezes, transforma em lodaçal um terreno que era bom para o emprego de carros. Mas eles podem, frequentemente, deslocar-se em terreno coberto com neve espessa, onde a maioria de outros veículos não pode operar. O gelo nas rodas e em rampas é perigoso. O extremo calor e a umidade reduzem a eficiência das guarnições e constituem pesado ônus para as lagartas e motores. Mas, apesar disso, os carros são empregados sob tais condições.

As minas devem constituir constante preocupação de quem planeja um ataque com carros. As melhores vias de acesso, de um modo geral, são as preferidas para serem minadas. Muitas vezes, um minucioso reconhecimento, em terreno pouco apropriado, torna um ataque de surpresa praticável e eficaz.

Os carros consomem grandes volumes de combustível, lubrificantes e munição. A tonelagem destes suprimentos, especialmente gasolina e munição, exige viaturas de transporte que se desloquem bem próximo da frente. Em zonas avançadas, as viaturas de 1/4t podem

ser utilizadas para reabastecer carros isolados. Os chefes de carro devem sempre estar a par da situação quanto às necessidades de munição, já que cada carro transporta apenas um limitado número de tiros. Os Cmt. de Pel. e Cia. devem, também, estar informados da situação da munição. Este fator deve ser considerado quando da elaboração de seus planos de emprego, tomando a tempo as medidas relativas ao reabastecimento. O carro requer adequada e contínua manutenção. O Cmt. do Regimento deve conceder o tempo suficiente para que as guarnições possam executar a manutenção necessária, não só a de rotina, como certos serviços especiais.

No Regimento de Infantaria, os carros não são empregados sem o apoio da Infantaria e esta, raramente, é empregada sem o apoio deles. Antes da ordem de ataque do R.I. ser expedida, o Cmt. da Cia. de Carros faz o exame da situação, baseando seu estudo na missão do Regimento e das tropas amigas, nas possibilidades do inimigo e no terreno situado na zona de ação do Regimento. Freqüentemente ele já tem conhecimento de parte dessas informações; algumas constam das instruções do Cmt. do R.I. e outras ele obtém por meio de reconhecimentos.

O resultado de seu estudo é apresentado ao Cmt. do Regimento. Nêle, o Cmt. da Cia. faz sugestões quanto às zonas em que os carros podem ser empregados com maior vantagem; o valor das unidades que devem ser empregadas em cada zona de Batalhão; vias de acesso; dispositivo do binômio Infantaria-carros; esboço de um plano de manobra; zonas de reserva de carros e maneira pela qual cumprirão as missões contra-carro; plano para o reforço e apoio de um ou de todos os Pelotões de 1ª escalão; e a maneira pela qual todos os Pelotões serão supridos.

Baseado nessas sugestões e na missão do Regimento, o Cmt. do R.I. organiza os Grupamentos de Infantaria-carros. A composição detalhada do grupamento, normalmente, é determinada pelo Cmt. do

Batalhão ao qual foram os carros postos à disposição. O Cmt. do Grupamento é o comandante da unidade, seja de infantaria, seja de carros, à qual a outra é posta à disposição.

Geralmente, há cinco modos pelos quais a Infantaria e os carros podem coordenar seus esforços, no ataque. O processo adotado em cada ataque particular, é função da missão, do terreno, das informações sobre o inimigo e da composição do Grupamento Infantaria-carros.

(1) Os carros podem, inicialmente, atuar pelo fogo e, em seguida, avançar com rapidez e reunir-se à Infantaria, para o assalto. Neste processo de ataque, os carros atiram em primeiro lugar, de posições com o desenfilamento de carcassa, enquanto a Infantaria progride da linha de partida até a posição de assalto. Quando a Infantaria se aproxima desta posição, ou quando o fogo dos carros torna-se perigoso para ela, os carros deslocam-se rapidamente e se reúnem a ela para o assalto final. Durante a fase do assalto, os carros e a Infantaria podem deslocar-se juntos ou, então, os carros podem seguir um pouco à frente. Este processo é usado quando o objetivo é perfeitamente definido e o terreno apresenta-se suficientemente livre, de forma a permitir que os carros possam atirar por cima ou pelos flancos da Infantaria que progride. Para a cuidadosa coordenação e para a preparação do plano pormenorizado dos fogos de apoio, é necessário prever-se o tempo suficiente. Por este processo, os carros fornecem o apoio eficaz de fogo para cobrir o movimento da Infantaria desde a linha de partida até a posição de assalto e asseguram o apoio imediato na fase crítica do assalto. Levando-se em conta que os carros se deslocam com maior rapidez que a Infantaria, ficam os mesmos expostos ao fogo inimigo em um espaço de tempo mais curto; além disso, a Infantaria não fica exposta ao fogo inimigo dirigido contra os carros amigos.

(2) A Infantaria e os carros podem avançar juntos. Ambos avançam rapidamente por lanços,

param para atirar, e depois prosseguem novamente, quando a Infantaria segue em 1ª escalão. Pode acontecer que os carros avancem de mais em relação à Infantaria; mas, em geral, ambos permanecem juntos. Este processo é utilizado quando a visibilidade, os campos de tiro e os movimentos dos carros são restritos. Estas condições apresentam-se quando há nevoeiro, nas cidades, nas zonas matosas e à noite. Por este processo, os carros proporcionam um fogo direto imediato e aproximado, e a Infantaria protege os carros contra as armas anticarro isoladas.

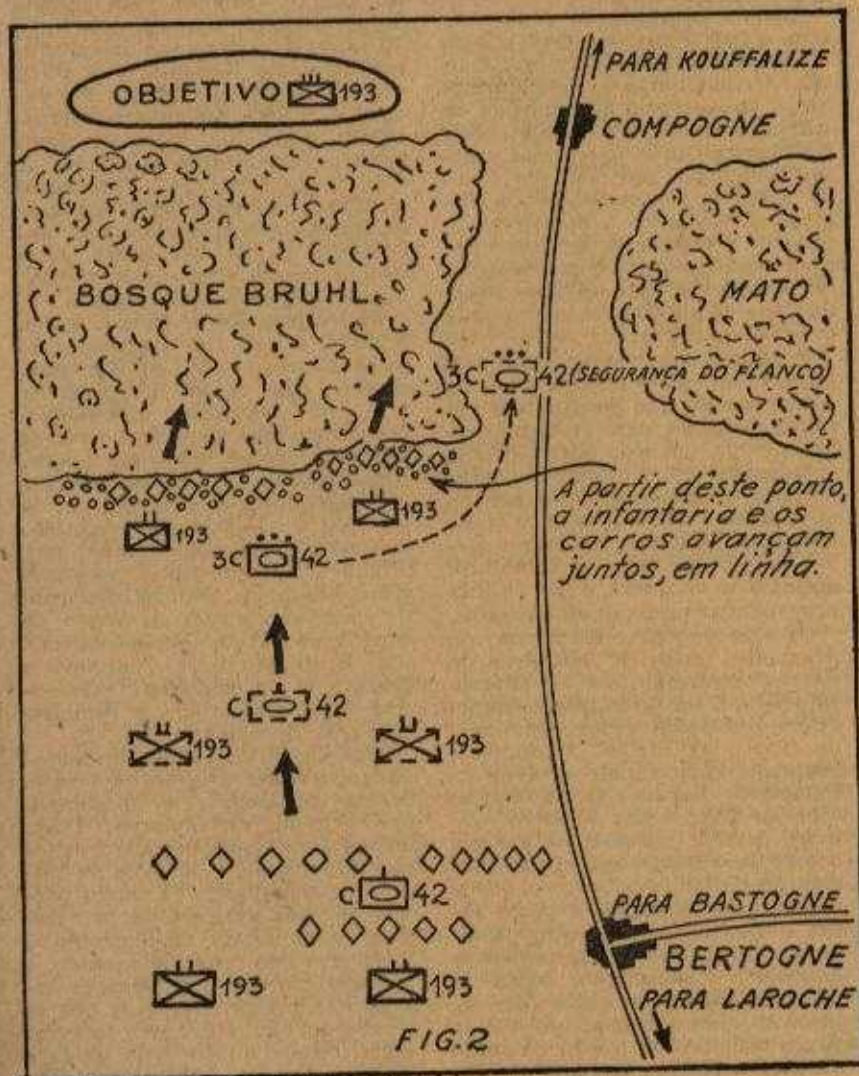
Em operações que exijam longos e rápidos deslocamentos, a Infantaria pode ser transportada sobre os carros até que seja estabelecido o contacto com o inimigo. Com isto aumenta-se a velocidade, mas a Infantaria fica por demais exposta ao fogo inimigo, particularmente aos projéteis que arrebentam no ar. Este processo, naturalmente, prejudica as operações dos carros. Emprega-se, principalmente, nas missões de aproveitamento do êxito.

Durante o avanço aliado para reduzir o saliente de Bulge, na Bélgica, a Companhia C do 42º B.C.C. foi posta à disposição do 193º R.I. Planadrista para o ataque ao bosque Bruhl. Este bosque é constituído de uma série de altas colinas matosas a E. de Bretogne e ao N. de Compogne e domina a estrada Laroche-Houffalize. O plano de ataque do 193º R.I.P. estabelecia que a Cia. de Carros deveria atacar diretamente de E. de Bertogne sobre o bosque Bruhl. O Cmt. da Cia. teve ordem de manter sua unidade, durante a progressão, a uns 50 metros à frente da Infantaria. A Cia. de Carros foi empregada completa, sob o comando de seu Cmt. O ataque foi desencadeado conforme estava previsto. Ainda que a neve dificultasse a progressão da Infantaria, os carros encontraram bastante facilidade em se deslocarem sobre o gelo. O Cmt. da Cia. avançou por pequenos lanços, à frente da Infantaria, até que as orlas do bosque Bruhl foram alcançadas. A partir deste ponto, os fuzileiros e os carros progrediram

juntos, em linha, através do bosque. O objetivo foi corado sem que se tivesse perdido um único carro e com um pequeno número de infantes feridos, a maioria deles devido ao fogo dos morteiros (ver fig. 2).

(3) Os carros podem ficar apenas observando atentamente a progressão da Infantaria. Neste processo os carros atiram de posições

com o desenfiamento de carcassa, nas proximidades da linha de partida, até que a Infantaria atinja o objetivo ou até que o fogo dos carros torne-se perigoso para a progressão dos infantes. Os carros, assim, fornecem o apoio de fogo, mas a ação de choque é nula. Este processo é empregado quando os obstáculos anticarros, naturais ou artificiais, impedem que os carros se desloquem até o objetivo.



(4) Os carros e a Infantaria podem convergir sobre o objetivo, partindo de direções diferentes. Neste processo, geralmente, os elementos da Infantaria deslocam-se antes dos carros, de modo que ambos possam atingir o objetivo ao mesmo tempo. Esta convergência de forças possibilita a surpresa, aumenta o efeito do fogo e da ação de choque e, muitas vezes, permite que os carros se desloquem com maior rapidez.

Quando as condições o permitirem, é este o processo mais eficaz. As condições favoráveis essenciais são: terreno limpo ou parcialmente limpo, inexistência de minas ou de outros obstáculos anticarro e a parcial neutralização das armas anticarro inimigas, por meio dos fogos de apoio e pelo emprego da fumaça. Entretanto, a neutralização somente é necessária durante o período relativamente curto necessário aos carros, para se deslocarem da linha de partida até as proximidades do objetivo.

O ataque convergente exige um número suficiente de carros ou de outras armas, que possibilitem um sólido poder de fogos de apoio mútuo e exige, também, uma eficiente coordenação entre os carros e a Infantaria, de sorte que evite que um atire sobre o outro quando se aproximam do objetivo. Quando a velocidade é limitada, a Infantaria acompanha os carros, a fim de lhes proporcionar proteção aproximada.

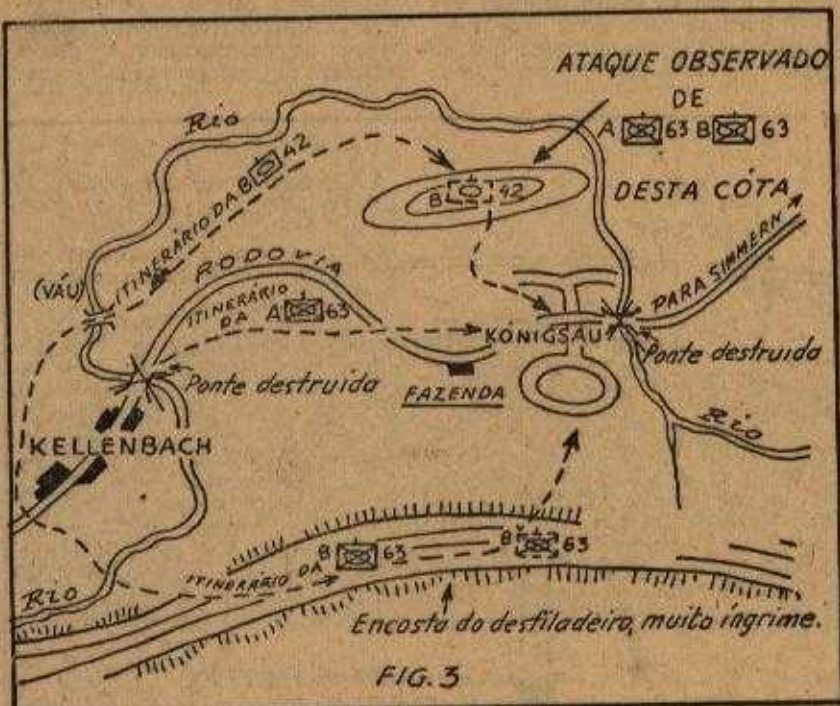
O ataque sobre Königsau, na Alemanha, pelo 42º Batalhão de Carras (reforçado) da 11ª Divisão Blindada, é um excelente exemplo deste processo de ataque. Em março de 1945 o 42º B.C.C., reforçado, avançava rapidamente através do Palatinado Renano, tendo Waryns sobre o Reno como objetivo. Ao longo do seu itinerário de avanço, conseguiu reduzir as defesas alemãs de Kellenbach, embora o inimigo tivesse destruído a ponte sobre o rio que passa dentro da cidade; em consequência, tornou-se necessário localizar um ponto de travessia para os veículos (ver figura 3). Encontrou-se um vau a pouco mais de 500 m a E. da ponte destruída. A Cia. B, do 42º B.C.C.,

teve ordem de atravessar o vau imediatamente e deslocar-se através do campo sobre Königsau, a cidade mais próxima localizada nas proximidades do desfiladeiro. A distância entre Kellenbach e Königsau, em linha reta, era da ordem de 900 m, mas em virtude das curvas do rio e da estrada, a distância pela estrada era de pouco mais de 1.500 m. O ataque sobre Königsau começou sem demora. A Cia. B, do 63º B.I.B., subindo pela encosta do desfiladeiro, avançou pela linha de crista e apoderou-se das alturas que dominam Königsau por W. A Cia. A, também do 63º B.I.B., vadeou o rio em Kellenbach e prosseguiu pelos dois lados da única estrada que conduz à cidade. A Cia. B, do 42º B.C.C., progrediu através do campo pela crista a E. de Königsau, para apoiar o ataque das Companhias de Fuzileiros. Com isso, atingiu as alturas a E. de Königsau bem antes das tropas a pé. O deslocamento a pé atrasou a Cia. B, do 63º B.I.B., na sua progressão pelas alturas a W. de Königsau, porém a Cia. A, do mesmo 63º B.I.B., não encontrou dificuldades em atingir uma fazenda a cerca de 200 m da cidade, onde foi detida. A resistência foi, porém, vencida pelo fogo dos carros da Cia. B, do 42º B.C.C. Depois que a posição da fazenda foi neutralizada, esta última Cia. começou a progredir sobre Königsau. Seu deslocamento foi coordenado com o avanço da Cia. A, do B.I.B. Nesse Interim a Cia. B, do 63º B.I.B., ocupava a crista a W. de Königsau; e as outras duas realizaram a completa ocupação da cidade.

(5) Os carros podem, primeiramente, realizar o apoio de fogo e, depois, ultrapassar a Infantaria, precedendo-a no objetivo. Desta maneira, utiliza-se, durante a maior parte do ataque, a potência de fogo dos carros. Quando os carros partem de suas posições de tiro iniciais, ultrapassam rapidamente a Infantaria que progride e, então, a precedem de uns 50 a 300 m, protegidos das armas anticarros que se revelarem, não só por seus próprios fogos, como também pela unidade de Infantaria de assalto e pela Ar-

tilharia, que executa tiros à frente dos carros e sobre o objetivo. Assim que seja suspenso o fogo de apoio, pouco antes dos carros atingirem o objetivo, as unidades de Infantaria lançam-se ao assalto. Os carros só devem avançar a distâncias tais, que possam ser sempre apoiados pelos fogos da Infantaria.

que tinha comando sobre o objetivo do G.T. A Cia. A, do 42º B.C.C., deveria apoiar o ataque pelo fogo até que fosse aberta uma brecha no campo minado inimigo e, depois, ultrapassar as Companhias de Fuzileiros e prosseguir no ataque, em 1º escalão. O 42º B.C.C. deveria ultrapassar o 63º B.I.



Um bom exemplo deste processo de ataque foram as operações da 11ª Divisão Blindada, de Bastogne até Houffalize, na Bélgica. O objetivo do G.T.A., da 11ª D.B., era as alturas imediatamente a S.W. de Bastogne. A captura deste terreno cortava a estrada principal entre Laroche e Houffalize, que era o último eixo de retraimento deixado pelos alemães, dentro do saliente. O Destacamento Bell do G.T.A. era constituído do 42º B.C.C. e do 63º B.I.B. A O.G.O. do Destacamento previa o ataque do 63º B.I.B. através do campo minado à direita da estrada Longchamps-Bertogne e seu avanço até as orlas do mato,

B., durante o ataque, assim que este atingisse a orla mais afastada do mato; depois, apoderar-se-ia do objetivo do G.T.

O ataque do 63º B.I.B., através do campo minado, desenvolveu-se rapidamente, ainda que os alemães tivessem reagido, desencadeando intenso fogo de morteiro, não só sobre o próprio campo minado, como à frente do mesmo. Inicialmente, o ataque foi apoiado pela Cia. A, do 42º B.C.C., que ocupava posições desenhadas a N. E. de Longchamps. As 08,30, mais ou menos, a Infantaria já estava dentro do mato, fora, portanto, dos fogos de apoio direto dos carros.

A abertura de brechas no campo minado estava a cargo da Cia. A, do 53° B.E.B., que progredia com a Infantaria. As 8,45 a Cia. A, do 42° B.C.C., passando pela brecha, juntou-se à Cia. B, do 63° B.I.B., dentro do mato. Assim que as saídas do mato foram atingidas, a Cia. A, do 42° B.C.C., avançou rapidamente e conquistou o objetivo do G.T.; a Infantaria ficou para trás, progredindo penosamente sobre a espessa neve. A fim de repelir uma

possível investida de blindados alemães de Bertogne para Compogne, foi enviado prontamente um reforço, constituído pelo restante do 42° B.C.C. Entrementes, a Cia. B, do 63° B.I.B., continuava em sua difícil progressão pela neve, tendo-se juntado aos carros, sobre o objetivo (ver fig. 4).

A missão principal da Companhia de Carros Regimental, na defensiva, é proporcionar a defesa anticarro da posição de resistência.

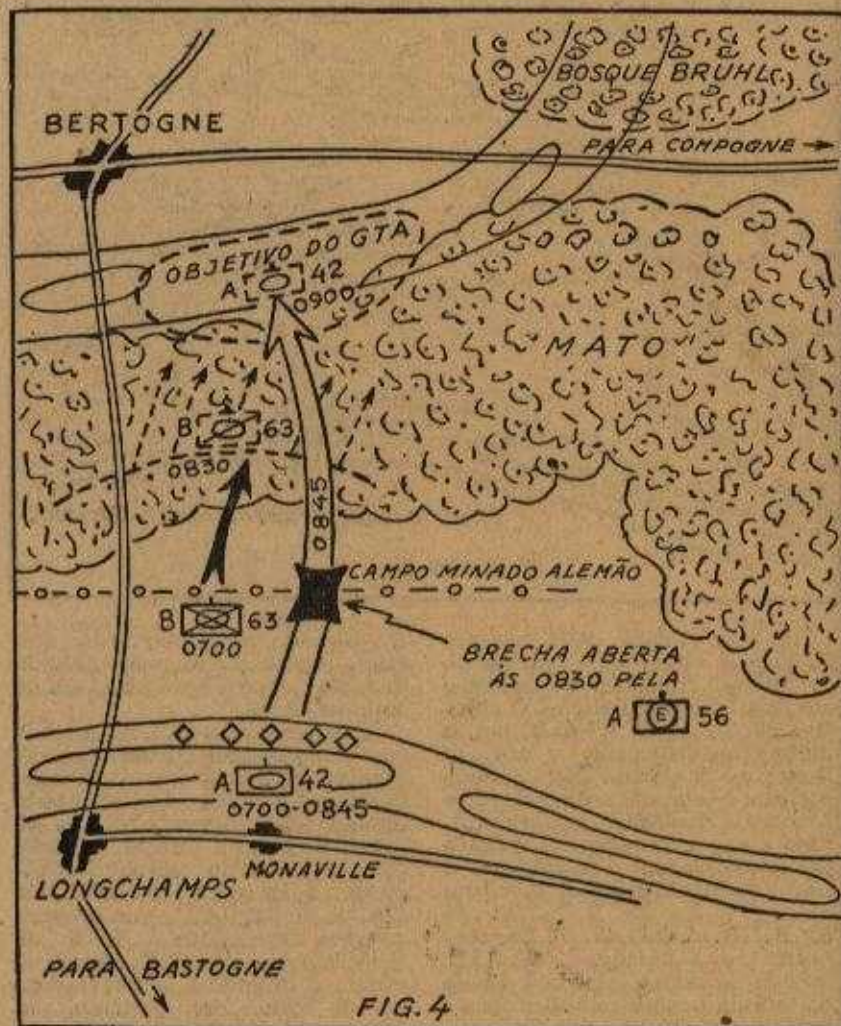


FIG. 4

Os carros também são empregados para reforçar os fogos dos Batalhões de primeiro escalão e para cooperar em contra-ataques. Deve ser dada especial atenção para a condição de que a palavra "principal" modifica "missão". Realmente, a missão principal da Cia. de Carros, na defensiva, é aquela indicada pela situação do momento. Contudo, os carros não devem ser empregados para apoiar um ataque realizado pela Infantaria e deixar desprotegida uma direção perigosa

reconhecimentos pessoais, a fim de determinar a localização e eficiência de possíveis obstáculos, dentro ou fora da posição de resistência, bem como a localização e condições das vias de acesso de possível penetração de blindados inimigos.

O Cmt. da C.C.R. auxilia a fiscalizar a organização da posição de resistência e coordena a defesa anticarro em toda a zona do Regimento. Durante a organização e condução da defesa, mantém estreita ligação com o Cmt. e o S-3 do R.I. É sua



A infantaria progredindo sob a proteção de carros

para uma ação de blindados inimigos.

O Cmt. da C.C.R. auxilia e apresenta sugestões ao Cmt. do R.I. sobre todos os assuntos que dizem respeito à defesa anticarro, na zona de ação do Regimento. Ele auxilia o Cmt. do R.I. a elaborar seu plano coordenado de defesa anticarro; apresenta sugestões quanto ao emprego da C.C.R., inclusive adição de seus elementos aos Batalhões, quanto à localização dos campos de minas e quanto ao emprego de carros ou outras armas anticarros que tenham sido postos à disposição do R.I. Estas sugestões são baseadas na análise feita sobre o terreno, resultante do estudo na carta e de

a responsabilidade, de que os carros do Regimento sejam empregados com a máxima eficiência.

O Cmt. do R.I., normalmente, põe à disposição dos Btl. de primeiro escalão, um ou mais Pelotões da C.C.R. Se um Btl. está sob perigo iminente de ataque por parte de blindados inimigos e se o R.I. recebeu reforços de carros, dois Pelotões podem ser postos à disposição de um Btl. da primeira linha. Além de reforçarem o fogo da L.P. R., os carros assim postos à disposição, são empregados para aumentar a profundidade da defesa anticarro do quartelão e para apoiar os contra-ataques desencadeados pela reserva do Btl. Os Pelotões da

C.C.R. que não forem postos à disposição dos Btl. de primeiro escalão, permanecem com a reserva do R.I. Estes Pelotões são empregados para aprofundar a defesa anticarro e para participar dos contra-ataques, no âmbito do Regimento.

A Cia. Cmdo. da C.C.R. permanece sob o controle do R.I. Os dois carros M 45 da Cia. Cmdo. são normalmente empregados pelo Cmdo. Quando forem postos carros à disposição do R.I., são os mesmos empregados, como unidades constituídas, com o Batalhão reserva; os carros postos à disposição dos Btl. de primeira linha devem ser da C.C.R. Em defensivas prolongadas, as unidades de carros dos Btl. de primeira linha podem ser reforçadas pelas do Btl. reserva.

Quando o Regimento receber, como reforço, uma Companhia de Carros, deverá esta, se tiver de cooperar com a C.C.R., ser empregada inteira, a fim de manter a unidade tática.

Tive a oportunidade de mostrar, no presente artigo, ainda que de maneira sucinta, a organização da Companhia de Carros Regimental e seu emprego normal no combate. Quando tiver de empregar sua Companhia de Carros, o Cmt. do R.I. deve lembrar-se constantemente, que o efeito do choque de uma grande massa de carros, con-

vergindo sobre um determinado ponto, irradia deste ponto um número de círculos, cada vez maiores, que levam o receio, o pânico e o terror ao inimigo. Durante a 2ª Grande Guerra os alemães referiam-se a este medo dos ataques em massa de blindados, como "a febre panzer". Um Cmt. de Regimento que consegue obter este efeito sobre o inimigo, não deve hesitar em empregar sua Cia. de Carros Regimental por meio de uma concentração no ponto decisivo, refreando a natural inclinação de dar uns poucos carros a todos que os pedirem.

* *

Nota do tradutor — Atualmente não existe mais o "Infantry Journal", que se editava em Washington desde 1904. Com a fusão da "US Infantry Association" e da "US Field Artillery Association", realizada em julho de 1950, desapareceram seus órgãos tradicionais: o "Infantry Journal" e o "Field Artillery Journal", este com 40 anos de existência. As duas antigas associações deram origem à "Association of the United States Army", cujo órgão oficial é o "US Army Combat Forces Journal", ou simplesmente — "Combat Forces Journal". O primeiro número deste mensário apareceu no mês de agosto último.

ENGENHO SÃO BENEDITO

Máquinas de Beneficiar Arroz e Café — Compra e Venda de Cereais

AGOSTINHO ABIFADEL

FONE, 68-J-11 — RUA DO PORTO, 80 — CAÇAPAVA
ESTADO DE S. PAULO

COMPANHIA BAPTISTA SCARPA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Fumos em corda — Laticínios — Cerâmica — Pecuária

Sede: Rua de Janeiro — Rua Miguel Couto, 99-100 — Caixa Postal, 1116

— Telefones: 43-2583 e 43-0389 — End. Telegráfico "GALGO"

Dependências: Em Itanhandu (Sul de Minas Gerais) — Grande depósito de fumos em corda — Usina de Laticínios "Baptista Scarpa" — Entrepósito de Laticínios — Fazenda Jardim — Organização de João Baptista Scarpa; Em Cruzeiro (Estado de São Paulo) — Cerâmica Cruzeirense

A DOCTRINA DE MONRÖE A SERVIÇO DA PAZ

Gen. FELICIO LIMA

Os princípios em que James Monröe fundamentou a sua doutrina constituem a base da Democracia.

O ideal totalitário poderá dar teoricamente regimes de quietude e disciplina, mas deturpou a escravidão que, na essência étnica, vai-se perdendo nos mistérios das senzalas ou no segredo da opressão. Para seu êxito precisa, principalmente, de coalisão e coordenação, que somente poderá conseguir lutando contra todas as forças da Democracia até subjugar-las e acorrentá-las espiritual e materialmente.

Politicamente, o eco da Democracia repercute por todos os recantos das nações, orientando de forma sociológica a alma dos povos e indicando a rota do futuro numa existência histórica de idéias e ações, na luta que se propagou pelo hemisfério ocidental e, vindo até nós, colocou o nosso Brasil, com justa e necessária reivindicação, ao lado das Nações Unidas.

Estava vinculada à origem de sua pedagogia aquêlo fanatismo da geração italo-teuto-japonêsa — e agora a sino-moscovita — por homens que procuravam destruir a harmonia mundial, acorrentando a alma dos povos ao domínio absoluto do Estado, esquecendo-se das responsabilidades decorrentes do abuso do poder ante o bem-estar coletivo e o respeito mútuo que deve existir entre as nações do globo. E esse fenômeno político e social, de que foi fator preponderante o III Reich, é, como disse um escritor insuspeito daquela época: "... uma neurose nacional que, para a sobrevivên-

cia da Democracia, mister se faz a sua completa destruição."

Ao contrário, a harmonia mundial resume-se na cronologia dos grandes atos, na galeria dos estadistas consagrados, iluminada pelo sentimento de amizade e cooperação mútua. É como se percebesse o desejo de uma população adventícia na benígna placidez da afetividade humana.

Foi Bartolomé De Las Casas que disse: "Os romanos inventaram a guerra lícita — a dos feiciais; a Idade Média, a guerra justa — a dos teólogos; a América, a justa paz — a das nações..."

Eis porque Portugal, no sentimento anfitriônico de amizade e de união, como que sentiu a América. Mais atlântico do que europeu, agiu habilmente e com dignidade no concerto das nações, resguardando o Brasil da cobiça ultramarina, destinando-o a progredir em paz, insuscetível de espoliação e de opressão prescrita. A mística democrática, em 1780, como que já havia destruído os tronos.

Dai ser a Doutrina de Monröe oriunda da aurora democrática do século XIX. Nela se acham consignados os princípios das nacionalidades, o postulado do livre arbítrio dos povos, a igualdade dos Estados no Direito Internacional. Tem a mesma concepção da filosofia política daquela fase memorável, isto é, a intangível liberdade que a justiça consagra e a força mantém.

Foi por isso que Monröe, o grande presidente lânque, manejando-a sábiamente, procurou anular as pretensões das potências da Santa Aliança no Continente Americano.

E já em julho de 1822 o chanceler norte-americano Adams notificava ao Ministro russo que os Estados Unidos não permitiriam a fundação de qualquer nova colônia europeia no nosso Continente.

Pedro Calmon, com a visão que lhe é peculiar, ensina que — "o sentimento da alma americana antecederia à Independência, vindo da aurora colonial, como um destino que, para ser invariável, devesse remontar às fontes mais remotas da vida."

Temos uma prova frisante nesse sentido; Otávio Brito, quando da questão do Amapá, expôs: "A nossa chancelaria deve guardar em seus arquivos a prova de que a expedição francesa, já pronta a embarcar à ocupação do Amapá, só não realizou tal objetivo em vista da resposta serena, mas firme, do governo norte-americano à consulta que, por intermédio do Senhor Hanotaux, Ministro do Exterior, lhe fizera a França, sondando-o sobre a atitude que os Estados Unidos assumiriam no caso de ser consumada aquela ocupação."

Lincoln, outro grande presidente ianque, aceitando em 1864 a mediação do nosso benemérito D. Pedro II, e rejeitando os bons officios da França para conciliar-se com os Estados do Sul, demonstrou não equiparar o Império Brasileiro ao de Napoleão III, instável e voraz. Considerava-o, sem preconceitos anacrônicos, um governo honrado a serviço de um País em muitos aspectos semelhante aos Estados Unidos. A execução de tal arbitragem, sublimaria a Doutrina de Monröe, realçando-lhe o timbre de honestidade quanto aos vizinhos, embora o isolamento temporário quanto aos europeus.

Em 1876, o nosso Imperador, levando pessoalmente aos Estados Unidos em festa, no centenário de sua independência, a homenagem brasileira — convém salientar: como primeiro soberano estrangeiro a visitar aquela grande República, — teve em vista atender às conveniências da Nação, manifestando sua gratidão ao admirar

uma Democracia triunfante no concerto internacional.

Monröe, pois, com a sua Doutrina, mantendo uma tradicional amizade de vizinhança e solidariedade, propugnou, num pensamento político elevado, pela defesa dos interesses vitais das três Américas, atinentes aos princípios aceitos pelo Direito Internacional. Pretendia que os governos europeus não intentassem estender os seus sistemas políticos aquém do Atlântico: sublime advertência que poderia ser cruenta lemeridade, mas indefinível e real como a consciência dos povos do Novo Mundo.

E quando, num certo momento de exploração, se alastrava pelo hemisfério o propósito de repudiá-los, o segundo Roosevelt, numa bela explicação histórica, afirmou: "A Doutrina de Monröe foi uma declaração dos Estados Unidos e não dos Estados Unidos contra a América Latina..."

Disso resultou ser o tratado geral de arbitramento interamericano um novo testemunho de confiança dado aos países do Continente e de que os Estados Unidos não iriam interpretar de modo imperialista a humanitária Doutrina que visa nações livres e povos conscientes de sua soberania.

Baseando-se nesses princípios salutares, ficou resolvida, na Conferência de Lima, em 1938, a obrigação jurídica das Américas de socorrerem-se reciprocamente em caso de agressão, o que se consumaria mediante consulta coletiva dos respectivos Ministros das Relações Exteriores.

Na Conferência de Panamá, em 1929, foi ratificado o dogma daquela memorável Assembléa.

Na Conferência de Lima foi acrescentada, em 1940, a teoria clarivamente de que o atentado que soffresse um Estado americano, na sua integridade e na sua soberania, seria considerado agressão feita aos demais.

Finalmente, na Conferência do Rio de Janeiro, em 1942, todos os países das três Américas ao representados reafirmaram unanimemente o seu apóio aos Estados

dos na agressão japonesa de Pearl Harbour, a adesão à moral americana consolidada em todos os congressos anteriores, a imensa vontade de apresentar ao mundo a corajosa sua união, seu escudo mágico do consórcio sagrado.

Recomendada a ruptura das relações diplomáticas e econômicas com as potências agressoras, o Brasil cumpriu em primeiro lugar a promessa, afastando os representantes do "Eixo", em 28 de janeiro da quase última sessão, à da solene encerramento do histórico conclave.

Depois, a guerra. Porém, mais que os danos da luta cruenta, foi o patrimônio ético que assegurava a ordem que se garantia, a independência que se preservava, a liberdade que o Brasil ia defender, eis que, nem a arte, nem o direito da força, nem o furor imperialista dos totalitários impediam tão nobre pronunciamento de nosso Governo, nascido embora de uma cruzada ideológica, de um projeto revogável!...

A Carta do Atlântico, simboliza, portanto, a consciência jurídica das Américas; é, por assim dizer, o decalque da sua brilhante elaboração baseada na Doutrina de Monroe, a conclusão básica do grande Wilson, a idéia matriz dos princípios da Revolução Francesa.

A Doutrina de Monroe, assim, postulada essencial do próprio Direito, instrumento de mediação, é o fator permanente de paz no continente Americano; em uma sessão — um Tribunal supremo nas questões americanas; e agora, pela Carta do Atlântico, como que ganhou caráter mais amplo.

Eis porque as reuniões que tiveram lugar no Cairo e em Teerã, as quais o Brasil coerente associou-se, objetivaram concertar os meios de aniquilamento dos nazifascistas, a fim de trazer a paz às nações em luta.

Não negamos ter sido difícil a execução das resoluções tomadas naquelas memoráveis conferências, no sentido de proporcionar uma paz durável para extinguir

da face da terra a guerra exterminadora de povos incautos.

Tal eventualidade não poderia ser posta à margem, porque visa pôr em prática a sublime harmonia que deverá reinar entre os povos. Mas ela trouxe consequências políticas profundas que deverão interessar, na luta pela liberdade total, às nações cuja atitude ainda não está perfeitamente definida, ocasionando, portanto, grandes prejuízos ao prosseguimento, na O.N.U., das negociações pacificadoras.

É que uma potência industrial como a Alemanha, por exemplo, dificilmente poderia deixar de existir. Seria uma calamidade econômica incontestável proibi-la de concorrer no comércio mundial com os seus produtos, que sempre tiveram como louvável resultante o barateamento da vida em todo o mundo.

Ao futuro equilíbrio europeu será necessário, pois, o seu concurso, para não ser abalada a vida financeira do globo, porque jamais poderá haver concórdia no mundo sem garantia econômica às nações; donde ser exequível um tratado de amizade importando num auxílio mútuo após-guerra.

Que desaparecesse a Alemanha de Hitler, com a aventura nazista, mas a nação germânica, com o seu admirável gênio e a sua civilização, não poderia desaparecer. A história de seu povo apresenta uma sucessão de vitórias e derrotas. Os seus reveses tiveram, é certo, consequências graves, porém isso não impediu que a Alemanha de Frederico, o grande; de Bismarck, o estadista notável e de Ludendorff, o guerreiro apreciado, enchesse o mundo de admiração!

Psicologicamente, não seria fácil a aplicação de medidas extremas, porque o sentimentalismo, — predicado inerente à humanidade — impediria aos vencedores a concretização de sentenças opressoras.

Por outro lado, é notório que, o que se relaciona com a ocupação territorial acaba por tornar-se antipático, transformando réus confessos em vítimas. E, passado

o tempo das controvérsias, desfeitas as nuvens que o ódio da desforra justificara, vêm as concessões, as revogações, mesmo os plebiscitos, tudo tendendo à volta da situação normal, isto é, dos tempos anteriores às guerras.

Assim, torna-se necessário evitar uma paz como a de Versalhes, na qual os germes do ódio proliferaram em detrimento dos princípios altruísticos de Wilson, dando lugar àquela mentalidade de vítima dos vencidos; daí a intolerância em que caiu a humanidade em prejuízo de uma paz justificável, que seria indelével se não fôra o emprêgo do Tratado em aprêço.

Não será, pois, com tais processos que se impedirá que os países do antigo "Eixo" possam ressurgir como potências militares, porque os oprimidos poderão se reunir no sofrimento e a união dará a força para alcançarem as almeçadas reivindicações.

Por isso, os mediadores da paz devem ser lógicos nas suas resoluções, enveredando pelo caminho da justiça, o único que é respeitado. E, uma vez adotadas as cláusulas para que nenhuma nação provoque outro conflito internacional, a vida será organizada, econômica e politicamente, de modo a que os povos possam viver em harmonia, não deixando margem à possibilidade de pretextarem sofrimentos, para auferir vantagens inconfessáveis.

Portanto, o problema em equação é complexo, porque se deve ter em vista não somente a questão de fronteiras, mas, principalmente, a evolução política, o ajustamento do ideal para que tendem os povos vencidos.

É o caso dos países balcânicos terem sido sempre um pomo de discórdia no Continente Europeu; razão de uma das dificuldades na solução dos temas políticos, que deverão ser elucidados, dando-se a cada um deles a faculdade de escolher a forma de governo que desejar adotar, tudo em função de um criterioso plebiscito, onde haja o máximo de imparcialidade e respeito individual.

Só assim a vitória da última guerra não terá sido realizada em vão, deixando apenas a herança de uma trégua entre nações rivais.

Em conclusão, estamos certos de que a compreensão do fato positivo, condensado na Doutrina de Monróe, não arrefecerá o entusiasmo que desperta a glória de Truman, o estadista norte-americano, porque ele, com os gigantes recursos de que dispõe, não deixará de prestigiar a O.N.U. e corresponder, no seio da humanidade, à fortuna que encontra na sua terra privilegiada, espalhando pelo universo o benefício de grande simpatia mundial, capaz de reconhecer que todos os povos, pequenos ou grandes, têm o mesmo direito de se constituírem em nações independentes, onde possam viver homens livres em prol da civilização cristã...

Eis porque o Brasil, na IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, recentemente realizada em Washington, coerente com o seu passado democrático, não só ratificou os seus compromissos das conferências anteriores, como os ampliou no sentido de fortalecer a O.N.U., no propósito em que se acha de repelir a guerra e conseguir a paz mundial.

CASA COUTINHO

Tipografia — Impressos em geral

LUIZ COUTINHO

Avênida Jorge Tibiriçá, 721 — Fone, 134 — Cruzeiro — E. de S. Paulo

BROCA & MEIRELLES

Fabricam e distribuem para todo o
Brasil :

DINAMITE, ESPOLETA, ESTOPIM,

Pólvora de mina e Pólvora de caça,

BROCA

O MELHOR EXPLOSIVO NACIONAL



GUARATINGUETA — EST. DE SÃO PAULO

Filiais :

SÃO PAULO : Praça Antônio Prado, 9-13º.

Fone 3-1746

RIO DE JANEIRO : R. Alvaro Alvim, 33-37/7º.

Fone 42-7583

PROBLEMAS DO BRASIL

Ten.-Cel. ADALARDO FIALHO

XIV

COOPERAÇÃO INTERAMERICANA

Este é o capítulo que estava faltando na série de assuntos geopolítico-estratégicos. Quem lê os capítulos precedentes poderá julgar que o autor os escreveu com certa dose de jacobinismo ou até de xenofobia. Mas, precisamos distinguir. Uma coisa é conhecer os próprios problemas, interesses, posição geográfica e outra é discernir a relação, dependência ou conexão desses assuntos com os de âmbito internacional.

Temos que reconhecer que o mundo evolui e se torna cada vez menor. Fazendo parte desse mundo, nosso país tem que acompanhar a sua evolução, sob pena de se ver engolfado pelos acontecimentos, que se sucedem num ritmo vertiginoso. Entre os conceitos que mais tem evoluído ultimamente, situa-se o relativo ao pan-americanismo. Mostraremos, neste capítulo, que a idéia da cooperação interamericana é uma idéia em marcha vitoriosa e que não podemos fugir ao imperativo de dar-lhe o nosso apoio entusiástico, beneficiados diretos que seremos dessa cooperação. Isso não quer dizer, entretanto, que a nossa cooperação seja incondicional, servil, submissa, com prejuízo dos nossos interesses e da nossa soberania. Possuímos imensas riquezas potenciais e não temos capital para explorá-las, por exemplo. Devemos, pois, abrir as portas do

nosso país ao capital estrangeiro que queira colaborar conosco, mas desde que se radique no país, integrando-se na nossa economia. Capitais à base de remessa de amortização e juros para o exterior, visando lucros para pessoas residentes no estrangeiro e sem ampliação e progresso dos serviços que exploram, não nos interessam. Mostraremos pois, em largas pinceladas, o que foi o pan-americanismo, o que é hoje e terminaremos por tirar conclusões sobre as vantagens de uma cooperação nas bases esboçadas acima.

LIGEIRO HISTÓRICO DO PAN-AMERICANISMO

Começaremos por citar as belas palavras sobre o que a humanidade buscou na América, quando se transmudou da Europa para cá, proferidas pelo ilustre Dr. Castro Barreto, em interessante conferência:

"A civilização européia, a cultura ocidental, penetrou a América, ao mesmo tempo, por três pontos: por este nosso querido Nordeste (do Brasil), pelas ilhas Caraíbas e pelo Hudson; foram Pinzon e Cabral; Colombo e Vespúcio; Cabot e Corte Real. Foi daquela gloriosa Ibéria que partiram os heróis incomparáveis, descobridores do Novo Mundo. Santo Agostinho, Índias Ocidentais e Lavrador são no-

mes que soam desde a infância aos ouvidos de todos os que tiveram a ventura de nascer ou de viver neste hemisfério, como numes tutelares da existência e símbolos de bonança e das instituições que aqui nasceram, vicejaram, floresceram e frutificaram. Todos os climas, tôdas as latitudes ficaram, a princípio, à mercê da glória conquistadoras dos soberanos e, posteriormente, das próprias forças do desenvolvimento que evoluiu para uma civilização nova, geradora de tôdas as liberdades, acolhedora de todos os oprimidos. Assim nasceu a América para servir de novo pouso à cultura ocidental na sua marcha inelutável para o ocidente. Aqui vieram a formar-se, sobre a terra do Novo Mundo, novos cânones para a sociedade, novas bases para o entendimento entre os homens. Diante das normas da vida em sociedade que até ali não haviam dado à pessoa humana a dignidade de ser humano, poderiam aqui florescer os germes lançados com as grandes revoluções do Renascimento, da Enciclopédia, da Magna Carta, ou sejam os princípios luminosos de Platão, de Jesus e de Confúcio. A conduta dos povos congregados, livres de privilégios e preconceitos, pode rumar para as instituições democráticas, que se aperfeiçoam no cadinho da cultura e tem por base o espírito da unidade, que devemos fortificar, não somente no extraordinário desenvolvimento material, mas, sobretudo, no exemplo de colaboração que a América acaba de apresentar ao mundo. O que caracteriza, porém, todos os que vivem na América é a índole amistosa, o espírito receptivo para todo o progresso, a alma aberta para tôdas as combinações, contrastando com a aspereza e o ódio, geradores de constantes desentendimentos e atritos, que dominam a mente de quase todos os povos do Velho Mundo. Consideramos este estado de ânimo fundamental para a vida pacífica dos povos que procuram canalizar tôdas as suas energias em prol do aperfeiçoamento material e espiritual do ho-

mem. Não pretendemos haver mudado a índole, nem, tampouco, haver transformado o substrato da espécie nos seus aspectos biológicos. Mas, estamos seguros do extraordinário poder da cultura com seu acervo de forças aperfeiçoadoras, que eleva a condição da vida humana, desde uma tribo bárbara de canibais até florações magníficas das nações pioneiras da civilização moderna. É deste sentido aperfeiçoador, fundado em todos os alicerces materiais e espirituais da cultura, que nos devemos forrar, nós, os brasileiros, para uma trajetória gloriosa, honrando a cela do mundo que nos coube, tão bela e propícia à marcha da civilização".

É de ver-se, portanto, que o homem americano não poderia deixar os valores materiais e morais que formou na América, constituindo inalienável e inestimável patrimônio, à mercê da ambição, cupidez e intervenção das velhas e carcomidas nações européias. Por isso, quando, em 1823, a Rússia exibiu pretensões sobre a costa noroeste do Continente norte-americano, James Monroe, sob a influência do grande Thomas Jefferson, em mensagem ao Congresso, julgou "propícia a ocasião para afirmar, como um princípio em que estão envolvidos os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os Continentes Americanos, pela livre e independente condição que assumiram, não se podiam considerar, dessa data em diante, como sujeitos a futura colonização por qualquer potência européia". Nascera a Doutrina de Monroe. Tal política, no dizer do Presidente Wilson, era uma advertência aos governos europeus e que, da união das repúblicas americanas deveria resultar a garantia mútua de sua absoluta independência política e territorial".

Inspirara-a Jefferson, quando disse:

"Nossa primeira máxima fundamental deve ser, a de jamais nos envolvermos nas disputas européias; a segunda, de jamais con-

sentir que a Europa se intrometa nos negócios cisatlânticos". A história se encarregaria de provar que a sua primeira máxima devia ser posta de lado e a segunda era justa. De 1823 a 1889, quando se realizou a 1ª Conferência Interamericana, em Washington, a Doutrina de Monroe não passou de um dogma político para as nações americanas, espécie de manto tático que envolvia a todas e as preservava dos perigos externos. Estava-se na época recente da independência, das lutas e da consolidação interna. O problema interno, de natureza eminentemente política, absorvia a atenção dessas ações e o interamericanismo, como expressão de solidariedade continental, não passava de uma vaga idéia. Contudo, alguns fatos marcantes, como o bombardeio de Valparaíso, em 1864, pela esquadra espanhola, foi pouco a pouco despertando a consciência das jovens nações americanas para as questões de ordem externa e, de 1889 em diante, através das Conferências Interamericanas, elas não cessaram de procurar entendimento entre si, prometer-se mútuo apoio e codificar as normas jurídicas que governam as suas relações. As sucessivas conferências que se realizaram em Washington, México, Havana, Buenos Aires e Lima tiveram esse sentido. Mas, em Lima, as idéias políticas e de defesa contra a agressão externa predominaram. Na 1ª Conferência, os delegados do Brasil e da Argentina propuseram que "os atos de conquista, quer sejam objetivo ou em consequência de guerra, serão considerados atentatórios do Direito Público da América".

Na do México, em 1901, partiu o delegado brasileiro (José Hino Duarte Pereira) a proposta para a codificação do Direito Internacional Americano.

Na de Buenos Aires, em 1910, o início da Gama, delegado brasileiro, apresentou uma proposta para que se reconhecesse na Doutrina de Monroe "um fator permanente de independência externa do

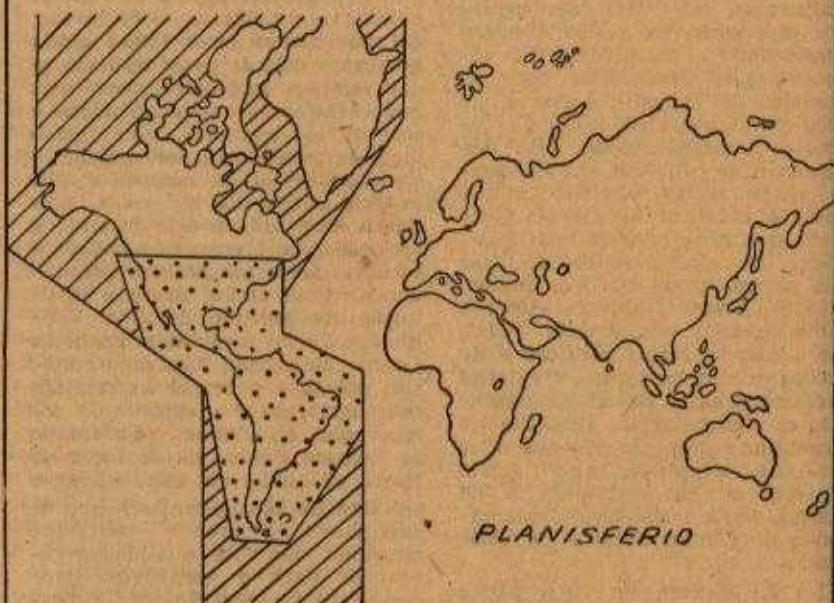
Continente". Na de Buenos Aires, em 1936, Oswaldo Aranha considerava "agravo próprio qualquer fato que pudesse ferir a soberania de uma nação continental". E, em Lima, reconheceu-se que a solidariedade americana tinha como base o princípio de que "todo agravo a uma potência americana o é às demais".

Em todas essas Conferências, o pan-americanismo não passou de uma "aspiração ou tendência dos povos do Novo Mundo para o estabelecimento, entre si, de laços de união, promoção de bons entendimentos e fraternal harmonia". Em todas elas buscou-se, antes de tudo, a união das Repúblicas sobre bases jurídicas. Lima, foi, pois, um marco nas relações interamericanas, aquele que assinalou o término da predominância das idéias políticas e de defesa. Sem dúvida, daí por diante essas idéias ainda pesaram e hão de pesar na balança das relações interamericanas, mas novos fatores — os econômicos e sociais — vieram atuar como maiores pesos e fazer mudar o sentido do fiel da balança e não poderia deixar de ser assim, pois que a humanidade está vivendo a época dos problemas econômicos e sociais. Estes passaram a preponderar. Com efeito, desde a instituição da política de Boa Vizinhança, pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, um novo espírito passou a governar as relações interamericanas: o espírito de colaboração econômica. Carecendo os Estados Unidos da América do Norte de materiais estratégicos e em face da luta gigantesca que se avizinhava, o grande presidente enunciou que "As qualidades essenciais para o verdadeiro pan-americanismo deverão ser as mesmas que constituem o bom vizinho, isto é, entendimento mútuo, e, mediante tal entendimento, uma avaliação simpática do ponto de vista do outro. Só assim é que poderemos esperar contruir um edifício tendo por pedra angular a confiança, a amizade e a boa vontade". Na verdade, apesar da expressão amistosa dessas palavras, estava

inaugurada uma nova fase na vida das nações americanas, fase prática, de colaboração econômica. Já na Conferência do México, em 1945, reunida para estudar os problemas da guerra e da paz e da qual resultou a "Ata de Chapultepec", foram discutidas questões econômicas que deviam figurar na futura organização internacional, a Carta das Nações Unidas, nascida da conferência de S. Francisco, realizada pouco depois. Ali, no México, o Brasil solicitou a criação de um Conselho Econômico e Social, a conservação do nosso sistema regional para o trato das controvérsias interamericanas e a

representação adequada da América Latina no Conselho de Segurança. Pedia-se a conservação do que já existia, mas solicitava-se um órgão novo, que hoje é uma realidade: O Conselho Econômico e Social da O.N.U. A Conferência do Rio, a seguinte, realizada em consequência da resolução VIII da Ata de Chapultepec, tratou e firmou um pacto de Assistência Recíproca entre as nações americanas, vale dizer, tratou ainda de defesa, assunto, como dissemos, que continua de pé, porém, no preâmbulo do Tratado decorrente, as Altas Partes contratantes afirmam que "a paz se funda na justiça e na or-

ZONA MARÍTIMA DE SEGURANÇA DAS AMÉRICAS



LEGENDA

- Conferência de Panamá (1939)
- Conferência do Rio (1947)

dem moral e, portanto, no reconhecimento e na proteção internacionais dos direitos e liberdades da pessoa humana, no bem-estar indispensável dos povos e na efetividade da democracia, para a realização internacional da justiça e da segurança". Além disso, todos se recordam do calor dos debates em torno das questões econômicas, principalmente por parte da delegação de Cuba. Tais debates só foram aplacados com a promessa de serem as questões econômicas tratadas na Conferência seguinte, ou seja a de Bogotá. Finalmente, a conferência de Bogotá, reunida para dar corpo à "Carta de organização dos Estados Americanos", criando um "Conselho Interamericano, Econômico e Social" consagrou definitivamente a preponderância dos problemas econômicos e sociais nas relações interamericanas e até com os países extra-continetais.

Antes de ir adiante, vejamos qual tem sido o papel do Brasil no pan-americanismo. Disse o General Souza Doca, certa vez, que "o pan-americanismo brasileiro não é uma idéia nascida do perigo, na hora em que este se apresenta, ameaçador e brutal; não é, portanto, o simples egoísmo da defesa, quando esta, mais do que nunca, se faz necessária pela união dos ameaçados; nem é o imperativo no momento crucial, nesta hora trágica da humanidade: é um anseio que vem de longe, é uma aspiração bi-secular, nascida da compreensão do sentido elevado da vida, bem avaliando a importância da liberdade, como um direito natural do homem, para que ele possa contribuir com a força de seu braço e com o poder de sua inteligência para o progresso e riqueza da Pátria e para o esplendor da civilização, num ambiente de paz, de amor e de trabalho". Rio Branco assim se expressou, a respeito dele: "Mesmo quando o Brasil, vivendo sob o outro regime que o atual, era, na frase do ilustre general Mitre, uma verdadeira "democracia coroada", e a diferença de forma de governo

podia fazer crer em diferença de ideal político, mesmo então não foram menos amistosos os nossos sentimentos para com as Repúblicas limítrofes, e nunca nos deixamos dominar de espírito agressivo, de expansão e de conquista, que mui injustamente se nos tem querido atribuir. Hoje, como naquele tempo, a Nação Brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos, e dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores; e quer vir a ser forte entre os vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso Continente, que talvez outros possam vir a julgar menos bem ocupado". Ainda, em sua última mensagem ao Congresso, dizia o Presidente Dutra:

"A afirmação da igualdade jurídica dos Estados, a preferência pelos meios amistosos na solução dos conflitos internacionais, e o permanente esforço no sentido do bom entendimento entre os povos — traços que têm caracterizado historicamente a política externa do Brasil — continuam a inspirá-la no presente".

Paz, justiça, cooperação e fraternidade são os 4 pontos cardais da política interamericana brasileira. O Brasil tem-no provado através dos tempos.

Partiu dele o primeiro reconhecimento da independência da Argentina e do Chile, em 1821, e do Paraguai, em 1824, por meio da nomeação de agentes diplomáticos junto desses países, recém-libertados. Foi o primeiro a aderir, francamente, à Doutrina de Monroe, procurando dar-lhe sentido prático, através de uma "Liga Ofensiva e Defensiva". No Tratado de paz, amizade, navegação e comércio de 12 de dezembro de 1828, com os Estados Unidos, fez inscrever no artigo I: "Haverá paz perfeita, firme e inviolável e sincera amizade entre S.M. Imperial e seus sucessores e súditos, e os Estados Unidos da América e seus cidadãos em todas as possessões e territórios respectivos, sem distinção de pessoas

cu lugares". Quando, em 1864, uma esquadra espanhola bombardeou Valparaíso, protestou contra esse ato e ofereceu ao Chile os seus bons ofícios e apólo moral "para que não prevalecessem princípios ofensivos à autonomia e aos legítimos interesses dos Estados do Continente Americano". E, quando, em 1865, entrou numa aliança militar com outras 2 nações do Continente, fê-lo para responder à agressão e invasão de seu próprio território pelas forças de um tirano. Prosseguindo a sua trajetória de concórdia com as nações do Continente, o Brasil, em 1891, inscrevia, no próprio texto de sua Constituição, em seu artigo 88, que "em caso algum, se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação." Em 1917, quando os Estados Unidos foram obrigados a entrar na luta contra a Alemanha, o governo brasileiro declarou, em nota de 5 de junho: "Se até agora a relativa falta de reciprocidade, por parte das Repúblicas Americanas, tirava à Doutrina de Monróe seu verdadeiro caráter, permitindo uma interpretação menos fundada das prerrogativas de sua soberania, os acontecimentos atuais, colocando o Brasil, ainda agora, ao lado dos Estados Unidos, em momento crítico da história do mundo, continuam imprimindo à nossa política externa uma forma prática de solidariedade continental, política que por outra parte também a do antigo regime, sempre que haja estado em causa qualquer das nações irmãs e amigas do Continente americano".

Finalmente, em 1941, quando os Estados Unidos foram traiçoeiramente agredidos, não faltamos ao nosso dever de solidariedade e, logo depois, agredidos nós próprios, fomos a primeira nação sul-americana que declarou guerra às nações agressoras.

Em todas as Conferências inter-americanas, a voz do Brasil se fez ouvir sempre para unir, harmonizar, cooperar e exprimir solidariedade e amizade. Fomos árbitros em diversas disputas entre nações Americanas e, ainda recentemente,

o Brasil fez esforços inauditos para a cessação da luta civil que ensanguentou o solo paraguaio.

O QUE É HOJE O PAN-AMERICANISMO

O pan-americanismo é, hoje, a mais alta expressão dos conceitos de independência e soberania políticas, mas o é, igualmente, quanto à cooperação econômica, social, jurídica e cultural dos povos do Novo Mundo. Ousamos insistir sobre a preponderância dos assuntos econômicos e sociais e vale a pena nos determos sobre esse ponto. O embaixador Herman Santa Cruz, do Chile, eleito Vice-Presidente da Sexta Sessão do Conselho Econômico e Social da O.N.U., falando sobre a criação do Comitê Econômico para a América Latina, recentemente aprovada, declarou que "A Criação do Comitê Econômico para a América Latina é uma grande batalha ganha a favor de nossos povos, com a perspectiva certa de que dentro em breve melhorará os "standards" de vida e o progresso industrial americano dará um grande salto". Talvez a eleição do Sr. Santa Cruz para aquele cargo se fundamente na atitude combativa que o Presidente Gonzalez Videla tem mantido, através de seus delegados, na O.N.U., a favor do melhoramento das condições econômicas e sociais da América Latina. Falando no Itamarati, quando de sua visita ao Brasil, disse o Presidente Videla: "O Chile, tal como o Brasil, é uma nação essencialmente americanista. Queremos que a união entre os povos do novo mundo seja a realidade com que sonharam nossos antepassados. Por isto, meu governo não crê que o pan-americanismo deva limitar-se a ser uma força estática repousando sobre meras fórmulas jurídicas. Necessita avançar e entrar em chço na solução dos problemas sociais e econômicos. Nossos países devem melhorar o padrão de vida de suas classes trabalhadoras, única garantia da paz social; e, para isto, procurar o complemento de suas economias. Julgo indispensável para o futuro progresso da Amé-

rica a industrialização de seus recursos naturais, ou seja a elaboração, em seus próprios territórios, das matérias-primas que possuem. Essa industrialização nos oferece um horizonte ilimitado para a nossa independência econômica". Eis aí, bem expresso, o que chamamos a preponderância das questões econômicas e sociais no pan-americanismo de hoje. A América Latina de nossos dias não quer mais se resignar ao papel passivo de produtora e exportadora de matérias-primas e importadora de artigos manufaturados. Quer, ela mesma, industrializar as suas matérias-primas, elevar o padrão de vida de suas populações, sair do estado de torpor econômico em que tem vivido para um lugar ao sol, no mundo civilizado, junto das nações que gozam os benefícios da ciência e da técnica modernas, da alta industrialização e da cultura. Até 1890 o mundo estava impregnado de idéias e questões políticas que herdou em consequência das lutas de Frederico, o Grande, Napoleão, Bismarck, de princípios políticos como o do equilíbrio europeu, consagrado no Tratado de Viena, em 1815 e de uma vaga idéia prática da retórica social de Jean Jacques Rousseau, provida da Revolução Francesa. Era a época da formação e desdobramento das potências européias, do alargamento do poderio marítimo inglês e da corrida sobre as colônias. As diferenças entre as nações eram de natureza política e militar, mas o "standard" econômico e social, praticamente, era o mesmo por toda a parte. A ciência, a máquina e a técnica não tinham ainda feito a sua "réntree" espetacular. Mas, de 50 anos para cá a situação se modificou rápida e mesmo vertiginosamente. As últimas descobertas científicas e os progressos tecnológicos, aliados à máquina, transformaram o panorama da humanidade. Os povos audazes, empreendedores e perti-nazes apossaram-se dos novos fatores de progresso e se distanciaram de maneira inconcebível dos demais povos. Enquanto que, antigamente, com os meios disponíveis,

as nações se distanciavam umas das outras em razão aritmética, hoje, com os novos meios, elas se distanciam em razão geométrica. Daí essa desigualdade do mundo de hoje. Vemos nações supercivilizadas ao lado de nações miseráveis. Nações que possuem padrões de vida 10, 15 e 20 vezes superiores ao de outras. Nações que gozam os benefícios do conforto e da vida moderna e nações que vegetam. Ontem, preponderava a política. Hoje é a técnica. Quem tem mais técnica e mais máquinas vence as questões econômicas e, por consequente, as sociais. Essa é a razão pela qual as nações de hoje, mais do que nunca, precisam colaborar umas com as outras. As que têm mais técnica e mais máquinas precisam repartí-las com as que não as têm.

Ao contrário, o desnível cada vez mais se acentuará e o mundo tenderá cada vez mais a ser dominado por menor número de nações. Que a persistência dessa situação só tenderá a aprofundar mais o abismo entre poucas e muitas nações têm-no reconhecido as mais altas personalidades mundiais. Marshall, através de seu plano de auxílio às arruinadas nações européias, à base de dídivas financeiras, não tem feito mais que procurar diminuir a excessiva distância existente entre o seu e os países do Velho Mundo. E John Snyder, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, acaba de reconhecer que "a economia mundial está se tornando terrivelmente desequilibrada, nos últimos anos; que é de todo o interesse, para todos os países, que o comércio internacional se torne mais equilibrado e que a América do Norte fará tudo o que puder para o desenvolvimento econômico e a elevação dos padrões de vida nos países latino-americanos, esperando atitude similar da parte deles; finalmente, que os acordos de Bogotá facilitarão, ainda mais, a inversão de capitais americanos na América Latina e que o governo americano cogita de rever as leis fiscais, com a idéia de adoção de medidas capazes de encorajar o

fluxo de capital norte-americano para aquela área (América Latina)".

E a vitória da cooperação econômica, sem a qual, jamais, a América Latina sairá da situação de estagnação em que se encontra. Essa cooperação encontrou, afinal, o seu rumo definitivo no pacto assinado na Colômbia, em 30 de abril do corrente ano (1948), entre as ruínas de Bogotá, pelos representantes de todas as nações livres americanas. Esse pacto foi, no dizer de Lleras Camargo, Secretário-Geral da União Pan-americana, uma das maiores realizações americanas no século atual. Custa a crer que esse monumento que é a "Carta da Organização dos Estados Americanos", verdadeira Carta Magna das nações do hemisfério ocidental tenha passado quase despercebido no noticiário da imprensa. Mais ainda, que tenha sido concebido no ambiente em que o foi. O incêndio do teatro quase ia fazendo esquecer a peça magnífica que se estava nele representando. Ódios e acusações caíram sobre os seus autores e desviaram a atenção mundial, porém os manuscritos da magistral peça foram salvos para maior edificação dos povos americanos. E hoje as nações da América possuem um tratado que é resposta de mais alto sentido moral aos ideais e atos agressivos das nações totalitárias ou dos chamados Estados policiais. Uma lição ao mundo. Sistematizando a coordenação das possibilidades e das aspirações dos países que constituem a irmandade americana, o pacto de Bogotá, sobre ser um exemplo notável de determinação e de vontade, em hora trágica, é a mais alta e mais atualizada expressão do pan-americanismo e por isso não podemos deixar de abrir-lhe um capítulo especial.

O PACTO DE BOGOTÁ

Em vista das trágicas consequências decorrentes do assassinio do "leader" liberal colombiano Gaitán, a Nona Conferência Interamericana realizou uma das maiores e mais decisivas tarefas que já foram im-

postas, neste século, aos representantes dos vinte e um Estados americanos reunidos em Bogotá. A principal missão era de forjar a "Carta da Organização dos Estados Americanos". No dia 30 de abril, na casa em que serviu de residência a Simão Bolívar, o Libertador, foi firmado o documento. Nascia uma nova entidade internacional. A Carta de Bogotá substituiu a antiga união moral das repúblicas americanas, iniciada, em 1890 e que jamais teve uma estrutura jurídica como a que se aperfeiçoou na capital da Colômbia. Em seu preâmbulo as nações americanas declaram estar persuadidas de que o bem-estar de todas, assim como sua contribuição ao progresso e à civilização do mundo haverá de requerer cada dia mais uma intensa cooperação continental; estabelecem ainda, em sua primeira parte, os seguintes propósitos essenciais, além das garantias para a manutenção do estado de paz:

— Procurar solução para os problemas políticos, jurídicos e econômicos que forem suscitados entre elas;

— Promover, por meio da ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Na reafirmação dos princípios e antecedendo-se à inevitável organização mundial das nações, estabelecem que a solidariedade dos Estados Americanos é os altos fins que visam requerem a Organização Política dos mesmos sobre a base do exercício efetivo da democracia representativa; declaram que a cooperação econômica é essencial ao bem-estar e à prosperidade comum dos povos do Continente. No Capítulo da declaração dos direitos e deveres fundamentais dos Estados, afirmam que os direitos de cada um não dependem do poder de que disponha para assegurar seu exercício, mas sim do simples fato de sua existência como pessoa de Direito Internacional; que o direito que tem o Estado de proteger e desenvolver sua existência não o autoriza a executar atos injustos contra outro Estado; que nenhum Estado ou grupo de Estados tem o

direito de intervir direta ou indiretamente, e seja qual fôr o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro; que o princípio anterior exclui não somente a força armada mas também outra força de ingerência ou de tendência atentatória da personalidade do Estado, dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituam; declaram mesmo que nenhum Estado poderá aplicar ou estimular medidas coercitivas de caráter econômico e político para reforçar a vontade soberana de outro Estado e obter d'este vantagens de qualquer natureza; obrigam-se, em suas relações internacionais, a não recorrer ao uso da força, salvo em caso de legítima defesa, de conformidade com os tratados vigentes ou em cumprimento dos ditos tratados (por onde se vê que o tratado do Rio de Janeiro, sobre Assistência Recíproca, não passa de um complemento do de Bogotá). No capítulo das normas econômicas, concordam em cooperar entre si, na medida de seus recursos e dentro dos termos de suas leis, com o mais amplo espírito de boa vizinhança, a fim de consolidar sua estrutura econômica, intensificar sua agricultura e sua indústria mineira, fomentar sua indústria e incrementar seu comércio. Mas, o que é novo, absolutamente novo, é a afirmação de que, se a economia de um Estado americano se vir afetada por situação graves que se não possam satisfazer por solução adequada de seu exclusivo e único esforço, o dito Estado poderá apresentar seus problemas econômicos ao Conselho Interamericano Econômico e Social, a fim de buscar, em consulta, a solução mais apropriada de tais problemas. Nas normas sociais, os Estados membros acordam em cooperar entre si a fim de conseguir condições justas e humanas de vida para toda sua população; estão ainda de acordo sobre a conveniência de desenvolver a sua legislação social na base de que todos os seres humanos, sem distinção de raça, nacionalidade, sexo, credo ou condição social têm direito a alcançar seu bem-estar material e seu

desenvolvimento espiritual em condições de liberdade, dignidade, igualdade de oportunidades e segurança econômica; que, finalmente, o trabalho é um direito e um dever social; não será considerado como artigo de comércio; reclama respeito para a liberdade de associação e dignidade de quem o presta, e deve efetuar-se em condições que assegurem a saúde, a vida e um nível econômico decoroso, tanto nos anos de atividade, como na velhice, ou quando, por qualquer circunstância, fique o homem privado de sua validez. Na segunda parte, a Carta estabelece os órgãos executivos da Organização dos Estados Americanos e que são:

- A Conferência Interamericana;
- A reunião de consultas dos Chanceleres;
- O Conselho;
- A União Pan-americana;
- As conferências especializadas;
- Os organismos especializados.

A Conferência Interamericana é o órgão supremo. Decide a ação e a política geral da organização e tem faculdades para considerar qualquer assunto relativo à convivência dos Estados americanos. A reunião de consulta dos Chanceleres realiza-se com o fim de considerar problemas de caráter urgente. O Conselho é o órgão permanente e coordenador das atividades interamericanas. Cabe-lhe, também, promover e facilitar a colaboração entre a Organização dos Estados Americanos e as Nações Unidas, bem como entre organismos especializados internacionais. São seus organismos, com autonomia de caráter unicamente técnico:

- O Conselho Interamericano Econômico e Social;
- O Conselho Interamericano de Jurisconsultos;
- O Conselho Cultural Interamericano.

Esses organismos, em consonância com a Organização dos Estados Americanos, estabelecerão relações de cooperação com os órgãos correspondentes das Nações Unidas e

organismos nacionais ou internacionais que funcionem dentro de suas respectivas esferas de ação. O Conselho Interamericano Econômico e Social tem como finalidade primordial promover o bem-estar econômico e social dos países americanos mediante uma cooperação efetiva entre eles, para o melhor aproveitamento de seus recursos naturais, agrícola e industrial, e a elevação do nível de vida de seus povos. A União Pan-Americana, ampliada, passou a ser a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, com sede em Washington. As Conferências especializadas reúnem-se para tratar de assuntos técnicos especiais ou para expor determinados aspectos da cooperação interamericana. A próxima Conferência de Buenos Aires será uma Conferência especializada sobre assuntos econômicos. Desde a Conferência do Rio vem se clamando por uma Conferência sobre tais assuntos, o que prova a tendência da época. Os Organismos especializados, finalmente, são os organismos intergovernamentais, estabelecidos por acordos multilaterais e que tenham determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados Americanos. Da mesma forma, devem eles estabelecer relações de cooperação com organismos mundiais da mesma índole, a fim de coordenar as suas atividades. A Organização dos Estados Americanos, dentro das Nações Unidas, constitui um organismo regional e estabelece mesmo, em sua terceira parte, que nenhuma das estipulações da sua Carta estão no sentido de menoscar os direitos e obrigações dos Estados — membros, de acordo com a Carta das Nações Unidas.

Vê-se, pois, quão larga é a porta deixada aberta pelo pacto de Bogotá à cooperação interamericana e até onde foram as nações do Continente em matéria de pan-americanismo. Não se limitaram a querer a elevação do nível de vida de seus povos, pois deixaram sempre uma via livre para a colaboração com as Nações Unidas e

todos os organismos políticos, sociais, científicos e econômicos extra-continentais. Com a sua organização flexível, a Carta da Organização Interamericana incorporou todos os princípios fundamentais e regras de direito internacional que os Estados americanos professavam, tateando, há meio século. É um instrumento de colaboração internacional, em todos os campos da atividade, inclusive os de legítima defesa. Deu um sentido novo à colaboração pan-americana, o sentido prático do mútuo auxílio, no terreno econômico e social, principalmente. Grandes possibilidades se abrem agora quanto a se evitar que o pauperismo e as dificuldades em que vivem muitos povos americanos perturbem a sua estabilidade política.

CONCLUSÃO

Vimos a evolução da idéia do pan-americanismo. Não podemos deixar de seguir essa evolução, sob pena de remar contra a maré de todos os povos americanos que se reuniram em Bogotá. O que ali se firmou honra o Continente e deve ser ratificado. Por maiores que sejam os louvores que se possam exprimir quanto à "Carta da Organização dos Estados Americanos", ficarão, eles, ainda, muito aquém da obra que ali se realizou. Pode dizer-se que só agora, com essa Carta, os países americanos ganharam a sua maioridade continental. Walter Lippmann, o articulista norte-americano, declarou que "Marshall se esforçou, em Bogotá, para mostrar às repúblicas americanas que os problemas do nosso hemisfério se subordinam aos da bacia do Atlântico, onde vivem, também, os velhos troncos de onde proviemos e dos quais dependemos, economicamente; que não era possível resolver os problemas da América Latina antes dos do Velho Mundo. Daí o alarme que causou o Plano Marshall e a frieza com que, em Bogotá, se recebeu a notícia da votação, pelo Congresso americano, de uma verba de 500 milhões de dólares — considerada

exigua — para auxílio às nações latino-americanas". É que, infelizmente, o Plano Marshall veio antes do pacto de Bogotá, quando, só então, se consolidou a unidade continental americana. A Carta de Bogotá codificou os direitos, deveres e aspirações de 50 anos de vida das repúblicas americanas e estabeleceu os meios de cooperação com o resto do mundo. Como poderia ser bem recebido o Plano Marshall, se as nações americanas ainda não se haviam ligado por um pacto jurídico que promovesse, antes de tudo, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural em bases como jamais foram estabelecidas? Encerremos este capítulo. A só leitura das finalidades da Carta de Bogotá evidencia a todos que se abre uma nova era para a América e não podemos, todos, deixar de dar-lhe o nosso sincero apóio. O Brasil e os Estados Unidos, nesse novo capítulo que

se abre à cooperação econômica, muito poderão fazer pelo levantamento da América. Dotados de imensos recursos naturais, de capital e de técnica, poderão dar-se as mãos para se auxiliarem e aos outros, respeitada, é claro, para cada um, a linha mínima de independência e soberania nacionais, de subordinação econômica e cultural. Assim procedendo, estamos certos que o Brasil, juntamente com os Estados Unidos, no dizer de um jornalista, "simbolizarão as colunas mestras do templo da Paz Americana, cuja madrugada já está raiando, Paz essa muito mais duradoura do que a Paz Romana e a Paz Britânica, por isso que representa um estado de perpétua harmonia entre o espírito latino e o espírito anglo-saxão, modificadas pela paisagem do Novo Mundo, humana, cristã, tolerante e construtora".

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO

(Estado de São Paulo)

Possuindo 22.000 habitantes e 330 km quadrados de superfície o Município de Cruzeiro, no Estado de São Paulo, com seu orçamento de Cr\$ 2.200.000,00 acha-se com a receita e despesas equilibradas, aplicando seus recursos no calçamento, no abastecimento de água e esgotos e na construção de estradas municipais. Sua principal renda é do imposto de Indústrias e Profissões e das produções de leite, pequena lavoura e indústria de Frigorífico.

A educação é ministrada em Ginásios, Escola Normal e 4 Grupos Escolares. Hospital, Maternidade, Posto de Saúde, etc. mantêm a Assistência Social da cidade.

O Município possui iluminação elétrica, uma rádio-transmissora (Rádio Sociedade Mantiqueira), 4 clubes recreativos e esportivos e sua fundação data de 2 de outubro de 1901.

BAR E DEPÓSITO DE PAO FERREIRINHA DE

José Vicente Ferreira

Conservas e bebidas nacionais

RUA CICI, 1726 — EDEM — ESTAPO DO RIO

OS MILITARES E OS PROBLEMAS SOCIAIS

Ten.-Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

VI

A INFLUÊNCIA DE MARX SOBRE O SOCIALISMO

Expostas, sumariamente, as principais concepções doutrinárias de que resultou o socialismo, surge agora a oportunidade de referência ao criador verdadeiro da moderna doutrina socialista — Karl Marx, cujas idéias transformaram, por assim dizer, o conceito até então dominante, imprimindo às questões sociais o caráter terrivelmente alarmante que degenerou no monstruoso flagelo do comunismo atual.

A influência de Marx sobre o socialismo foi extraordinária e sua atuação decisiva na história dessa doutrina política, como bem se poderá avaliar pelas seguintes observações, de um especializado na matéria e prosélito das idéias marxistas:

"Antes de Marx, o socialismo extraía toda a sua força da idade de ouro da pré-história, do direito natural, do cristianismo primitivo, da idéia de humanidade, da ética social. Depois de Marx, passou a ser a doutrina política do proletariado revolucionário; passou a ter por objetivo o desenvolvimento de todas as tendências materiais e intelectuais do corpo social, que trabalham para a socialização das forças produtoras.

Antes de Marx, o socialismo não era mais do que uma vaga esperança, um sonho piedoso.

Com Marx, converteu-se no método de ação e objetivo final da classe operária, que luta pela sua emancipação social.

Na época de Marx, o socialismo era um simples artigo de fé, uma doutrina rígida, dogmática, com um valor eterno. Marx transformou-o numa força ativa, propulsora do desenvolvimento da sociedade, em evolução para a organização da propriedade coletiva. Antes de Marx, proletariado e socialismo eram coisas distintas, separadas; Marx uniu-as intimamente, como corpo e alma. Realmente, Marx deu alma ao proletariado e, nesse ponto, pode-se dizer que o proletariado moderno é, intelectualmente, obra de Marx".

(Max Beer — "História do socialismo e das lutas de classe").

Convém estudar, portanto, embora ligeiramente, os pontos essenciais da doutrina do grande revolucionário e sociólogo transformador do socialismo e que ainda teve o dom, segundo o autor citado, de elevar o proletariado — até então simples motivo de piedade para os sociólogos — ao lugar de pretendente ao trono, à futura classe dominante, chamada a derrubar a antiga ordem e construir uma nova ordem. Por isso mesmo, talvez,

suas arrojadas idéias conseguiram eliminar tôdas as outras, tornando-se "patrimônio comum de todos os socialistas"...

APLICAÇÃO DA DIALECTICA HEGELIANA

Como, porém, conseguiu Karl Marx atingir esse objetivo?

Filho de um advogado e descendente de velhos rabinos, doutor em Filosofia aos 23 anos, o criador do moderno socialismo começou a distinguir-se como jornalista doutrinário e depois de transportar-se a Paris, pelo outono de 1843, a fim de aprofundar-se no estudo das teorias socialistas. Estas se caracterizavam, então, pela quantidade, de modo que o trabalho preliminar que se lhe apresentava consistia em encontrar uma orientação no meio da diversidade dos fenômenos de natureza sociológica. E, para isso, recorreu à aplicação da dialética hegeliana.

A arte do discurso e da contradição, a que os gregos chamavam de *dialética*, fora aplicada, como geralmente se sabe, pelo filósofo alemão Hegel a seu método de raciocínio, segundo o qual toda afirmativa pode ser negada, por isso que cada conceito tem sempre a sua contradição. Entendia Hegel, no entanto, que a contradição não significa confusão. Ao contrário, surgem contradições, por exemplo, quando a justiça se transforma em injustiça, a utilidade em prejuízo, o racional em irracional; quando as leis e as instituições úteis se tornam caducas e entram em conflito com os interesses vitais e as concepções novas da sociedade; quando, enfim, sobrevêm lutas sociais para colocar essas leis e instituições em harmonia com os novos interesses e as novas concepções, alcançando uma fase superior do desenvolvimento social. A essa fase superior, precisamente, é que Hegel chamava de *negação da negação* ou *síntese*.

Uma idéia bem clara do método hegeliano ressalta de um exemplo geralmente apresentado e que está ao alcance de qualquer espírito: um ovo. O ovo é considerado uma

coisa positiva, mas contém em si um germe que, desenvolvendo-se, vem a devorar, isto é, nega o seu conteúdo, a pouco e pouco. Esta negação não é, todavia, uma destruição, porque produz o desenvolvimento do germe e o transforma em um ser vivo. Exatamente quando termina essa fase de negação, o pinto que se formou dentro do ovo rompe a casca: tem-se então, aí, a *negação da negação*, ou a *síntese*, em virtude da qual aparece uma coisa superior ao ovo, do ponto de vista orgânico.

Valendo-se, pois, dos métodos hegelianos e pensando que, assim, conseguiria a revelação da lei fundamental do desenvolvimento histórico, Karl Marx passou a expor sua doutrina reformadora, mas dentro das novas tendências do pensamento alemão da época, que já se distanciava bastante do idealismo de Hegel e se tornava cada vez mais materialista. Porque — é de interesse esclarecer — a concepção hegeliana era profundamente idealista e considerava a idéia, o espírito, o absoluto e o divino como uma força primária, movendo-se por si mesma e movimentando todo o universo. Os diferentes períodos históricos, na teoria de Hegel, são fases sucessivas de um processo de desenvolvimento do espírito absoluto, que parte da idéia até chegar à divindade. O próprio Deus é um futuro que, no homem, alcança sua mais elevada forma, de modo que, em tais condições, seria possível falar em providência divina na História...

Karl Marx, entretanto, aplicou a dialética hegeliana à exposição de suas idéias reformadoras, mas introduzindo-lhe o espírito materialista que caracterizava sua época. E, ao contrário de Hegel, o elemento primordial, a força motriz da evolução era, para ele, não mais o espírito e, sim, a matéria, pura e simplesmente.

Nos estudos realizados em Paris, isto é, dedicando-se inteiramente a aprofundar-se no conhecimento das teorias socialistas, Marx se demorou na observação do movimento operário francês e, baseado na dialética, concluiu que o proletariado

era a negação da ordem existente. O elemento positivo, no caso, é representado pela ordem baseada na propriedade privada e na concorrência. A contradição reside na luta do proletariado contra essa ordem, da qual deve resultar uma fase superior da vida social como síntese. A luta social, por esses motivos, tem de ser apoiada por todos os meios.

ANTAGONISMO IRREDUTIVEL

Admite Marx a existência de um antagonismo irredutível entre os partidários da ordem antiga e os da ordem futura. Não se trata, contudo, de um antagonismo entre indivíduos mais ou menos notáveis, nem entre grupos de homens que se inclinam para este ou aquele ponto de vista, por motivos de ideal, não; a luta se estabelece entre "classes" com interesses econômicos bem definidos e absolutamente antagônicos, os quais, por isso mesmo, devem chocar-se violentamente.

Todos os fenômenos conhecidos em sua época — antagonismo entre a burguesia e o povo, entre o capital e o trabalho, concentração do capital, desaparecimento progressivo dos pequenos produtores e outros mais — foram estudados e apreciados por Marx, que procurou estabelecer entre eles uma relação filosófica e chegou a formular um programa definido para toda a sua doutrina: estudo da economia política, análise do mecanismo do regime capitalista, estudo da missão do proletariado e das forças que se desenvolvem no seio da antiga sociedade, que elas terão de destruir um dia.

A COLABORAÇÃO DE ENGELS

Em todos esses estudos, como em todos os trabalhos doutrinários que realizou a partir de 1844, teve Marx a colaboração prestimosa de Frederico Engels, que deve, assim, figurar a seu lado como fundador do moderno socialismo, ou do "socialismo integral moderno", para usarmos a expressão de Tristão de Ataíde. O programa estabelecido

por Karl Marx foi, portanto, desenvolvido sempre de parceria com Engels. E tem sido inspirada na obra desses dois reformadores toda a ação social-revolucionária levada a efeito, posteriormente, na Europa como, de resto, em todo o mundo. Sua influência foi decisiva nesse movimento como já acentuamos, e tem sido salientada sempre pelos doutrinadores comunistas, conforme se evidencia ainda mais por estes conceitos de uma publicação oficial do governo soviético:

"Marx e Engels ensinaram que a derrocada do poder do capital e a transformação da propriedade capitalista em propriedade social não podem realizar-se, de modo nenhum, por meios pacíficos; que a classe operária só conseguirá isso mediante a aplicação da violência revolucionária contra a burguesia, por meio da revolução proletária, instaurando sua dominação política, a ditadura do proletariado, a qual deverá esmagar a resistência dos exploradores e criar uma nova sociedade, a sociedade comunista sem classes. Marx e Engels ensinaram que o proletariado industrial é a classe mais revolucionária e, portanto, a mais avançada da sociedade capitalista e que somente uma classe como o proletariado pode reunir em torno de si todas as forças descontentes do capitalismo e conduzi-las ao assalto contra este. Para vencer, porém, o velho mundo e criar uma nova sociedade sem classes, o proletariado tem que dispor de seu próprio partido operário, ao qual Marx e Engels deram o nome de Partido Comunista".

("História del Partido Comunista (Bolshevique) de la U.R.R.S.").

O "MANIFESTO COMUNISTA"

Karl Marx e Frederico Engels passaram a desenvolver intensa atividade intelectual, procurando difundir suas concepções e idéias

de reforma social tanto por meio de jornais, revistas e panfletos, como em reuniões e congressos de entidades de classe, que convocavam especialmente, ou a que compareciam em virtude de convites formais dos respectivos organizadores.

A partir de 1845, principalmente, os dois grandes agitadores começaram a trabalhar infatigavelmente. De acordo com o que informa o próprio Engels em "Algumas palavras sobre a história da Liga dos Comunistas" (introdução ao livro de Marx, intitulado "Revelações sobre o processo dos comunistas em Colônia"), já naquela época Karl Marx havia construído as linhas mestras de sua teoria materialista da história, dentro da idéia central de que, em suma, não é o Estado que condiciona e rege a sociedade burguesa, mas a sociedade burguesa que condiciona e rege o Estado, sendo preciso, portanto, explicar a política e a história pelas condições econômicas e sua evolução e não no sentido inverso.

Como aplicação prática dessa nova concepção, o comunismo era apresentado como um plano perfeito de organização social, a ser realizado não com o auxílio de filantropos ou por meio da criação de colônias; ao contrário, o comunismo passava a ser a organização da classe operária em um partido político independente, tendo por missão apoderar-se do poder para transformar a ordem econômica no sentido comunista. E, por isso mesmo é que se pode ler, ainda, na "História del Partido Comunista", há pouco citada, que

"Marx e Engels, os grandes mestres do proletariado, foram, em oposição aos socialistas utópicos, os primeiros que esclareceram que o socialismo não é o fruto das cavilações de alguns sonhadores (utopistas), mas, sim, o resultado necessário do desenvolvimento da moderna sociedade capitalista. Eles puseram em relevo que o regime capitalista engendra, com o proletariado, a força que haverá de enterrá-lo. E acentuaram que só a luta de classes

do proletariado, só o triunfo do proletariado sobre a burguesia libertará a humanidade do capitalismo, da exploração".

Na "Introdução histórica" a uma recente edição brasileira do "Manifesto do Partido Comunista" (Editorial Calvino Limitada — Rio, 1945), observa D. Riazonov, a propósito, que Marx e Engels tinham encontrado, enfim, a síntese da "política" e do "socialismo", ao mesmo tempo que a solução ao problema de como fundir num só o movimento operário e o socialismo, que antes seguiam caminhos diferentes. Esse problema, segundo o referido Riazonov, consistia em

"unir, para a luta de classe do proletariado, a consciência de suas finalidades e a organização do proletariado como partido político separado. Tratava-se não de ficar estranho aos problemas da atualidade, não de se isolar numa célula de sectário, mas de se misturar com todas as manifestações da vida social, estudar atentamente a realidade e participar ativamente da vida contemporânea em todas as suas esferas".

A solução de Marx consistiu em dar organização política ativa ao proletariado e isso se processou mediante a reunião dos diversos grupos comunistas então existentes numa entidade de caráter internacional. Pelo trabalho que desenvolviam e pelos elementos de que se compunham alguns desses grupos eram considerados "intelectuais", ou "literatos", e hostilizados, quando não combatidos, pelos chamados "operários". Mas, o mais forte núcleo comunista da época talvez fosse a *Liga dos Justos*, fundada na Alemanha em 1836, sob o nome ostensivo de "Sociedade Alemã de Estudos para Operários". Marx e Engels, depois de vários entendimentos com os mentores da Liga, passaram a fazer parte dela. E por influência de ambos, no primeiro congresso realizado em Londres, em 1847, a Liga dos Justos

transformou-se na Liga dos Comunistas, tendo por finalidade "a derrocada da burguesia, o poderio do proletariado, a supressão da velha sociedade burguesa fundada nos antagonismos de classes e a função de uma nova sociedade sem classes e sem sociedade privada".

Longo depois desse congresso, o Comité Central da Liga deu publicação ao primeiro número da "Revista Comunista", em que a antiga revista da Liga — "Todos os homens são irmãos" — apareceu substituída pelo brado de combate que ainda hoje é lançado aos ares pelos comunistas de todo o mundo: "Proletários de todos os países, uni-vos!".

Em fins de novembro e princípios de dezembro de 1847, a Liga celebrou, ainda em Londres, o seu segundo congresso, ao qual Marx compareceu pessoalmente, acompanhado por Engels.

Os objetivos da Liga dos Comunistas e as condições da aceitação e seus elementos foram estabelecidos em conformidade com os novos princípios, que Engels dizem ser adotados por unanimidade, e são assim enunciados nos respectivos Estatutos:

1°. O objetivo da Liga é a derrocada da burguesia, o domínio do proletariado, a abolição da velha sociedade burguesa fundada no antagonismo de classes e a fundação de uma sociedade nova, sem classes e sem propriedade privada.

2°. Para fazer parte da Liga, são condições essenciais:

- a) ter gênero de vida e atividade conforme com o objetivo da Liga;
- b) ter energia revolucionária e ardor da propaganda;
- c) fazer profissão de fé comunista;
- d) abster-se de fazer parte de qualquer sociedade anticomunista, política ou nacional, e informar o Comité superior da inscrição em qualquer sociedade;
- e) submeter-se às decisões da Liga;

f) silenciar sobre todos os assuntos da Liga;

g) ser admitido por unanimidade numa comuna.

De acordo com os artigos 3° e 4° dos Estatutos da Liga, seus membros usam "nomes federais" e todos são "iguais e irmãos", devendo ajudar-se em todas as circunstâncias, por esses títulos.

No mesmo segundo congresso da Liga, Karl Marx e Frederico Engels foram escolhidos e designados para apresentar um novo programa para a agremiação comunista. Esse programa foi, então, consubstanciado no famoso "Manifesto Comunista" e contém quatro partes principais:

1°. a história do desenvolvimento da burguesia, seu caráter, sua obra positiva e negativa: capitalismo moderno e formação do proletariado;

2°. concepções teóricas e conclusões: a luta de classes e o papel do proletariado;

3°. aplicações práticas: ação revolucionária dos comunistas;

4°. crítica das escolas socialistas.

O programa estabelecido no "Manifesto" de Marx e Engels é longo de mais para poder ser analisado ponto por ponto nestas ligeiras notas. Entretanto, parece-nos conveniente, se não indispensável, fazer algumas considerações em torno de suas idéias fundamentais, que são as teses fundamentais do marxismo, praticamente aplicadas pelo comunismo com as interpretações de Lênine e dentro dos aperfeiçoamentos dogmáticos de Stalin, no "governo de transição" implantado na Rússia há mais de trinta anos...

Será, pois, esse o assunto de que trataremos em continuação.

• •

A seguir: As teses fundamentais do marxismo.

MUITOS SÃO OS RESPONSÁVEIS!

(PARA OS MILITARES JOVENS)

Cel. J. B. MAGALHÃES, da 1ª Classe da Res. do Ex.

"The unorganized part of public opinion is an unwieldy and often dangerous mixture of ignorance, prejudice and delusion, and all of these elements in it are diligently exploited by those who know what they want." (1)

(Poples and Power — Harvey Fergusson — Morrow Cy — N. Y. — 1947)

A força da opinião pública, que um publicista italiano chamou de *regina del mondo*, de fato, governa as sociedades. O seu poder, porém, depende de sua organização e o acerto de suas manifestações resulta do grau de instrução, ou, mais ainda, da cultura dos indivíduos, que a constituem. Nem sempre é consciente. No comum dos casos é instintiva. Não raro, é derivada da tradição.

A Alemanha de Hitler, a Itália de Mussoline, o Japão e a Rússia bolchevista, a Inglaterra, os Estados Unidos, etc., dão-nos bons testemunhos do que acima acertamos. A conquista do poder se faz sabendo arregimentá-la e impulsioná-la no sentido desejado, e a conservação dêste reclama seu constante acionamento para a manter coessa e ativa, bem ajustada às conveniências políticas, ou atordoada e iludida. Na realidade, contra a *opinião pública* ninguém medra e nada prevalece em política, ou na sociedade.

O problema dos políticos, portanto, reside essencialmente em saber interessar a opinião pública, para obter seu constante apoio, ou em neutralizá-la, ao menos. Nos

regimes totalitários, uma vez conquistado o poder, como se vê na Rússia, torna-se relativamente fácil, senão conquistar o seu apoio, ou ao menos evitar que se manifeste contrária aos que dominam, pelo controle das informações que cheguem até ela, e pela vigilância constante dos procedimentos individuais.

Nas democracias, cujo leit-motiv é a liberdade de opiniões e de sua arregimentação, o caso torna-se menos fácil. É mais difícil dominá-la completamente, mesmo afetando pugnar pelo bem comum, pois que há discussão multi-lateral do interesse público. De resto, mercê da liberdade política, o poder se exerce por determinados períodos e depende de mais ou menos frequentes apelos à sua manifestação direta e intencional do eleitorado, suposto traduzir a *opinião pública*. Esta raramente bem informada, e ainda mais raramente bem organizada, deixa prevalecer facilmente os falsos valores, notadamente de ordem moral, cuja ação, nas democracias, mantém em freqüente tumulto as forças propulsoras do progresso, com enorme perda de substância, em favor dos

(1) A parte desorganizada da opinião pública é u'a mistura pesada e muitas vezes perigosa de ignorância, preconceitos e ilusões e todos estes elementos nela existentes são inteligentemente explorados pelos que sabem o que querem.

manejos egoísticos dos traficantes. É mister muitas vezes chegar a crises extremas para que a opinião pública se aperceba das realidades e reaja em sentido positivo em prol das justas conveniências gerais.

Nos regimes totalitários, porém, os erros da governança quando resultantes da mediocridade dos dominadores, são mais difíceis de evitar e, podem também levar a catástrofes tremendas, como na Alemanha, na Itália, etc.

Nas democracias, o problema capital é essencialmente o da organização da opinião pública, convenientemente esclarecida sobre os mais legítimos e importantes interesses sociais e políticos, a fim de forçar os responsáveis pelo Estado a satisfazê-los.

André Siegfried, — em Lafontaine — Machiavel francês —, traça magistralmente o esquema conveniente a uma nação democrática:

"Dans nos démocraties modernes le peuple inspire, contrôle ou dépose; les politiques gouvernent, décident et commandent essayant d'éviter le pire; le fonctionnement régulier des rouages est à la charge de l'administration. Chacune de ces tâches exige des qualités différents, on souhaitera, pour le peuple quelque jugement, pour gouvernants de l'esprit politique, pour les administrateurs d'un minimum de vertu (comme le voulait Montesquieu), d'un minimum de sagesse aussi." (2)

Sem dúvida, o que mais necessário é, para a eficiência da democracia, são esses mínimos de saber e de virtude nos administradores e políticos, o que muito depende de um mínimo de saber do povo, que elege os últimos. Em suma, o êxito da democracia reside no grau de cultura da nacionalidade, cul-

tura que se traduz no comportamento individual dos cidadãos em tôdas as circunstâncias da vida social e pública, qualquer que seja o grupo a que pertençam.

* * *

A luz das idéias acima registradas, um exame da situação nacional, deixa muito a desejar, embora não sejam nossas deficiências caso singular no mundo. Não é, no entanto, como parece a certos espiritos, caso incorrigível, pois se vêem em tôdas as atividades e grupos sociais, elementos de valor positivo, bem mais numerosos do que parecem, à um simples golpe de vista.

É uma situação que deixa muito a desejar porque se traduz por um estado de desordem profunda, material e moral, e tão generalizada e profunda que lembra uma nacionalidade em decomposição, quando fermentam no Estado que a rege os seus valores secundários ou francamente negativos, vivendo à tona pela fraqueza da opinião pública e que o transformam em máquina de opressão, em vez de o fazerem funcionar como instrumento protetor dos interesses nacionais e propulsor de um progresso lógico.

Desordem tão profunda e grave que se revela até na magistratura judiciária, aparelho destinado a manter o equilíbrio social; e nas Classes Armadas, que constituem o esqueleto da nacionalidade. Desordem que se constata pela corrupção geral, de que dá a temperatura o despudor com que certos indivíduos servem simultaneamente em cargos da Administração pública ou políticos a empresas particulares, e até estrangeiras, sem encontrar embaraços. Desordem grave, porque se traduz em ganância pura de dinheiro e em caça a vantagens pessoais, até nos dois grupos sociais mencionados,

(2) Em nossas democracias modernas o povo inspira, controla, ou depõe; os políticos governam e comandam, procurando evitar o pior; o funcionamento regular do mecanismo cabe à Administração. Cada uma destas tarefas reclama qualidades diferentes; é desejável para o povo alguma capacidade de julgamento, para os governantes espírito político, para os administradores um mínimo de virtude (como desejava Montesquieu) e um mínimo de sabedoria também.

obnubilando o conceito que a eles deve ser próprio, porque formados de elementos a que se atribuem superioridades morais, dotes de espírito cívico e de estóica predisposição ao próprio sacrifício em prol do bem público.

É evidente, pelo que dela se diz, que a nossa magistratura, aves raras excetuadas, falta a confiança pública. Vê-se-a vilipendiada pelas fraquezas dos que rastejam na esteira dos políticos ou cedem tristemente aos insultos do suborno, que não sentem.

As Classes Armadas, parece a muita gente haverem perdido seu velho penâche. O assêrto de von der Goltz, quando diz serem elas as últimas a se corromperem em uma nação, mas que isto feito, ultrapassam todas as outras, a muita gente se afigura confirmado. Há, felizmente, é claro, muito exagero nisto. Mas, é fato inegável que a preocupação do eu penetrou nelas desenvoltamente. Prepondera, de modo incontestável, na maioria visível dos que as constituem, o que é sintoma de enfermidade séria em toda a corporação, e de grave ameaça à própria saúde da Pátria.

É evidente que se desajustam do que deveriam ser no quadro dos interesses nacionais, em presença das finalidades a que se destinam. As preocupações de ordem tipicamente profissional nelas vão esmorecendo, enquanto avultam as de ordem personalística e crescem as ambições individuais e a cata dos comodismos. Falece-lhes o sentido principal da objetividade da existência coletiva, batido pelos egoísmos dos seus componentes. O trabalho nelas torna-se abstrato ou se enfraquece e deforma pelas atividades pessoais dedicadas a fins exteriores às razões precipuas de sua existência.

Não satisfazem evidentemente, pelo que transparece em público, as condições necessárias ao bom desempenho de seu papel no seio da nacionalidade, na esfera profissional e no quadro da política nacional, condições entre as quais avulta possuir uma hierarquia de valores positivos, ocupando postos e desempenhando funções,

mediante judiciosa seleção de conhecimentos profissionais e de cultura geral, de capacidade física e de ação. Por isto, suas atividades se amortecem em burocracia absorvente, nas preocupações de ordem individual ou mais resplendem no *paradismo*. Altos postos de responsabilidade funcional se transformam em sinecuras. A tropa combatente, o elemento central da organização, a que tudo o mais se deveria ajustar, passa a segundo plano. Atrofia-se, enquanto as organizações acessórias, policiais e serviços, se hipertrofiam, e a vida *arregimentada* se desvaloriza!

Nelas há, de fato, manifestações sérias de depauperamento, bem visíveis através da mentalidade que manifestam em público os seus quadros. Não exageramos. Que querem dizer essas leis, ampliadas por ageitados regulamentos, promovendo todo o mundo, sem discernir valores, vivos e mortos, e até os mortos em vida sob o pretexto de uma pseudo equidade com os que prestaram na última guerra reais serviços? Que significa esse Código de Vencimentos e Vantagens, horrível expressão que ao militar deveria repugnar, pois que ele quando muito reclama apenas justas compensações, código escrito em mau vernáculo e sem dislética suficientemente aceitável em boa ética? Código que se adotou a toque de caixa, mercê do abastardamento dos poderes governamentais, e que não pode deixar de ser revisto, por tão complexo e sem razão, que demanda a existência de uma comissão permanente para a sua interpretação; revisão necessária, ademais, para que se possa encaixar nas possibilidades do Tesouro?

E que de outros sintomas de corrupção pululam a luz do dia!... Pois não é o que mais se vê no Brasil de hoje, estimular a vadiagem e a trapaça, favorecer a mediocridade e a fanceria, com recálque do que devia ser estimulado e premiado, nas zonas do Estado e na própria sociedade, nas próprias Classes Armadas?

Não assumiu agora — outro exemplo da profundidade da desor-

dem —, um grupo de oficiais do Clube Militar a direção mental das Forças Armadas, marginalmente ao Comando, olhando-o de soslaio, revolucionariamente jogando-o para segundo plano, como se lê na Revista de abril? E isto sem que se lhe faça efetivamente a oposição conveniente? Que significa afirmar em público que *sómente ali* (no Clube — arvorado em Sindicato) ostensiva e lealmente sem qualquer afetação da disciplina e do respeito à hierarquia (eufemismo que somente aos ingênuos pode engordar) é conveniente o exame de soluções que concillem os interesses da coletividade militar e os das leis? Quando proclamou a existência ideal de duas espécies de organizações; a hierarquia com atribuições de comando, e a defensora dos direitos e interesses da classe onde a situação hierárquica não importa, não está a nos lembrar a inspiração bolchevista? Não lembra tudo isto os soviets da revolução marxista?

Há evidentemente uma atitude mental revolucionária em tais manifestações, que se não pode esconder e que é difícil, no momento ainda, precisar até onde nos conduzirá. A aparência de que tudo se passa sob a tolerância de Chefes de alta categoria não minora a importância do agravo à ordem normal das coisas. Antes, acentua a importância do fato, tanto mais quanto o que transparece é que eles vão a reboque. De resto, muitos deles, em cujos nomes se fala, são elementos fora dos quadros ativos, sem categoria para falar pela organização efetivamente militante. Felizmente, o arrôjo de tais empreendimentos, não traduz a existência de uma tendência mental da classe. É uma falsa *visagem* de elementos que vão avançando na carreira das armas sem formação militar, sem trabalho suficiente na tropa que é onde o bom militar se modela.

Mas se tais fenômenos, lembrando sem dúvida a ação bolchevista, são dignos de atenção, não devemos olvidar que na Rússia atual, se impõe às classes armadas a mais estrita dis-

ciplina, enquanto que a sua influência exterior continua a se exercer pelos processos de ruptura da disciplina das organizações do mundo que ela aspira dominar. Tais fatos lá não seriam possíveis. Nem lá, nem nos Estados Unidos, nem em qualquer outro país onde haja ordem, seria admissível um Clube Militar, com as características definidas no editorial de sua Revista de abril.

* *

Tudo isto significa desordem nacional, e relaxamento das forças sociais. É em parte resultante e agravado pelo descontrolo do nosso sistema econômico, desajustado das realidades físicas do país e conseqüente de erros e imoralidades da política, notadamente a financeira e monetária. Resulta, em muito, da vida cara e difícil, fomentada pelo inflacionismo monetário. Tudo reflete a ação parasitária do Estado, enfraquecendo a Nação, pelo que todos que formam a opinião pública e se não opõem, de algum modo ao descabro, são também por ele responsáveis.

É evidentemente necessário que se processe, sem tardança, um trabalho de reação construtiva, para que a Pátria não pereça, trabalho essencialmente consistente em restaurar, em toda a sua plenitude, o predomínio nas atividades públicas, do conceito da probidade, vista sob todos os aspectos da vida humana, e em despertar o sentimento das responsabilidades, ao menos da gente que se diz culta, para com a coletividade nacional.

Nada, porém, dado o estado atual de coisas, se fará de eficiente ou satisfatório sem se iniciar antes a reconstituição da ordem econômica, a começar pelo saneamento das finanças e da moeda, pois que aí está o elemento regulador central, da vida da sociedade. Pedro I, conforme carta, que se lhe atribui, escrita às portas da morte, bem sentiu a importância do fato, ao dizer: "Meu governo pereceu pelas finanças como muitos outros".

De resto, obter isto, é já um começo de vitória das forças mora-

lizadoras, pelo que todo apóio deve ser dado, *sem quaisquer restrições*, à ação reconstrutiva da ordem financeira e à tendente ao saneamento da moeda, com o estabelecimento da justa correspondência entre o volume do meio circulante e o valor da riqueza nacional efetiva.

Certamente, a correção necessária dos males tão profundos e generalizados que nos assoberbam, conseqüentes de pobreza econômica e de incultura das gentes predominantes na cousa pública, não se pode obter num ápice. É mister reação contínua, sistemática e prolongada, dos elementos da elite. Será necessário encontrar governantes sucessivos capazes, enérgicos, probos, e corajosos, para que se obtenham resultados sólidos e duráveis, bem apoiados numa opinião pública esclarecida e que se saiba organizar para ser suficientemente forte.

A necessária reconstrução nacional, há de ser sobretudo obra dos moços, cujo vigor se oriente por um exame cuidadoso dos fatos, com superior inteligência assimiladora. Os velhos fizeram isso que aí está e o que de melhor podem fazer agora é bater a *mea culpa* e informá-los com sinceridade. Eles os moços, que saibam compreender a realidade e que vejam quanto há ainda de sadio em nossa gente. E que se tratem de organizar os capazes de compreender isto e não corrompidos ("All power is organization and all organization is power") (3) para a formação de uma opinião pública sadia.

(3) "Todo poder é organização, toda organização é poder" — People and power — cit.

**SAL DE FRUCTA'
ENO**

Combate a prisão de ventre, eliminando as toxinas do organismo. Dá bom humor diário. Mas exija o legítimo!



LAXANTE IDEAL

ARMAZÉM GATO PRETO DE EDEM

DE

JOAQUIM AFONSO MAGALHAES

SECOS E MOLHADOS

Rua Cristo Redentor, 314 — Edem — Estado do Rio

A GEOGRAFIA E AS OPERAÇÕES MILITARES

Ten.-Cel. SENNA CAMPOS

I

GEOGRAFIA GERAL

O estudo de Geografia, para a realização de planejamentos militares, é básico, se pretendermos resolver, objetivamente, e com segurança e lógica, os problemas referentes à Defesa Nacional.

País de vastas proporções, o BRASIL apresenta campo variado de aspectos físico, econômico e humano, que devem ser encarados por aqueles que têm a responsabilidade da Segurança geral.

Para isso, é necessário que todos os oficiais, servindo nos vários setores do solo pátrio, empreguem uma parcela de suas atividades na consideração dos assuntos geográficos diretamente ligados aos interesses militares.

A nós, dedicados ao serviço das armas, cabe, no terreno da Geografia, fazer, na medida do razoável, um pouco de Geografia Militar, dentro das nossas possibilidades funcionais. A contribuição de cada um, por pequena que seja, muito concorrerá para o melhor conhecimento do assunto, coligindo elementos diversos que, reunidos e alinhavados pelos órgãos competentes, constituirão um quadro

tanto mais real quanto maior fôr o número de informantes. Procuraremos traçar, como entendemos, os limites dessa contribuição para que, em trabalho mais ou menos padronizado, façamos o nosso esforço, no sentido de uma ajuda eficiente e útil.

A Geografia Militar nada mais traduz que uma série de conclusões, de interesse militar, tiradas à luz dos conhecimentos da Geografia Geral.

Então, trata-se de fixar os elementos essenciais a serem considerados e o modo de obtê-los, numa sequência lógica e racional.

Não vamos perder tempo em citar autores, nem procurar a melhor classificação dos assuntos. Apresentaremos uma solução, pois as notas existentes não esclarecem a procedência ou a paternidade.

Uma compilação despreocupada, é natural, omite esses detalhes. "A situação faz o ladrão" e este não guarda bem os locais do crime...

Tomemos o primeiro esquema que nos aparece e temos uma classificação de assuntos de interesse geral:

GEOGRAFIA GERAL	Geografia Astronômica....	Cosmografia
		Cartografia
	Geografia Física.....	Litosfera
		Hidrosfera
		Atmosfera
	Geografia Biológica.....	Fitografia
		Zoografia
	Geografia Humana.....	Geografia Humana própria- mente dita
		Geografia Política
		Geografia Econômica

Encaremos a Geografia mais modestamente e concatenemos os assuntos que possam interessar a operações militares:

GEOGRAFIA...	Geografia Física.....	Geologia Orografia Hidrografia Climatologia Vegetação Litoral
	Geografia Económica.....	Agropecuária Indústria Comércio Circulação
	Geografia Humana.....	Etnografia História

Quando estudamos o BRASIL, devemos situá-lo dentro do Continente de que faz parte e por isso é indispensável que comecemos por seus Limites, cuja história, vem dos primórdios do nosso descobrimento até os dias que correm; as lutas que fizeram variar as demarcações, os tratados e as reivindicações, de modo a ficarem bem patentes as razões e os pontos de atrito. Finalmente a descrição da linha demarcadora baseada em dados corretos e firmada em convenções internacionais.

Descritos os limites, apreciemos a superfície total e por unidades federativas, podendo-se compará-la com a de outros países fronteiriços, situando-a no conjunto da AMÉRICA DO SUL. A sua forma e colocação, relativamente aos demais países vizinhos, decorrem da apreciação de sua extensão.

O terceiro ponto a ser abordado é o solo que poderá ser apreciado desde a sua formação geográfica, através das teorias existentes, para então serem consideradas as suas camadas e qualidades destas e os recursos que podem apresentar à agricultura e à indústria, principalmente à extrativa, à abertura de rodovias e ferrovias e finalmente à fixação do homem com o surgimento de núcleos de população, produção de riquezas etc.

Decorrente da Geologia é o Relevo ou Orografia, que estuda o terreno sob o seu aspecto exterior,

suas elevações e depressões e a situação, direção e aspecto destas.

Apreciado o elemento sólido, é considerado o líquido — rios, lagos, lagoas e canais sob o título — Hidrografia e então estudadas as suas características essenciais, que situam, pelo seu valor intrínseco, os vários acidentes no conjunto do solo considerado.

Outro aspecto da Geografia Física a ser focalizado é a Climatologia, que encara as condições atmosféricas e os seus agentes que vão influir no Clima e na vida dos homens, dos animais, das plantas e do próprio solo. Ainda a vestimenta do solo ou Vegetação complementa o estudo da primeira subdivisão da Geografia.

A distribuição dos vegetais, as áreas cobertas, a espécie desse revestimento, os seus recursos económicos etc., são apreciações de grande valor para as conclusões de vários aspectos a serem tirados quanto à vida e o desenvolvimento nas diversas regiões em apêço.

Finalmente o Litoral, que não só é estudado quanto ao seu aspecto físico, mas também quanto ao solo submarino, correntes, marés, salinidade das águas, etc.

A segunda subdivisão é a Geografia Económica que estuda as relações entre a terra e as atividades humanas. Isto é, o partido que o homem tira dos elementos da natureza provenientes diretamente do solo ou por meio da agricultura, da

dústria, do comércio, etc., bem assim a circulação dos vários produtos para atender ao consumo interno, à exportação e às relações em geral.

A circulação implica em transporte de pessoal e de material pelas vias terrestre, aquática e aérea, considerando-se as suas características principais, sem descer a detalhes que melhor ficarão nas atribuições dos órgãos técnicos especializados. O traçado, possibilidades, fretes, etc., das vias de transporte, focalizarão a importância ou expressão secundária de certas zonas de produção e a sua influência na economia nacional.

A circulação do pensamento, as relações mútuas entre indivíduos e entre organizações diversas, para entender as atividades do país, entram *Comunicações* que, à semelhança de rede nervosa são, como os transportes — rede sanguínea, imprescindíveis à vida de uma nação.

O progresso por esses dois ramos econômicos aproximou os povos da terra e estreitou as suas relações no intercâmbio diário de idéias e sobrevivência.

O terceiro ramo a ser encarado é a *Geografia Humana* que se encarrega do estudo das relações entre o homem e a terra e examina as influências que o primeiro sofre, bem como a que exerce sobre o meio em que vive, abrangendo as formas sociais, as habitações humanas, os movimentos da população, as fronteiras humanas, a distribuição dos núcleos de população e suas origens, as características raciais e sua influência na formação do conjunto, as línguas e as religiões, as atividades principais; a percentagem entre sexos e idades; a mortalidade, grau de instrução e a assistência social que possuem; as tendências políticas com raízes nas fontes emigratórias; a sua adaptação e absorção pelos elementos nacionais e o desenvolvimento cultural, são fatores que permitem uma apreciação judiciosa das possibilidades da nação, nos campos político, econômico e militar.

Vejam, em traços gerais, a concatenação dos assuntos dentro do

que prescrevem as publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão credenciado nos assuntos de que nos ocupamos.

É preciso que não nos embrenhe-mos em operações de coleta de dados, constantes de publicações periódicas de órgãos especializados, pois será um dobramento desvantajoso de atividades. Os dados geográficos ou já constam de obras feitas por especialistas ou estudiosos da matéria ou então poderão ser pedidos a órgãos especializados, ficando a cargo do militar, desejo de prestar o seu valioso concurso, os detalhes decorrentes de reconhecimento objetivos e particularizados a certos assuntos e determinadas regiões.

O trabalho de compilação e a disposição dos assuntos na exposição metódica a ser realizada, representa o primeiro esforço no estudo genérico a ser feito. A anexação de trabalhos particularizados, pedidos a órgãos especializados, como estudo do solo, do clima, do regime das águas etc., representa complemento indispensável; finalmente o reconhecimento para certificação do que foi exposto e para a apuração de determinados detalhes, constitui o fecho da obra básica para a introdução da *Geografia Militar*.

Os dados estatísticos coletados por órgãos destinados a tal fim, com recursos próprios, assim como dados técnicos sobre vias de transporte e de comunicações, têm validade limitada no tempo e por isso não devem figurar no trabalho a que nos propomos.

Esses dados são indispensáveis a determinados estudos de regiões interessadas para planejamentos logísticos e, quando necessários os estatísticos, serão encontrados nas Seções de Estatística Militar e os técnicos, nas Comissões de Rede e Diretorias de Serviços Técnicos correspondentes.

Para não ficarmos no terreno das divagações, vamos tentar uma concatenação de assuntos que padronize a ação daquelas que se interessam pelos estudos de Geografia ou mais propriamente de *Corografia* para o fim a que nos propu-

semos, de fazer um pouco de *Geografia Militar*.

I — ASPECTO FÍSICO

1 — Limites :

Descrição histórica e pontos de fricção ;

Extensão da linha divisória, face a cada um dos Estados ou Países confinantes ;

Descrição pormenorizada da linha demarcadora baseada em documentos oficiais.

2 — Superfície :

Extensão total e por Estado ;

Forma e situação, relativamente aos países vizinhos ;

Comparação com os países limítrofes e com o restante do continente.

3 — Constituição geológica :

Estudo sucinto das rochas através das eras e períodos geológicos ;

Ocorrências e sua influência no relevo ;

Estudo da quarta dimensão de terreno e sua tradução em linguagem militar.

4 — Orografia :

Configuração do solo em seu conjunto ;

Relevo, sua direção e altitudes.

5 — Hidrografia :

Bacias, rede potamográfica ;

Lagos, canais, açudes ;

Quedas d'água e suas características.

6 — Vegetação :

Revestimento florísticos, espécie, áreas cobertas ;

Recursos econômicos.

7 — Climatologia :

Estações, condições climáticas de regiões consideradas ;

Agentes meteorológicos e sua influência sobre o clima ;

Rede de estações meteorológicas.

8 — Litoral :

Descrição da faixa litorânea ;

Solo submarino ;

Temperatura, salinidades das águas ;

Correntes marinhas, marés e suas influências.

II — ASPECTO ECONÓMICO

1 — Zonas Físio-económicas :

Em cada Estado ;
Suas características.

2 — Produção extrativa :

a) Mineral :

Espécie a fontes de produção ;

Processos de mineração e meios empregados na exploração ;

Rendimento normal ;

Transporte e destino do produto ;

b) Vegetal :

Espécie e regiões de produção por zonas físio-económicas e por ordem de importância da produção ;

Transporte e destino da produção.

3 — Produção agro-pecuária :

Espécie e regiões de produção ou criação por zonas físio-económicas e por ordem de importância ;

Épocas de colheita ;

Capacidade de armazenamento local ;

Transporte e destino da produção.

4 — Produção industrial :

Distribuição dos estabelecimentos fabris por espécie e por Zonas Físio-económicas (gráfico) ;

Destino da produção ;

Fontes de energia — locais, espécies e rede da distribuição.

5 — Transportes :

Natureza, traçado, revestimento e extensão das vias de transporte (esboço) ;

Obras d'arte : localização, espécie, resistência ;

Bitolas, natureza das linhas (simples ou duplas) ;

Força motriz, combustíveis empregados ;

Portos : espécie, navegabilidade, cais acostável, instalações ;

Rios, lagos e canais navegáveis ;

Aeroportos e campos de pouso ;

localização, pistas, infra-estrutura ;

Aeroclubes, empresas de transporte e linhas em exploração;
Oleodutos.

— **Comunicações :**

Natureza, traçados das vias de comunicações (esboço);
Conexão das redes;
Empresas, radioamadores (esboço), radiodifusoras.

— **Comércio :**

a) **Exportação :**

Produtos principais;
Portos de saída — destinos;
Meios de transporte.

b) **Importação :**

Produtos principais;
Procedência e portos de entrada;
Meios de transporte.

c) **Interestadual :**

Produtos principais;
Destinos;
Meios de transporte.

3 — **Consumo :**

- a) Artigos de primeira necessidade, "per capita";
 - b) Combustíveis e Lubrificantes;
 - c) Energia elétrica;
 - d) Gás;
 - e) Matérias-primas essenciais;
- procedência, transporte.

III — **ASPECTO HUMANO**

1 — **Situação demográfica :**

a) **População :**

Distribuição pelo território (Estados e Municípios);
Distribuição por sexos e grupos de idades;
Distribuição por nacionalidades;

Mortalidade e sobrevivência;
Migrações;
Distribuição por ocupações.

2 — **Situação social :**

a) **Melhoramentos Urbanos :**

Água encanada;
Iluminação;
Esgoto.

b) **Assistência médico sanitária :**

Organizações hospitalares :

Localização, instalações;
Leitos particulares ou públicos;

Finalidades :

Serviços especiais de âmbito estadual ou nacional.

c) **Previdência e Assistência Social :**

(para militares e assemelhados)
Aposentadoria e pensões;
Abono familiar;
Seguros;
Hospitalização e Assistência Médica.

3 — **Situação cultural :**

- a) Ensino em geral (ciclos);
- b) Ensino Militar (ciclos);
- c) Ensino profissional;
- d) Profissões liberais;
- e) Estabelecimentos técnicos e científicos.

4 — **Situação administrativa e política :**

a) **Segurança Pública :**

Órgãos federais e estaduais;
Organização, atribuições;
Esfera de ação;
Interligações.

(Continua)

CARVOARIA E QUITANDA SÃO SEBASTIAO

DE

ADELAIDE JULIANA INEZ

Venda a preços módicos

RUA FANOR COMPRIDO, 1288 — EDEM — ESTADO DO RIO

O PROBLEMA DO PETRÓLEO NO BRASIL

SÍNTESE DE ESTUDO

Major JOÃO BAPTISTA PEIXOTO

I — INTRODUÇÃO

A) Importância do petróleo.

Os recursos naturais (fisiografia), a capacidade de trabalho (saúde e educação), as facilidades de fabricação (ferro e carvão para a siderurgia) e a eficiência dos transportes (petróleo e eletricidade) são os principais fatores do progresso.

O carvão foi a energia do passado. O petróleo e a eletricidade são as forças propulsoras do presente. No futuro será a energia atômica, já descoberta pela ciência.

O petróleo é uma substância mineral de origem orgânica, formado por diversos derivados do Hidrogênio e do Carbono, que é encontrado em estado líquido nas formações terrestres posteriores à era terciária.

Descoberto na Pensilvânia em 1859, o "ouro negro" marcou uma nova era para os transportes em geral, e aliado a outras circunstâncias, tornou os Estados Unidos a mais rica e poderosa nação do mundo em menos de um século.

Entre os inúmeros subprodutos do petróleo, empregados para facilitar a vida e o progresso da humanidade, estão: a gasolina, o querosene, os óleos combustíveis, óleos lubrificantes, o gás, a nafta, a parafina e o asfalto.

B) Distribuição mundial das jazidas de petróleo, particularmente na América do Sul.

As maiores jazidas de petróleo do mundo estão localizadas nas

sinclinais das cadeias de montanhas formadas na era terciária.

Nos escudos cristalinos antigos não existe petróleo, porque antes da formação dos mesmos não existiam seres orgânicos para fornecer os elementos componentes do óleo.

Por isso, as maiores jazidas do mundo estão na orla das Montanhas Rochosas, do Cáucaso, da Cordilheira dos Andes e dos Balcãs. Pela mesma razão não foram encontrados grandes depósitos no escudo siberiano, no escudo escandinavo, no escudo indiano, no escudo africano e no escudo brasileiro.

Quase todos os campos petrolíferos em produção na América do Sul estão localizados ao longo dos Andes na faixa que corresponde à geosinclinal da Cordilheira: Trinidad — Cumarébo — Bacia do Lago Maracaibo — Vale do Rio Magdalena — Piura (zona costeira do extremo NW do Peru) Cordilheira Montana — Região Sub-Andina da Bolívia, do Lago Titicaca até à fronteira com a Argentina — Iacuiba, Salta, São Rafael, Neuquén e Comodoro Rivadavia no território da República Argentina. Como o escudo cristalino brasileiro ocupa grande área do país, as possibilidades de existência do petróleo no Brasil são limitadas. Todavia, nas áreas sedimentares da bacia Amazônica, do litoral do Nordeste e da bacia do Paraná, entre S. Paulo e Santa Catarina, podem existir depósitos de óleo emigrado.

C) Exploração do petróleo.

Os maiores produtores de petróleo do mundo são: os Estados Unidos, cujas jazidas principais estão localizadas nas montanhas Rochosas; a Rússia, cujos campos mais importantes estão no Cáucaso, no Cáspio e nos Montes Urais; a Venezuela, cuja área produtora é a bacia do Lago Maracaibo; a România (campos de Ploesti); o Irã (Junto ao Golfo Pérsico) e o México.

Praticamente, os negócios relacionados com o petróleo do mundo estão controlados por duas poderosas empresas: a Standard Oil Co. de New-Jersey (E.U.) e a Royal Dutch-Shell (Anglo-Holandesa). Estas duas grandes Companhias são proprietárias de importantes jazidas e de grandes refinarias, cuja produção sua própria frota de navios petroleiros transporta aos mercados consumidores do mundo inteiro.

A exploração do petróleo é um empreendimento de gigantescas proporções que compreende quatro fases distintas: a pesquisa, a extração, a refinação e a distribuição.

A pesquisa, fase científica da exploração, é uma demorada e árdua aventura geológica, na qual não há garantia de êxito. Em linhas gerais, a pesquisa do petróleo compreende:

- reconhecimentos geológicos das áreas a serem pesquisadas;
- trabalhos geofísicos para escolha dos pontos de perfuração;
- execução das sondagens.

A extração do petróleo encontrado é a fase seguinte, cuja execução depende de técnica e equipamento especializado. É arriscado empregar grandes capitais na extração do óleo de qualquer jazida, porque às vezes o valor do produto extraído não corresponde ao capital invertido. Por isso, a extração deve ser sempre precedida de cuidadoso estudo, tendo em vista avaliar a jazida encontrada.

A refinação ou beneficiamento é a chave do problema. Consiste em transformar o óleo cru nos subprodutos de maior consumo. É pois

a fase industrial da exploração do petróleo. A refinação do petróleo é uma medida que corresponde aos interesses da economia e da soberania de todos os países, e por isso ela se impõe tanto aos países produtores de jazidas como aos países importadores do "ouro negro".

A refinação do petróleo exige:

— construção de refinarias com capacidade de produção correspondente ao consumo da região na qual a mesma for instalada por interesses de ordem econômica e militar;

— a construção de depósitos para armazenamento dos diversos derivados da destilação: gasolina, querosene, óleos, etc.

A distribuição dos subprodutos aos consumidores, isto é, o comércio do petróleo; é a fase que oferece maior lucro. A distribuição do petróleo exige:

— transportes apropriados (navios tanques, vagões tanques, caminhões tanques, oleodutos);

— postos de venda, instalados nos principais centros de consumo.

Como vemos, estas fases têm ligação e sequência lógica. Além disto, as duas últimas fases são complementares das duas primeiras, isto é, somente a refinação e a distribuição proporcionam receita para cobrir as despesas da pesquisa e da extração.

II — O PROBLEMA DO PETRÓLEO NO BRASIL

A) Antecedentes.

O Brasil demorou muito para resolver o problema do petróleo.

Com o carvão acontecera o mesmo. A pesar das ricas jazidas minerais de ouro, ferro no centro do país e das bacias carboníferas existentes no sul e no norte, o Brasil pouco prosperou no século passado — a era do carvão, na qual a Inglaterra dominou o mundo.

Tendo que importar locomotivas, vagões e trilhos para as estradas de ferro, navios, máquinas para as fábricas e carvão, o Brasil gastou muito dinheiro e, apesar disto, não pôde acompanhar o pro-

gresso. O capital estrangeiro prevaleceu-se do atraso para "explorar as minas" aumentando assim as dificuldades da evolução.

A descoberta do petróleo e da eletricidade acelerou consideravelmente o progresso dos Estados Unidos no Século XX. O atraso econômico dos países que ainda não haviam explorado o carvão ficou então mais acentuado.

Sómente em 1938 foi criado o CNP, órgão diretamente subordinado à Presidência da República, com amplas atribuições para exercer o controle técnico e administrativo dos problemas relacionados aos combustíveis em todo o território Nacional, abrangendo importação, exportação, pesquisas, produção, transportes, distribuição e comércio do petróleo bruto e seus derivados. No ano seguinte, começou a segunda Grande Guerra que só terminou em 1945, retardando ainda mais a solução do problema, só encontrada finalmente em 1949, isto é, quase um século depois da descoberta do petróleo.

Positivamente, este atraso jamais poderá ser recuperado, e isto corresponde perfeitamente aos interesses dos trustes — "explorar" as riquezas dos países atrasados e debilitados.

B) Trabalhos realizados.

A despeito das dificuldades encontradas, o CNP, criado em 1938, fez alguma coisa de útil ao país durante os seus dez primeiros anos de existência.

Selecionou três grandes áreas com possibilidades de petróleo industrialmente explorável no território Nacional:

1) a planície Amazônica, do alto Juruá até a foz, particularmente o Território do Acre e a Ilha de Marajó;

2) a planície litorânea do Nordeste, particularmente o Recôncavo Baiano;

3) o trecho sedimentar da Bacia do Paraná, entre S. Paulo e Santa Catarina (Piracicaba, Rio Claro, Ponta Grossa, Imbituba e Irati).

Descobriu cinco campos petrolíferos no Recôncavo baiano:

- Lobato-Joanes.
- Aratu.
- Candeias.
- Itaparica.
- D. João.

Estes cinco campos têm presentemente uma produção efetiva de cinco mil barris diários, extraídos de cerca de cem perfurações feitas em uma área cuja reserva é de ordem de 12 milhões de barris de óleo e 1 bilhão de metros cúbicos de gás natural.

C) Política do petróleo do Brasil.

A descoberta do petróleo na Bahia, no ano de 1939, foi um auspicioso acontecimento para o Brasil.

Todavia, sendo as possibilidades de produção das jazidas encontradas muito inferiores às necessidades nacionais, cada vez maiores, a importação continuou sendo o recurso, sobretudo em vista das facilidades oferecidas pelas grandes empresas fornecedoras, em contraste com as dificuldades apresentadas à exploração do petróleo nacional.

Tendo em vista, porém, a crescente evasão de capital produzida pelo crescente aumento do consumo de combustíveis, a importação indefinida de gasolina e outros derivados do petróleo não correspondia aos interesses da economia nacional.

O problema precisava ser resolvido o quanto antes e a sua solução deveria satisfazer preliminarmente aos seguintes imperativos:

1) reduzir a importação de combustíveis, cada vez mais elevada (condição de ordem financeira);

2) atender às necessidades de circulação nacional, sobretudo o escoamento da produção para os centros de consumo (condição de ordem econômica);

3) constituir reservas necessárias à segurança nacional, tendo em vista assegurar os transportes militares em caso de emergência (condição de ordem militar).

A construção de refinarias era a solução mais indicada, conforme já havia sido comprovado em vários países importadores de petróleo, como a França, a Itália, Uruguai, etc., isto porque, a refinação, isto é, a transformação do óleo cru em subprodutos, é a fase controladora da exploração do petróleo.

Esta solução importa em:

— adquirir meios de transporte especializados para se ir buscar o óleo nas próprias fontes de produção;

— instalar usinas para refinar o óleo importado e o nacional;

— construir depósitos para armazenamento dos diversos produtos da refinação.

A exploração do petróleo no Brasil despertou interesses diversos e em torno da mesma houve também muita exploração.

No ano de 1941, a *Standard Oil Co.*, endereçou ao governo uma proposta, na qual se dispunha a cooperar na exploração de petróleo no Brasil, prestando auxílio técnico e financeiro, desde que a Sociedade Anônima organizada para esse fim fôsse concedidas certas exclusividades e ampla autorização para pesquisar, extrair, refinar e distribuir o petróleo obtido em suas operações. Tal proposta não foi aceita porque resultaria em entregar a uma organização estrangeira um dos elementos fundamentais da economia e da segurança nacional.

No ano de 1946, o governo promoveu uma concorrência para a construção de duas refinarias, sendo uma no Rio e outra em S. Paulo.

Dos quatro grupos financeiros que participaram desta concorrência apenas ficaram dois: o grupo Soares Sampaio e o grupo Dault Ernany. Apesar dos favores especiais recebidos do governo, os grupos constantes não instalaram as usinas que se comprometeram a construir.

No ano de 1948, quando chegou ao Congresso o projeto de uma nova Lei sobre o Petróleo, teve início no Parlamento um amplo debate sobre a questão, por causa das divergências de opinião quan-

to ao financiamento da exploração do "ouro negro do Brasil":

— exploração por conta exclusiva do Estado;

— exploração por conta de sociedades anônimas, organizadas com capital do Estado e com capital particular nacional;

— exploração por conta de empresas organizadas no Brasil, com capitais nacionais e estrangeiros.

Em virtude dos inconvenientes da exploração por sociedades anônimas, principalmente quando organizadas com capital estrangeiros, por causa da interferência dos trustes, parece que a exploração deve ser atribuição exclusiva do Estado, sobretudo se considerando a independência que precisam ter os altos interesses econômicos, sociais, políticos e militares do país aos quais o petróleo está intimamente ligado.

Qual seria, pois, a linha de ação mais indicada ao governo?

1) Intensificar a pesquisa e a extração do petróleo;

2) Nacionalizar a refinação e a distribuição, adquirindo usinas para destilar o óleo bruto importado e meios de transporte especializado para assegurar o auto-abastecimento do país;

3) Preservar os interesses da economia e da defesa nacional através de uma legislação petrolífera que assegure o controle do Estado sobre a exploração no presente e no futuro.

De acordo, pois, com esta linha de ação, o governo decidiu adquirir inicialmente:

— 19 modernos petroleiros mediante concorrência realizada na capital da Suécia entre diversos fabricantes, sendo 10 para o transporte de óleo importado e 9 para navegação de cabotagem;

— duas refinarias, sendo:

— uma com capacidade de 2.500 barris diários para ser instalada em Mataripe, na Bahia, a fim de beneficiar o petróleo nacional extraído do Recôncavo e suprir inicialmente as necessidades dos mercados da Bahia, Sergipe e Alagoas;

— outra com capacidade de produção de 45 mil barris diários, para ser instalada em Santos e destinada a refinar o óleo bruto procedente da região petrolífera boliviana de Santa Cruz de La Sierra. Adquirida na França por cerca de 350 milhões de cruzeiros, esta grande e moderna refinaria (idêntica à de Gronville, construída depois da guerra) cuja produção corresponderá à metade do consumo atual do país e suprirá as necessidades do Brasil meridional juntamente com outras de propriedade particular já existentes.

O xisto betuminoso, do qual existem grandes afloramentos em Marauá, Irati e Tremembé, é um arenito de origem orgânica, idêntico à do petróleo.

Como a refinação do xisto não oferecia rendimento por causa da limitada capacidade de produção das retortas para destilar o betume, a exploração do mesmo não foi cogitada, durante algum tempo.

Atualmente, porém, a industrialização do xisto está muito desenvolvida e alguns países já consomem petróleo extraído do xisto betuminoso. A superficial localização dos xistos, facilita a pesquisa e a extração, operações dispensiosas e incertas na exploração do petróleo. Todavia, a industrialização do petróleo, quando se dispõe do óleo cru, oferece indiscutivelmente maiores compensações.

Parece ser esta a razão da preferência geral em pesquisar e extrair o óleo do subsolo, apesar das dificuldades de ordem técnica e econômica destas operações.

Conquanto as vantagens da exploração do xisto ainda sejam muito discutidas, parece indicado ao Brasil não abandonar a possibilidade de aproveitamento do folhelho betuminoso para produção de combustíveis.

III — CONCLUSÃO

A) O Brasil demorou muito a decidir sobre a exploração do petróleo no século XX, como tam-

bém demorara muito a decidir sobre a exploração do carvão no século XIX.

Em ambos os casos houve evidentemente interferência de trustes estrangeiros interessados em "explorar" cada vez mais o atraso e o empobrecimento do país.

Como vimos, a exploração do "ouro negro" descoberto em 1859 nos Estados Unidos, só foi resolvida de acordo com os interesses nacionais em 1949, sendo que os resultados da política adotada ainda pertencem ao futuro.

B) O desenvolvimento do sistema rodoviário brasileiro (ampliação da rede rodoviária e pavimentação das estradas de tráfego intenso) assim como a expansão da rede aérea (bases e rotas aéreas) está intimamente ligado ao problema do petróleo, à produção nacional de cimento e à indústria da borracha.

Como a prosperidade e a segurança dos países de grande extensão terão grande dependência da aviação civil e militar e como a importância econômica, social e militar das rodovias aumenta à medida que são aperfeiçoados os veículos automóveis, concluiu-se que o petróleo ainda exercerá por muito tempo grande influência sobre a vida e o progresso dos povos.

C) Todavia não devemos esquecer que o desenvolvimento das estradas de ferro está ligado ao problema da energia hidrelétrica e ao problema siderúrgico.

Possuindo grande potencial hidrelétrico, ricas jazidas de ferro e extensas bacias carboníferas em seu território, o Brasil tem enormes possibilidades industriais.

Não devemos pois demorar a aproveitar a eletricidade — força propulsora do presente — como demoramos a explorar o carvão e o petróleo, do contrário o Brasil permanecerá em situação de país semicolonial e dificilmente poderá acompanhar o progresso.

A BORRACHA

Maj. FLORIANO MÖLLER

A borracha é a matéria-prima essencial na preparação das misturas para confecção dos tecidos impermeáveis e de uma infinidade de outros artigos. Já conhecida pelos índios da América, antes do descobrimento desta, no entanto, só foi utilizada na Europa, no decurso do século XVIII, quando PRIESTLY, o descobridor do oxigênio, acidentalmente verificou que essa substância servia para apagar os traços deixados pelo grafite; daí o seu nome em inglês "rubber", o que apaga.

A princípio, o emprêgo da borracha era limitado, até que em 1820 foi descoberto que, misturando-se-lhe enxofre, conseguia-se aumentar a sua resistência e durabilidade. Estava descoberta a "vulcanização".

Em 1826, o químico Michael FARADAY descobriu a composição química da borracha natural, que é C_5H_8 ou $C_{10}H_{16}$. Um outro químico inglês, em 1860, isolou a "isoprene" (beta-methyl-butadiene), um líquido incolor, de cheiro característico; era a molécula da borracha. A molécula da borracha natural compõe-se, assim, de átomos de hidrogênio e carbono. O petróleo e os derivados do carvão estão compreendidos nessa família; são os denominados "hidrocarbonados". Admite-se que haja de 2.000 a 4.000 moléculas de isoprene encadeadas na borracha natural. Quanto maiores as cadeias, maior a sua elasticidade.

Em 1888, Dunlop conseguiu obter os primeiros pneumáticos para automóveis, o que foi de grande significação para o desenvolvimento dessa indústria. Daí para diante,

graças às suas características de elasticidade e impermeabilidade, foi crescendo a série de artigos manufaturados com borracha, o que atualmente ascende a mais de 35.000.

—o—

José Carlos de MACEDO SOARES, em seu magnífico estudo "A BORRACHA — Estudo Econômico e Estatístico", focaliza o problema da extração e obtenção da borracha e mostra o descabro que acarretou, para o nosso país, o plantio de seringueiras na Ásia, com sementes desviadas clandestinamente da Amazônia pelo aventureiro Henry WICKHAM, posteriormente agraciado pelo governo inglês, por esse feito. As sementes, assim obtidas, foram inicialmente plantadas em Kew Gardens (Inglaterra) e mais tarde transplantadas para o Celião, onde encontraram condições favoráveis para o seu desenvolvimento, de tal forma que, em 1912, a borracha de plantação entrava vitoriosamente no mercado mundial, aliando da concorrência a oriunda de árvores nativas.

Dois fatores, principalmente, nos levaram a perder o mercado da borracha — um, a ganância dos açambarcadores do produto, que, enquanto o mundo necessitava de mais borracha, só aumentavam o seu preço, que passou de 20 cents a 1 dólar a libra-peso (450 gramas) e que, em 1913, quando o Oriente começava a fornecer o "látex" com as sementes levadas do nosso país, chegou a atingir três dólares a libra-peso — valor considerável na época; o outro foi a desonestidade de certos seringueiros — maus brasileiros — colocando pedras nas

"pelas" de borracha para fazer render no péso, ou então intercalando camadas de látex inferior, modalidade não menos desonesta. Esta lamentável "esperteza" se repetiu mesmo no decorrer da última guerra, pois que, com a duplicação da produção e a necessidade urgente da matéria-prima se tornara difícil a fiscalização, exercida por meio da abertura das "pelas", separação das camadas de tipos diferentes de látex, classificação, laminação e enfardamento da borracha, que, em parte, passou a ser exportada mesmo em "pelas" e com isso, no interior destas, por vezes seguiam "documentos" nada recomendáveis aos nossos foros de povo civilizado.

A autor de um artigo sobre a "Ford Rubber Plantation", publicado na revista "Índia Rubber World", citado no opúsculo "BORRACHA DO AMAZONAS", do Dr. Ladário de Carvalho, menciona entre os nossos males na exploração dos recursos naturais — o empirismo, a falta de padronização, e a falta de planos que orientem a massa humana no seu trabalho rudimentar e todo primitivo, "enquanto que as plantações inglesas e holandesas da Malásia surgiram com mercadoria limpa, cientificamente depurada, recalcando a similar nacional".

Lo

A situação das plantações da "Hévea" no mundo era, em 1938, a seguinte:

Locais	Hectares
Malásia Britânica.....	1.280.000
Índias Neerlandesas...	1.400.000
Ceilão.....	240.000
Indochina Francesa....	120.000
Sarawak.....	80.000
Sião.....	90.000
Índia e Burma.....	90.000
Bornéu.....	50.000
Resto do mundo.....	40.000

Essas plantações produziram cerca de 1.130.000 toneladas de "látex" no ano de 1937. Durante o mesmo ano, a produção de borracha nativa no Vale Amazônico e no resto do mundo foi de cerca de 22.000 toneladas. Pelos dados expostos, pode-se verificar como cresceram as necessidades mundiais da borracha, de 1912 para cá, bastando se observar que, quando éramos praticamente o único produtor de "látex", a nossa exportação excedia pouco mais de 60.000 toneladas.

De país maior produtor de borracha crua (1), o Brasil, hoje em dia, concorre apenas com uns dois por cento na produção mundial. Temos, no entanto, possibilidades de ingressar novamente no mercado mundial, pois que dispomos de uns 300 milhões de seringueiras nativas (Macedo Soares), que, se fosse explorada pelo menos a metade, poderiam produzir até 450.000 toneladas de borracha, anualmente. Estes valores surpreendentes exprimem apenas uma probabilidade, porque há falta de braços e as seringueiras nativas estão disseminadas em vasta região, sem meios de comunicação fáceis, tornando difícil e onerosa a colheita do "látex". A sua densidade por hectare é variável; na Amazônia é de 8 a 10, atingindo no Território do Acre a 15 seringueiras por hectare. Por outro lado, a plantação de seringueiras na Amazônia (Fordlândia e Belterra) não deu o resultado esperado (doenças, condições de vida da própria árvore, etc.); a nossa natureza lhes foi madrastra. Entretanto, na Ásia, a "Hévea Brasiliensis" foi encontrar condições de vida e desenvolvimento muito mais favoráveis que no seu "habitat" natural. Em 1938 havia, nesse continente, cerca de 2 bilhões de seringueiras plantadas numa área de 40.000 km², permitindo alto rendimento na colheita do "látex".

É interessante mencionar que o látex da seringueira não escorre das cisões feitas nas árvores, e sim, — pinga na razão de duas gotas por

(1) Em 1910, a borracha crua representava 39,1 % do volume total da nossa exportação.

segundo e vai diminuindo gradualmente, até que no fim de uma hora está reduzido a uma gota por minuto". Cada corte dá cerca de 15 gramas de líquido, que fica reduzido a um terço, depois de coagulado. O rendimento anual de uma árvore, em geral, não ultrapassa 2 kg; assim, é necessária a produção de duas seringueiras durante um ano para se ter um pneumático pesando 10 kg. Estes dados mostram o quanto é penosa a obtenção de alguns quilos de borracha no interior do "Inferno Verde", o que não permite a concorrência com a borracha plantada na Ásia, de colheita fácil e econômica, em que pese o seu afastamento dos centros consumidores.

Há diversos tipos de borracha crua, segundo a sua qualidade e a região em que é colhida. O Dr. Ladário de Carvalho in "Borracha do Amazonas", destaca entre outros, os tipos "Fina-Acre", Fina-Pará, Fina-Fraca, Entre-Fina, Sernambi-Fino e Sernambi-Rama, e dá as seguintes definições:

Fina-Acre — é uma borracha procedente do Acre e do Alto-Amazonas. É considerada a melhor borracha amazônica.

Fina-Pará (Altos Rios) — é uma borracha dura de diferentes regiões do Amazonas, tais como dos vales dos rios Juruá, Purus e Madeira; é uma boa qualidade de borracha, sendo o seu preço ligeiramente inferior ao "Fina-Acre".

Fina-Fraca — é um tipo de borracha fina, porém mais macio do que os tipos Fina-Acre e Fina-Pará. É somente obtida em pequenas quantidades.

Entre-Fina — é uma qualidade inferior de borracha fina, que não foi devidamente defumada. É usada em muitas fábricas em lugar da fina.

Sernambi-Fino — é também uma qualidade inferior de borracha fina, mas bem melhor que outros sernambis; é de cor clara e obtida em pequenas quantidades, cerca de 5 % do total da fina produzida.

A borracha bruta, depois de lavada e laminada, toma o nome de "crepe". Assim, temos borracha "Crepe-Fina-Acre", "Crepe-Fina-Pará", etc.

Com a conquista da Malásia e das Índias Neerlandesas pelo Japão, em fins de 1941, os Estados Unidos ficaram privados de uma fonte de 98 % de seu suprimento de borracha — matéria-prima estratégica, indispensável e imprescindível a todas as nações do mundo, tanto na paz quanto na guerra. Mas, antecipando-se à marcha dos acontecimentos, os americanos procuraram armazenar a maior quantidade possível de borracha para atender às suas necessidades no mais dilatado prazo possível e, evitar assim a *debacle* com a perda repentina da fonte principal de suprimento. Dentro dessa política, em janeiro de 1942, os EE.UU. dispunham de um estoque de 700.000 toneladas, o que permitiu atender às necessidades do ano de 1942 e parte do de 1943.

O quadro a seguir mostra a situação dos Estados Unidos nos anos de 1942 e 1943, no que se refere às suas possibilidades e necessidades em borracha:

BORRACHA NATURAL E SINTÉTICA

ESTOQUE E RECURSOS	1942	1943
Estoque no começo do ano.....	706.000	428.000
Borracha natural importada.....	453.000	61.000
Produção sintética (EE.UU.).....	28.000	300.000
Produção sintética (URSS).....	54.000	72.000
Soma.....	1.241.000	861.000

NECESSIDADES	1942	1943
Exército e Aeronáutica.....	242.000	356.000
Marinha e Comissões Navais.....	25.000	37.000
Land-Lease.....	82.000	82.000
Indústria Civil.....	150.000	120.000
Outros países.....	310.000	271.000
Soma.....	809.000	866.000
Superavit ou Deficit.....	+ 432.000	— 5.000

Em 1944 e 1945 os EE.UU. passaram a produzir as 700.000 de que careciam (borracha sintética), que somadas à borracha colhida nas Américas Central e do Sul, permitiram cumprir o seu programa de guerra e bem assim atender às demais nações integrantes das Nações Unidas.

Incentivada a produção da borracha na Amazônia, esta readquiriu em parte o seu antigo prestígio. Infelizmente, com uma indústria extrativa em decadência desde 1912, quando começou a produção em larga escala, da "Hévea brasiliensis" plantada no Oriente, não estávamos em condições de voltar ao período áureo em que éramos praticamente o único produtor de borracha no mundo e mesmo, não nos seria possível, de um momento para outro, atender às necessidades americanas, setenta vezes maiores que as nossas possibilidades em 1941.

Terminada a guerra, era fatal que perdêssemos o mercado americano, porque os EE.UU. estavam pagando caro a nossa borracha, dadas as condições precárias e empíricas de sua colheita. O preço fixado no acordo então estabelecido, foi de 39 cents, pouco depois elevado para 45 cents a libra-peso, mas na verdade esse preço era ainda maior do que 100 %, segundo exposição feita na época, pelo Senhor Valentim Bouças. Essa "diferença" atingiu a 36 milhões de cruzeiros em 1943 e a cerca de 44 milhões no ano de 1944. A farinha de mandioca, por exemplo,

estava custando 37 cruzeiros na Amazônia, mas continuava a ser fornecida ao seringueiro a 17,40.

Isto pôsto, é óbvio, que a nossa borracha não poderia competir com a do Oriente, obtida antes da guerra, ao preço de apenas 17 a 20 cents a libra, salvo se lográsssemos modificar os nossos processos de extração para baratear o produto e bem assim incentivar a industrialização, para ao menos atendermos às nossas próprias necessidades, se não fosse possível continuar a exportar.

Apesar dessa perspectiva pouco alentadora, acreditávamos que a perda do mercado não fosse tão repentina⁽²⁾, pois admitíamos que os japoneses, com sua política de terra arrasada, ao serem forçados à retirada, destruíssem as plantações asiáticas. Mas, tal não aconteceu, pois duas bombas atômicas liquidaram de vez com o poderio militar do Japão e foram o golpe de misericórdia no aniquilamento do moral e da capacidade de resistência de um povo fanático e obcecado.

—o—

Em 1941, o Brasil produzia cerca de 10.000 toneladas e, com a Campanha da Borracha, incentivada pelo governo nacional, no sentido de suprir as necessidades das Nações Unidas, conseguiram-se colher 35.000 toneladas em 1942, as quais, subtraídas às 10.000 toneladas do nosso consumo interno, nos permitiram uma exportação de 25.000 toneladas. A produção aumentou

(2) "A Borracha e o Exército" in "Observador Econômico e Financeiro" (julho de 1944).

até 1945, atendendo ao "slogan" — "Borracha para a Vitória" — para decair logo a seguir. Para nós, isso representava uma parcela considerável, mas, na verdade diminuta para as necessidades da grande nação americana e a solução para esta foi ampliar a produção de borracha sintética, indústria então nascente, mas de pequeno incremento antes da guerra, dado o alto custo de produção. Obtida a sua produção em larga escala e a baixo preço, as necessidades em borracha natural passaram a ser mínima, — se bem que imprescindíveis, pois que até hoje ainda não se conseguiu um produto sintético que substituisse integralmente a borracha natural.



A nossa solução, após a guerra, seria procurar atender ao nosso mercado interno, deixando de importar borracha em artigos manufaturados. Mas, tendo fracassado a tentativa da plantação de seringueiras em Fordlândia e Belterra (ex-Concessão Ford), com fraco rendimento anual e bem assim, o colapso da indústria extrativa (3), nós vimos forçados, no corrente ano, a importar borracha natural, a fim de atender às necessidades crescentes da nossa indústria de artefatos de borracha.

BORRACHA SINTÉTICA

Já afirmamos antes, que não se conseguiu obter uma borracha exatamente igual à borracha natural. No entanto, os químicos especializados conseguiram substâncias que são muito semelhantes e, em certos aspectos, melhores que a borracha natural. A isso se denominou "borracha sintética". Para defini-la se diz que "se trata de uma substância com as principais características da borracha natural, que pode ser vulcanizada". As substâncias semelhantes à borracha ("rubber-like"), possuem apenas algumas das características da borracha, mas, em

geral, não podem ser vulcanizadas.

Em 1879, A. BOUCHARDET conseguiu com a Isoprene obter uma substância semelhante à borracha ("rubber-like") e, em 1884, William TILDEN, na Inglaterra, conseguiu obter isoprene da terebentina. Uma amostra esquecida num canto do seu laboratório, transformou-se, meses depois, na primeira borracha sintética conseguida. Esta transformação era a polimerização, isto é, "uma ligação entre as moléculas em uma nova forma e peso, sem mudança de proporção entre os átomos componentes".

No século atual (1912), o processo de hidrogenação para obtenção da borracha sintética foi desenvolvido pelo professor Friedrich BERGINS. Este químico, após inúmeras experiências, criou vários processos para obter gasolina de carvão, utilizar resíduos de óleo cru em refinarias e desenvolver a produção de explosivos (toluol), borracha sintética (butana) e gasolina de aviação (iso-octane).

Em 1914, pouco antes do rompimento das hostilidades na primeira guerra mundial, os alemães conseguiram polimerizar o "dimethyl butadiene", obtendo a denominada borracha "methyl". Puderam, assim, fabricar borracha sintética, mas não foram bem sucedidos em conseguir um produto econômico que pudesse ser lançado comercialmente. Em 1925, Du PONT iniciava as pesquisas para obter borracha sintética do acetilene e, após seis anos de atividade, obtinha êle em 1931, a NEOPRENE, a primeira borracha sintética obtida economicamente, com sucesso. No ano seguinte, a Neoprene já era vendida no comércio a pouco mais de 1 dólar a libra-peso. Mais tarde seu preço baixou para 75 cents (Cr\$ 15,00) e mesmo chegou a 65 cents (1941), quando sua produção atingiu 6.000 t.

A Neoprene se assemelha à borracha natural, em aparência, elasticidade e resistência, mostrando no entanto, uma melhor resistência

(3) Em 1947, 1948 e 1949 a nossa exportação de borracha crua foi de 13.510, 5.446 e 3.241 t, respectivamente.

à ação dos óleos e gorduras (vegetais e minerais) e de muitos solventes e corrosivos químicos; é mais resistente ao calor (até 150° centígrados); resiste melhor ao envelhecimento e à ação da luz solar, do ozônio e do oxigênio; tem menor permeabilidade aos gases e é de menor absorção à água.

ESPÉCIES DE BORRACHA SINTÉTICA

Damos a seguir uma relação de algumas espécies de borracha sintética e de matéria semelhante ("rubber-like", classificados de acordo com sua estrutura química.

- | | |
|---------------------------------|-------------------------------|
| 1 — Butadiene — obtém-se.... | { Buna S (Borracha sintética) |
| | { Buna-N (Borracha sintética) |
| 2 — Isobutene — obtém-se.... | { Butil (Borracha sintética) |
| | { Vistanex (Semelhante) |
| 3 — Cloroprene — obtém-se | Neoprene (Borracha sintética) |
| 4 — Sulfuretos Orgânicos : | Thiokol |
| 5 — Ácido Clorídrico Plástico : | Koroseal (Semelhante). |

Do que ficou exposto, depreende-se que, para se obter a borracha sintética, é necessário fazer uma alquimia com os átomos de petróleo (ou outro produto equivalente), até que se encadeiem e assumam uma forma semelhante aos da borracha. Os hidrocarbonados que entram na composição da borracha sintética podem também ser obtidos de carboidratos tais como os melões, batatas, grãos e outras matérias fermentáveis. Os carboidratos são primeiramente fermentados para dar álcool, o qual é então convertido em hidrocarbono. Os hidrocarbonados também podem ser obtidos de carvão e água, mas nos EE.UU. tal processo não é praticado.

A chave desse processo é a Butadiene, uma substância hidrocarbonada, muito semelhante ao principal componente da borracha natural e que aparece em muitos outros hidrocarbonados.

A Butadiene pode ser obtida do petróleo; do tratamento da butana ou da butilene encontrada nos gases naturais e de refinarias; do álcool, através de misturas de óxido de alumínio e zinco; e do acetilene. A sua obtenção depende da matéria-prima de que se necessita, do seu fornecimento em tempo de guerra, facilidade e rapidez de manufatura por parte dos estabeleci-

mentos encarregados. De um modo geral, as fábricas americanas utilizam o petróleo e o álcool; e as alemãs, obtinham a sua butadiene do carvão e da cal, misturados em fornos elétricos para formar o acetilene; este, por sua vez, era transformado quimicamente em butadiene, passando por quatro etapas (acetaldeído, aldol, butylene glicol e então a butadiene).

A butadiene ainda não é borracha, mas é com ela que se pode obter a borracha sintética. As moléculas de butadiene, uma vez obtidas, devem ser ligadas em uma cadeia ou estrutura denominada "polímero", que significa muitas moléculas ou melhor, "uma estrutura que contém os mesmos elementos na mesma quantidade relativa, mas não na mesma quantidade absoluta".

A polimerização da butadiene, já nos referimos anteriormente, pode ser conseguida naturalmente, desde que se a deixe em repouso durante algumas semanas. Mas isso seria muito demorado para satisfazer industrialmente. Então uma outra substância química é adicionada para acelerar esse processo. Esta nova substância serve de agente químico (não entra no fenômeno químico) e o processo de polimerização corresponde à conhecida catálise. Os alemães, originariamente,

empregavam o sódio para essa catálise; daí a sua borracha sintética ter o nome de Buna: — Bu é a primeira sílaba de butadiene e Na de natrium, isto é, sódio.

Para melhorar a qualidade da borracha sintética, outras substâncias podem ser adicionadas e polimerizadas com butadiene; têm-se então a co-polimerização.

Há duas espécies de Buna: a buna "S" e a buna "N". A buna "S" é resultante da co-polimerização da butadiene com styrene (um derivado do benzol) e a buna "N" (também chamada perbunan) é resultante da co-polimerização da butadiene com acrylonitrile. Após a "polimerização" passamos a ter um látex sintético ou seja, os tipos de buna acima citados.

A borracha sintética é finalmente obtida pela coagulação do látex sintético, por intermédio de um ácido, em geral o ácido acético, da mesma forma que a borracha natural o é pela defumação (a queima de madeiras resinosas e de frutos

oleaginosos — o "Urucuri", por exemplo, produz ácido acético). Há muitas espécies de borracha sintética e de materiais semelhantes à borracha, tendo surgido tipos novos depois da segunda grande guerra, se bem que não difiram em essência, dos tipos aqui mencionados.

Na preparação das misturas de borracha que se destinam à confecção de tecidos de borracha, empregam-se além da borracha natural (ou sintética), inúmeras substâncias com o objetivo de acelerar a vulcanização; para dar maior resistência ao envelhecimento e às intempéries e, conseqüentemente dar-lhe maior durabilidade; ou ainda, simplesmente, para dar colocação ao material ou mesmo para efeito de "enchimento".

Para encerrar esta breve notícia sobre a borracha, damos a seguir uma relação das matérias-primas empregadas no fabrico dos principais tipos de borracha sintética:

Petróleo.....	{ Butana Butilene	}	Butadiene	}	Buna "S"
Gás natural.....	Butana				
Gás natural	}Alcool Etilico				
Batatas					
Açúcar					
Melaço					
Alcatrão.....	{ Benzol	}	Estyrene		
Petróleo.....	Etilene				
Petróleo.....					
Os mesmos acima.....	Butadiene	}	Acrylonitrile	}	Buna "N"
Petróleo.....	Ethylene				
Ar.....	Nitrogênio				
Carbonato de cálcio.....	} Cloroprene — Neoprene				
Coke.....					
Ar.....					
Sal.....					
Acido sulfúrico.....					
Gás natural.....	} Isobutylene			}	Butil
Petróleo.....					
Gás natural.....	} Butadiene ou isoprene			}	
Petróleo.....					

BIBLIOGRAFIA

A Borracha — Estudo Econômico e Estatístico (1937), do Dr. José Carlos de Macedo Soares.

Borracha do Amazonas (Característicos Químicos e Físico-Mecânicos), (1939), do Dr. Ladário de Carvalho.

Brasil 1942, 1943/44 e 1948, do Ministério das Relações Exteriores.

Relatório sobre a construção de botes pneumáticos na Fábrica de Artefatos de borracha "Mercur", em Santa Cruz do Sul (1942).

Relatório sobre um estágio feito na Goodrich Rubber Company, em Akron, Ohio, E.E.UU. (1943).

A Borracha e o Exército na Observador Econômico e Financeiro (julho de 1944).

Modern Brazil — Resources and Possibilities, do Conselho Nacional de Imigração e Colonização (1949).

Brasil 1950, do Ministério das Relações Exteriores.

A Chronology of the Development of Synthetic Rubber Since 1937, da The B.F. Goodrich Rubber Company.

A Wonder Book of Rubber, da Goodrich Rubber Company.

Rubber Supplies and Replacements, de Buel W. Patch.

Crisis in Rubber, da The B.F. Goodrich Company.

Rubber for Victory, de John L. Collier.

Rubber Guide Book, da Goodrich.

Rubber as an Engineering Material, da Goodrich.

Rubber in War and Peace, de John L. Collier.

Synthetic Rubber and The Rubber Outlook, de John L. Collier.

Synthetic Rubber, de Naunton. Synthetic Rubber, B.F. Goodrich.

O CAMPONEZ

Frutas — Conservas — Frios e laticínios

A. Abreu Alves

Avenida Tomé de Souza, 189 — Tel. 43-6812

RIO DE JANEIRO

TERRENOS

Vendem-se terrenos no Distrito Federal e Estado do Rio para residência e veraneio, sem entrada e sem juros, prazo de oitenta (80) meses, tratar com o Sr. Florentino Rosas, à Rua dos Andradas, 62, 2º andar, telefone 43-2558 — Rio

"COMO SE OS MORTOS FALASSEM..."

(ANEDOTÁRIO DA FEB)

Oferta da CASA NENO

Já participava heróicamente o Regimento Tiradentes do fragor dos combates, enfrentando tôdas as rudezas da Guerra. Esta é uma tragédia com lances de comédia ou, se assim quiserem, uma sátira bem trágica.

Avançavam nossas tropas ainda em dezembro de 1944 e na Região de COMBIANA: o mortífero fogo tedesco ceifara, entre outras, a vida de um bravo sargento brasileiro, mas não conseguira deter a progressão de nossos valentes pracinhas. Uma Cia. de Saúde norte-americana, na sua piedosa tarefa, acompanhava nosso ataque.

Três dias mais tarde, já o Boletim menciona os ausentes; chega um estafeta do QG e, com a correspondência, vem um "Atestado de Óbito" oriundo do S.S. americano: ali estava escrito o glorioso nome do sargento desaparecido. O estafeta era um polícia-militar.

Agora, uma precipitação bem explicável na Guerra: o sargenteante é aquele papel escrito em inglês, no qual só compreende o nome de um sargento brasileiro; tem sobre sua mesa uma parte de ausência onde o nome era o mesmo; redigir é um ato de rotina; seu superior, que tem confiança no "praça-velha", nem lê e assina — e um tenente recebe um memorandum.

Até hoje o "Quinty" não conseguiu cumprir esta ordem: "O comandante da Cia. deverá ouvir e punir o sargento de que tratam a parte de ausência e o documento anexos"...



DO MILITAR PARA O MILITAR

AVISO AOS COMPANHEIROS

A CASA NENO

Em nossa conhecida, oferece RÁDIOS, BICICLETAS, RELÓGIOS, ENCERADEIRAS e demais utilidades domésticas, entregando imediatamente a mercadoria mediante a apresentação da identidade, para pagamento em 10 prestações, isto porque, seu sócio-gerente, COMPANHEIRO REFORMADO, deseja facilitar tôdas as nossas compras.

RUA REPÚBLICA DO LÍBANO, 7

(Antiga Rua do Núncio)

NAPOLEÃO... E A HISTÓRIA

Cap. TACITO THEOPHILO

Em páginas admiráveis descrevem Stefan. Sweig a Batalha de Waterloo e conclui que foi aquêle um dos momentos decisivos da Humanidade; não ocorrendo Grouchy em socorro de Napoleão, provocara a derrota e a queda do Imperador.

O que se sabe, no entanto, é que a vida de Bonaparte, no fim do século XVIII e começo do XIX, se confunde com a História e lhe motiva, verdadeiramente, os capítulos mais fulgurantes. Rebuscando, pois, os lances vividos pelo "Petit Caporal" encontraremos alguns momentos tão decisivos quanto o que nos aponta Sweig.

Deixando de lado o período de agitação na Córsega e mesmo o cerco de Toulon, que fez de Napoleão um General aos 27 anos; não falando na Campanha da Itália, que consolidou sua posição no cenário político militar, olhemos mais à frente.

Começemos pela Campanha do Egito. A Esquadra inglesa bloqueia Toulon impedindo a partida da expedição preparada para ferir a Inglaterra, no Oriente. Passam-se os dias em grande expectativa. Súbitamente, sobrevém um temporal; desgarram-se alguns navios; para reuni-los, Nelson precisa de quatro dias. É justo o tempo de Napoleão fazer-se ao mar e escapar à perseguição. O Almirante inglês, na ânsia de encontrá-lo, ultrapassa-o, vai à Alexandria, retrocede e quando afinal consegue destruir a frota francesa, em Aboukir, já Napoleão vencera os mamelucos.

Privado dos seus navios, o Grande Corso planeja a conquista do Oriente; em São João d'Acre, por circunstâncias várias, desiste da empresa e, dispondo de apenas duas embarcações, resolve regressar à

França; empreende nova travessia do Mediterrâneo; encontra belonaves inglesas isoladas e a própria frota, mas consegue desembarcar sem incidentes.

Sabendo-se que os Diretores consentiram nessa Expedição, certos de que seria o meio mais fácil de se verem livres daquêl General que começava a incomodá-los, pode-se concluir que Napoleão prisioneiro teria sido um alívio; mas tal não se deu.

Nelson mudara o curso da História?

* *

Analisemos o golpe de Estado do 18 Brumário. Napoleão se convence da urgência em pôr um paradeiro à Revolução para reerguer e fortalecer a França. Tudo está planejado e ei-lo frente ao Conselho dos Antigos; procura dar uma aparência legal ao golpe e é levado a discursar; suas palavras exaltam os ânimos. Vai ao Conselho dos Quinhentos, escoltado por quatro granadeiros; há tumulto e se ouve mesmo gritar o "Fora da lei" que tantas cabeças já fizera rolar; deixa a sala.

Não fôra a ação de Luciano no Conselho e sua atitude dramática frente à tropa — apontando uma espada ao peito do irmão e jurando matá-lo se algum dia atentasse contra a liberdade — faltaria aos soldados o entusiasmo contagiante que levou Murat a expulsar os deputados.

Luciano mudara o curso da História?

* *

Vamos um pouco além. Acompanhemos o grande soldado ao repetir a façanha de Aníbal — a transposição dos Alpes — e nos detenha-

mos em Marengo. Napoleão, com os meios reduzidos de que dispõe, trava o combate em condições desfavoráveis e é batido. Impassível, assiste o recuo dos seus bravos: "A batalha está perdida. São duas horas, ainda temos tempo de ganhar outra hoje". É justamente o que acontece. Desaix, destacado em missão num flanco, ouve o troar do canhão e acorre ao campo de batalha; lança-se corajosamente contra o inimigo; o Exército todo pára e ataca novamente. Marengo se transforma numa retumbante vitória.

Napoleão foi sempre fiel à memória do seu grande General e amigo. "Tivesse eu sido derrotado em Marengo e teriei, a um só tempo, e desde logo, 1814 e 1815".

Desaix mudara o curso da História?

* *

Prossegue a carreira vertiginosa do grande Cabo de Guerra; uma a uma rolam as cabeças coroadas. Mas, o político, anseia pela paz. No íntimo, é pacifista; em Eylau, desabafa: "Terrível espetáculo feito para inspirar aos príncipes o amor da paz e o horror da guerra". Só a consolidação da paz poderá permitir-lhe a realização do sonho utópico que é, também, sua maior aspiração — a Confederação dos Estados Europeus.

Não consegue arrastar, a Dresden, o Czar; a revista às tropas é assistida por todos os príncipes e pelo Imperador da Áustria; só Alexandre está ausente. O Tratado de Tilsit, com seus cinco anos, envelhecera e o Czar se mostra intransigente; será preciso recorrer às armas e libertar a Polónia. Lança-se, pois, para leste e não mais se detém; procura o inimigo em Kono; vai a Vilna e não mais o encontra; corre a Vitebsk; retarda o combate, em busca de uma batalha decisiva, e Alexandre escapa. Smolensk, Moskova — sangrentas lutas de resultados praticamente nulos — e um dia: "Moscou; já era tempo". A alegria dura pouco. Começam os desastres: o fogo, o frio, a retirada... Afinal parece chegado o fim; o inimigo está na margem W.

do Berezina e destruiu as pontes sobre o rio; forçar a travessia era inútil; e uma finta?!... Durante três dias o inimigo é contido, enquanto o grosso se escoa mais adiante... Escapando de cair prisioneiro, Napoleão corre a Paris onde chega a tempo de impedir que Fouché e Talleyrand tomem conta do Poder.

O Czar mudara o curso da História?

* *

Começa o ocaso da estrêla de Bonaparte; os acontecimentos precipitam: 1814, os Cem Dias; afinal, Waterloo.

Grouchy mudara o curso da História?

* *

É chegado o momento da segunda abdicção. "Eu me ofereço em sacrifício"...

Batido na Bélgica, volta a Paris onde espera restabelecer a situação. Poderia ter dissolvido as Câmaras, mas, ao invés, apela para o seu patriotismo; alguns deputados ainda acreditam num "milagre", mas a maioria perdeu a confiança e o respeito. Porque se deixa envolver pelos acontecimentos? O povo e a tropa não lhe pertencem e permanecem fiéis? Uma só palavra tudo poderá modificar-se; ...mas nada diz.

No Eliseu é vivamente aclamado. Em Mailmaison chega a envergar o uniforme e a cingir sua gloriosa espada; ...mas deixa-se conduzir passivamente rumo à costa.

Durante a longa caminhada ouve, dia e noite, ressoar o "Viva o Imperador"; muitas lágrimas sinceras vê derramadas à sua passagem; as forças da Vandea e do Loire estão à sua disposição; ...mas não atende aos apelos do seu povo e dos seus soldados.

Napoleão mudara o curso da História, pela primeira vez, por suas próprias mãos.

E porque? Talvez por sentir que para sua glória eterna faltava um pedestal: Santa Helena

"Cingi a coroa de ouro, da França; a de ferro, da Itália e a de espinhos, dos Ingleses".

FERRO REDONDO, CHATO, CANTONEIRAS TEE, ETC.
ARAMES GALVANIZADOS, PRETOS, ETC.
CHAPAS PRETAS, GALVANIZADAS, COBRE E LATÃO.
AÇOS CHATOS, OITAVADOS E CABO DE AÇO.

COBRE EM BOBINAS, ELETRODUTOS, ESTANHO, FERRO-ARCO, FITAS DE AÇO PARA ARQUEAR, PREGOS, ZINCO LISO, ETC.

CADIB

FERRAMENTAS — LOUÇA ESMALTADA — FERRAGENS
 ENTREGA IMEDIATA

Cia, Americana de Intercâmbio Brasil

IMPORTADORES E ATACADISTAS

Secção de Vendas — Avenida Rio Branco, 311 — 5º — Tel. 22-2147
 — 22-2143

Caixa Postal 1497 — End. Tel.: "CADIB" — Rio

Companhia Boavista de Seguros

AVENIDA 13 DE MAIO, 23-8º ANDAR — RIO DE JANEIRO

Opera em Seguros de:

INCÊNDIO

LUCROS CESSANTES

TRANSPORTES

ACIDENTES PESSOAIS

ACIDENTES DO TRABALHO

RESPONSABILIDADE CIVIL

AUTOMÓVEIS

AERONAUTICOS

Receita de Prêmios em 1950 — Mais de Cr\$ 116.000.000,00

Capital e reservas em 31-12-950 — Cerca de Cr\$ 60.000.000,00

Sinistros pagos até 31-12-950 — Mais de Cr\$ 187.000.000,00

SUCURSAIS E AGÊNCIAS EM TODO O BRASIL

PARA SEGUROS

BOAVISTA

Cia. de Seguros de Vida

DE VIDA

RESUMO DO HISTÓRICO DA FORTALEZA DE SÃO JOÃO (*)

1º Ten. DIÓGENES VIEIRA SILVA

Tarefa ingente será a de reduzir para minutos o que se realizou em séculos, pois só os grandes espíritos possuem o almejado espírito de síntese necessário à condensação de anos de vidas entregues completamente ao cumprimento do dever, em minutos de recordação repassada de saudade, pálida homenagem dos que aqui servem, aos que lhes antecederam. Preferimos assim, nesta Unidade, manter as ruínas em que mourejaram nossos antecedentes, conservando as mesmas armas com que souberam manter a integridade pátria, lançando nessas armas, nomes e datas recordativas de fatos históricos, como pudestes ver nos canhões históricos que se encontram distribuídos desde a entrada da Fortaleza até estas ruínas em que nos achamos neste momento.

Já alguém disse que história tumular é aquela que se compraz em citar nomes e datas, pois se assemelha à calma de um cemitério com suas lápides. Assim, procuraremos neste resumo do histórico da Unidade, nos abster ao máximo de uma longa enumeração de todos os nomes dos que por aqui passaram, tendo no entanto de citar alguns principais, destinados talvez mais a satisfazer a curiosidade de quem ler esses nomes nos canhões aqui existentes.

Durante os primeiros tempos da colonização portuguesa no Brasil, o Rio de Janeiro permaneceu desguarnecido, tendo em 1555, comer-

ciantes franceses aqui se estabelecido sob o Comando de Durand de Villegaignon, guarnecendo a Ilha chamada de Serecipe pelo Tamoios, e posteriormente de Villegaignon, artilhando-a abundantemente conforme se depreende do desenho existente na "Cosmographie Universelle" de André Thevet. Tentou também fortificar a Ilha Ratier, atual Laje, cuja história é tão enrelaçada com a desta Unidade, não logrando obter seu intento pela ressaca que lançou os canhões ao mar.

Só sob o governo de nosso 3º Governador Geral, Mem de Sá, é que os franceses foram desalojados pelo sobrinho desse Governador, um jovem de pouco mais de 20 anos que, à frente de uma esquadra desembarca na praia de Fora, que fica ao lado do atual campo de futebol da Escola de Educação Física do Exército. Lá se encontra o marco comemorativo desse acontecimento, datado de 1 de março de 1565, quando também começou o local a ser artilhado, cercado e plantado. Data assim, da fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, o início do artilhamento do Morro Cara de Cão, onde começou a cidade, só mudada para o Morro do Castelo dois anos após. No mapa feito pelo espião Jacques de Vaux de Claye, aqui enviado por Catarina de Médicis, em 1578 ou 1579, aparece a cidade nascente já espalhada da-

(*) Palestra proferida a 24-junho-1950, como parte das festividades comemorativas do aniversário da Unidade.

qui até o Castelo. Não deixa de ser interessante recordar como esse cartógrafo designou a casinha por ele desenhada no alto do Morro Cara de Cão. "Une guerite sur la montaigne" chamou êle, e tal designação é bem a expressão do espírito de vigilância que animou os primeiros defensores d'êste local, e que ainda anima todos que aqui servem, como herdeiros das tradições dos nossos lutos antepassados que tão bem souberam manter a integridade do País nascente, legando-o a nós, uno e indivisível.

Inicialmente, no entanto, o Morro Cara de Cão era defendido precariamente, e em 1622 aqui existiam quatro fortes, todos de "Taipa de pilão" e terra batida, porém, com boas defesas de artilharia e pelouros. Martim de Sá, tendo notícia de que na Holanda se aprestavam para tentar conquistar o Brasil, principalmente esta Cidade, decidiu reforçar as defesas, realizando-se em 1627, a hasta pública em que foram apregoadas as obras que deveriam ser feitas nesta Fortaleza. Em 7 de outubro de 1630 é feita a avaliação das primeiras obras de pedra da Fortaleza de São João, concluídas por André Tavares. Três fortes aqui existiam, o de São João propriamente dito, o de São Martinho no alto do Morro, e o de Santo Ignácio no sopé da montanha, também defendendo as praias do Pão de Açúcar e os desembarcadouros, todos êsses fortes reunidos, sob a denominação genérica de Fortaleza de São João. Posteriormente, em 1645, depois da Restauração, foram acrescentados novos baluartes, sendo São Theodósio um dêles.

Eis alguns dos nomes que se acham gravados indelévelmente na memória e nos corações dos que aqui servem. Que de heroísmos era necessário para a defesa! Rodrigo de Miranda Enríques, em representação à Coroa, em 1635, solicitava reforços, pois recejava um ataque dos holandeses, e possuía para guarnecer cinco fortalezas, tendo de defender

uma légua de praias, apenas 150 soldados.

Em 1711, é desguarnecida a Fortaleza, por ordem de Castro Morais, e pelo Aviso de 2 de dezembro de 1831 é desarmada, conservando-se apenas sete canhões, na bateria mais baixa, mas sem quem os servisse.

Até 1736, todos os Fortes da Cidade eram guarnecidos por Terços de infantaria, completados por soldados dos navios de guerra que tivessem prática de artilharia, conforme consta de parte do Tenente-General de Artilharia Manoel de Melo e Castro, tendo já o Comissário Geral de Artilharia desta Capitania, em 1726, proposto, em representação ao Conselho Ultramarino, o levantamento de um Têrço de soldados para a Artilharia, dando-se-lhes as mesmas vantagens dos de Infantaria, bem como honras e prerrogativas, por serem os artilheiros motivo de desprezo, não se encontrando soldados de brio que a ela quisessem se destinar, nem pessoa de honra que accettasse o posto de condestável de Artilharia. Mas, só a Carta Régia de 16 de abril de 1736 vai criar o Corpo de Artilharia, composto de 10 Companhias, destinado a guarnecer os Fortes do Rio, com uma de suas companhias destinada à Fortaleza de São João.

Posteriormente, êsse Corpo de Artilharia passa a ter a designação de Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro (1763), e a Fortaleza de São João em 1824 é guarnecida por uma das companhias do 1º Corpo de Artilharia de Posição, que em 1839, com a mesma composição, recebe a designação de 1ª Batalhão de Artilharia a Pé.

A seguir, em 1889, esta Fortaleza é guarnecida pelos Aprendizes de Artilheiro da Fortaleza de São João. Tinha ela permanecido desde 1730, por motivo de uma ordem régia nesse sentido, em completo estado de guerra, até 1831, ano em que foi desarmada, como já vimos.

Em 1855, aqui fora fundada a Escola de Aplicação do Exército,

transferida dois anos depois para a Praia Vermelha, época então em que a Fortaleza ficou entregue à guarda de apenas 3 ou 4 inválidos.

Em 1863, procedeu-se aqui a um exercício de tiro na presença de S. Majestade, o Imperador D. Pedro II, um canhão explodiu, fazendo algumas vítimas, fato esse perpetuado por uma gravura existente no Instituto Histórico, e segundo a mesma, parece ter o acidente se verificado junto à muralha do Forte São José. Nesse mesmo ano, foi a Fortaleza considerada como de primeira classe, sendo reparadas suas muralhas, e construída uma série de 17 casamatas, tendo sobre as mesmas uma bateria a barbete. Ficou a Fortaleza, nesse ano de 1863, armada com 41 canhões de grande alcance, sendo um deles o Armstrong 550, oferta da fábrica construtora ao nosso último Imperador, peça que posteriormente recebeu a alcunha de "Vovó", tendo tido atuação destacada na revolta da Armada. Em 1893, durante esse movimento, achava-se o Vovó condenado pela Comissão Técnica Militar Consultiva, por apresentar uma pequena ruptura na última volta do seu encamisamento de aço, mas assim mesmo um grupo de cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha, sob o Comando do 1º Tenente Victor Rozany, veio guarnece-lo. O tempo não nos permite recordar os preparativos feitos para o primeiro tiro do célebre canhão, ao voltar à atividade, e bem o desejaríamos fazer, utilizando-nos da palavra do Coronel Luiz Lobo que, há poucos anos, tão bem descreveu o fato, porém, na impossibilidade dessa rememoração, lembremo-nos apenas daqueles bravos que combateram os marujos de Custódio de Mello, citando nominalmente a guarnição perpetuada em uma fotografia da época que se acha entregue à guarda desta Unidade. Foram

eles, além do Ten. Rozany, já citado: Cadetes Philadelpho Rocha, João Augusto Pereira, Raymundo Gonçalves Siqueira, Cesar Augusto Parga Rodrigues, Firmo José Rodrigues, José Armando Ribeiro de Paula, Luiz Lobo e Odilon Coriolano Azeredo. cremos que de todos esses, apenas um se acha atualmente vivo, e grande honra tem a Fortaleza de São João neste momento, vendo entre os convidados, o cadete daquela época, hoje General, ainda com a mesma atitude marcial com que aparece na fotografia junto ao Vovó, com as mãos cruzadas sobre uma das granadas, o número 5 da foto. Assim é que a primeira granada de 550 libras de peso, projetada pela expansão de 48 quilos de pólvora R.L.G., atingiu os revoltosos, portando-se o canhão com brilhantismo. (1)

Acompanhou o Vovó, nessa epopéia, o Krupp 150, modelo 1874, conhecido como "Cachorro", pela sua posição no alto da muralha do Forte de São José, que faz lembrar um cão de guarda vigilante. Se o Vovó desmontou o terrível Moncrif, o eclipse de Willegaignon, o Cachorro não ficou atrás, pondo a pique o "Javari", um dos navios revoltados.

Glória ingrata essa, pois obtida em luta fratricida, porém, atestado da decisão que sempre animou os que aqui se revezaram na defesa da Pátria.

Desde que falamos do último sobrevivente daquela epopéia, aqui presente, vem-nos à mente, outro fato acontecido nas mesmas ruínas desse Forte São José. O cadete de 93 se tornaria depois no brilhante artilheiro que sempre foi, um apaixonado da "Poderosa", e que em artigo rememorativo publicado na "A Defesa Nacional" de outubro de 1948, revista por ele fundada com outras brilhantes figuras de nosso Exército, fez a apologia da Arma de sua paixão, e da arma branca, arma da qual sempre foi um bri-

(1) Refere-se ao General Parga Rodrigues, presente à solenidade, o qual afirmou o autor que existem ainda outros membros daquela guarnição, dentre eles o então Ten. Rozany.

lhante cultor, destacando-se como um dos maiores animadores da esgrima em nosso meio. Por essa paixão desse brilhante General, e pela presença entre nós hoje, de outro General, protagonista da cena que desejamos recordar, vamos relembrar o episódio, acontecido quando era ainda Tenente.

A cadeia da Fortaleza era no Forte Velho, no antigo Forte São José, e o Tenente de que falamos se achava de oficial de dia, quando é chamado pelo Sargento Adjunto, pois um dos presos, um forte negro, se achava dando fortíssima "alteração", como dizemos em nossa gíria militar. Naquela época, o oficial de dia dava serviço armado de espada, o célebre "Rabo de Galo", tão grato às recordações dos antigos artilheiros, e assim, entra o Tenente por um dos corredores do Forte em direção à prisão, onde se deveria encontrar o soldado. Mas, o Sargento esquecera a porta da cela aberta, e assim, repentinamente, o oficial de dia ficou colocado entre a prisão e o preto que surgira às suas costas. Como recurso extremo para dominar o preso que tentou agredí-lo, o então Tenente prostou-o utilizando o "Rabo de Galo". Esse Tenente, hoje General, acha-se também honrando-nos com a sua presença no dia de hoje. (2)

Tentando encerrar este pseudo resumo que já está se estendendo demasiadamente, recordemos as últimas transformações sofridas pela Unidade. Dois anos após sua atuação na Revolta de 93, recebeu 2 canhões Armstrong, que haviam pertencido ao "Almirante Tamandaré", estando a partir de 1894 guarnecida pelo 6º Batalhão de Artilharia de Posição, composto de quatro baterias.

Em 1911, sofre outra transformação, recebendo os seus Krupps que ainda hoje a armam, passando em 1915 a ser guarnecida com o 2º Batalhão de Artilharia de Posição, a seis baterias, das quais, em 1917, uma delas se

achava destacada em Copacabana e outra na Laje, por essa época incorporada a esta Unidade.

Durante a grande guerra, a 1ª, no período de 30 de outubro de 1917 ao dia do armistício, contribuiu para a vigilância da Barra, tendo sido guarnecida a partir de 7 de novembro de 1917, pelo 3º Grupo do 1º Distrito de Artilharia de Costa.

Finalmente, em 1919, por decreto de 18 de junho é reorganizado o 1º D.A.C., passando esta Fortaleza a ser guarnecida pelo 2º Grupo de Artilharia de Costa, sendo, a 24 de julho do mesmo ano, desligada da Fortaleza a antiga 7ª Bateria que iria passar a independente, guarnecendo o Forte da Laje.

Mais para os nossos dias, podemos recordar a atuação da Fortaleza, a 4 de novembro de 1924, combatendo o encouraçado "São Paulo", que se achava rebelado, e depois em 1930, no movimento militar chamado de "Pacificador", a 23 de outubro, fornecendo pessoal e munição para armas portáteis, além de destacar uma seção de 75 para defender o quartel do 3º R.I. contra o ataque dos Carros de Combate. Após ter assim atuado na defensiva, essa artilharia passou ao acompanhamento, na manhã de 24, com as forças daquele Regimento que ocuparam posição no Pavilhão Mourisco, aí ficando detidas pela polícia entrincheirada na Rua Farani. Essa polícia, quando a artilharia daí saiu, constituída por aquela seção de 75, rompeu fogo, se retirou em direção ao Palácio Guanabara, dando à infantaria livre caminho, permitindo-lhe ver os portões do palácio serem abertos, ante a ameaça de fazê-lo a tiros de artilharia.

Finalmente, no ano passado, a 11 de abril, teve seu efetivo reduzido, passando a 1ª Bateria do 2º Grupo de Artilharia de Costa, a guarnecer a Fortaleza.

(2) Refere-se ao General Trompowsky, presente à solenidade.

Hoje, aqui se acha, sempre pronta, como sempre esteve, para a defesa da Pátria, mantendo-a inexpugnável ante o invasor estrangeiro, e não desejando glórias em lutas fratricidas, porém, pron-

ta para a salvaguarda de nossas Instituições, como parte integrante desse todo coeso que é o Exército Nacional, sempre, como disse Jacques de Vaux: "A Guarita da Montanha".

B. HERZOG, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S. A.

Matriz:

R. MIGUEL COUTO, 129-131 — TEL.: 43-0390 — RIO DE JANEIRO
END. TELEG.: "BEZOG"

Filial:

RUA FLORENCIO DE ABREU, 318 — TEL.: 3-4114 — SAO PAULO

Representantes de:

TINIUS — OLSEN TESTING MACHINERY COMPANY
EASTON ROAD — WILLOW GROVE, PA.

Máquinas especiais para verificação de dureza, equilíbrio dinâmico e resistência à compressão, tração e flexão, em todos os tamanhos

Catálogos e especificações à disposição

Solicitamos consultas

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

Fabricante do Reparo para Metralhadora "Madsen" 1935

MARIO FABRI

Encarrega-se de serviços de mecânica em geral

Serviços de Tornos — Serviços de Freza — Serviços de Plaina

Soldas elétricas e a Oxigênio — Serralheiro — Estamaria

Fabricação própria do fogareiro de um queimador a gasolina, tipo militar

Fabricante da palha de aço "Cruz de Malta"

ORÇAMENTOS GRÁTIS

RUA TENENTE ABEL CUNHA, 149-A-B E C

Manufatura de Roupas São Jorge

GRENHA & CIA. LTDA.

Rua Senador Pompeu, 196 — Telefones: 23-3891
e 43-0143 (rede interna)

Enderêço Telegráfico GEOCÓL — Caixa Postal, 1218
RIO DE JANEIRO

UMA OPINIÃO

Autor : SOLÓN LOPES DE OLIVEIRA

Confesso a surpresa que me causou a leitura da "Revista do Clube Militar" n. 107, de julho do ano findo, embora já viesse notando, em números anteriores, alusões que justificavam comentários de que havia alguém na redação daquele órgão de classe, de tendências comunistas.

Tomei pois, um a um, os artigos que julguei de orientação extremista contidos na referida revista n. 107, e emiti minha opinião, como que a responder os conceitos ali consignados.

E assim dizia eu nessa oportunidade :

Intransigentemente contrário aos regimes totalitários da direita ou da esquerda, mas democrata por formação e convicção, apesar dos erros de alguns de seus homens, foi com inconstante pesar que li os pontos de vista expendidos em vários artigos do n. 107 da "Revista do Clube Militar".

Com infinita tristeza de brasileiro percebi que estavam à testa daquela revista de classe, individualidades que melhor fôra deveriam achar-se combatendo ao lado dos norte-coreanos, e não a envenenar o espírito desprevenido dessa mocidade entusiasta e patriota que constitui o corpo de oficiais subalternos das nossas forças armadas.

Se são eles discípulos amados de Stalin, porque não declaram isso de público, e renegam o juramento que que fizeram alistando-se no Exército soviético ? É muito cômodo valer-se das liberdades democráticas

e, sem maiores riscos, pregar as "belezas" do comunismo, mas convenhamos que não é isso muito digno para um militar que jurou fidelidade ao regime e instituições em que vivemos.

Felizmente para o Brasil, a repulsa que tais artigos receberam já está chegando ao conhecimento público.

Vamos sumariamente responder a cada um dos artigos comunistas da malfadada revista 107.

1) "*Em defesa dos minerais radio-ativos fontes de energia atômica*".

Inicialmente vemos esconder-se o autor, o que demonstra sua falta de coragem moral para assumir a responsabilidade do que diz.

Nesse artigo alinham-se dados numéricos e técnicos para demonstrar que devemos, sob o rótulo de defesa da soberania da nossa Pátria, reservar nossas areias monazíticas, como matéria prima que são da fabricação da bomba atômica, além de muitas outras aplicações industriais.

Parece à primeira vista efetivamente criminosa a evasão desse precioso mineral para países estrangeiros.

É sabido porém, que na época atual nenhuma nação se basta para sua defesa, bem como as fronteiras defensivas de cada uma excedem de muito suas fronteiras geográficas. Assim sendo, no surto industrial do momento, nenhuma nação ciosa de sua soberania, pode julgar-se em segurança, vivendo em isolacionis-

N.R. — O autor do presente artigo pediu-nos agasalho para o mesmo em nossas páginas por não ter sido ele publicado, dentro do prazo que estipulamos, na "Revista do Clube Militar" para quem fôra escrito com a intenção de livre debate de idéias.

mo, porque isolada será ela esmagada fatalmente por qualquer potência cobiçosa de suas riquezas.

Hoje, muito mais do que ontem, para a defesa de sua própria soberania, as nações têm que valer-se de alianças, as quais se formam geralmente pela comunhão de ideais, civilização e interesses, e pelos mesmos lutam, trocando para isso materiais de toda ordem, mediante contratos bilaterais de aquisições e concessões temporárias, quando tal coisa se impõe para a mútua defesa. Ainda na guerra última, que teria acontecido aos Estados Unidos se não lhes vendêssemos matérias primas, especialmente estratégicas, e não lhes cedêssemos locais para a instalação das bases aéreas do Nordeste? Reciprocamente, que seria de nós se as aliadas nações do Eixo dominassem a Inglaterra e, após, os Estados Unidos?

De outro lado, é de todo interesse para a Rússia o desejo de isolacionismo das nações militarmente fracas e detentoras de importantes matérias primas, porque isso atende uma dupla finalidade: Não armar dessas matérias primas os adversários da ideologia russa, e manter essas reservas para a própria Rússia, quando realizado o seu sonho de dominação do mundo!...

Os Estados Unidos já perderam na Coreia mais de 50.000 de seus filhos, sendo mais de 6.000 mortos, tudo em defesa da sobrevivência da Democracia, portanto também em defesa do Brasil.

Perguntarei ao moscovita autor desse artigo, que lhe parece mais respeitosa à nossa soberania: Comprar 3.000 toneladas anuais de areias monazíticas como fazem atualmente os Estados Unidos, ou determinar a remessa do número de toneladas que for julgado necessário, sem qualquer pagamento, levado por nossos navios, como é exigido presentemente pela Rússia a seus países satélites naquilo que lhe interessa?...

É importante notar ainda que, sendo esse mineral básico na fabricação da bomba atômica como muito bem diz o articulista, poderá ser empregado em defesa do Brasil,

de vez que o poderá ser em defesa da verdadeira Democracia.

Se porém, o regime russo já fôsse dominante no Brasil, não seria permitido publicar na "Revista do Clube Militar" uma palavra sequer sobre esse assunto, mesmo porque o autor de tal artigo, só pelos originais, poderia ir prestar contas com o Inferno, e ele não teria coragem de dispensar-se de viver, pô-lo que nem coragem teve para assinar-se, apesar dos revezes americanos na Coreia, que certamente lhe abriram esperanças de que breve possa também o Brasil ser satélite da Rússia...

2) "Os recursos dos Coreanos do Norte".

Esse artigo especialmente buscado no "Jornal do Comércio" de 1 de agosto de 1950, cujo autor talvez seja o próprio comunista do Clube Militar, só pôde ser publicado naquele veterano órgão da nossa Imprensa, porque estamos no Brasil que ainda é um país democrata reconhecidamente.

Tanto na Rússia como em seus satélites não seria permitido fazer propaganda de leis benéficas à coletividade existentes nos Estados Unidos ou em qualquer outro país realmente democrata.

Além disso, quem prova que tais leis existem? Porque impede a cortina de ferro que qualquer um vá à Rússia ou a seus satélites para verificar a existência e a prática dessas leis?

Ninguém sabe outrossim, se os Coreanos do Norte estão ou não "empobrecidos e individoados" com os seus algozes comunistas, donos absolutos das terras da Coreia do Norte. Quem é que sabe o que são tais "reformas cuja necessidade ninguém nega"? Tudo isso nos impede de saber a ditadura tirânica do comunismo!...

Vive a Humanidade em procura de soluções a seu problema de uma vida melhor. Porque não é pois, facultada a toda gente sentir "in lóco" o paraíso do regime russo?...

3) "A bomba atômica e a defesa nacional".

Este é já um artigo assinado pelo Ten.-Cel. Av. Carlos Alberto de

Felgueiras Souto, o que me permite a ele dirigir-me pessoalmente, acreditando tratar-se de um oficial culto, patriota, mas influenciado sem o perceber pela má fé comunista.

Efetivamente, meu caro colega, só ao Brasil nos compete defender. Mas a defesa do Brasil na guerra atual, não está nas fronteiras marítimas e terrestres do Brasil. A defesa do Brasil contra uma potência econômica e militar, está muito longe de nossas fronteiras geográficas.

Não é quando a agressão se concretize no nosso território que vamos abrir os olhos, porque aí será tarde demais.

Unem-se as nações de regimes, crenças, ideologia iguais, contra aquelas potências agressoras que querem impôr uma drástica ditadura de escravidão a todos os povos da Terra.

Fala o meu prezado companheiro, em realidade brasileira, e essa realidade brasileira, constituída de uma mentalidade nossa, une-se às mentalidades semelhantes, e somente juntos poderemos fazer a defesa comum desse estado social magnânimo que é a Democracia verdadeira, onde o respeito à pessoa humana sobrepuja a qualquer outra cogitação.

As convenções internacionais, firmadas em tratados, têm um valor efêmero, porque só são postas em prática quando apoiadas pela força. Para os povos militarmente fracos não há diploma internacional que garanta sua segurança, quando a cobiça de uma nação forte os quer escravizar.

Pergunto ao meu prezado colega, se acredita sinceramente que um simples tratado impedirá que nos seja lançada a bomba atômica, pela razão única de não a possuímos?

Discordo pois, da solução político-militar pretendida pelo articulista de condenação do emprêgo da bomba atômica. Essa é a política pregada pela Rússia, porque não a possuindo em condições de emprêgo na guerra, receia sua aplicação sobre seu território.

Segundo o conceito lapidar de Napoleão "na guerra como na

guerra", o país que esgotou seus meios pacíficos e que se lança à luta, deve empregar todos os meios para alcançar a vitória, e entre esses está a bomba atômica.

Os Estados Unidos têm a bomba atômica e podem utilizá-la em qualquer momento, nós não temos a bomba atômica mas dispomos da matéria prima, o urânio e o tório. Como são comuns nossos interesses, juntemos nossos recursos, e empreguemos todos os meios bélicos necessários à obtenção da vitória, para que não sejamos esmagados pelo tacão do vencedor!...

4) "Considerações sobre a guerra na Coreia".

Nesse artigo há uma dupla responsabilidade da direção da "Revista do Clube Militar". De um lado, consentiu em esconder-se o autor, de outro ressalta a má fé e a inverdade de todas as suas afirmações.

Começa mentindo, a quem o lê desprevenido, que a Rússia retirasse pacificamente suas tropas de ocupação do território ao Norte do paralelo 38, enquanto os Estados Unidos assim não procederam, em completo detrimento da verdade dos fatos.

Em realidade executavam os Estados Unidos uma ocupação militar pacífica, sem cogitar de fazer fortes os Coreanos do Sul, enquanto a Rússia organizava, equipava e instruía um poderoso Exército na Coreia do Norte.

Sabedora de que o mesmo não acontecia no Sul, pediu a retirada das tropas estrangeiras do território de toda a Coreia. Sem esperar mesmo que os Estados Unidos retirassem seus últimos elementos (500 homens), determinou a Rússia o ataque dos Coreanos do Norte aos do Sul, transpondo o paralelo 38.

Claro é que a Rússia estava inteirada mais do que ninguém que não havia nessa parte meridional da Coreia forças capazes, coreanas ou americanas para conter a "avalanche" vinda do Norte. Efetivamente foram levados de roldão, americanos e coreanos do Sul. Esperava assim, a Rússia escravizar totalmente mais uma nação inde-

pendente — a Coreia —, como já o havia feito com a China continental.

Felizmente para nós, democratas, os Estados Unidos não se fizeram esperar pela resposta e, ainda que reduzidos quasi exclusivamente ao porto de Pusan, reforçaram seus fracos meios, armaram os Coreanos do Sul, e lançaram-se ao retôrno ofensivo.

Mais uma vez ficou demonstrado perante o Mundo a superioridade dos povos que têm liberdade de pensar e agir, levando os Coreanos do Norte em retirada até a fronteira da Mandchúria.

Mas a Rússia não poderia ver-se lograda, esgotar-se o Exército dos Coreanos do Norte; valeu-se então da maior reserva de potencial humano do Planeta — a China —. Trouxe para o campo de batalha o poderoso Exército que preparara na China durante os meses em que se feria a luta na Coreia até então. Como era de esperar-se, não era possível aos americanos e Coreanos do Sul suportar esse novo embate, tanto mais que ao Gen. MacArthur não foi permitido exercer qualquer ato de hostilidade a esse novo inimigo, que se concentrou com a maior segurança à retaguarda do batido Exército da Coreia do Norte, porque a Mandchúria, como é sabido, é território chinês.

A confiança porém, do ideal que defendem, não faltou para os Estados Unidos o apoio de seus concidadãos e o de muitas outras nações.

Formou-se então o Exército das Nações Unidas, constituído de dezenas de povos legitimamente democratas, por isso amantes da liberdade, os quais não trepidaram em trazer seu concurso material e moral aos Estados Unidos. E outra vez foram recalcados os exércitos comunistas para além do paralelo 38.

Arrasta-se assim a guerra em avanços e recuos porque os Estados Unidos ainda não quiseram praticar a verdadeira guerra, bombardeando a Mandchúria ou outros centros de concentração de tropas

ou de recursos, em território da China comunista.

E porque não o fazem? Porque querem evitar a todo preço o desencadeamento da terceira guerra mundial, isto é, porque realmente lutam pela paz. Não é porém, a paz dos cemitérios, a paz do escravo sem qualquer possibilidade de reação, como deseja a Rússia com esses falsos congressos "pro paz", mas a paz com o respeito à dignidade humana, consignada nos quatro conhecidos postulados da liberdade individual, que só é assegurado nas legítimas democracias.

Confesso que para mim é profundamente cínico falar em liberdade no regimen comunista!

5) "Correspondência".

Trata-se de uma carta assinada por D. Maria Tereza.

Inicialmente quero apresentar a essa ilustre patricia minhas homenagens do mais profundo respeito e admiração por ser possuidora de uma alma simples e ingênua, que muito bem reflete os sentimentos da mulher brasileira.

Não é a bomba atômica que horroriza os espíritos bem formados, é a própria guerra, porque ela é a negação de todo senso de Humanidade. Lutam os homens de arma branca, vão até o corpo a corpo, matam-se, destroem-se, e... nem se conheciam pessoalmente para tanto ódio! Na batalha de Kir-Kilisse, na guerra dos Balkans de 1912, os turcos cercados pelos búlgaros, ao subirem estes a colina das posições daqueles, travou-se a luta corporal de homem a homem, e os turcos, já sem munições, cortavam a dente a carótida dos búlgaros assaltantes.

Esse episódio bem revela a guerra em toda sua crueza.

É por isso inadmissível que algum ente, humanamente equilibrado, possa desejar a guerra.

Apesar entretanto, das conquistas da Civilização a guerra existe, e existirá ainda por muitos anos, enquanto os povos não se puderem desvencilhar das ambições de domínio de seus semelhantes.

Nós brasileiros, sempre prontos a resolver pacificamente nossos li-

tígio com os outros povos, não nos pudemos furtar a fazer a guerra contra uma parte da Confederação Argentina, depois contra a República do Uruguai e a República do Paraguai, nações irmãs com as quais mantemos hoje as mais sinceras relações de amizade.

Posso contudo, informá-la, minha distinta patricia, que seu marido está com a razão: A condenação do uso da bomba atômica é pura propaganda da Rússia comunista!

Uma das provas dessa minha afirmação está no fato de ser utilizada sua carta na malfadada revista n. 107, feita em publicações de visível orientação comunista.

Para maiores esclarecimentos, rogo-lhe a fineza de ler acima, a resposta dada ao artigo "A bomba atômica e a defesa nacional".

* *

Havia eu escrito essas coisas quando percebi a repulsa que provocou, por parte de inúmeros sócios, ao que se dizia naquele exemplar da mencionada revista, e conseqüente suspensão daquele órgão de publicidade.

Resolvi pois, aguardar os acontecimentos.

Vejo agora, retomada a atividade da "Revista do Clube Militar" em seu n. 111, onde com maior surpresa minha mantém-se a mesma direção, que, supunha eu, se exonerara ante a crise que havia provocado, de vez que demonstrara não mais merecer a confiança de aultado grupo de associados daquela agremiação de classe.

Logo de início leio em editorial o artigo "Nossa Pátria é o Brasil", da autoria do Major Humberto de Andrade, onde, em palavras candentes e elegância de forma, procura estimular o amor pátrio.

Mas, meu prezado camarada, quem é que está fazendo "interpretações sem apóio nos textos, ao sabor dos interesses escusos dos truies e monopólios internacionais, que se acobertem sob a bandeira de qualquer grande potência, para exercitar sua ação colonialista e

perturbadora da harmonia entre as nações"?

Para mim devem ser aqueles que são pagos pela propaganda comunista, pôsto que na Rússia não se presta contas dos dinheiros públicos. Foi a Rússia que ocupou e colonizou sete países europeus, lançando sobre eles a cortina de ferro; convulsionou e ocupou a China, e procura apossar-se de toda a Coreia e da Indo-China.

Creio que meu prezado camarada não pretende dar lições de patriotismo a um João de Abreu Pessoa, a um João da Costa Braga Junior, a um Estevão Taurino de Rezende Neto, a um Humberto de Alencar Castelo Branco, a um Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa, a um Nelson Demaria Boiteux, a um João Ururahy de Magalhães, a um Euler Bentes Monteiro, a um Agenor Brayner Nunes da Silva, a um Paulo de Bittencourt Amarante, e a tantos outros milhares de camaradas que, de maneira tão expressiva, enviaram seus protestos, alguns bastantes inflamados, ao que foi publicado na infeliz revista n. 107.

Esses milhares de sócios do Clube Militar parece, entretanto, que não "confundem os interesses nacionais com a defesa do comunismo". Esses oficiais do nosso Exército, alguns já de brilhantes serviços prestados ao país, a meu ver, quando assim procederam, atendiam aos mais legítimos interesses nacionais, e faziam-se porta-vozes do pensamento de milhões de brasileiros verdadeiramente patriotas.

Repilo com toda a energia, admitir-se como chantagem, tendências anti-nacionalistas e outras coisas mais, não ler pela mesma cartilha do diretor da "Revista do Clube Militar" o artigo "Considerações sobre a guerra na Coreia".

Efetivamente o Brasil é nação soberana e não deseja ser satélite russo, ou de outra qualquer grande potência, — e com isso desejamos todos a defesa da nossa liberdade.

Mas a defesa do Brasil não se faz só com homens e literatura bonita.

A defesa do Brasil, contra uma grande potência, terá de ser feita com homens, munições e engenhos

de guerra que não possuímos. Nossa defesa terá de ser feita, se preciso fôr, com bombas atômicas e de hidrogênio.

E nesse particular, se conseguíssemos possuir os técnicos capazes de fabricá-la, a montagem da fábrica correspondente exigiria a vultosa soma de quatro bilhões de cruzeiros (200.000.000 de dólares), que foi a quanto montou a instalação dos americanos.

Diga-me o prezado camarada, onde iríamos buscar tal soma?

Longe vai o tempo em que a bravura pessoal supria a deficiência de número e de armas.

Nenhuma nação pode hoje defender-se isoladamente. Nossos aliados americanos, para a sua defesa, precisam de nossas matérias primas.

Com eles façamos pois, a defesa dos nossos ideais e interesses comuns, que consistem em síntese na defesa da Democracia em sua mais legítima expressão de máximo respeito aos direitos da pessoa humana.

Em seguida, vem uma "Carta aberta aos consócios", da autoria do próprio diretor da "Revista do Clube Militar", Major Humberto Freire de Andrade, onde dignamente assume a responsabilidade dos artigos não assinados, de orientação comunista, da citada revista n. 107.

A meu ver, meu prezado camarada está inteiramente divorciado em informações, quanto as suas idéias, sobre o número exato de sócios do Clube Militar que não o acompanham em seus pontos de vista, de vez que apenas atribui a 5 ou 6 % da totalidade de sócios os que são contrários à "crônica considerada condenável na interpretação venenosa, etc.". Desconhece por certo o crescido número de sócios que nenhuma manifestação apresentou por escrito, mas que lamentou sinceramente que a "Revista do Clube Militar" se houvesse transformado em órgão de orientação comunista.

Porque não se trata de interpretações, mas de leitura clara e infismável. Critica-se em tinta negra ao que é chamada intervenção

americana na Coreia, e alonga-se essa intromissão americana na China, por defenderem estes com sua esquadra a Ilha Formosa, e nada se diz da intervenção russa na China, escravizando seu vasto território continental.

E assim por diante é o tal artigo "Considerações sobre a guerra na Coreia".

Permita-me o prezado camarada que lhe diga que jámais foi possível a quem quer que seja demonstrar que aquilo que se chama cor branca é preto.

Admito e respeito suas convicções que classifico de apaixonadas, mas das quais discordo integralmente.

Certamente é o capitalismo uma desgraça que pesa sobre a Humanidade há vários séculos. Compreiê a consciência dos homens de governo de caráter fraco, que os há em abundância em todo o mundo, e consegue por essa forma realizar a escravização do homem pelo homem.

O capitalismo porém, não tem pátria como não a tem o capital. Sua ação nefanda é exercida tanto nos Estados Unidos, como na Inglaterra ou na Rússia.

E é o próprio capitalismo que gera os imperialismos, tanto americano, como inglês ou russo.

Sendo os Estados Unidos a maior potência econômica mundial, bem como o maior e o mais denso demograficamente dos países que praticam a Democracia, lá existem grandes capitalistas que, reunidos em grupos (empresas americanas ou não), fazem atribuir a essa nação o centro do capitalismo. E sua ação altamente nociva é exercida também contra os interesses nacionais americanos os mais legítimos; não vem aqui a propósito citar um eloquente exemplo dessa afirmação.

Há entretanto, no regime democrático, seja qual fôr a forma de governo, republicana ou monárquica, remédio para corrigir os males do capitalismo.

Dê-se educação moral e cívica ao povo, e cada um saberá cumprir o seu dever, sobrepondo-se às seduções do suborno ou a quaisquer outras.

Outros povos como a Suécia, Noruega, Dinamarca, a Suíça e o Uruguai, já o conseguiram.

A grande Nação Americana, país cosmopolita por excelência, densa de população, luta com mais dificuldade para atingir essa meta, mas conseguiu-a com o andar do tempo, tanto mais que já é bastante elevado o índice de cultura de seu povo.

Tenho fé que nosso Brasil, sem precisar importar extremismos ditatoriais da direita ou da esquerda, também alcançará esse nível cultural e moral, sendo bastante que trabalhe todos na mesma crença, unidos nas idéias com a aspiração sincera e entusiasta de despertar o sentimento patriótico do brasileiro, pela confiança inabalável em nosso porvir!

É preciso que se repita que o capitalismo existe também na Rússia, apesar de sua propaganda de realizar um socialismo avançado de negação ao capitalismo.

A diferença que há entre as duas nações é que os americanos vivem na Democracia, e os atos de suborno do capitalismo vêm a público, são comentados e criticados pela imprensa, pelo rádio e pelos próprios congressistas, como legítimos representantes do povo e, de outro lado, parte de um dos três poderes — o Legislativo.

Dentro da Rússia porém, a ninguém é lícito criticar atos dos homens do governo: Este é ditatorial e absoluto.

E, para o exterior, uma drástica censura impede que se publique qualquer notícia do que se passa na Rússia ou em seus satélites. Nem sequer notícias de fatos comuns à vida das cidades encontram-se nos jornais dos países democratas, porque a cortina de ferro não o consente. É impossível que em Moscou, Praga, Bukarest, etc, centros populosos, não haja incêndios, assassinatos, e outras ocorrências que se produzem em todo aglomerado humano.

Um ou outro caso das "belezas" do regime russo só podem ser conhecidos quando se passam fora da Rússia; Faz alguns anos, em uma reunião diplomática em Paris,

a esposa do embaixador russo era a dama que mais ricamente se trajava, e a que mais custosas jóias exibía, bem como uma capa de peles cujo valor foi estimado em grandiosa fortuna.

Mas o pouco que se pode informar da Rússia é mentira para os adeptos de Moscou.

É notória má fé atribuir-se ao regime democrático os erros de homens que o dizem praticar.

Há um ponto na citada carta aberta para o qual quero chamar especial atenção. É a tecla batida e repisada de não se enviarem tropas brasileiras para a Coreia.

Por certo ninguém deseja ir para a guerra qualquer que seja ela, mas isso não impede que milhares de indivíduos lá se encontrem, e combatam com denodo.

Acho que a guerra contra os russos e chineses da Coreia do Norte é uma luta pela sobrevivência da Democracia e, como tal, o Brasil é parte, e está ali representado atualmente pelos Estados Unidos e demais nações que lá empenham o sangue de seus filhos pela liberdade. Desconheço entretanto, os compromissos que firmamos com os países democratas.

Como é sabido, passei recentemente para a Reserva, por motivos que tive ocasião de expor. Nenhum desgosto tenho da vida, mas, nessa ordem de idéias, estou pronto a seguir voluntariamente para a Coreia, com os mesmos vencimentos que recebo atualmente na Reserva, e muito menos auferindo qualquer vantagem de um país estrangeiro. Revoltado com o que se publicou na revista n. 107, sendo eu ainda coronel da ativa, fui ao Gabinete do Ministro Canrobert, e declarei ao Cel. Levy Cardoso, meu velho amigo e companheiro de lutas, que, se o governo desejasse enviar um observador militar para a Coreia, queria ser eu o designado. Tenho muita alegria de viver, mas afirmo-o com toda a sinceridade: Não desejo assistir com vida a escravidão do meu país ao desumano credo moscovita.

É bem possível que, como eu, pensem muitos patrícios meus, milhares talvez, e com eles poder-

se-ia perfeitamente enviar à Coréia um Exército de voluntários brasileiros.

O que impressiona mal na revista n. 107 é a frequência de artigos em que se faz crítica aos americanos, sem qualquer crítica aos russos; é a coincidência de pontos de vista de certos articulistas com os pontos de vista da propaganda comunista; é a insistência na chamada defesa da nossa soberania, para evitar que auxiliemos os Estados Unidos porque, vencida militarmente essa nação, bem sabemos que não será o Brasil capaz de suportar o peso do rôlo compressor russo!...

O que revolta mais ainda é a desfaçatez com que se afirma que aqueles que não estão contra os americanos, estão a sôldo dos tristes estrangeiros. É necessário que se veja nisso grave ofensa à dignidade alheia!...

Sim meu prezado camarada, todos nós somos igualmente patriotas, desejosos de um Brasil soberano e feliz, mas só o poderemos conseguir da união dos nossos esforços, em uma perfeita consonância de idéias, e não dividindo-nos e atribuindo-nos reciprocamente "interesses inconfessáveis".

Orgulho-me em afirmar que servi 38 anos ao Exército, a êle dedicando o melhor de minhas energias físicas e morais, e vivo exclusivamente dos meus vencimentos.

O mesmo deve acontecer a meus companheiros que se manifestaram contrários à nova orientação da "Revista do Clube Militar".

São essas pedrinhas lançadas aqui e ali que vão arrastando os

menos avisados, e formando a famosa "quinta coluna" que tanto concorreu para a queda da França heroica face aos nazistas. Out pelo rádio um Deputado Federal militar e reconhecidamente democrata (P.T.B.), afirmar que era um absurdo o soldado não ter direito a voto, "era um ranço da antiguidade". Isso mesmo é dito, em caráter mais grave, no jornal de orientação comunista "Emancipação", mais ou menos nestes termos: "Você sabe que o soldado não pode votar, direito que somente se nega aos mendigos e analfabetos?"

Quanta má fé há em tal assertiva que procura dar como humilhado o glorioso "pracinha" do nosso Exército no regime em que vivemos!...

Foi sábio o dispositivo legal que estabeleceu isso, porque é certo que o nosso convocado serve apenas um ano, e, às vezes nem atinge esse tempo. É preciso que haja alguém neutro na política para, de armas na mão (como recentemente aconteceu no Pará), armas da Nação, assegurar a liberdade de consciência no voto dos eleitores. Esse alguém é o nosso soldado incorporado. No ano seguinte, êle será reservista (civil), e o seu sucessor na caserna, o novo convocado, lhe vai garantir a liberdade de votar em quem quiser.

Quanto é pois, honroso para o soldado o não poder votar!

Mas o comunismo tudo prostitui, inverte e subverte.

Reconheço que fui demasiado extenso nestas considerações, mas assim e só assim poderemos "colocar as coisas nos devidos termos".

FABRICA DE BEBIDAS BRANDÃO SILVEIRA, LTDA.

Especialidade em bebidas nacionais

Especialistas em álcool puro para Perfumarias, Farmácias, Laboratórios e Hospitais
Alcool, aguardente e bebidas

Rua Pedro Alves, 165/167 — Saúde — Rio de Janeiro
Telefone 43-2186 — End. Telegr. "JABOTICABA"

EXPRESSO G. BORLENGHI

TRANSPORTES RODOVIÁRIOS PARA O NORTE DE SÃO PAULO
E ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Matriz: SÃO PAULO — RUA CACHOEIRA N. 1374

Fones: Eserit. 9-3172 — Exped. 9-4365

Filial: LORENA — R. MAJ. OLIVEIRA BORGES, 338

Filial: GUARATINGUETÁ — R. MONS. FELIPO N. 406

Fone: 217

Filial: VOLTA REDONDA — RUA 26, N. 48

Caixa Postal. 34

Filial em TAUBATÉ

Rua Dr. Silva Barros, 387 — Fone n. 483

Filial em PINDAMONHANGABA

Rua Rubião Junior n. 182 — Fone n. 79

Filial em CRUZEIRO

Avenida Maj. Novais n. 392 — Fone n. 190

Agência em REZENDE

Rua Alfredo Wathely, 179 — Fone n. 1480

JOAQUIM SIMÕES PIRES

DEPÓSITO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES EM GERAL

Distribuidor dos produtos "Eternit" Cimento e
Amianto S.A., nos municípios de Jacareí, S. José
dos Campos, Santa Branca, Salesópolis, Santa
Isabel e Guararema

MATRIZ — RUA LEITÃO, 28 — TELEFONE, 188

Filial em S. José dos Campos — Rua Upatobi, 236

JACAREÍ — ESTADO DE SÃO PAULO

NOVA LEI DE PROMOÇÕES

(Notas)

Cel. COSTA BRAGA

Está no Congresso o anteprojeto de nova Lei de Promoções.

Nêle aparecem judiciosos dispositivos que visam a definir o merecimento e a permitir, com grande aproximação, a autotransferência dos oficiais no respectivo quadro de acesso.

Obriga — e nisto está o maior mérito da futura Lei — por parte da Comissão de Promoções, ao exame e estudo da vida de todos os oficiais cujos números no Almanaque do Exército lhes permitam o ingresso nesse quadro. Obriga, também, à publicidade dos resultados dos trabalhos desse importante órgão e faculta os necessários recursos àqueles que se julguem prejudicados.

Desaparecerá, assim, a angústia dos servidores de real mérito; já não terão razão de ser as justas recomendações até hoje apresentadas aos membros da Comissão pelos chefes interessados na "entrada em lista" dos comandos efi-

cientes; e os pedidos gratuitos serão coisa do passado.

Jamais veremos um oficial modelar sob todos os pontos de vista, com serviços de guerra ou comissão de relêvo (trabalho e responsabilidade) ser posto à margem, somente pelo fato de não haver sido estudada a sua vida militar; e passaremos a ver a inclusão no quadro de merecimento de oficiais de todas as patentes, em serviço em qualquer região do país.

Será o ressurgir da confiança na Justiça pelo golpe de morte no arbítrio pessoal.

E, sobretudo, sob aspecto moral, de um lado haverá tranqüilidade de espírito para aqueles que exclusivamente se preocupam com o progresso da Instituição, alheados dos homens, e, de outro lado, a queda no ridículo para os que conduzem sua ação, esperando, apenas, aplausos dos chefes.

Escolmada de pequenas falhas e excessos, a futura Lei atende às finalidades.

COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS GUARATINGUETÁ

FIAÇÃO — TECELAGEM — TINTURARIA DE LÃ
FABRICA EM GUARATINGUETÁ

ESCRITÓRIO CENTRAL:

Largo da Misericórdia, 23, 6º andar, salas 601/609
Caixa Postal, 5420 — Enderêço Telegráfico TECIGUARA
SAO PAULO — Estado de São Paulo

CAMPOS DE INSTRUÇÃO

Ten.-Cel. FELICÍSSIMO DE AZEVEDO AVELINE

Com a adoção dos Programas-Padrão no Exército sem os meios básicos — Capacidade intelectual do homem, meios materiais e campos para a instrução — estamos burocratizando em quase toda a parte, a instrução dos contingentes incorporados anualmente.

Excelentes observações temos lido a respeito da execução dos Programas-Padrão, face às nossas deficiências materiais; poucas são as providências administrativas a respeito para saná-las, de que temos tido conhecimento.

Vamos abordar aqui um assunto — campos para a instrução — que embora focalizado em 1879 por Osório, na tribuna do Senado, quando disse "a boa disciplina do Exército demanda bons quartéis, campos de instrução e de manobras" até hoje não foi resolvido, como é preciso que o seja, em prol da eficiência do Exército. No sistema todo nosso de entregarmos as pastas militares a generais, desprezando os exemplos dos povos que marcham na vanguarda do progresso, e que sistematicamente confiam os negócios de suas forças armadas a civis, reservando aos generais o comando, arte mais elevada e para a qual estudaram nas Escolas Militares, vamos procrastinando a solução de problemas que, num país democrático como o nosso, só por civis deveriam ser tratados.

Não queremos fazer referência aqui a "campos de manobras", desejamos focalizar somente "campos de instrução", na feliz expressão de Osório.

Para a aquisição dos primeiros, isto é, "campos de manobras", e dos quais já possuímos um, o tradicio-

nal Saican, no Rio Grande do Sul, e que é preciso que o Brasil conserve intacto, pelo menos até que exista o Exército Nacional como instrumento da defesa do Brasil, vultosos recursos seriam necessários.

Para a aquisição dos segundos, de dimensões modestas, é claro, mas suficientes para o preparo técnico do soldado — tiro das armas portáteis, organizações sumárias do terreno, aproveitamento do terreno pelo combatente individual e pequenas patrulhas, — na ordem de dois por cinco quilômetros de dimensões, um pouco mais de comprimento nas guarnições onde existir Artilharia, isto é, uma área média de mil hectares — é que queremos sugerir à Administração da Pasta da Guerra, um modesto plano, mas de resultados inestimáveis para o preparo técnico do combatente.

Anualmente, o Ministério da Guerra incluiria no orçamento dez milhões de cruzeiros para aquisição de "campos de instrução". Seriam dotadas cinco a seis guarnições militares, por exercício financeiro, com "campos de instrução".

Ao General Newton Estillac Leal, que de sobejo conhece essa necessidade urgente para a instrução da tropa, apresentamos pelas páginas d'"A Defesa Nacional" essa sugestão. Sua Excelência "general de pena e de espada", se atacar e encaminhar a fundo esse problema, ao término de seu ministério deixará, pelo menos, vinte e cinco guarnições dotadas de "campo de instrução", e, só com essa medida, situará sua administração à frente da pasta da Guerra entre os Her-

mes da Fonseca e os Calógeras, o que, a seu espírito superior e desambicioso de glórias, estamos certos, nada valerá, mas, a seu espírito patriótico não poderá deixar de sa-

tisfazer porque, mais que uma necessidade do Exército, estará sendo satisfeita uma exigência superior — a defesa da liberdade do nosso povo, e a segurança do Brasil.

AUTO-ASBESTOS S.A.

Baterias Durex

**Av. Mem de Sá, 253 e 270 — Tels. : 32-0400
e 32-5460**

RIO DE JANEIRO

CAFÉ E BAR IDEAL

DE

SILVA & GOMES

BEBIDAS NACIONAIS

Rua Antônio Marinho, 1413 — Tomazinho — Estado do Rio

EMPÓRIO DE 13

DE

AGOSTINHO EUGÊNIO DE ANDRADE

Líquidos e comestíveis

**Rua Santa Margarida, 69 — Caixa Postal, 13 — Estação
de Edem — São João de Meriti — Estado do Rio**

CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO

Ten.-Cel. ADALARDO FIALHO

Como o seu próprio autor, o Tenente-Coronel Antônio de Souza Júnior, diz, "Caminhos Históricos de Invasão", edição da Biblioteca Militar, não é "uma simples descrição de campanhas que o Brasil sustentou no Sul do país, para fixar suas fronteiras; é, antes, um resumo das operações militares ali desenvolvidas, organizado com o único propósito de ressaltar o fatalismo histórico geográfico da defesa de nossas lindes meridionais".

Escrito em estilo sóbrio, correto, despretencioso, porém elegante, fluente e agradável, o livro do Tenente-Coronel Souza Júnior aborda sucessivamente as campanhas de 1763, 1773 e 1777 que traduziram, no nosso continente, as contendas travadas entre as casas reais de Portugal e Espanha, mas que, na verdade, nada mais foram que tentativas violentas para a fixação das fronteiras geográficas entre os territórios alegados como pertencentes a cada uma delas, fronteiras cuja imprecisão, fluidez e efervescência, eram frutos dos intempestivos, vagos e descabidos tratados assinados a milhares de léguas de distância, tais como os de Tordesilhas, Madrid (1750), Paris (1763) e Santo Ildefonso (1777), os quais levavam mais em conta os interesses imediatos das duas coroas vizinhas que os dos respectivos súditos, habitantes da América colonial. Passa depois à análise da campanha de 1828, a primeira realizada não mais entre os procônsules luso-hispânicos, mas sim já entre os súditos de duas novas nacionalidades — Brasil e Argentina — e os de uma nacionalidade nascente, o Uruguai.

Aponta o Ten.-Cel. Souza Júnior, então, mas sem se esquecer de advertir que é "preciso saber distinguir as analogias e diferenças e não cometer o erro de tomar uma época por outra", os caminhos históricos de invasão de nossa Pátria, concluindo que são três, para quem procede do Uruguai:

1º) A Oeste, o que margina o rio Uruguai e está hoje praticamente materializado pela rodovia que, de Mercedes, passando por Paissandu e Salto, vai ter a Bela Union, próxima à localidade brasileira de Pôrto Quaraí;

2º) Ao Centro, o que acompanha o dorso da Coxilha Grande, desde Montevideu até Aceguá e serve quase totalmente de traçado à via-férrea da capital uruguia a Melo;

3º) A Leste, o que segue a orla litorânea, de Colônia ao Chuí, balizada aproximadamente pela moderna rodovia que liga esses dois pontos.

Aduz sobre os dois extremos considerações interessantes, por isso que permitem operações combinadas entre forças terrestres e navais, estas ao longo do rio Uruguai e litoral do Atlântico, respectivamente.

No estudo da batalha do Passo do Rosário, na campanha de 1828, apóia-se em Tasso Fragozo para desfazer as assertivas de Alvear de que conduzia os acontecimentos, atraindo Barbacena para as Coxilhas do rio Santa Maria e obrigando-o a travar batalha num terreno adrede escolhido, inteiramente favorável ao exército argentino, no qual predominava a cavalaria.

Cita, a propósito, os diários de Antônio Dias (Épocas Militares) e de Ângelo Pacheco (Diário de Campanha), declarações do próprio Alvear e o questionário com que o então Marquês de Caxias respondeu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro acerca do valimento das posições de combate e dos resultados da batalha.

Vale-se de observações pessoais, apresentadas com desenvoltura e firme juízo crítico, no próprio local da pugna, quando de uma viagem de Tática Geral, Serviços, Geografia e História Militar do 3º Ano da E.E.M. ao Rio Grande do Sul, sendo êle Instrutor-Chefe do Curso de História da mesma Escola.

Ilustra a argumentação com passagens de Juan Beverina (La Guerra contra el Imperio del Brasil) e Clemente Fregeiro (La batalla de Ituzaingó).

Finalmente e nas suas conclusões gerais sobre a fronteira Sul e o litoral, faz ressaltar a importância do litoral catarinense para a defesa do Rio Grande, citando os desembarques de D. Pedro de Ceballos, em 1777 e de Carlos Frederico Lecór, em 1816, na Ilha de Santa Catarina e em Destêrro, à procura de bases para operações contra os territórios do Sul.

Passando, depois, para a fronteira Oeste, o Ten.-Cel. Souza Júnior estuda a fase da campanha de 1865, entre a Triplíce Aliança e o Paraguai e que levou os guaranis até à invasão do Rio Grande e à tomada de S. Borja, Itaquí e Uruguaiana.

Fortemente escudado em Tasso Fragoso, Juan Beverina, Teodore Fix e Garmendia, aprecia com desenvoltura as operações encetadas pelos paraguaios, assim como baseia-se em farta documentação nacional para focalizar as realizadas pelos brasileiros.

Ressalta, nas últimas, os funestos desentendimentos e inimizades existentes entre os Comandantes brasileiros responsáveis pela defesa da Província do Rio Grande. Deram causa, em boa parte, ao êxito inicial do inimigo, ao qual somaram-se os enormes proveitos ma-

teriais que logrou reunir com o saque das fazendas e das 3 localidades citadas.

Conclui salientando a vulnerabilidade de nossa fronteira Oeste, apesar de ser materializada por um rio da importância do Uruguai.

Este, apesar de sua largura de 700 a 1.000 metros, não constituiria um obstáculo de valor senão relativo, devido principalmente aos seus inúmeros passos.

Aponta as características climatológicas dessa fronteira, influentes nas operações militares, tais como chuvas abundantes e enchentes.

Destaca a importância do rio Ibicuí, como elemento de valor defensivo para obstar a marcha de um inimigo que tenha transposto o Uruguai e se encaminhe para o Sul.

Ressalta o interesse da direção S. Borja-Alegrete para um invasor vindo de Oeste, principalmente se visa dar a mão a um aliado vindo do Sul.

Focaliza, com muita propriedade, o perigo dos exércitos se encerrarem em localidades, para se defenderem, como foi o caso de Estigarribia em Uruguaiana.

Fustiga, finalmente, os chamados "Conselhos de Guerra", no que têm de funestos, isto é, na divisão de responsabilidades, como foi o caso dos convocados pelo General Caldwell, então Comandante das Armas do Rio Grande e responsáveis, juntamente com os desentendimentos entre os principais Comandantes de tropas, pelo fracasso da resistência brasileira ao invasor paraguaio.

"Caminhos Históricos de Invasão", sem ser um livro do fôlego daquéloutro do mesmo autor, sob a denominação de "Do Reconhevo aos Guararapes", é, contudo, trabalho capaz de despertar inusitado interesse aos estudiosos de nossas campanhas militares, bem como aos responsáveis pelos nossos planos estratégicos.

Descrivendo as campanhas com raro espírito de síntese, o autor mantém-se sempre fiel ao seu objetivo principal de apontar as direções potenciais de invasão do solo

pátrio, salientando-lhes o interesse militar e as condições fisiográficas, climatológicas e mesológicas que influíram na sua escolha, mas sem olvidar a descrição do ambiente político da época e as condições prevalecentes quanto a meios de comunicações, transportes, etc., por isso que, ao estudioso de hoje não é possível considerar aquelas direções sem levar em conta as particularidades da época.

É um trabalho original, baseado em farta e substancial bibliografia, meritório para o seu autor e vindo consagrá-lo definitivamente como dos melhores historiadores militares que possuímos. Souza Júnior, neste, como no seu excelente "Do Recôncavo aos Guararapes", não se limita, como outros, a descrever operações militares e a tirar sedições conclusões, já conhecidas e repetidas.

Metódico, analista quase científico, pesquisador incansável, ho-

neste antes de tudo, Souza Júnior aborda os assuntos com interesse verdadeiramente militar, separando fatos, épocas, vultos e ambientes para depois focalizá-los e reuni-los mais adiante em admiráveis sínteses, extraindo conclusões e ensinamentos preciosos.

Creemos ser esse um dos grandes valores de sua obra que já vai crescendo: o estudo de todo um passado, às vezes confuso, de lutas e campanhas à base do verdadeiro método militar, fazendo de um amontoado de acontecimentos uma exposição clara, precisa, compreensível e farta de ensinamentos.

Fazemos nossos os votos que julgamos serem de todo o Exército para que o Ten.-Cel. Souza Júnior continue a enriquecer a nossa biblioteca militar com outros volumes da qualidade desses que o seu esforço e inteligência têm produzido até agora.

D. F. VASCONCELLOS

FABRICANTE DE INSTRUMENTOS ÓPTICOS

BINÓCULOS PRISMÁTICOS

TELÊMETROS

GONIÓMETROS-BÚSSOLA

ESTEREOSCÓPIOS

Av. INDIANÓPOLIS 4254

SAO PAULO

CASA DE FOGOS RAMALHEDA

DE

Narcizo D'Almeida Ramalheda

Armas, Munições, Artigos de Papelaria, Brinquedos, etc.

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1774 — NOVA IGUAÇU

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

"FOGOS DE ARTIFÍCIOS"

O CONCURSO DE ADMISSÃO À E.E.M.

(A "documentação" e A Defesa Nacional)

Cap. WALTER DOS SANTOS MEYER

I — É comum ouvir-se de candidatos à E.E.M.:

— "Não tenho documentação".

E os pedidos aos oficiais que já conseguiram ingressar na Escola são incessantes e numerosos. Quase que se pode afirmar que, quem presta concurso, baseou seu estudo em muita documentação que foi compilada, resumida e preparada por colegas vitoriosos no mesmo. Entretanto, os pedidos são, geralmente, consequência da "lei do menor esforço"; isto porque, sendo vastos os assuntos a estudar, exigem grande e variada documentação e é muito mais cômodo recebê-la "de mão beijada" do que reuni-la.

Nós mesmos, ao iniciarmos os estudos, possuíamos bastante coisa cedida, quer sob forma de livros e artigos, quer sob forma de apontamentos e "métodos de como estudar". Os livros e artigos foram úteis, porém os "métodos de estudo" foram logo deixados à parte. E é claro o motivo. Quem já estudou cerca de quinze anos tem mais ou menos firmado um processo pessoal de estudo e, logicamente, não o deve alterar profundamente só porque vai prestar mais um exame.

Dos livros necessários, muitos se acham esgotados ou são muito caros. Nesse caso a cessão por amigos é a melhor solução. A utilização de bibliotecas que permitem a retirada de livros também pode

ser de grande valor, mormente para os candidatos que servem na Capital Federal, onde poderão dispor das pertencentes às seguintes entidades: Clube Militar, Biblioteca Militar, Ministério da Educação, Instituto Nacional do Livro, DASP, Conselho Nacional de Geografia (principal fonte para a documentação de geografia), Prefeitura do Distrito Federal. Acrescente-se a Biblioteca Nacional, que, embora não permitindo a retirada dos livros, é a mais importante de todas.

Sempre que possível, o livro deve ser adquirido. Primeiro, porque, estando à mão, não permite comparação e consulta rápidas.

Segundo, porque melhora e amplia a nossa própria biblioteca. Lembremo-nos do que já disseram alhures: "se privarmos um sábio hodierno de sua biblioteca, ele nada mais produzirá."

E os ARTIGOS? É para estes que especialmente queremos chamar a atenção. Quem se decidir a fazer o concurso, seja imediatamente, seja em futuro próximo, deverá imediatamente começar a separar artigos relativos aos diferentes assuntos, quer de jornais, quer de revistas, quer de publicações especializadas. Esses artigos não serão básicos para o estudo, porém complementos de primeira ordem aos livros, porquanto, na maioria das vezes, trazem, relativamente a um assunto, os últimos dados conhecidos.

E aqui podemos ressaltar o valor instimável que a "A DEFESA NACIONAL" pode prestar aos candidatos, como já prestou a nós mesmos e a alguns de nossos companheiros.

Excluindo os artigos de tática e técnica que são inúmeros e valiosos (e de todas as armas), entre os de cultura geral sobressaem ótimos trabalhos que se prestam para servir como primeiro elemento de contacto com a matéria a estudar. Podemos citar, à guisa de exemplo, independentemente da ordem cronológica de sua publicação na revista, os seguintes:

- O problema da siderurgia nacional e o problema da exportação do minério;
- Petróleo natural e petróleo sintético;
- Snueta geográfica do Brasil;
- A importância continental das ferrovias bolivianas;
- A borracha no Brasil;
- Guerra da tríplice aliança — um roteiro de estudo;
- A evolução da indústria petrolífera;
- Principais controvérsias surgidas no debate sobre a instalação da grande siderurgia no Brasil;
- Minerais estratégicos;
- O níquel e a defesa nacional;
- Impressões do Brasil;
- A República Argentina e o exército argentino;
- Evolução da indústria petrolífera argentina;
- A última década da história do Brasil;
- O Canal de Panamá;
- O Rio S. Francisco — seus problemas, suas soluções;
- Viagem através um trecho do S. Francisco (Juazeiro e Pirapora);
- Regiões naturais do Brasil;
- Conferência feita pelo Eng. Urbano Setembrino de Carvalho no Instituto de Engenharia de S. Paulo, em 2-VII-943 (obs. — estudos relativos à E.F.C.B.);
- Estrado de Ferro Central do Brasil — seus encargos e respon-

sabilidades. O que se fez e o que se pretende fazer;

- Fisiografia das Américas assinalando-se as semelhanças e diferenças dos sistemas orográficos e hidrográficos;
 - O alto-Amazonas — sua formação e navegabilidade;
 - Oeste;
 - Volta Redonda, fundamento da liberdade econômica e política do Brasil;
 - A linha Montes Claros — Monte Azul;
 - Os transportes no Exército;
 - Debates sobre o problema do petróleo;
 - O minério de ferro na economia nacional;
 - Aproveitamento do S. Francisco;
 - O combate decisivo de Sarandi;
 - Problemas do Brasil;
 - Passo da Pátria (operação anfíbia);
 - Formação territorial do Brasil;
 - Notas sobre o território federal do Amapá;
 - Território do Amapá (o quadro geográfico);
 - A agricultura na Amazônia;
 - Manganês, uma realidade do Amapá;
 - Plano rodoviário do território federal do Amapá;
 - O carvão nacional, suas características e produção;
 - O carvão nacional e o seu futuro;
 - San Martin — o Homem que renunciou;
 - A economia sul-americana através do tempo;
 - A Hileia à luz da geopolítica;
 - Algumas observações sobre as comunicações na América do Sul;
 - O noroeste gaúcho;
 - Vertentes hidrográficas do Atlântico e do Pacífico;
 - Viação férrea do Rio Grande do Sul;
 - Síntese de estudo sobre os problemas do Brasil.
- São quase cinco dezenas de artigos que muito auxílio poderão

prestar. Apesar disso, temos escutados vários colegas declararem:

— "Não sou assinante d'A DEFESA NACIONAL porque não publica nada que preste".

Entretanto é ela, praticamente, a única revista que divulga conhecimentos técnicos relativos às Armas e só isso seria o suficiente para que TODOS os oficiais, SEM

EXCEÇÃO, dela fossem assinantes. Somem-se ainda os demais artigos de variados assuntos e os serviços que presta aos seus assinantes, como o de aquisição por reembolso postal, por exemplo, e pode-se bem aquilatar da injustiça da assertiva.

Dai concluir-se: não tem "documentação" quem não quer, pois dentro da própria classe existe MUITA COISA BOA.

ZANINE - MÓVEIS ARTÍSTICOS

Zanine & Pontes Limitada

AVENIDA RUI BARBOSA, 688 — TELEFONE, 354

São José dos Campos — Estado de São Paulo

AUTOMAC J. R. SILVEIRA MOTTA

CONCESSIONARIO DE AUTOMÓVEIS E CAMINHÕES "NASH"

Escritório Central — Rua Frei Galvão, 21 — Tel., 233

Exposição e Vendas — Praça Dr. Benedito Meireles, 35
Tel., 233

Pôsto de Serviço — Praça da Bandeira, 115

Guaratinguetá — Estado de São Paulo

CASA CONFIANÇA

VARIADO E COMPLETO SORTIMENTO DE SECOS E MOLHADOS
LOUÇAS E FERRAGENS

IRMÃOS GODOY

RUA DR. GUSTAVO DE GODOY, 64 — FONE, 120

PINDAMONHANGABA

PORTUGUES SEM MESTRE

(Análise)

Sgt. GERALDINO MARONÊS

1º Exemplo: Bravo.

Bravo — Interjeição de aplauso, simples, dissílabo, paroxítona.

2º Exemplo: Ó!

Ó! — Interjeição de apelo, simples, monossílabo, tônico.

3º Exemplo: Ah!

Ah! — Interjeição de alegria, simples, monossílabo, tônico.

Estudamos as palavras isoladas, vamos repetir, analisando gramaticalmente frases de sentido completo.

1º Exemplo: Osvaldo perdeu um carimbo da firma.

Osvaldo — Substantivo próprio, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

perdeu — Verbo perder, da 2ª conjugação, 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, irregular, ativo, transitivo, tempo simples; trissílabo, paroxítona.

um — Adjetivo determinativo articular, indefinido, masculino, singular, monossílabo, átono.

carimbo — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

da — Contração da preposição simples (de), com o adjetivo determinativo articular, definido, feminino, singular (a).

firma — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

2º Exemplo: Arlindo comeu uma pera.

Arlindo — Substantivo próprio, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

comeu — Verbo comer, da 2ª conjugação, 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, regular, ativo, transitivo, tempo simples; trissílabo, paroxítona.

uma — Adjetivo determinativo articular, indefinido, feminino, singular, monossílabo, átono.

pera — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: David beijou a mão do santo.

David — Substantivo próprio, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, oxítona.

beijou — Verbo beijar, da 1ª conjugação, 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, regular, ativo, transitivo, tempo simples; dissílabo, oxítona.

a — Adjetivo determinativo articular, definido, feminino, singular; monossílabo, átono.

mão — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; monossílabo, tônico.

do — Contração da preposição simples (de), com o adjetivo determinativo articular, definido, masculino, singular (o).

santo — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

4º Exemplo: Paulo seria o candidato.

Paulo — Substantivo próprio, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

seria — Verbo ser, da 2ª conjugação, 3ª pessoa do singular do imperfeito do condicional, irregular, ativo, transitivo, tempo simples; trissílabo, paroxítona.

o — Adjetivo determinativo articular, definido, masculino, singular; monossílabo, átono.

candidato — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; polissílabo, paroxítona.

5º Exemplo: Maria embarcava na ocasião.

Maria — Substantivo próprio, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

embarcava — Verbo embarcar, da 1ª conjugação, 3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo, regular, ativo, transitivo, tempo simples; polissílabo, paroxítona.

na — Contração da preposição simples (em), com o adjetivo determinativo articular, definido, feminino, singular (a).

ocasião — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; polissílabo, oxítona.

6º Exemplo: Lobato foi um gênio.

Lobato — Substantivo próprio, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

foi — Verbo ser da 2ª conjugação, 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, irregular, ativo, transitivo, tempo simples; monossílabo, átona.

um — Adjetivo determinativo articular, indefinido, masculino, singular; monossílabo, átono.

gênio — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; trissílabo, proparoxítona.

7º Exemplo: Sampaio era de infantaria.

Sampaio — Substantivo próprio, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; polissílabo, proparoxítona.

era — Verbo ser, da 2ª conjugação, 3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo, irregular, ativo, transitivo, tempo simples; dissílabo, paroxítona.

de — Preposição simples, monossílabo, átono.

infantaria — Substantivo comum, concreto, derivado, simples, feminino, singular, grau normal; polissílabo, paroxítona.

8º Exemplo: Osório era de cavalaria.

Osório — Substantivo próprio, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; polissílabo, proparoxítona.

era — Verbo ser, da 2ª conjugação, 3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo, irregular, ativo, transitivo, tempo simples; dissílabo, paroxítona.

de — Preposição simples, monossílabo, átono.

cavalaria — Substantivo comum, concreto, derivado, simples, feminino, singular, grau normal; polissílabo, paroxítona.

9º Exemplo: Ana foi a rainha.

Ana — Substantivo próprio, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

foi — Verbo ser, da 2ª conjugação, 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, irregular, ativo, transitivo; monossílabo, átono.

a — Adjetivo determinativo articular, definido, feminino, singular, monossílabo, átono.

rainha — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

10º Exemplo: Jorge estuda mecânica.

Jorge — Substantivo próprio, concreto, primitivo, simples masculino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

estuda — Verbo estudar, da 1ª conjugação, 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, regular, ativo, transitivo, tempo simples; trissílabo, paroxítona.

mecânica — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; polissílabo, proparoxítona.

1º Exemplo: O soldado quer uma promoção.

O — Adjetivo determinativo articular, definido, masculino, singular; monossílabo, átono.

soldado — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

quer — Verbo querer, da 2ª conjugação, 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, irregular, ativo, transitivo, tempo simples; monossílabo, tônico.

uma — Adjetivo determinativo articular, indefinido, feminino, singular; monossílabo, átono.

promoção — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, oxítona.

2º Exemplo: O dia está chuvoso.

O — Adjetivo determinativo articular, definido, masculino, singular; monossílabo, átono.

dia — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

está — Verbo estar, da 1ª conjugação, 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, irregular, ativo, transitivo, tempo simples; dissílabo, oxítona.

chuvoso — Adjetivo qualificativo restritivo, masculino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Bananas não.

Bananas — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, plural, grau normal; trissílabo, paroxítona.

não — Advérbio de negação, simples, monossílabo, tônico.

4º Exemplo: O gato morreu.

O — Adjetivo determinativo articular, definido, masculino, singular; monossílabo, átono.

gato — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

morreu — Verbo morrer, da 2ª conjugação, 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, regular, ativo, transitivo, tempo simples; trissílabo, paroxitona.

5º Exemplo: A granada explodiu.

A — Adjetivo determinativo articular, definido, feminino, singular; monossílabo, átono.

granada — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, paroxitona.

explodiu — Verbo explodir, da 3ª conjugação, 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, regular, ativo, intransitivo, tempo simples; polissílabo, paroxitona.

6º Exemplo: O pombo voou.

O — Adjetivo determinativo articular, definido, masculino, singular; monossílabo, átono.

pombo — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, paroxitona.

voou — Verbo voar, da 1ª conjugação, 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, irregular, ativo, intransitivo, tempo simples; dissílabo, oxitona.

7º Exemplo: A avestruz limpa os campos do Sul.

A — Adjetivo determinativo articular, definido, feminino, singular; monossílabo, átono.

avestruz — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, oxitona.

limpa — Verbo limpar, da 1ª conjugação, 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, regular, ativo, transitivo, tempo simples; dissílabo, paroxitona.

os — Adjetivo determinativo articular, definido, masculino, plural; monossílabo, átono.

campos — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, plural, grau normal; dissílabo, paroxitona.

do — Contração da preposição simples (de), com o adjetivo determinativo articular, definido, masculino, singular (o).

Sul — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; monossílabo, tônico.

8º Exemplo: O cavalo é animal utilíssimo.

O — Adjetivo determinativo articular, definido, masculino, singular; monossílabo, átono.

cavalo — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; trissílabo, paroxitona.

é — Verbo ser, da 2ª conjugação, 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, irregular, ativo, de ligação; monossílabo, tônico.

animal — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; trissílabo, oxitona.

utilíssimo — Adjetivo qualificativo restritivo, masculino, singular, grau superlativo absoluto sintético; polissílabo, proparoxitona.

9º Exemplo: O homem deve fazer tudo por sua pátria.

O — Adjetivo determinativo articular, definido, definido, masculino, singular; monossílabo, átono.

homem — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, oxitona.

deve fazer — Locução verbal.

tudo — Pronome adjetivo indefinido, dissílabo, paroxítona.

por — Preposição simples, monossílabo, átono.

sua — Adjetivo determinativo possessivo, feminino, singular; monossílabo, átono.

pátria — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, proparoxítona.

10º Exemplo: A lição é difícilíssima.

A — Adjetivo determinativo articular, definido, feminino, singular; monossílabo, átono.

CASA AURORA

SECOS E MOLHADOS

Evio Cherubini

RUA 15 DE NOVEMBRO, 147 — TELEFONE, 83
CAÇAPAVA — EST. DE S. PAULO

VAREJO CAÇAPAVA

Vendas de retalhos, morins, brins, cortinas e cretones
diretamente da fábrica ao consumidor

AVENIDA RIO-SÃO PAULO, 23 — CAÇAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO

FONSECA, AZEVEDO & CIA.

Revendedores dos produtos "Studebaker" no Vale do Paraíba
Oficina mecânica — Lavagem mecânica do motor — Lavagens
e lubrificações

RUA VISCONDE DE GUARATINGUETÁ, 386 — TELEFONE, 105
GUARATINGUETÁ — ESTADO DE SÃO PAULO

BANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SANTA CATARINA S/A

Agência do Fio de Janeiro — Rua Visconde de Inhaúma n. 134-C
ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

NOTÍCIAS MILITARES

INSTITUTO DE FÍSICA TEÓRICA

SUA FUNDAÇÃO EM SÃO PAULO

Realizou-se, no dia 2 de março último, no salão de conferências do Quartel-General da 2ª Região Militar, em São Paulo, a sessão de instalação oficial do Instituto de Física Teórica, com a presença de altas autoridades civis e militares, cientistas, professores, industriais e capitalistas.

O ato foi presidido pelo General Alvaro Fiuza de Castro, Chefe do Estado-Maior do Exército, que, especialmente para esse fim, foi àquela Capital, acompanhado de uma comitiva de oficiais. O Ministro da Guerra, General Newton Estillac Leal, fêz-se representar pelo Coronel Irapuan Potiguara, adjunto do seu Gabinete.

Tomaram parte na mesa, ao lado do Exmo. Sr. General Fiuza de Castro, o Dr. Mário Bení, Secretário da Fazenda, representando o Governador do Estado; o Dr. Ademir de Barros, ex-governador; o General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Comandante da 2ª Região Militar; o Embaixador José Carlos de Macedo Soares; o Engenheiro José Hugo Leal Ferreira, inspirador da criação do Instituto e o Coronel Eleutério Brum Ferlich, principal coadjutor do Engenheiro Leal Ferreira, nesse "desideratum".

Aberta a sessão, usou da palavra o General Lott, dizendo da finalidade da reunião, enaltecendo o apóio das autoridades à criação do Instituto, considerado de fundamental importância para o desenvolvi-

mento científico e o progresso do País e para a defesa nacional, pelo que merecia o integral apóio das forças armadas.

Em seguida, em nome do Dr. Samuel Ribeiro, doador de extensa área na região de Cumbica para futura sede do Instituto, falou o Coronel Ferlich, ressaltando a alta significação da Instituição recém-criada.

Com a palavra a seguir, o Engenheiro Leal Ferreira pronunciou a substanciosa oração que transcrevemos abaixo.

Em rápidas palavras, o Secretário de Fazenda do Estado, Dr. Mário Bení, congratulando-se com o povo, as autoridades e o exército pela fundação da novel instituição de pesquisas científicas, afirmou a segurança do apóio financeiro do Governo do Estado à feliz iniciativa que virá preencher a lacuna que existia no encadeamento das fontes de progresso do País.

Encerrando a sessão, o General Fiuza de Castro, em nome do Estado-Maior do Exército, pôs em relevo a importância do acontecimento e mostrou, com a autoridade de antigo Diretor do Departamento Técnico e de Produção do Exército, quanto o desenvolvimento da economia influi na solução dos problemas fundamentais do País, especialmente os da defesa nacional, e quanto esse desenvolvimento depende da técnica, constantemente enriquecida pelas conquistas da ciência, justificando assim, o apóio

que, de todos os patriotas esclarecidos, deve merecer a iniciativa em aprêço. Disse que suas palavras exprimiam também o pensamento do Ministro da Guerra e hipotecou ao Instituto de Física Teórica a simpatia do Exército, em nome de quem prestava homenagem aos autores da iniciativa.

Foi a seguinte a oração do Engenheiro Leal Ferreira:

"Excelentíssimos Senhores Gerais — Meus Senhores. Aqui estamos, Senhores, para consagrar uma iniciativa das mais auspiciosas para a vida do Brasil. Nação alguma, ciosa de seu progresso e segurança, relega, hoje, ao esquecimento, o trabalho da pesquisa científica, antes conclama as suas inteligências de eleição para a edificante e árdua tarefa da Ciência desinteressada.

Possuímos, para ventura nossa, moços de grande talento e notório pendor para os estudos científicos, mas não temos como os aproveitar, pelo que terão de ser mandados ao estrangeiro ou aqui serão deixados para se estiolarem. Ou existe uma ambiência propícia à floração da pesquisa científica, de suas descobertas, ou continuará inoperante e estéril a Ciência de mote a certa literatice deletéria e de pretexto ao cabotinismo de pseudo-cientistas. Ciência não é o resultado de improvisações caprichosas de homens sequiosos de notoriedade, mas o de laboriosos esforços de homens providos de atributos excepcionais de caráter e de inteligência.

Nasce este Instituto sob a inspiração de um alto sentimento de dignidade cívica, de compreensão de deveres e de afirmação de responsabilidades, apoiado por homens do mais elevado estalo cultural e social, identificados todos no pensamento de engrandecer o Brasil pela valorização dos nossos jovens de talento, azando-lhes oportunidade efetiva para se votarem à vida da Ciência em ambiente de austeridade, de veracidade e de abnegação, participando ativamente dos trabalhos de cientistas de maior tirocinio e cabedal.

Aparece, assim, no meio que melhor o comporta — esta prodigiosa

cidade de São Paulo — o Instituto de Física Teórica como coroamento da obra universitária, como cúpula do grande edifício da Universidade de São Paulo de tantos e tão avantajados méritos. Não ministrará cursos regulares de ensino, porque essa tarefa incumbe à Universidade: nele ingressarão, a diversos títulos, os já formados para prosseguirem e ampliarem os seus estudos, sob a orientação de grandes Físicos, e, aí ou alhures, fazerem carreira. É feita a pesquisa científica através de palestras, seminários e debates, num permanente intercâmbio de ensinamentos e idéias, os quais, na sua soma, constituem a ambiência científica do Instituto.

Todavia, para que tudo isso possa ser plenamente atingido, duas são as condições cardiais: a Primeira — que ao Instituto, desde o início, esteja presente um alto e genuíno espírito científico representado pela presença real e sensível de verdadeiros cientistas — Físicos, no nosso caso — aos quais será prestado incondicional apóio e outorgada completa autonomia a fim de que procedam sempre em conformidade com os interesses da Ciência, a coberto de influências perturbadoras estranhas ao seu processo e molestas ao seu desenvolvimento."

A Vida do Instituto

"Há nesse procedimento, em simbiose feliz, o sentido de uma homenagem merecida e a objetivação de uma necessidade indeclinável: de uma homenagem que à Ciência prestam os Instituidores em significação de acatamento e respeito à sua eminente dignidade na pessoa de seus lúdimos expoentes; e objetivação de uma necessidade indeclinável, meus senhores, porque a presença desses homens é a vida do Instituto. A segunda condição é a de que o Instituto desfrute de plena autonomia administrativa, financeira e científica, pois só por esta larga via praticável, poderão os Físicos trabalhar e render o que sabem e podem, atingindo-se desse modo os objetivos dos Instituidores.

Esta condição é essencialíssima. Respeitam-na e defendem-na as nações que possuem as mais antigas e mais sólidas tradições universitárias, como as não possui o Brasil. Deve para aqui trasladar o mais eloquente de quantos testemunhos eu pudera carrear: o da Inglaterra socialista de nossos dias, na palavra de seu eminente "leader", esse homem inteligentíssimo que é Sir Stafford Gripps, em discurso na Royal Society: "De uma coisa tenho plena certeza, isto é, de que deve existir a mais absoluta liberdade para o investigador científico, a fim de que ele possa percorrer o campo do conhecimento até onde a sua vontade e o seu gênio o possam levar. Torna-se impossível a um Estado ou a um Governo planejar a pesquisa básica."

Ambiência científica

"Atental, senhores! É um governo socialista a defender intransigentemente a plena autonomia da pesquisa científica. Se a culta Inglaterra, cujos centros científicos excellem entre os melhores do mundo, assim compreende e defende a autonomia da pesquisa científica, como único meio de a ter viva e frutuosa, que dizer do Brasil de tão fracas tradições universitárias? Mister é que bem se compreendam as coisas a tempo devido, e que os bons exemplos sejam aprendidos e aceites por seguro guia.

Configuram-se, pois, no ponto de vista deontológico, as duas teses supra-mencionadas, como a base estável que nos incumbe inflexivelmente defender, fixando-lhe os caracteres irredutíveis que inspiram a nossa confiança e asseguram o êxito ao cometimento.

Dêsse modo será criada a genuína ambiência científica, uma ambiência ornada dos atributos de ordem, dignidade, pontualidade, seriedade — atributos êsses inseparáveis do processo científico e diretos contribuintes de seu progresso.

Estas condições existenciais do Instituto, decorrentes do seu processo de formação e continuidade,

as quais lhe dão origem e o hão de consagrar como expressão da vontade dos fundadores, são as únicas capazes de assegurar êxito a tão grandiosa iniciativa. E porque essas idéias se conformam às suas mais íntimas e arraigadas convicções, fazem os fundadores explícita declaração do seu propósito de firmemente defender a substância de seu pensamento original, a fim de que os resultados estejam sempre à altura das intenções ou mesmo as possam superar. Os grandes Físicos estrangeiros que aqui virão, todos da maior notoriedade, nós os cercaremos do maior respeito e lhes daremos constante testemunho do nosso irrestrito apóio, para que obrem com tranquilidade, confiança e dignidade pois só dêsse modo poderemos incorporar aos nossos cientistas o tesouro de seu método e a substância de seu gênio, e contribuindo para a formação de uma consciência científica nas gerações jovens do Brasil. A seriedade dos trabalhos dêste Instituto não se coaduna com as facilidades viciosas de outros centros de atividade, quase sempre transformados em cabides de empregos. Aqui não haverá empregos, mas vocações. A atividade será influenciada pelos cientistas e o poder soberano ditado apenas pelo mérito. É no exercício destas atividades desinteressadas que os homens se mostram verdadeiramente grandes, quando emudecem as vozes de interesses personalíssimos para consagração de interesses superiores que pertencem ao patrimônio da Humanidade".

Significação

"Aos homens de responsabilidade pertence o zelo da verdade, o senso da realidade, atestado na importância dos resultados, e uma inflexível fidelidade aos processos de ação. Depois de bem conceber, bem prover. Resulta, pois, esta obra da consangüinidade intelectual e moral de homens que compreenderam bem e procuram realizar muito bem. Das lucilações dos gênios e da extraordinária coragem moral

para enfrentar a muralha de preconceitos obdurados através de séculos de obscurantismo, de preguiça intelectual e de servidão às normas do comodismo reinante, tem-se feito a verdadeira Ciência, cujo salto espetacular de progresso constitui o fato predominante do século atual. No interesse da Ciência e no interesse do Brasil, conclame-mos os nossos homens de responsabilidade a trazerem o seu apoio compreensivo ao desenvolvimento desta obra, e os nossos jovens de talento a se devotarem, cada vez com maior empenho, ao estudo da Ciência desinteressada. De uma carta do grande matemático professor André Weil, destaco estas palavras excelentes: "Nada poderia, melhor do que esse Instituto, contribuir para a reputação científica do Brasil, e mesmo para o seu renome mundial; porque, na nossa época, um país não se pode melhor honrar do que pelo lugar que concede às Ciências teóricas". A repercussão internacional da fundação deste Instituto nos moldes em que o temos — plena autonomia e a presença de grandes Fisicos — é o resultado mais imediato de seu advento, recobrando-se o Brasil de extraordinário prestígio, embora muitos não sejam os brasileiros que se dêem exata conta de seu significado e dos imensos benefícios que dele vamos colher".

A Compreensão do Exército

"Desde os primeiros alhores, assumiu o Exército o papel de fautor do grande movimento, revelando os seus vultos mais representativos espírito calmo e ampla visão do significado científico, cultural, social e político do Instituto. Tomando-o sob sua égide, ofereceu de início o Estado-Maior do Exército um sucedâneo para o ato desta fundação; e depois de fundado continuará a favorecê-lo com a cobertura de seu prestígio para assegurar-lhe condições de estabilidade, continuidade e prosperidade. Fundá-lo não é o ato mais importante, é apenas o primeiro ato; mais importante é assisti-lo e prestigiá-lo para que cresça, se consolide e fru-

tifique. E com isso dá o egrégio Estado-Maior do Exército um testemunho de confiança na função eminentemente política de toda obra da inteligência criadora. É precípuo dever dos governos prestar apoio e assistência às iniciativas de âmbito nacional, e, em assinalada evidência, as de caráter científico e cultural de natureza desinteressada. Convencido do alcance desta iniciativa nascida da clarividência e do civismo de eminentes paulistas, ao movimento dignamente se associou o governo do Dr. Adhemar de Barros, e é assim que aparece o Estado de São Paulo como um dos instituidores desta Fundação. Da maior justiça é que seja aqui mencionado o papel decisivo desempenhado por um insigne paulista, cuja exemplar modestia demora no mesmo nível alcantilado de sua inteligência, de seu civismo e de sua generosidade — Dr. Samuel Ribeiro — que tornou uma realidade esta aspiração de patriotas, tendo a acompanhá-lo os ilustres Sr. Dr. Guilherme Guinle, Dr. Carlos Guinle, Dr. Arnaldo Guinle e Dr. Otávio Guinle.

Aceitai, amigos meus e preclares concidadãos, na simplicidade destas palavras sinceras, que acabo de dirigir-vos, a afirmação da honestidade de nossos propósitos de bem servir ao Brasil, de trabalhar pelo seu engrandecimento e prestígio, à evocação desses dois preciosos endecassílabos do grande épico de nossa raça:

"Vereis amor da Pátria, não movido
De prêmio vil, mas alto e quase
[eterno.]

Tenho concluído."

• • •

Abrimos espaço também, "data vênica", para o interessante artigo, intitulado "O Exército e a Física", da lavra do Professor José Reis, artigo esse dado a lume em "A Fôlha da Noite", de São Paulo, no dia 14 de março último:

O Exército e a Física

"Houve há dias interessante reunião no Quartel-General da 2ª Re-

Militar. Motivo: explicação finalidades do Instituto de Física Teórica que se criou em São Paulo, com base na iniciativa de algumas pessoas de visão, na boa vontade de alguns capitalistas comensivos, à cuja frente se encontra o Sr. Samuel Ribeiro, e na vontade do governo do Estado, que criou como um dos instituidores Fundação que manterá o Instituto.

Um novo centro de pesquisa é sempre bem vindo, e somente o espírito provinciano de algumas criaturas hipersensíveis poderá enxergar, em seu advento, possíveis lesões ao prestígio de outras instituições já existentes. A concorrência, se é boa para o desenvolvimento industrial e comercial, também não é má em relação aos centros de pesquisa. E estes, estejam onde estiverem, dentro de universidades ou fora delas, se bem administrados e bem alimentados pelo capitalismo e pela competência, darão frutos que beneficiarão o país.

No caso em foco, do Instituto de Física Teórica, o que desejamos manifestar é o interesse manifestado pelo Estado-Maior do Exército por sua constituição. Dêsse interesse foram reflexos evidentes não só a nível no Quartel-General, mas também a presença e a palavra, nessa ocasião, de algumas das mais altas e prestigiosas personalidades do nosso Exército.

A alguns poderá parecer, esse interesse que se manifesta em ação, na espécie de intromissão indesejada das Forças Armadas em assuntos civis, ou o desejo, por parte delas, de militarizar a ciência, e das ligações desta com a segurança nacional. Nada mais falso. Ninguém mais claramente do que os Generais definiu o exato sentido de seu interesse e de sua ação no caso do Instituto de Física Teórica, que eles querem é prestigiar com seu apoio a pesquisa desinteressada, cujo alcance demonstram compreender muito bem. Não ignoram que a organização científica

nacional não se pode limitar às especialidades de maior interesse do ponto de vista da aplicação imediata. Sabem muito bem que o parque científico de um país tem de abranger todos os ramos da pesquisa, e que entre esses ramos ocupam posição de destaque todos os que se interessam pelas pesquisas fundamentais.

Essa verdade está muito bem expressa em trabalho recentemente publicado pelo professor Müller, o geneticista famoso, quando, procurando explicar por que, apesar de haver gênios em todas as raças e países, a ciência na verdade só se desenvolve de maneira positiva em algumas raras nações, chega à conclusão de que ela é uma planta muito delicada, que não dispensa condições especialíssimas de ambiente. Essas condições, se em boa parte são representadas pela indústria, com seus recursos tecnológicos, em parte não menor são representadas, também, pela existência de centros numerosos e diversos, onde pesquisadores das mais várias especialidades possam ajudar-se, socorrendo-se uns aos outros e combatendo o deserto da incompreensão que, de outra forma, tenderia a envolvê-los.

Mais do que legítimo, pois, o interesse manifestado pelas Forças Armadas por um problema que, aparentemente, só deveria interessar os civis. Sentinela da integridade política do país, sabem as nossas autoridades militares que nos dias que correm não há integridade política sem integridade científica. Nação sem ciência é nação destinada a vida colonial e escravocrata. Zelar pela integridade e pelo progresso da ciência, em seu mais alto sentido, há de ser, por isso mesmo, preocupação justa e compreensível daqueles que têm por objetivo manter livre e soberano o país".

* * *

Ao Instituto de Física Teórica, de São Paulo, auguramos o êxito mais feliz.

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 2 de abril a 22 de junho de 1951

PROCESSOS RELACIONADOS COM OS INATIVOS

A fim de facilitar o andamento e apressar a solução dos processos referentes a promoções e outras vantagens concedidas, por diferentes Leis, aos militares inativos, evitando o acúmulo de serviço na Diretoria de Arquivo do Exército, determino:

a) qualquer corpo, repartição ou estabelecimento subordinado ao Ministério da Guerra deverá receber as petições apresentadas pelos militares da reserva ou reformados, solicitando os benefícios dessas Leis, uma vez que venham acompanhados das folhas de alterações que comprovem o direito alegado pelo requerente;

b) o corpo, repartição ou estabelecimento extrairá, dessas alterações, uma cópia, devidamente autenticada, do que for necessário para instruir convenientemente o processo, restituindo, em seguida, ao interessado, as respectivas folhas de alterações, mediante recibo passado no requerimento;

c) uma vez extraída a cópia das alterações, será o requerimento encaminhado diretamente à Diretoria de Recrutamento;

d) na hipótese do militar residir em localidade afastada de unidade, estabelecimento ou repartição militar, o requerimento deverá ser entregue na Delegacia de Recrutamento, que o encaminhará, com as respectivas folhas de alterações, diretamente à Diretoria de Recrutamento. Poderá ainda ser remetido a esta Diretoria, nessas mesmas condições, pelo próprio interessado, quando não houver Delegacia no local.

As folhas de alterações, anexadas ao processo, só serão devolvidas, após solução final do pedido, mediante recibo do interessado no processo, ou, quando este não puder comparecer

ao Ministério da Guerra para esse fim, mediante requerimento, no qual indicará a Unidade, estabelecimento ou repartição militar subordinada ao Ministério da Guerra, por onde deseja recebê-las;

e) caso o militar não possua as folhas de alterações, deverá citar a Unidade onde tenha servido, na época que interessar, a fim de que o requerimento possa ser encaminhado à mesma para anexação da cópia dessas alterações, devidamente autenticada, para instruir adequadamente o processo;

f) somente quando não for possível pelos meios indicados, obter informações sobre a situação do interessado, será o requerimento encaminhado, para esse fim, à Diretoria do Arquivo do Exército;

g) o militar inativo que já houver requerido promoção ou outra vantagem previstas em Lei, e cujo pedido ainda não tenha sido solucionado, por depender de busca na Diretoria de Arquivo do Exército, poderá renovar o seu pedido de acordo com as normas ora prescritas, obrigando-se, porém, a declarar a data ou, pelo menos, o ano de seu primeiro requerimento. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 240, de 2-IV-951 — "Diário Oficial" de 3-IV-951.)

USO DE MEDALHA COMEMORATIVA

Tendo em vista o que prescreve o parágrafo único do art. 244 do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, combinado com a alínea b), do art. 66 do Estatuto dos Militares, autorizo o uso, pelo pessoal do Exército, da Medalha Comemorativa da 1ª Jornada do Serviço de Saúde da Aeronáutica, quando outorgada pela

etiva Direção Executiva. — Gen. Newton Estillac Leal.

Aviso n. 243, de 3-IV-951 — "Diário Oficial" de 5-IV-951.)

TERMINA EXECUÇÃO DE CAPÍ- TULO DE REGULAMENTO

Provando o parecer do Departamento Geral de Administração, em o n. 70-Gab. de 3 de março do presente ano, determino que seja dada execução ao Capítulo II do Regulamento do referido Departamento aprovado pelo Decreto n. 21.287, de 26 de setembro de 1946.

(Aviso n. 246, de 3-IV-951 — "Diário Oficial" de 7-IV-951.)

INCINERAÇÃO DE DOCUMENTOS DE RESERVISTAS

De acordo com a proposta da Diretoria de Recrutamento e pareado Estado-Maior do Exército de-
o:

Incineração dos documentos a se referem os Avisos ns. 107, de 1-946, e 1.214, de 26-IX-946, puados respectivamente nos Boletins do Exército ns. 5, de 2-II-946, e de 5-I-946, e a de certificados em bco de modelo antigo, já em de-
o, passará a ser feita mensalmente as Circunscrições de Recrutamento, as quais remeterão uma via respectivo termo à Diretoria de Recrutamento.

O citado termo constará os moos da incineração (falecimento), categoria, número do certificado ou caderneta e nome do reservista, como abaixo se exemplifica. Os valores para indenização de certificados inutilizados são fixados em \$ 3,00 por certificado de alistamento e Cr\$ 5,00 por certificado de reservista de 1ª, 2ª e 3ª categoria ou não, ficando revogado o Aviso número 1.214 de 26 de setembro de 1946.

As importâncias relativas à indenização serão encaminhadas pelas unidades, juntamente com os documentos a incinerar, às C.R. em os territórios estiverem localizadas, as quais mensalmente as encaminharão à Diretoria de Recrutamento.

Exemplo:

Aos dez dias do mês de.....
ano de mil..... a Comissão noada pelo Boletim n..... de
órdo com o Aviso n..... (citar

este Aviso) procedeu à incineração dos seguintes documentos:

- a) de Reservistas falecidos:
 - Certificado de 1ª categoria número 140.835 de Mário José da Silva.....
 - Certificados de 2ª categoria números.....
 - Certificados de 3ª categoria números.....
 - Cadernetas militares de..... categoria.....
- b) Certificados substituídos:
 - de 2ª categoria.....
 - de 3ª categoria.....
- c) Certificados inutilizados:
 - de 1ª categoria.....
 - de 2ª categoria.....
 - de 3ª categoria.....
 - de isenção.....
 - de alistamento.....

E, para constar, lavrou-se este termo, que vai dactilografado com contracópia, etc.....

(aa).....

(Aviso n. 248, de 4-IV-951 — "Diário Oficial" de 7-IV-951.)

PROIBIDA MATRICULA EM CURSOS DE APERFEÇOAMENTO

De acordo com os pareceres da Diretoria do Pessoal, do Estado-Maior do Exército e do Departamento Geral de Administração, fica revogado o Aviso n. 474, de 29 de julho de 1950, e proibida a matrícula dos componentes do chamado Quadro de Operários Militares (praças das antigas oficinas Regionais de Material Bélico) em cursos de aperfeiçoamento das Armas e Serviços, uma vez que tais cursos nenhuma referência têm com o Quadro a que pertencem. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 251, de 4-IV-951 — "Diário Oficial" de 7-IV-951.)

FIXAÇÃO DE VAGAS EM CURSO

De acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, é fixado da forma abaixo, o número de matrículas, para 1951, nos Cursos da Escola de Instrução Especializada:

Exército

Básico de Material Bélico.....	11
Foto-Informações.....	7

Guerra Química.....	13
Equipamento Mecânico.....	4

Marinha, Aeronáutica e Forças Auxiliares

Básico de Material Bélico.....	2
Foto-Informações.....	2
Guerra Química.....	6
Equipamento Mecânico.....	5

General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 255, de 6-IV-951 — "Diário Oficial" de 7-IV-951.)

* *

FUNÇÕES CONSIDERADAS ARREGIMENTADAS

Tendo em vista dar solução definitiva as questões relativas à arregimentação de Oficiais, resolvo:

1. Só serão consideradas arregimentadas as funções exercidas nos Corpos de Tropa de acôrdo com os artigos 24, 25, 26, 27, 28 e 29 da Lei de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército e as de que trata o artigo 12 da Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.

2. A contagem do prazo previsto na letra e) do art. 10 da Lei de Promoções para obrigatoriedade periódica de arregimentação, será feita a partir de 6 de abril de 1951.

3. Ficam revogados todos os atos ministeriais em contrário. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 247, de 3-IV-951 — "Diário Oficial" de 11-IV-951.)

* *

NOMEAÇÃO DE ASSISTENTES DE ENSINO

Tendo em vista as razões ponderáveis apresentadas pela Diretoria do Ensino do Exército, decorrentes de suas inadiáveis necessidades, resolvo autorizar no corrente ano a nomeação dos 1^{os} Tenentes aprovados no último concurso para Assistentes do Ensino nos Estabelecimentos propostos pela referida Diretoria.

Fica, assim, sem efeito, o Aviso número 673, de 27 de outubro de 1950. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 264, de 10-IV-951 — "Diário Oficial" de 19-IV-951.)

* *

PRAÇAS CANDIDATAS AS ESCOLAS PREPARATORIAS

De acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército e usando da faculdade que me confere o art. 59

do Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942 (Lei do Ensino Militar), resolvo:

a) a praça do Exército que se candidatar à matrícula do primeiro ano do Curso das Escolas Preparatórias fica dispensada da apresentação do certificado de aprovação no Curso Ginásial exigido na letra h) do artigo 99 do Regulamento das referidas Escolas (Decreto n. 1.752, de 26 de maio de 1945), desde que tenha mais de seis meses do tempo de serviço e tenha sido considerada mobilizável na instrução;

b) a praça que gozar do benefício concedido na letra a), acima, não terá direito a certificado de terminação de Curso Científico, nas Escolas Preparatórias, para efeito de matrícula nas Escolas Cíveis de Ensino Superior do País, sendo válido, unicamente, para matrícula na Escola Militar. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 265, de 10-IV-951 — "Diário Oficial" de 19-IV-951.)

* *

RELAÇÕES DO BANCO DO BRASIL COM AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS

Transcreve-se para conhecimento de todas as Unidades Administrativas e agentes responsáveis do Exército, o ofício do Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil Sociedade Anônima de 8 de janeiro de 1951:

"Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Guerra:

1. Comunicamos a Vossa Excelência que, com o objetivo de facilitar nossas relações com as repartições públicas, resolvemos abolir o sistema de taxas especiais, estabelecendo um critério uniforme em ordem a lhes dispensarmos igual tratamento.

2. Assim, a partir de 1 de abril do ano em curso, os encargos de pagamento que nos forem confiados por esse Ministério e pelas repartições e serviços que lhes estão subordinados, não decorrentes de suprimentos, direta ou indiretamente autorizados pelo Tesouro Nacional, sobre praças onde temos agência, estarão sujeitos às taxas constantes de nossa Tabela Geral de Comissões, sobre as quais faremos um abatimento de 50%. As comissões por nós pagas aos nossos correspondentes, quando as houver, e despesas outras, correrão integralmente por conta do emitente da

ordem, e serão cobradas no ato da operação ou debitadas em conta, mediante autorização.

3. Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de nossa alta estima e distinta consideração.

Pelo Banco do Brasil S.A. — Jorge Dodsworth, Presidente".

II — Em consequência do ofício supra, determino que as despesas, não decorrentes de suprimentos, das remessas confiadas ao Banco do Brasil, sejam pagas no ato da operação, pelo emitente da ordem à conta do beneficiário. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 275, de 16-IV-951 — "Diário Oficial" de 20-IV-951.)

* *

CANDIDATOS A VAGAS DE MECÂNICOS

Consulta o Comandante da 3ª Região Militar em Rádio n. 773-A3, de 3 de novembro de 1950, se mecânico categoria "Veículos Automóvel Sobre Rodas ou de Rolamento Misto", pode preencher vaga de qualificação "Mecânico Diesel".

Em solução, declaro, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, constante do Ofício n. 549-A, de 28 de dezembro de 1950, que, nos Corpos de Tropa (2º Escalão), as vagas de mecânico Diesel podem concorrer os mecânicos de automóveis sobre rodas ou rolamento misto, e vice-versa, desde que o candidato, submetido a exame, se revele apto para a nova função, a critério do Comandante da Unidade. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 280, de 16-IV-951 — "Diário Oficial" de 20-IV-951.)

* *

INTERPRETAÇÃO DE ARTIGO DE REGULAMENTO

1. Havendo dúvidas quanto à interpretação do art. 79 do Regulamento da Escola Militar de Resende (Decreto n. 17.738, de 2 de fevereiro de 1945), na parte referente ao "gozo de um ano de tolerância", fica esclarecido que o aluno só deve ser considerado como tendo "gozado um ano de tolerância", após ter esgotado o tempo estipulado para o ano letivo no art. 53 do Regulamento da referida Escola, isto é, de 1 de março a 15 de novembro.

2. Em hipótese alguma, o aluno poderá ser rematriculado em conse-

quência de um segundo trancamento de matrícula concedido de acordo com a letra f) do art. 77.

3. A aluno beneficiado pelo presente Aviso, deverá satisfazer as condições de idade e de saúde para a rematricula. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 281, de 16-IV-951 — "Diário Oficial" de 20-IV-951.)

* *

DA NOVA DENOMINAÇÃO A ESCOLA MILITAR

DECRETO N. 29.484 — DE 23 DE ABRIL DE 1951

Altera o atual nome da "Escola Militar de Resende" para "Academia Militar das Agulhas Negras".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. A atual Escola Militar de Resende passa a se denominar Academia Militar das Agulhas Negras, em homenagem ao 140º aniversário de sua fundação, a ser comemorado a 23 de abril do corrente ano.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Newton Estillac Leal.

("Diário Oficial" de 23-IV-951.)

* *

FREQUÊNCIA AS ESCOLAS PREPARATÓRIAS

DECRETO N. 29.485 — DE 23 DE ABRIL DE 1951

Concede frequência no ano seguinte nas Escolas Preparatórias aos alunos reprovados em uma matéria.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Ficam as Escolas Preparatórias autorizadas a conceder frequência no ano seguinte, como dependentes, aos alunos reprovados em uma matéria do ano anterior, em caráter provisório e enquanto perdurar idêntica situação na Escola Militar de Resende.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1951;
130º da Independência e 63º da República.

GETULIO VARGAS.

Newton Estillac Leal.

("Diário Oficial" de 25-IV-1951.)

SUSPENSÃO DE EXIGÊNCIA PARA MATRICULA EM ESCOLAS

1. Tendo em vista a sugestão da Diretoria de Saúde do Exército e o parecer da Diretoria de Ensino, resolvo suspender, no corrente ano, a exigência para matrícula nas Escolas Preparatórias e Escola Militar de Rezende, contida nos incisos 4, parágrafo único do art. 12, do título II e 6, do parágrafo único do art. 10, do título III, tudo das "Instruções para as Inspeções de Saúde dos Candidatos à admissão às Escolas Militar de Rezende e Preparatórias", devido ao atraso na publicação destas Instruções.

2. Os candidatos matriculados nas referidas Escolas nas condições do presente Aviso e para os quais forem constatadas reações sorológicas positivas de sífilis, deverão ser observados e submetidos a rigoroso tratamento específico.

3. O presente Aviso confirma o despacho exarado na sugestão da Diretoria de Saúde, em 19 de março último, e comunicado à Diretoria de Ensino, na mesma data, para as providências decorrentes.

(Aviso n. 295, de 19-IV-1951 — "Diário Oficial" de 25-IV-1951.)

AUTORIDADE COMPETENTE PARA CONCEDER ENGAJAMENTOS

Consulta o Exmo. Sr. Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar sobre qual a autoridade competente para conceder os engajamentos e reengajamentos às praças do Contingente daquele Superior Tribunal.

Em solução, aprovando o parecer do Departamento Geral de Administração, declaro que, por analogia com o que prescreve o n. 46 do art. 55 do Regulamento n. 1 (R.I.S.G.), que dá a atribuição de conceder engajamento e reengajamento aos Comandantes de Corpos, Chefes de Reparções e Estabelecimentos Militares,

tal prerrogativa deve caber ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Superior Tribunal Militar. — Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 300, de 23-IV-1951 — "Diário Oficial" de 28-IV-1951.)

CRIAÇÃO DE TIRO DE GUERRA

O Ministro de Estado da Guerra, de acordo com o art. 74 do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946 (Lei do Serviço Militar), criar o Tiro de Guerra n. 225, no Município de Agudos, Estado de São Paulo.

(Portaria n. 103, de 23-IV-1951 — "Diário Oficial" de 28-IV-1951.)

PRECEDÊNCIA HIERÁRQUICA E DE FUNÇÕES DOS OFICIAIS DO Q.A.O.

Tendo surgido dúvidas quanto à precedência hierárquica e de funções dos oficiais do Q.A.O., em relação aos oficiais subalternos da ativa, dos demais quadros, em face do que dispõe o art. 16, § 4º do Estatuto dos Militares, o art. 5º do Decreto-lei n. 8.760, de 21 de janeiro de 1946, e o Aviso n. 620, de 10 de junho de 1947, declaro, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército:

a) os oficiais do Q.A.O. concorrem, na escala hierárquica, com os oficiais subalternos da ativa, devendo, nos casos de igualdade de posto, ser considerada a respectiva antiguidade;

b) a antiguidade de posto do oficial do Q.A.O. é contada:

Para o 2º Tenente, a partir da data de sua inclusão no Quadro;

Para o 1º Tenente, a partir da data da promoção ou da inclusão no Quadro, quando ocorrida neste posto;

c) é vedado ao oficial do Q.A.O. (Estatuto dos Militares art. 6º, e 2º e 5º in fine, do Decreto-lei n. 8.760, de 21 de janeiro de 1946), o exercício de funções privativas de postos inexistentes no seu Quadro, isto é, de Capitão e superiores;

d) somente a título precário e na inexistência absoluta de oficial oriundo de "Escola de Formação de Oficiais" ou do "Curso de Oficiais da Reserva" para o exercício de funções sem acumulação, poderão os oficiais subalternos do Q.A.O. responder pelas funções ou cargos vagos, privativos de posto superior ao de 1º Tenente;

e) fica revogado o Aviso número 620, de 10 de junho de 1947. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 309, de 27-IV-951 — "Diário Oficial" de 5-V-951.)

FUNÇÃO DE CHEFE DA MISSÃO MILITAR BRASILEIRA EM BERLIM

O Sub-Chefe da Missão Militar Brasileira em Berlim consultou, em 30 de julho de 1948:

Qual o posto privativo da função de chefe da referida Missão, para efeito das vantagens do art. 82, combinado com o § 2º do art. 81 do Decreto-lei n. 2.186, de 13 de maio de 1949:

Se um Coronel, exercendo interinamente as funções de chefe da citada Missão, tem direito à diferença de gratificação prevista pelos dispositivos legais aludidos.

Em solução, de acordo com os pareceres do Estado-Maior do Exército e da Secretaria Geral do Ministério da Guerra, declara que o § 2º do art. 81 e art. 82 do Decreto-lei n. 2.186, de 13 de maio de 1949, não eram aplicáveis àquela Missão, por ter sido considerada um órgão diplomático, dependente do Ministério das Relações Exteriores. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 312, de 27-IV-951 — "Diário Oficial" de 5-V-951.)

SUSPENSÃO DE CONCESSÃO

Tendo em vista a execução das novas "Instruções Provisórias para o Funcionamento das Circunscrições de Recrutamento, Delegacias de Recrutamento e Órgãos Alistadores", e a necessidade dos Delegados permanecerem em suas Delegacias, suspendo até nova ordem a concessão constante do n. 3 do Aviso n. 259, de 10 de maio de 1950, aos Chefes de Circunscrições de Recrutamento de deslocarem os Delegados para a sua sede, salvo o caso da Delegacia com sede na mesma Circunscrição de Recrutamento. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 323, de 27-IV-951 — "Diário Oficial" de 5-V-951.)

REAJUSTAMENTO DE SARGENTOS (Normas para sua Execução)

1. A situação dos Efetivos de Sargentos do Exército, no momento atual, é completamente irregular, ha-

vendo regiões com grandes claros e outras com acentuado número de excedentes o que prejudica, de uma maneira geral, a instrução e o serviço. A conjuntura chegou a tal ponto que a promoção de Sargentos tornou-se difícil e perigosa, não sendo possível a sua autorização às R.M., porque se fossem preenchidos os claros existentes em determinadas Regiões, e não fossem extirpados os excedentes de outras, ficaríamos com o efetivo de Sargentos no Exército, praticamente, dobrado. Considerando que urge uma solução para o problema em benefício do Quadro de Sargentos e do próprio Exército, determino:

1º. Que os Comandantes de R.M., que ainda não o fizeram, realizem um reajustamento no Efetivo de Sargentos da respectiva R.M. de maneira que sejam, na medida do possível, completados os claros sem promoções:

a) Nos Núcleos-Base de todas as Unidades;

b) Nos efetivos previstos para os diferentes contingentes.

2º. Que os Cmts. de R.M. participem até 30 de maio do corrente ano às diferentes Diretorias a situação dos efetivos em Sargentos de sua R.M., especificando:

a) quando excedente — posto, nome e qualificação militar;

b) quando se tratar de claros — posto e qualificação militar.

3º. Que a inclusão ou exclusão de Sargentos no Núcleo-Base, a partir desta data, só poderá ser efetivada mediante autorização da Diretoria a que estiver o Sargento subordinado.

2. Os Cmts. de Unidades, Chefes ou Diretores de Repartições serão responsabilizados pela existência de Sargentos excedentes em suas Unidades ou Repartições, caso não tenham tomado junto ao Comandante da respectiva R.M. as providências necessárias para a devida transferência.

3. As movimentações decorrentes das prescrições supra terão caráter irrevogável. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 306, de 25-IV-951 — "Diário Oficial" de 5-V-951.)

APROVAÇÃO DE ESTATUTOS DO CLUBE DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DO EXÉRCITO

O Sr. Presidente do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército.

1. Acuso o recebimento do Estatuto desse Clube e estou de acordo com as normas por eles traçadas.

2. Devo acrescentar, além do que foi dito no Aviso n. 803, de 15 de dezembro de 1950, do meu antecessor e com o qual estou de acordo, que o presente Estatuto deve ser cumprido com rigorosa exatidão e, mais especialmente o que determina o art. 128.

3. Assim, restituindo a V. S. os documentos inclusos que acompanharam o original do Estatuto desse Clube, desejo aos Subtenentes e Sargentos do Exército os melhores votos de prosperidade e fecunda reedificação para a novel entidade. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 308, de 28-IV-951 — "Diário Oficial" de 10-V-951.)

INSTRUÇÕES PARA MATRICULA DE OFICIAIS VETERINÁRIOS EM CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

O Ministro de Estado da Guerra, em Portaria n. 109, de 7-V-951, resolve aprovar as instruções para matrícula de Oficiais Veterinários em cursos de especialização dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Saúde, publicadas nos "Diário Oficial" n. 106, de 11 de maio de 1951, à página 7249.

criação de TIRO DE GUERRA

O Ministro de Estado da Guerra resolve, de acordo com o art. 74 do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946 (Lei do Serviço Militar), criar o Tiro de Guerra n. 277, no Município de São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo.

(Portaria n. 110, de 8-V-951 — "Diário Oficial" de 11-V-951.)

CONTAS DE TRANSPORTES PRESTADAS PELO LOÍDE BRASILEIRO

1. Transcreve-se para conhecimento de todas as Unidades Administrativas e agentes responsáveis do Exército, o Aviso n. 22, de 7-VII-950, do Ministro da Fazenda:

"Senhor Ministro:

Tenho a honra de solicitar a V. Excia. se digne de expedir instruções às Repartições subordinadas a este Ministério no sentido de que fique suspenso o pagamento de con-

tas de transporte prestado pelo Lóide Brasileiro até 31 de dezembro de 1949, visto como esta Secretaria de Estado já efetuou tal pagamento à conta do crédito especial pedido ao Poder Legislativo.

Servo-me da oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos da minha alta estima e distinta consideração. — Guilherme da Silveira".

2. Em consequência do Aviso supra transcrito, determino:

a) que as organizações militares e corpos de tropa encaminhem diretamente à Diretoria de Finanças todas as contas de débitos ao Lóide Brasileiro, que estejam em seu poder, para fins de processo;

b) que a Diretoria de Finanças relacione os débitos de transportes efetuados pelo Lóide Brasileiro até 31-VII-949, cujas contas ainda se achem em processo neste Ministério, bem como os pagamentos efetuados àquela Autarquia a partir de 1-I-950, relativos ao período citado;

c) arquivar, depois de relacionadas, as contas de transportes do Lóide Brasileiro, por serviços prestados ao Ministério da Guerra, em todos os exercícios anteriores ao de 1950 e remeter ao meu Gabinete as relações de que trata a letra b), deste Aviso, para fins de providências futuras junto ao Ministério da Fazenda. — Contra-Almirante Renato de Almeida Guilhobel.

(Aviso n. 340, de 11-V-951 — "Diário Oficial" de 14-V-951.)

REVERSÃO AO EXÉRCITO DE OFICIAL

LEI N. 1.367 — DE 12 DE MAIO DE 1951

Faz reverter ao Exército o 1º Tenente Hélio de Albuquerque Lima

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do § 4º do art. 70, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º. Reverte ao Exército Nacional, no posto que deveria ocupar, com direito a todas as vantagens e vencimentos que deixou de perceber desde a data de sua exclusão, o então 1º Tenente Hélio de Albuquerque Lima.

Parágrafo único. Devido ao seu precário estado de saúde é na mesma

reformado, de acordo com as leis em vigor.

Art. 2º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, os necessários créditos especiais até o total de Cr\$ 390.030,00 (trezentos e noventa mil cruzeiros).

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor a data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1951: 130º da Independência e 63º da República.

GETULIO VAREAS.

Hordácio Lafer.

Renato de Almeida Guilhobel.

("Diário Oficial" de 17-V-1951.)

EXTINÇÃO DE TABELAS DE PESSOAL PAGO POR E.A.

Ao Exmo. Sr. General Diretor do Departamento Geral de Administração.

Declaro, para os devidos fins, que devem ser tomadas providências no sentido de serem extintas, progressivamente, as tabelas do pessoal pago por conta das economias administrativas.

Em consequência:

a) fica proibido o provimento das vagas existentes ou que venham a existir nessas tabelas;

b) os claros que se verificarem nas Tabelas Numéricas de Diaristas deverão ser preenchidos pelos servidores pagos por conta das economias administrativas, sempre que possível, dando-se preferência aos que se encontrarem em gozo de estabilidade;

c) as Unidades Administrativas, em casos de urgência, poderão fazer executar por tarefa, à conta de economias administrativas ou rendas próprias e à razão de preço unitário, serviços ou trabalhos inadmissíveis, atinentes à sua vida administrativa. — Gen. Newton Estillac Leal, Ministro da Guerra.

(Aviso n. 270, de 12-IV-1951 — "Diário Oficial" de 18-V-1951.)

PASSAGEM PARA CAPELAES

Atendendo ao que solicita o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas, autorizo os Capelães Militares do Exército, a pres-

tarem colaboração a outras capela-nias, na preparação da "Páscoa dos Militares" do corrente ano, correndo por conta deste Ministério, apenas, as despesas de transporte (passagem) que se fizerem necessárias, de acordo com a letra j), do art. 203, do C.V. V.M. — Vice-Almirante Gr. Renato de Almeida Guilhobel, Respondendo pelo Expediente.

(Aviso n. 344, de 17-V-1951. — "Diário Oficial" de 19-V-1951.)

AUMENTO DE VAGAS PARA DENTISTA NA ESC. SAUDE DO EXERCITO

1. De acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, em face do novo Quadro de Efetivos de Oficiais Dentistas e levando, também, em consideração as possibilidades da Escola de Saúde do Exército, resolvo elevar para 80 (sessenta) o número de vagas destinadas a oficiais dentistas, na Escola de Saúde do Exército, em 1951.

2. Fica, assim, sem efeito o Aviso n. 748, de 22 de setembro de 1950 — Almt. Renato A. Guilhobel, respondendo pelo Expediente M.G.

(Aviso n. 345, de 17-V-1951 — "Diário Oficial" de 19-V-1951.)

ALUNOS DESLIGADOS NO 2º ANO DOS C.P.O.R.

Tendo o Comandante da 3ª Região Militar consultado como proceder com alunos desligados no 2º ano do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, para cumprir o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 76 do R-166, em vista de não haver mais, nos Corpos de Tropa, cursos de candidatos a sargentos especialistas, resolvo:

"Para cumprimento do disposto no § 1º do art. 76, do R-166, Decreto n. 22.332, de 31 de dezembro de 1948, os alunos desligados no 2º ano, serão incluídos com a graduação de cabo e farão, obrigatoriamente, o Curso de Aplicação de Graduados da Arma, na qualificação correspondente à antiga fileira, definida no Regulamento aprovado pelo Decreto n. 8.031, de 26 de julho de 1940" — Almt. Renato A. Guilhobel, respondendo pelo Expediente do M.G.

(Aviso n. 346, de 17-V-1951. — "Diário Oficial" de 19-V-1951.)

PRORROGA PRAZOS PARA CONCESSÃO DE CONDECORAÇÕES**LEI N. 1.369 — DE 22 DE MAIO DE 1951**

Prorroga prazos para concessão de condecorações criadas pelo Decreto-lei n. 6.795, de 17 de agosto de 1944

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os prazos para a concessão das condecorações criadas pelo Decreto-lei n. 6.795, de 17 de agosto de 1944, e regulados pelo Decreto n. 16.821, de 13 de outubro de 1944, são prorrogados por um ano, a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1951, 130º da Independência e 63º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guilhobel.

("Diário Oficial" de 26-V-51.)

• •

RECOMENDAÇÕES SOBRE PASCOA DOS MILITARES

Atendendo ao que solicita a União Católica dos Militares, recomendo aos Sr.s Comandantes de Regiões Militares, Diretores e Chefes de Repartições e Estabelecimentos deste Ministério que emprestem o seu apóio à realização da Páscoa dos Militares que aquela União celebra anualmente e que, neste ano, será efetuada durante os meses de maio e junho.

Outrossim, que tais facilidades possam abranger a realização da aludida cerimônia em dia útil, conforme as conveniências de cada guarnição — Renato de Almeida Guilhobel, Vice-Almte.-Gr., responsável pelo expediente do M.G..

(Aviso n. 349, de 23-V-51 — "Diário Oficial" de 29-V-51.)

• •

IMPRESSÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA SOBRE O COLÉGIO MILITAR

1. O Sr. Presidente da República visitou o Colégio Militar, no dia 6 do corrente, data do aniversário

deste tradicional Estabelecimento de Ensino.

2. Transmitindo a este Ministério a excelente impressão que lhe causou a referida visita, ressalta Sua Excelência:

a) que as diferentes partes da solenidade puseram em relevo o carinho com que no modelar educandário são tratadas as questões do ensino, com o objetivo patriótico de obter perfeita formação moral do cidadão;

b) que a apresentação dos alunos na formatura inicial, no desfile e na execução das diferentes partes do programa foi impecável, sendo de justiça ressaltar-se o garbo, a destreza e a confiança demonstrada, frutos, não só do valor pessoal dos executantes, como, ainda, do trabalho muito bem orientados pelo Chefe e a cargo de destacados instrutores e professores.

3. Por tais razões, Sua Excelência julga merecedor do mais caloroso elogio o Comandante, Coronel Jair Dantas Ribeiro e louva-o como experimentado educador, de cuja inteligência, probidade, ardor profilírico e elevado espírito cívico, muito se deve ainda esperar na direção da "Casa de Tomás Coelho".

Fica o referido Comandante autorizado a estender os presentes louvores aos que julgar merecedores.

(Aviso n. 350, de 23-V-51 — "Diário Oficial" de 29-V-51.)

• •

IDADE PARA MATRÍCULA NA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR

Aprovando a proposta do Estado-Maior do Exército no que se refere às condições de idade para matrícula na Escola de Estado-Maior, resolvo:

1. Fica autorizada a inscrição no concurso de admissão à Escola de Estado-Maior, no corrente ano, e em caráter excepcional, aos oficiais combatentes que, até 31 de dezembro do ano em curso, não ultrapassem a idade de 40 anos, se capitães e 43 anos, se oficiais superiores;

2. Dilatar, até 30 dias após a publicação deste Aviso, o prazo de entrega dos requerimentos de inscrição no Estado-Maior do Exército, para o referido concurso de admissão — Almirante Renato A. Guilhobel.

(Aviso n. 351, de 23-V-51 — "Diário Oficial" de 29-V-51.)

RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE EXUMACÃO E REPATRIAMENTO

Considerando que exumações na região de Pistoia, na Itália, devido às condições peculiares a constituição do solo, de acordo com a legislação daquele país, só podem ser levadas a efeito depois de decorrido o prazo de 10 anos da data de sepultamento, resolve, de acordo com a proposta do presidente da Comissão de exumação e repatriamento dos restos mortais dos expedicionários sepultados no Cemitério Brasileiro de Pistoia, criada pelo Aviso n. 155, de 21 de fevereiro do corrente ano, dissolver a referida Comissão, devendo o seu arquivo ser recolhido à Seção Especial da F.E.B., a fim de ser utilizado, na época oportuna, pela nova Comissão que for nomeada.

(Aviso n. 357, de 25-V-951 — "Diário Oficial" de 29-V-951.)

SUSPENSÃO DE PAGAMENTO DE AUXÍLIOS

O Senhor Presidente da República, tendo em vista que a ação supletiva do Estado, exercida sob a forma de cooperação financeira a instituições privadas que realizem atividades de interesse educativo, cultural, econômico e de assistência social, deve corresponder, efetivamente, não só às exigências da região onde se acham localizadas, como também às finalidades que justificam esta forma de cooperação, houve por bem recomendar aos Srs. Ministros de Estado e dirigentes de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República que observem o seguinte: em Circular n. 8, de 4 de maio de 1951:

I — Nenhum pagamento de auxílio ou subvenção será efetuado, neste exercício, sem que a respectiva dotação tenha sido inscrita no Orçamento em virtude de expressa autorização de lei anterior.

II — O pagamento de auxílio e subvenção a instituições que, embora, figurem, nominalmente, no Orçamento, só não tenham sido contempladas por expressa autorização de lei anterior, só será efetuado se essas instituições exibirem os documentos e preencherem os requisitos previstos no art. 18, do Decreto n. 29.425, de 2 de abril de 1951.

III — As instituições referidas no item II, que figurarem, mais de uma vez, num "Anexo" ou simultaneamente, em dois ou mais "Anexos", de discriminação da despesa, do Orçamento em vigor, como beneficiárias de dotação para auxílio ou subvenção,

somente será efetuado, neste exercício, um único pagamento correspondente ao auxílio ou à subvenção que preferirem, depois de satisfeitas as exigências indicadas nesta Circular.

IV — Nenhum pagamento de auxílio ou subvenção será, ainda, efetuado, neste exercício, às instituições, de que tratam os itens II e III, se:

a) as suas finalidades não corresponderem, a juízo do Governo, à solução dos problemas sociais de maior importância da respectiva região;

b) dispuserem de recursos suficientes para a manutenção e ampliação de suas atividades;

c) distribuírem benefícios, apenas aos próprios membros ou proprietários e respectivas famílias, e não incluírem nos seus estatutos disposições expressas sobre prestação regular de serviços gratuitos a pessoas não pertencentes ao seu quadro social;

d) deixarem de comprovar a aplicação do auxílio ou da subvenção correspondente ao último exercício encerrado.

V — O pagamento de auxílio e subvenções, na forma do item II, somente poderá ser efetuado no segundo semestre deste exercício.

Os Srs. Ministros de Estado e dirigentes de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República providenciarão no sentido de que nenhum pagamento de auxílio ou subvenção seja feito sem prévia autorização, em cada caso, do Presidente da República, e mais, que nenhum processo de autorização seja submetido a despacho presidencial sem que tenham sido observadas rigorosamente as recomendações constantes desta Circular" — **Almirante Renato de Almeida Gullobel**.

(Aviso n. 361, de 25-V-951 — "Diário Oficial" de 29-V-951.)

CLASSIFICAÇÃO DOS RESERVISTAS DOS CONTINGENTES

Tendo em vista que a classificação do reservista não depende do tempo de duração do serviço militar, e sim do grau de instrução que recebeu o conscrito, tomando por norma os Programas Padrão, determino que seja aplicado aos conscritos dos Contingentes (Estabelecimentos, Escolas, ... o que preceitua o Aviso n. 716, de 25 de outubro de 1949, qualquer que seja o tempo de serviço militar que estes tenham no momento de seu licenciamento.

(Aviso n. 363, de 25-V-951 — "Diário Oficial" de 31-V-951.)

INSTRUÇÃO DOS CONTINGENTES DO SERV. GEOG. EX.

Os Contingentes do Serviço Geográfico do Exército (Sede, Divisão de Levantamento, etc.) se regulam, como os demais, pelo Aviso n. 363, de 25 de maio de 1951.

Quanto à instrução:

— cabe ao Cmt. da Região Militar, onde se encontrar o Contingente, dirigir e controlar a execução da instrução deste, consoante o que prescreve o P. P. 21 — 1 — 1ª Parte, Capítulo X;

— é facultado ao Cmt. de Região modificar ou mesmo suprimir alguns assuntos das matérias contidas no Programa Padrão 21 — 1 — 2ª e 3ª Partes, no intuito de conciliar os trabalhos técnicos de campo do S.G.E. com os da instrução militar, sem perder de vista, entretanto, que as referidas matérias são consideradas necessárias para os homens fazerem jus ao certificado de reservista de 2ª categoria;

— o controle da instrução técnica dos elementos dos Contingentes é da alçada exclusiva do Diretor da Serviço Geográfico do Exército.

(Aviso n. 364, de 25-V-51 — "Diário Oficial" de 31-V-51.)

DISTINTIVO-FLÂMULA DE CIA. DE MORTEIROS

O Ministro de Estado da Guerra resolve, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, aprovar o modelo, que a esta acompanha, do distintivo-flâmula, a ser adotado pela Companhia de Morteiros Pesados 42º, do Regimento-Escola de Infantaria.

(Portaria n. 125, de 25-V-51 — "Diário Oficial" de 31-V-51.)

OFICIAIS QUE ATINGEM IDADE LIMITE DE PERMANÊNCIA NA ATIVA

Devendo as transferências compulsórias para a reserva dos Oficiais que atingem, a idade limite de permanência no serviço ativo ser efetivadas imediatamente, conforme prescreve o art. 64, in-fine, do Decreto-lei n. 3.940, de 16 de dezembro de 1941, determino às Diretorias do Pessoal, de Saúde e de Intendência, à Subdiretoria de Veterinária e ao Departamento Técnico e de Produção do Exército que, anualmente, organizem a relação dos Oficiais que venham a atingir aquela idade, e,

quinze dias antes do Oficial cair na compulsória, encaminhem ao meu Gabinete a documentação necessária à efetivação da transferência para a reserva — General Newton Estillac Leal.

Aviso n. 366, de 30-V-51 — "Diário Oficial" de 2-VI-51).

DESLIGAMENTO DO MILITAR TRANSFERIDO

De acordo com o Parecer do Estado-Maior do Exército constante do Ofício n. 29, G2, de 5 do corrente, declaro:

1) O Oficial ou praça transferido, deverá ser impreterivelmente desligado e, entrar em trânsito, findo o período fixado pelo Regulamento para passagem de cargo, de funções, etc.

2) O Oficial ou praça transferido, findo o período de trânsito, só poderá receber seus vencimentos na Unidade, Repartição ou Estabelecimento de destino.

3) Os Agentes Diretores serão responsabilizados pelo não cumprimento do determinado nos itens 1 e 2, acima — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 369, de 30-V-51 — "Diário Oficial" de 2-VI-51.)

REVOGAÇÃO DE DISPOSIÇÕES DE DECRETOS

Tendo em vista que os Decretos ns. 4.937, de 9-XI-42 e 11.087, de 10-XI-42, foram baixados no período da última guerra para assegurar o pleno funcionamento dos estabelecimentos fabris militares e civis produtores de Materiais bélicos, e que o primeiro desses decretos permite a prestação de serviço militar, dos empregados dos estabelecimentos considerados de interesse militar pelo segundo, nesses próprios estabelecimentos, ou seja, dispensa-os de incorporação;

Considerando ainda que esse dispositivo colide com a Lei do Serviço Militar em vigor, a qual regula especificamente, em seu art. 56, os casos de dispensa de incorporação.

Esclareço, em solução à consulta do Comandante da 5ª R.M. e 5ª D.I. em Ofício n. 191 TE-D/1 — Rec., de 13-II-51, e aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército, que, para os efeitos do art. 55 do Decreto-lei n. 9.500, de 25-VII-46 (Lei do Ser-

viço Militar) não prevalece o disposto nos Decretos ss. 4.837, de 9 de novembro de 1942 e 11.087, de 10 de novembro de 1942 — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 372, de 31-V-951 — "Diário Oficial" de 2-VI-951).

OFICIAIS ADIDOS PARA PERCEPÇÃO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS

1. Para fins de percepção de vencimentos e vantagens, até que seja aprovado o atual projeto do Estatuto dos Militares, passam os oficiais quando agregados à disposição de Governo Federal, Estadual ou Municipal e em função de caráter militar (letras i e j do art. 38 do Decreto-lei n. 3.940, de 16-XII-941; letra j, do art. 66 do Decreto-lei n. 9.698, de 2 de setembro de 1946; § 3º do artigo 4º do Decreto-lei n. 1.143, de 9 de março de 1939), a ser considerados adidos à Diretoria ou órgão a que pertencem, ou à unidade do Exército mais próxima, quando fora da Capital Federal, de acordo com a letra e do art. 24 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares e art. 36 do Decreto-lei n. 3.940, citado.

2. As funções de interesse Militar, as que forem assim consideradas por Avisos baixados por este Ministério, quando não constarem de leis ou regulamentos, ou por Decretos do Poder Executivo.

(Aviso n. 371, de 30-V-951 — "Diário Oficial" de 2-VI-951).

CONTAGEM DE PONTOS PARA PROMOÇÃO DE SARGENTOS

(Solução de consulta)

Tendo o Comandante da 3ª Região Militar, consultado como proceder para a contagem de pontos para promoção de sargentos que possuam mais de um curso de aperfeiçoamento ou equivalente, o Exmo. Sr. Ministro da Guerra deu a seguinte solução:

Para os Sargentos de até esta data possuem mais de um curso de aperfeiçoamento ou equivalentes só deve ser computado, para fins de promoção, o grau obtido em um curso que será o correspondente ao da sua atual qualificação, na qual deverá definitivamente permanecer.

Não estão compreendidos no presente curso os Sargentos cujas situações estão regularizadas pelos

Avisos ns. 73, de 22-I-949; 613, de 19 de setembro de 1949; 686, de 13 de outubro de 1949; 168, de 11-IV-950; 228, de 26-IV-950; 182, de 24-III-950 e 618, de 20-IX-950 — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 374, de 31-V-951 — "Diário Oficial" de 4-VI-951).

PREENCHIMENTO DE CLAROS NO SERVIÇO DE MATERIAL BÉLICO

1. Tendo aprovado o parecer do Estado-Maior do Exército, constante do Ofício Reservado n. 42-A, de 15 de janeiro de 1951, e já estando em prosseguimento as providências indispensáveis para a organização e funcionamento dos cursos de formação das praças destinadas aos Depósitos e Parques de Material Bélico, declaro que fica revogado o Aviso n. 2, de 3-I-935.

2. Fica esclarecido que doravante os claros daqueles órgãos do Serviço de Material Bélico serão preenchidos por pessoal devidamente habilitado com o curso correspondente à função, não vigorando mais, assim, o processo de recrutamento preconizado no Aviso citado — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 375, de 31-V-951 — "Diário Oficial" de 4-VI-951).

REGULAMENTAÇÃO DE LEI

DECRETO N. 29.548 — DE 10 DE MAIO DE 1951

Regulamenta a aplicação da Lei número 1.267, de 9 de setembro de 1950 e dá outras providências

O Presidente da República, com fundamento no art. 87, n. I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Os oficiais e praças das Forças Armadas que, nas 1ª e 7ª Regiões Militares, tenham tomado parte com suas Unidades no combate contra a revolução comunista de 1935; cumprido missões e cooperado com aquelas Unidades; se deslocado de sua sede com seus Corpos, para os mesmos fins; ou tenham oferecido resistência comprovada nas corporações rebeladas, terão os seus assentamentos revistos pelos órgãos competentes de cada um dos Ministérios Militares.

Art. 2º. Entendem-se como havendo cumprido missões e cooperado

impedidos de funcionar legalmente, nos termos do art. 141, § 12, última parte, e 13, da Constituição, ou exercer propaganda das doutrinas desses partidos ou associações, ou de idéias a que se refere o § 5º, *in fine*, do dispositivo constitucional acima referido (Lei n. 1.057-A, de 28 de janeiro de 1950).

Art. 10. Publicada, em boletim, a relação geral mencionada no art. 7º, o militar, que se sentir prejudicado, poderá interpor pedido de retificação, ao respectivo Ministro, dentro de noventa dias da publicação. Da decisão ministerial cabe recurso para o Presidente da República.

Art. 11. Negada, afinal, com fundamento no art. 9º deste Decreto, pela administração, a inclusão do militar na relação dos que ficaram abrangidos pela Lei n. 1.267, de 9 de dezembro de 1950, proceder-se-á na forma do art. 2º e seguintes da Lei n. 1.057-A, de 28 de janeiro de 1950, se assim o requerer o militar recorrente.

Art. 12. O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1951, 130º da Independência e 63º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guilhobel.

Nero Moura.

("Diário Oficial" de 5-VI-1950).

* *

INSTALAÇÃO DE ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO DA GUERRA

1. Considerando a necessidade de terminar a organização do Departamento Geral de Administração e instalar esse alto órgão da administração do Ministério da Guerra em local que mais facilite suas atividades, resolvo:

a) A Comissão de Promoções deixará o 13º pavimento do edifício do Ministério, instalando-se em dependência do E.M.E., no 5º pavimento;

b) A Diretoria de Engenharia passará a ocupar os 12º e 13º pavimentos;

c) O Departamento Geral de Administração passará a ocupar as atuais instalações da Diretoria de Engenharia e 3ª Divisão da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército.

2. Os órgãos interessados deverão realizar os entendimentos e as medidas necessárias, para efetivação, com urgência, das disposições do pre-

sente Aviso — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 323-A, de 27-IV-1951 — "Diário Oficial" de 5-VI-1951).

* *

PARECER RELATIVO A GRADUAÇÃO DE OFICIAIS

Do Dr. Consultor Jurídico deste Ministério, a que se refere o despacho publicado no *Diário Oficial* de 21 de maio de 1951, pág. 7.783, 4ª coluna.

No Ofício n. 55, de 14-II-1951, a Comissão de Promoções do Exército exarou vários aspectos decorrentes de aplicação da Lei n. 1.338, de 30 de janeiro de 1951, que restabeleceu as graduações, exteriorizando conceitos e propondo soluções de acordo com o que lhe parece, ante o referido diploma legal e as características do instituto ora restabelecido.

Invoca a C.P.E. leis e resoluções que, desde o Império e já na República, regularam o assunto, do que resultaram os minuciosos e completos termos do ofício de referência.

Sugere, finalmente, a audiência desta Consultoria, e como a lei por igual se aplique à Marinha e à Aeronáutica, refere-se à conveniência de ser o assunto também examinado pelo Consultor Geral da República.

2. Passemos ao estudo do assunto.

Entende, de início, a C.P.E., que a graduação, hoje, como outrora, deve atender aos seguintes cânones:

a) Não exceder os limites dos postos máximos dos respectivos quadros, ou seja, não se graduarem oficiais em posto mais elevado do que o mais alto dos existentes na escala hierárquica do quadro a que pertencerem;

b) Só se conferir graduação, seja qual for o posto, a quem satisfizer os requisitos necessários à promoção à efetivação do mesmo posto, *verbi gratia*, não graduar os *sub-judice*;

c) Conferir aos graduados todos os direitos, prerrogativas, honorárias e precedência, como se efetivos fossem, excetuando-se, apenas, das vantagens pecuniárias devidas aos efetivos.

3. De acordo, quanto à alínea a). A graduação em posto inexistente, nos Quadros de Organização do Exército, subverteria a ordem, porque atingiria a própria estrutura das Forças Armadas. Haveria oficiais sem função. Não há dúvida de que a graduação prevista na Lei nú-

mero 1.338-51 há de ser conferida na consonância dos quadros orgânicos, e isto porque, no bom conceito, a graduação tem, sob certos aspectos, o caráter de promoção antecipada. E só se promove, quando existe, no quadro respectivo, o posto acima.

A redação ampla do art. 3º da Lei n. 1.338-51, que se refere a todos os postos de hierarquia dos militares, pode fazer supor que se incluem, também, os que houvessem atingido o último posto no respectivo quadro, sem possibilidade de promoção ou acesso a posto superior.

A esse entendimento, opomos não só a argumentação acima mas também a circunstância de o mencionado art. 3º dever ser interpretado na consonância do art. 1º da mesma lei, o qual revigora a Lei n. 1.215, de 11 de agosto de 1904, cujo art. 1º estabelece a graduação dentro dos limites de possibilidades do quadro.

4. A alínea b) contém uma conclusão que a legislação não comporta: só graduar quem satisfizer os requisitos para a promoção. Na verdade, é preciso não esquecer que a Lei n. 1.338-51 revigora a Lei número 1.215, de 1904, e o Decreto número 3.635, de 1918.

Ora, a Lei n. 1.215, estabelece, no seu art. 1º:

"O oficial do Exército e da Armada ou das classes anexas, sem nota que desabone sua conduta civil e militar, ao atingir o número um da respectiva escala, será graduado no posto imediatamente superior, dentro dos limites do quadro a que pertencer".

Verifica-se, destarte, que três são condições para a graduação:

1º haver o oficial atingido o número um da escala;

2º não possuir nota que desabone sua conduta;

3º, haver, no quadro a que pertencer, posto superior.

Sendo assim, estamos em que, enquadrado nas condições supra poderá o oficial ser graduado, ainda que não satisfaça condições outras, para a promoção. Ilusão mais ampla, como a que tirou a C.P.E., contrariará o que taxativamente dispõe a lei revigorada.

5. O conceito da alínea c) — conferir aos graduados todos os direitos, prerrogativas, honrarias e precedências, como se efetivos fossem, exceção-se apenas, das vantagens penaliárias devidas aos efetivos — decorre da própria Lei n. 1.338-51.

6. No item VIII do seu Ofício, a C.P.E. ressaltava as inovações da lei, que se referem:

a) à graduação no posto de General de Brigada, que alcançava outrora, apenas, ao Coronel n. (1) da escala geral dos Coronéis das Armas, e atinge, atualmente, a todos os Coronéis das Armas e Serviços.

b) Sob condição, porém, de satisfazerem esses oficiais, todos os requisitos de acesso exigidos para a efetividade do Generalato.

c) E mais, que no respectivo quadro, exista o posto de General de Brigada.

Comenta, a propósito, o alto órgão da Administração:

"IX — Não importa, no caso, a aparente latitude do art. 3º da Lei número 1.338.

Uma lei, qualquer que seja, não pode ser entendida pelo sentido isolado de uma só de suas partes, senão na inteireza da sua contestura, como um todo homogêneo.

Não pode subsistir nas leis, contradições, aparentes ou reais, e quando tal, por ventura se desse, é dever de hermenêutica desbastar-lhe as arestas e apresentá-las, em toda pureza do seu conteúdo e alcance, como um sistema inteiro, harmônico e de realidade objetiva na sua finalidade.

X — Ora, sem a mais leve sombra de dúvida, a graduação em "todos os postos da hierarquia de oficiais, qualquer que seja o quadro, arma ou serviço", de que cada esse art. 3º da Lei n. 1.338, só há de entender, sempre, "dentro dos limites do quadro a que pertencer o oficial, como preceitua o art. 1º da Lei n. 1.215, de 11 de agosto de 1904, revigorada em toda a sua plenitude, pela Lei número 1.338, que se discute, em seu também art. 1º.

XI — E, em abono da tese que aqui se defende, dispõe o art. 4º dessa mesma Lei n. 1.338, quando exige, para a graduação em General de Brigada, Contra-Almirante ou Brigadeiro, que o Coronel, ou Capitão de Mar e Guerra, satisfaça "as condições de acesso àqueles postos".

XII — Nessas condições, como graduar, por exemplo, em General de Brigada, um Coronel Farmacêutico, ou Veterinário, se em ambos os quadros desses especialistas, não há, na ativa, os postos de General de Brigada Farmacêutico ou Veterinário. E mais ainda, se a Lei de Promoções (Decreto-lei n. 5.625, de 28 de junho de 1943, arts. 21 e 22) não estabelece condições de acesso ao posto de general farmacêutico e veteri-

nário (nem poderia estabelecer, por isso, que esses Quadros dos Serviços não comportam tal grau hierárquico), e a Lei n. 1.338 exige que, para essa graduação, o Coronel satisfaça os requisitos de acesso ao Generalato, como graduar tais Coronéis em General, se eles não satisfazem, nem podem satisfazer, por inexistentes, esses requisitos de acesso ao posto imediato?

Tem razão a C.P.E. Na verdade, a graduação no posto de General de Brigada (alínea a) abrange, agora, *ex-vi legis*, cada Coronel das Armas e Serviços, e não apenas, o Coronel número um, no cômputo geral (artigo 1º).

É conveniente, porém, acentuar: a Lei n. 1.338-51 não tem força para alterar as leis de organização do Exército, cujos quadros são estruturados de acordo com as necessidades e conveniência do serviço. Isto posto, as graduações, à semelhança das promoções, não de onerar-se nos limites e nas condições desses quadros. Não seria, pois, viável a graduação de um Coronel Farmacêutico ou Veterinário no posto de General de Brigada, e isto porque os quadros desses especialistas não prevêem o citado posto, que de resto, eles não alcançariam, por promoção normal (e a graduação, vimos, tem aspectos de promoção antecipada; é uma compensação ou prêmio, a quem, mais antigo no posto, satisfazendo todos os requisitos para a promoção, aguarda vaga).

Convém, no entanto, melhor fixar o conceito da alínea e) (e mais, que, no respectivo Quadro, existe o posto de General de Brigada). Na verdade, conforme deflui das leis de organização do Exército, o quadro de Oficiais Gerais existe independentemente dos quadros das Armas e Serviços. O que deve ser examinada é a possibilidade de acesso ao quadro de generais.

Judiciosa a observação quanto à disparidade entre as graduações da Lei n. 1.338-51 e as promoções das Leis ns. 288-48 e 616-49. Efetivamente: a Lei n. 1.338-51 rege situações no Exército ativo, subordinadas, pois, à estruturação decorrente das leis de organizações; as promoções das Leis ns. 288-48 e 616-49 criam situações na reserva, que em nada afetam a organização dos Quadros.

7. No item XIV do seu Ofício, expõe a C.P.E.:

"Outro ponto que me pareceu conveniente focalizar nesta ex-

posição, é o referente à graduação dos Generais.

Pelo Decreto-lei n. 9.266, de 20-V-946, todos os Oficiais Gerais formam um único Quadro, abrangendo Armas, Serviços e Técnicos. No mesmo sentido o Estatuto dos Militares, Decreto-lei n. 9.698 de 2-IX-946, art. 18.

Ora, se a graduação é por Quadro, só me parece cabível à graduação em General de Exército, do General de Divisão mais antigo e do General de Brigada mais antigo, dentro os oriundos das Armas. E esta opinião não está isolada, antes, se abroquelada em boa autoridade, qual seja a de um acórdão do Egrégio Tribunal Federal de Recursos, numa ação movida pelo Coronel I.E. Alcebiades Simões Pires, que pretendia anular o ato de sua transferência para a Reserva, sob o fundamento de que o último posto de seu Quadro era o de General Intendente, e aquela Colenda Corte de Justiça não lhe amparou a pretensão, isto é, que o último posto do Quadro de Intendente é o de Coronel, por isso que o General Intendente, consoante os termos do citado Decreto-lei n. 9.266 de 20-V-946, não mais pertence a esse Quadro, e sim ao de Oficiais Gerais do Exército".

Aqui, ressaltamos um entendimento. Já não se pode afirmar que o Quadro de Generais seja um só desde que nele se encontram Generais das Armas e Serviços (Intendência e Médico). Isto posto, dentro deste círculo hierárquico, forçoso será distinguir os Generais das..... e outros, na consonância da legislação.

8. De acordo com o exposto nos itens XV e XVI, de referência aos oficiais do Quadro A, cujo acesso ocorre em função das promoções havidas no Quadro Ordinário, e de referência aos Oficiais Técnicos, cujas promoções não se realizam: insuladamente, em função dos demais. Caso contrário, poderia ocorrer a hipótese apontada pela C.P.E.: a promoção, em determinada Arma, de oficial mais moderno do que o número um desta Arma, o que aberraria da natureza e finalidade do instituto restabelecido.

9. Quanto aos membros do Magistério Militar, por pertencerem à reserva, não encontraríamos motivo

para aplicar a graduação, ainda considerando que eles integram uma reserva ativa. Mas ocorre que, para os mesmos, a lei seria inoperante porque, sendo promovidos exclusivamente em razão do tempo de serviço e nunca por merecimento independentemente de vaga, injustificada se lhes tornaria a graduação.

10. Quanto aos dentistas, realmente cumpre organizar, de modo definitivo, o respectivo Quadro, para que se lhes possa aplicar a lei.

É o nosso parecer. — *Demosíthenes Madureira de Pinho*, Consultor Jurídico.

(Parecer n. 153, de 11-IV-951 — "Diário Oficial" de 5-VI-951, reproduzido correto no "Diário Oficial" de 15-VI-951.)

TABELAS DE RAÇÃO COMUM E VALORES DA ETAPA

DECRETO N. 29.625 — DE 31 DE MAIO DE 1951

Aprova as tabelas e as instruções relativas à ração comum e aos valores da etapa das Forças Armadas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o

item I do art. 87 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Ficam aprovadas as Tabelas e suas instruções, que a este acompanham, relativas à ração comum e à fixação dos valores da etapa das Forças Armadas nas diversas regiões, zonas e localidades do Território Nacional, organizadas na conformidade do que preceituam os arts. 89 e 104 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Renato de Almeida Guilhobel.

Newton Estillac Leal.

Nero Moura.

As citadas Tabelas relativas à ração comum se acham publicadas à página 8590 do "Diário Oficial" número 127, de 6 de junho.

TABELA GERAL DE FIXAÇÃO DOS VALORES DA ETAPA COMUM PARA AS FORÇAS ARMADAS, A VIGORAR NO CORRENTE ANO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 100, DA LEI N. 1.315, DE 20-I-951 (C.V.V.M.)

ESTADOS, TERRITÓRIOS E ILHAS	ETAPA (ART. 98)			MELHORIAS DE RANCHO	
	Quantitativo de Subsistência	Quantitativo de Rancho	Soma	Nos casos do art. 96	Nos casos do parágrafo único do art. 96
Amazonas e Pará.....	Cr\$ 11,40	Cr\$ 3,80	Cr\$ 15,20	Cr\$ 5,70	Cr\$ 8,60
Maranhão, Piauí e Ceará.....	9,60	3,30	13,20	5,00	7,50
Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.....	11,10	3,70	14,80	5,60	8,40
Sergipe e Bahia.....	11,00	3,70	14,70	5,50	8,30
Mato Grosso e São Paulo.....	9,20	3,10	12,30	4,70	7,10
Goiás e Minas Gerais.....	9,30	3,10	12,40	4,70	7,10
Distrito Federal, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina..	9,60	3,20	12,80	4,80	7,20
Rio Grande do Sul.....	8,80	2,90	11,70	4,40	6,60
Territórios do Acre, Amapá, Fernando de Noronha, Guaporé, Rio Branco e Ilhas de Abrolhos e Trindade....	15,00	5,00	20,00	7,50	11,30

Instruções

1. Para a etapa do pessoal arranchado ou municiado a presente tabela entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial". Para o pessoal desarranchado ou desmunicado e para o que faça jus à etapa suplementar (§ 2º do art. 99), a vigência desta tabela será a contar de 23-I-951, consoante o art. 353 do atual Código.

2. O valor da etapa suplementar é igual ao fixado para a etapa comum em cada região, zona ou localidade.

3. Para os militares hospitalizados e para os alunos, os valores das etapas dos Estabelecimentos de Ensino e Hospitais serão, provisoriamente, os constantes desta tabela, constituídos pelos quantitativos de subsistência ou paiol, acrescidos da melhoria de rancho de que trata o artigo 96, até que sejam organizadas as tabelas das rações complementada e especial (alíneas b) e c) do artigo 89). Quando esses valores forem inferiores aos das etapas que vinham vigorando para aqueles Estabelecimentos, prevalecerão as etapas que vinham sendo sacadas.

4. Enquanto não forem organizadas as tabelas da ração complementada a que se refere a alínea b) do art. 89 do Código vigente, o arcaçoamento ou municionamento no Ministério da Marinha continuará a ser feito de acordo com as suas tabelas já em vigor.

5. Para ser a etapa indivisível e corresponder à alimentação em um dia, a indenização prevista no § 2º do art. 92 será devida quando o militar, pelo horário e continuidade do serviço, for obrigado a fazer as refeições da jornada fora do domicílio.

6. Para as localidades de Curitiba, Içá, Japurá, Brasília, Tabatinga e Casselvasco, os valores da etapa e melhorias de rancho são os fixados para os Territórios e Ilhas de Abrolhos e Trindade.

7. Até que sejam organizadas as tabelas da ração complementada, as rações comuns do Núcleo de Formação e Treinamento de Para-quedistas e do Batalhão de Polícia do Exército serão acrescidas, respectivamente, dos complementos de Cr\$.. 5,00 e Cr\$ 0,80.

8. Os alunos dos Centros ou Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva, quando acampados, em jornada completa ou serviço continuado, farão jus a alimentação por conta do Estado e terão a ração comum das

localidades em que servirem, com as melhorias previstas no art. 96 e seu parágrafo. Esses alunos em hipótese alguma receberão etapa.

9. O quantitativo de subsistência ou paiol atenderá às despesas de transporte, armazenamento, conservação e outras inerentes ao funcionamento dos Estabelecimentos de Subsistência, com exceção dos transportes ferroviários, marítimos e fluviais, que ocorrerão por conta das respectivas dotações orçamentárias.

10. Na fixação dos quantitativos de subsistência foi levada em conta a percentagem de 3% (três por cento) a que se referem as disposições do art. 12 das Instruções para o funcionamento do Órgão de Subsistência do Exército, atualmente integrado na Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes do Exército.

11. Os Ministérios da Marinha e Aeronáutica, mediante prévio entendimento com o Ministério da Guerra, poderão ser supridos pelos Estabelecimentos de Subsistência do Exército desde que os preços e condições de suprimento interessem às respectivas Organizações.

("Diário Oficial" de 6-VI-951.)

* * *

FUNÇÕES CONSIDERADAS DE CARÁTER OU DE INTERESSE MILITAR

Tendo em vista o que estabelece o art. 183 da Constituição e o que consta da Lei n. 427, de 11 de outubro de 1948, declaro — de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército (ofício n. 174-A, de 13 de abril de 1951) — que, por não constarem em Leis especiais ou Regulamentos Militares, em relação ao Aviso n. 371, de 30 de maio último, são considerados de caráter ou de interesse militar, para os efeitos da letra e) do art. 24 e letra i) do art. 29, da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951, as funções exercidas por Oficiais do Exército, abaixo discriminadas:

— Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal;

— Ajudante de Ordens do General Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal;

— Comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

— Comandante de Polícia Militar dos Estados;

— Diretores de Instrução e Instrutores de Polícias Militares, quando comandadas por Oficial do Exército;

— Instrutores do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 392, de 5-VI-951 — "Diário Oficial" de 6-VI-951.)

GUIAS DE VENCIMENTOS DE OFICIAIS NO EXTERIOR

Atendendo ao que solicita o Senhor Delegado do Tesouro Brasileiro em Nova York e ao que dispõe o artigo 263, da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares) recomendo que as guias de vencimentos que acompanham os oficiais e funcionários quando em viagem para o exterior somente sejam expedidos após o ajuste de contas definitivo, o qual deverá abranger os dias em que o militar permanecer no país, na conformidade do artigo acima citado. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 386, de 5-VI-951 — "Diário Oficial" de 8-VI-951.)

FUNÇÕES DE TENENTES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Considerando a impossibilidade de substituir as funções exercidas por Tenentes previstas nas diversas Escolas e Estabelecimentos de Ensino por Capitães;

Considerando o aumento de despesa que a substituição do Tenente por Capitães viria acarretar;

Considerando ainda que os 1ºs Tenentes com 5 (cinco) anos de arregimentação como subalternos, já estão próximos da promoção a Capitão e que, suas nomeações acarretariam constantes mudanças nos quadros de Instrutores dos Estabelecimentos de Ensino, com sério prejuízo da instrução,

Resolvo:

1º. Nenhum oficial subalterno poderá ser designado instrutor ou auxiliar de instrutor em Escolas ou Estabelecimentos de Ensino, não compreendido no art. 12 da Lei de Promoções, sem que possua no posto de 1º Tenente o tempo mínimo de 1 (um) ano de arregimentação em corpos de tropa, na conformidade dos arts. 24, 25, 26, 27, 28 e 29 da Lei de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército.

2º. Os oficiais subalternos, atualmente em serviço naquelas Escolas ou Estabelecimentos de Ensino, deverão permanecer nas funções até 31-XII-951, por necessidade do serviço.

3º. Os oficiais instrutores e auxiliares de instrutores compreendidos nos itens anteriores e os nomeados na conformidade com o item 1, continuarão beneficiados pelas comissões em cujo gozo se achavam até a vigência do Aviso n. 812 de 20 de dezembro de 1950. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 388, de 5-VI-951 — "Diário Oficial" de 8-VI-951, reproduzido correto no "Diário Oficial" de 23-VI-951.)

NOVA REDAÇÃO A ARTIGO DE DECRETO

DECRETO N. 29.641 — DE 6 DE JUNHO DE 1951

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto n. 28.969, de 13 de dezembro de 1950

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto número 28.969, de 13 de dezembro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. Os órgãos de pessoal cancelarão *ex-officio* as penalidades de advertência, repressão e suspensão — a última desde que não excedente de 20 (vinte) dias e excetuadas as suspensões preventivas atualmente em vigor — aplicadas até a presente data aos servidores públicos civis federais, abonando-lhes, também, as faltas não justificadas, inclusive licenças não consideradas de efetivo exercício, limitadas ao mesmo número.

Parágrafo único. O cancelamento das penalidades e o abono das faltas de que trata este artigo não darão direito ao ressarcimento de vantagens pecuniárias ou vencimento, bem como não acarretarão a revisão de quaisquer atos deles decorrentes".

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1951;
130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.
Renato de Almeida Guilhobel.
Newton Estillac Leal.
João Neves da Fontoura.
Horácio Lafer.
Alvaro de Souza Lima.
João Cleofas.
E. Simões Filho.
Danton Coelho.
Nero Moura.

("Diário Oficial" de 9-VI-1951).

* *

READAPTAÇÃO DE FUNCIONÁRIO CIVIL NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

O "Diário Oficial" n. 130, de 9-VI-1951, publica à página n. 8.739, o Decreto n. 29.642 de 6-VI-1951 que regulamenta a Readaptação do Funcionário Civil no Serviço Público Federal.

* *

TABELA DOS VALORES DAS RAÇÕES DE FORRAGEM

1. Aprovo, de acordo com o disposto no art. 9º do Regulamento para os Estabelecimentos de Subsistência, a tabela geral de fixação dos valores das rações de forragem que a este acompanha, a vigorar a partir do 2º trimestre de 1951.

2. Fica sem efeito o Aviso n. 146, de 12-II-1951, no tocante ao 2º trimestre — General Newton Estillac Leal.

Observações:

I — Os quantitativos destinados à ração suplementar dos animais de raça Percheron correspondem ao quantitativo de subsistência de cada Região Militar.

II — As unidades sediadas nas 1ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª e 10ª R.M., bem como os Estabelecimentos de Ensino, os Quartéis-Generais e as Unidades rodoviárias manterão em argola todos os seus animais. O total de animais a serem mantidos em argola nas de-

mais unidades será fixada pelos Comandos Regionais, em função dos créditos orçamentários.

III — Os bovinos por acaso existentes no efetivo das unidades serão contemplados com o quantitativo de invernada. Exceção-se os da Guaranição de Fernando de Noronha que serão considerados em argola.

IV — Os quantitativos de subsistência atenderão a todas as despesas de transporte, armazenamento, conservação e outras inerentes ao funcionamento dos Estabelecimentos de Subsistência, com exceção dos transportes ferroviários, marítimos e fluviais, que correrão por conta da respectiva dotação orçamentária.

V — Na fixação dos quantitativos de subsistência foi levada em consideração a percentagem de 3% (três por cento) a que se referem as disposições do art. 12 das Instruções para o funcionamento da extinta Subdiretoria de Subsistência do Exército, aprovadas pela Portaria número 6.054, de 12-II-1944 e alteradas por despacho ministerial de 3 de novembro de 1944, publicado no Diário Oficial de 7-XII-1944.

VI — Os quantitativos de subsistência da ração de forragem distribuídos aos E.S.M., na respectiva tabela, modelo 59 do R.E.S.M., serão pagos pelos E.F.R. por trimestre adiantado, devendo ser a prestação de contas feita de acordo com o § 2º do art. 13 do Regulamento n. 89.

VII — Os quantitativos de verdejo, despesas diversas e invernada devem ser recebidos dos E.F.R., pelas Unidades Administrativas por trimestre adiantado, na forma estabelecida nas Instruções aprovadas pela Portaria n. 168, de 21-X-1949, publicada no Diário Oficial de 24-X-1949.

VIII — Os quantitativos de forragem distribuídos na respectiva tabela às Unidades fora do regime de subsistência, serão pagos pelos E.F.R., por trimestre adiantado, devendo essas unidades recolher no fim do trimestre o excesso porventura existente, resultante da importância total recebida e o do número de quantitativo realmente consumidos.

Capital Federal, 7 de abril de 1951
— Idnyo Sardenberg, Tenente-Coronel, Chefe da D/2.

Departamento Geral de Administração — Diretoria Geral de Intendência do Exército — Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes do Exército — 2ª Divisão — 2ª Seção

Tabela geral de fixação dos valores das rações de forragem a vigorar no 2º trimestre de 1951, de acordo com o disposto no art. 99, do R.E.S.M., elaborada em substituição à aprovada pelo Aviso n. 148, de 19-II-51

NÚMERO DE ORDEM — REGIÕES MILITARES	RAÇÕES EM ARGOLA				RAÇÕES EM INVERNADA
	Quantitativo de subsistência	Quantitativo de verdejo	Quantitativo de diversas pebas	Valor da ração	Quantitativo único
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1 — 1ª Região Militar.....	7,00	1,00	0,30	8,30	1,00
2 — 2ª Região Militar.....	6,40	1,00	0,30	7,70	1,00
3 — 3ª Região Militar.....	5,20	1,00	0,30	6,50	1,00
4 — 4ª Região Militar.....	5,50	1,00	0,30	6,80	1,00
5 — 5ª Região Militar.....	4,80	1,00	0,30	6,10	1,00
6 — 6ª Região Militar.....	6,30	1,00	0,30	7,60	1,00
7 — 7ª Região Militar.....	6,20	1,00	0,30	7,50	1,00
8 — 8ª Região Militar.....	7,00	1,00	0,30	8,30	1,00
9 — 9ª Região Militar.....	6,50	1,00	0,30	7,80	1,00
10 — 10ª Região Militar.....	6,00	1,00	0,30	7,30	1,00

(Aviso n. 385, de 5-VI-51 — "Diário Oficial" de 9-VI-51).

FIXAÇÃO DE EFETIVOS DOS QUADROS DE OFICIAIS

LEI N. 1.376 — DE 6 DE JUNHO DE 1951

Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços do Exército

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os quadros de oficiais das Armas e dos Serviços de Intendência e Veterinária do Exército passam a ter a seguinte constituição:

A — QUADRO DE OFICIAIS DAS ARMAS

Infantaria

130 Coronéis;
260 Tenentes-Coronéis;
520 Majores;
910 Capitães;

585 Primeiros Tenentes
325 Segundos Tenentes.

Cavalaria

50 Coronéis;
112 Tenentes-Coronéis;
224 Majores;
392 Capitães;
252 Primeiros Tenentes
140 Segundos Tenentes

Artilharia

97 Coronéis;
194 Tenentes-Coronéis;
388 Majores;
679 Capitães;
437 Primeiros Tenentes;
243 Segundos Tenentes.

Engenharia

42 Coronéis;
84 Tenentes-Coronéis;
168 Majores;

294 Capitães;
189 Primeiros Tenentes;
105 Segundos Tenentes.

Veterinária

6 Coronéis;
24 Tenentes-Coronéis;
48 Majores;
144 Capitães;
96 Primeiros Tenentes;
48 Segundos Tenentes.

B — QUADRO DE OFICIAIS DOS SERVIÇOS

Intendência

24 Coronéis;
72 Tenentes-Coronéis;
144 Majores;
432 Capitães;
288 Primeiros Tenentes;
144 Segundos Tenentes.

Art. 2º. O completamento dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços, resultantes dos efetivos previstos no art. 1º, será realizado progressivamente, num prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 1951, de acordo com o seguinte Plano de Execução:

A) QUADRO DE OFICIAIS DAS ARMAS

DISCRIMINAÇÃO	CORONEL					TENENTE-CORONEL				
	Infantaria	Cavalaria	Artilharia	Engenharia	SOMA	Infantaria	Cavalaria	Artilharia	Engenharia	SOMA
1951.....	22	10	17	4	53	34	37	16	8	95
1952.....	21	10	17	4	52	35	3	17	8	63
1953.....	21	6	17	5	49	36		17	8	61
1954.....				5	5			34	8	42
1955.....				5	5				8	8
TOTAL.....	64	26	51	23	164	105	40	84	40	269

DISCRIMINAÇÃO	MAJOR					CAPITÃO				
	Infantaria	Cavalaria	Artilharia	Engenharia	SOMA	Infantaria	Cavalaria	Artilharia	Engenharia	SOMA
1951.....	63		24	15	102	47	12	27	16	102
1952.....	63	34	24	15	136	47	12	27	16	102
1953.....	62	37	24	15	138	48	14	27	15	104
1954.....			24	15	39			27	15	42
1955.....			58	15	73			27	15	42
TOTAL.....	188	71	154	75	488	142	38	135	77	392

B) QUADRO DE OFICIAIS DOS SERVIÇOS

DISCRIMINAÇÃO	INTENDENCIA				VETERINARIA					
	Coronel	Tenente-Coronel	Major	Capitão	Coronel	Tenente-Coronel	Major	Capitão	1º Tenente	2º Tenente
1951.....					1	4	1	9	29	27
1952.....	1	6	6	10	1	4	1	10		
1953.....	1	5	6	10	1	4	2	9		
1954.....	1	5	5	10	1	4	2	9		
1955.....	1	5	5	10	1	4	2	9		
TOTAL.....	4	21	22	40	5	20	8	46	29	27

Parágrafo único. As promoções decorrentes dos aumentos previstos para cada ano nos quadros acima serão realizadas, em partes iguais, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro.

Art. 3º. Os atuais oficiais pertencentes aos Q.A., Q.B. e Q.T. (Lei n. 231, de 6 de fevereiro de 1948), permanecerão na situação em que se acham, regulando-se o seu acesso e aproveitamento de acordo com a legislação privativa atualmente em vigor.

Art. 4º. Além do número de oficiais subalternos constantes do artigo 1º, é facultado ao Ministro da Guerra, para atender às necessidades do serviço e atividade em tempo de paz, a convocação de oficiais subalternos da Reserva (R-2), para estágio, de acordo com a legislação em vigor, até o limite de 1/3 (um terço) dos respectivos efetivos de subalternos da ativa das Armas e Serviços.

Art. 5º. Os novos cargos e funções que serão ajustados para atender às exigências da organização militar e ao completamento dos efetivos constantes do art. 1º serão indicados e publicados, anualmente, pelo Ministro da Guerra por proposta do E.M.E., até o preenchimento completo dos Corpos de Tropa, Estabelecimentos, Repartições e demais órgãos do Exército, no tempo de paz.

Art. 6º. A distribuição pormenorizada dos oficiais pelos quadros de funções (Q.O., Q.S.G., Q.S.P. e Q.E.M.A.) é de competência do Ministro da Guerra.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Newton Estillac Leal.

("Diário Oficial" de 11-VI-1951).

* *

DESDOBRAMENTO DE FUNÇÕES DE GERAIS

De acordo com o que preceitua o art. 61 do Decreto-lei n. 9.120 e letra a) do art. 4º do Decreto-lei número 9.266, respectivamente, de 4 de abril e 20 de maio de 1946 e parecer do Estado-Maior do Exército em Ofício n. 273-A, de 4-VI-1951, ficam, a partir desta data, desdobradas as funções de Diretor de Motomecanização e de Comandante do Núcleo da Divisão Blindada, que passarão a ser exercidas cada uma por um General de Brigada. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 390, de 7-VI-1951 — "Diário Oficial" de 11-VI-1951)

MUNICÍPIOS DISPENSADOS DE INCORPORAÇÃO

O Ministro de Estado da Guerra resolve, em aditamento à Portaria 199, de 29 de dezembro de 1950, excluir da relação dos municípios dispensados de incorporação que acompanha a referida Portaria os Municípios de Manaus e Itacoatiara, no Estado do Amazonas, e Bragança, Monte Alegre e Óbidos, no Estado do Pará.

(Portaria n. 143, de 7-VI-951 — "Diário Oficial" de 11-VI-951).

* *

NÚMERO DE VAGAS PARA MATRÍCULA NA E.E.M. EM 1952

De acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolvo fixar em 58 (cinquenta e oito), o número de vagas para matrícula na Escola de Estado-Maior, em 1952, assim distribuídas:

- 50 para oficiais combatentes;
- 4 para oficiais Intendentes; e
- 4 para oficiais médicos. — General Newton Estillac Leal, Ministro da Guerra.

(Aviso n. 395, de 7-VI-951 — "Diário Oficial" de 14-VI-951).

* *

COMISSÃO ESPECIAL DE PRÊMIOS

1. De acordo com a sugestão apresentada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército em ofício n. 259-A, de 29-V-951, é nesta data criada no Ministério da Guerra a "Comissão Especial de Prêmios" de que trata o Capítulo XXX da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

2. A Comissão constante do item 1º, será constituída de:

a) Presidente:

Secretário Geral do M.G.

b) Membros fixos:

1 oficial superior do E.M.E.;

1 oficial superior do D.T.P.E.

c) Membros variáveis:

1 oficial superior do S.I.E.;

1 oficial superior do S.S.E.;

1 oficial superior do S.R.V.

d) Secretário:

1 oficial Q.A.O. da S.G.M.G.

3. Os membros fixos e variáveis funcionarão durante o ano civil, isto é, de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

4. Os membros variáveis integrarão a Comissão de acordo com o assunto a ser estudado dentro da es-

pecialidade ou interesse de cada serviço.

5. O E.M.E., D.T.P.E., D.G., I.E., D.S.E. e D.R.V. deverão indicar a este Gabinete dentro de 10 dias da publicação deste aviso, os nomes dos oficiais que constituirão, no corrente ano, a Comissão Especial de Prêmios e, anualmente, até o dia 20 de dezembro, os oficiais que a constituirão no ano seguinte.

O Secretário da referida Comissão será indicado pelo seu Presidente, em caráter permanente.

6. Todos os membros da Comissão serão nomeados por Portaria Ministerial. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 402, de 8-VI-951 — "Diário Oficial" de 14-VI-951).

* *

ISENÇÃO DE PRAÇAS EXPULSAS

Consulta o Sr. Chefe da 3ª Circunscrição de Recrutamento, no caso das praças expulsa do Exército por terem incorrido no § 3º do art. 85 da L.S.M., se:

a) A isenção em aprêço é temporária ou definitiva?

b) Caso temporária, como deve proceder o interessado para ingressar na reserva?

c) Como deve ser escriturado o certificado de isenção?

Em solução, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, e enquanto não for publicado o Regulamento do Serviço Militar, resolvo estender às demais Regiões Militares as normas abaixo que regulam o assunto, já em vigor na Z.M.L. e 1ª R.M.

a) A praça, qualquer que seja o seu tempo de serviço ou grau de instrução militar, pode, conforme o caso, ser expulsa das fileiras do Exército por incapacidade moral:

— seja de acordo com o art. 91 do Estatuto dos Militares (Decreto-lei n. 9.638, de 1946):

— seja de acordo com o § 3º, do art. 85, da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 9.500, de 1946):

— seja de acordo com o art. 34 do R.D.E. (Decreto n. 8.835, de 1942, alterado pelo Decreto n. 12.781, de 1943), combinação do disposto no artigo 91 do Estatuto com a letra b), do § 3º do art. 85 da L.S.M.):

b) Em qualquer hipótese acima, a praça expulsa deve ser concedido, pela Unidade a que pertencer, um Certificado de Isenção do Serviço Militar do qual constará apenas que

essa isenção foi por "Incapacidade Moral". Sem figurar o motivo determinante (parágrafo único do artigo 54 da L.S.M.);

c) As praças expulsas por incapacidade moral são entregues à Polícia Civil (§ 2º do art. 56 do R.D.E.);

d) As praças isentas definitivamente do serviço na forma acima prevista, é facultado o ingresso na reserva do Exército com a categoria correspondente ao tempo de serviço e grau de instrução que tenham ao serem expulsas, desde que se reabilitem na forma prevista nos arts. 63 e 64 do R.D.E. (art. 91 do Estatuto dos Militares);

e) As reabilitadas cabe direito de terem seu certificado de isenção por incapacidade moral substituído por um certificado de reservista (artigo 65 do R.D.E.). — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 403, de 8-VI-951 — "Diário Oficial" de 14-VI-951).

SITUAÇÃO DE MILITAR AMPARADO POR VÁRIAS LEIS AO SER REFORMADO

1. O Senhor Ministro da Guerra expôs ao Exmo. Sr. Presidente da República em 16-III-951, os resultados da aplicação de várias leis que concederam acesso a militares, uma vez satisfeitos certos requisitos e como a sua interpretação tem repercutido no seio da corporação.

I

2. Focalizando o principal aspecto da questão, disse o Senhor Ministro:

"Encarando-a em toda sua amplitude, trata-se de saber, em resumo, se o militar, amparado simultaneamente por mais de uma lei que lhe concede os benefícios da promoção ao posto imediato, por ocasião da transferência para a reserva, ou na reserva, fica assegurado o direito de valer-se sucessivamente dessas promoções, superpostas, quando, do texto dessas leis, nenhuma prescrição expressa houver a respeito."

"De fato, há situações em que o militar se encontra beneficiado, ao mesmo tempo, por duas ou mais leis. Terá direito, ao ser transferido para a reserva, a duas ou mais promoções?"

3. Em seguida a exposição ministerial exemplifica hipóteses em que a aplicação simultânea dos textos permitiria várias promoções sucessivas acarretando pesados ônus para o erário, além de grandes danos para o Exército com "o provável afastamento de seus quadros de elementos ainda operosos e de valor, os quais, sem dúvida, seriam induzidos a solicitar transferência para a reserva, atraídos por vantagens que, prosseguindo no trabalho devotado, no Exército ativo, por certo tão cedo não lograriam obter". "Do ponto de vista moral, por outro lado, é também, em verdade, chocante admitir-se o direito a essas promoções acumuladas", observou o Sr. Ministro.

4. Finalmente, assim, sintetiza o seu ponto de vista:

"Quando o militar se encontra simultaneamente amparado por dois ou mais dispositivos legais que lhe assegurem promoção ao posto imediato, por ocasião da transferência para a reserva, só terá direito a beneficiar-se de um deles, independente das promoções decorrentes das leis de inatividade. Poderá, entretanto, ter outra promoção, se o dispositivo de lei que o ampara declarar expressamente que essa concessão será sem prejuízo das demais a que fizer jus".

5. Como esta Consultoria Geral, já se pronunciara pela voz do meu antecessor, sustentando a possibilidade de acumulação de promoções, em certos casos, alvitrou o Sr. Ministro o reexame da matéria, mediante nova audiência desse órgão, o que foi determinado pelo Exmo. Senhor Presidente.

6. A tese jurídica a debater consiste em situar os efeitos de leis especiais, promulgadas, sucessivamente, enumerando certos pressupostos de fato como motivos ou causas determinantes de acesso na carreira militar. Para os que prestaram serviços em zona de guerra as Leis n. 288, de 8-VI-948, n. 616, de 2-II-949, e número 1.156, de 12-VII-950, possibilitaram a melhoria; para os que haviam atingido certo limite de idade, também assim dispuseram vários textos; por motivo de incapacidade física ou outras circunstâncias houve leis facilitando o acesso; finalmente, a Lei n. 1.267, de 9-XII-950, assegurou promoção aos oficiais e praças que participaram do combate à re-

volução comunista de 1935. Admitida a acumulação alguns beneficiários poderão ter duas, três e até quatro promoções, conforme exemplifica o Senhor Ministro.

II

7. As leis especiais, em causa, permitindo a promoção ao posto imediato, marcam todas o mesmo momento de incidência, quando o militar estiver na ativa. Deve ela coincidir sempre com a reforma, ou transferência para a reserva. Nesta oportunidade é lícito invocar o fato ou a circunstância que autoriza o acesso excepcional. Como não é possível ao militar reformar-se duas vezes, ou repetir a sua transferência para a reserva, impõe-se a conclusão de que invocado um motivo de acesso, e atingido o objetivo, não tem mais pertinência a invocação de outro para conseguir o que já foi alcançado: — o posto imediato ao que possuía na ativa.

A enumeração de novas causas de promoção, em textos sucessivos, facilita o benefício àqueles que não preenchiam as anteriormente estabelecidas, mas venham a satisfazer as que a lei mais recente enumera. Sendo a mesma a finalidade de todas elas, — o acesso ao posto imediato, — e devendo operar efeitos no mesmo momento, — o da passagem para a inatividade, — a sucessão de promoções somente seria possível se admitida normalmente a sucessão de reformas ou de transferência para a reserva.

III

8. A Lei n. 288, de 8-VI-948, no art. 3º, mandou conceder o benefício de acesso ao posto imediato, aos que já se encontravam na reserva remunerada, ou reformados, desde que satisfizessem os requisitos nela enumerados. Não cogitou da hipótese do inativo se encontrar nesta situação em virtude de outra lei geral ou especial. Neste particular parece-me exata a afirmação de meu antecessor quando disse, examinando hipótese de inativo, que "as concessões de vantagens têm causas diversas inconfundíveis e se fizeram em momentos diferentes, já encontrando o oficial no gozo das decorrentes da primeira quando fêz jus à segunda" (Parecer 3 S, de 28-VI-950).

A acumulação de promoção, todavia, só aproveita aquela que à época da já se encontrava na inatividade e não ao que passou a esta condição depois de sua vigência.

9. Argumenta-se que os inativos à época da promulgação da lei ficariam em situação mais vantajosa do que os ativos, quando já se houvessem beneficiado de outro texto. Mas o legislador assim o quis, generalizando o prêmio e estabelecendo momentos diversos de incidência da lei. De acordo com uma delas passou à inatividade e nos termos de outra, fêz jus ao prêmio, como inativo que já era. A acumulação neste caso, há de se considerar como permitida expressamente pelo art. 3º da Lei n. 288.

10. Como ficou dito e não é demais repetir a exegese dos textos se simplifica, afastando-se a possibilidade de acumulação ilimitada de promoções, considerando-se que só há um momento para a invocação da causa excepcional para o acesso ao posto imediato: — a reforma ou a transferência para a reserva. E, como esta oportunidade não se repete, porque não é possível ao militar passar mais de uma vez para a inatividade, alcançada esta, e no posto imediato, o objetivo visado por todas as leis especiais está colimado.

IV

11. Não há razão para distinguir as leis gerais de inatividade (Decreto-lei n. 3.940, de 16-XII-941, arts. 51 e 54) das demais concedentes do acesso, quando o militar se reforma ou se transfere para a reserva. O objetivo é sempre o mesmo e as várias causas que autorizam o acesso extraordinário só operam uma vez, no momento em que se modifica a condição funcional do militar. Assim, se ao passar à inatividade tem êle em seu favor dispositivo de lei geral que lhe permite o acesso, não pode invocar, simultaneamente, outra causa prevista em lei especial, para nova promoção, cumulada com a anterior. É que, quer uma, quer outra lei só produzem efeitos na passagem para a inatividade e esta não se repete, ordinariamente (art. 46 do Decreto-lei n. 3.940, de 16 de dezembro de 1941).

12. Com relação à Lei n. 287, de 9-XII-950, a conclusão é a mesma; a ressalva nela contida quanto a "vantagens" não modifica a situação porque, como adverte o Sr. Ministro, este vocábulo na legislação militar não é sinônimo de promoção. Neste caso, também não me parece admissível a acumulação de promoções, ao passar o militar à inatividade.

V

13. Em face do exposto opina esta Consultoria Geral pela aprovação das normas sugeridas pelo Sr. Ministro da Guerra para uniformização dos critérios de aplicação das leis especiais enumeradas na exposição de motivos n. 134, de 16 de março último, com as restrições contidas neste parecer à acumulação fundada nas leis gerais de inatividade.

E o que me parece.

S.M.J.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1951
— Carlos Medeiros Silva, Consultor Geral da República.

(Parecer n. 14-T no PR 22-408-50, aprovado pelo Presidente da República em 9-VI-51, e remetido ao Ministério da Guerra em 15-VI-51).

("Diário Oficial" de 15-VI-51).

* *

SARGENTO EM GÓZO DE LICENÇA ESPECIAL BAIXADO A HOSPITAL

1. Consulta o Comandante da Artilharia de Costa da 1ª R.M., como proceder com um sargento baixado ao H.C.E., quando no gózo de licença especial, no que se refere:

- vencimentos, vantagens, adicional de tempo de serviço e etapas;
- a forma de indenização e pagamento ao H.C.E.;
- se a licença especial fica interrompida durante a baixa ao H.C.E.;
- se fôr interrompida a referida licença quem concederá a continuação da mesma, após a alta do H.C.E.

2. Em solução, declaro:

- o Sargento no gózo de licença prêmio, baixado a hospital, continuará a perceber os vencimentos normais de sua graduação assegurados pela Lei n. 283, de 24 de maio de 1946, com exceção da etapa comum, que caberá ao estabelecimento, em que estiver internado (art. 247, da Lei n. 1.316, de 20-I-51);
- a despesa de hospitalização correrá, por conta do Estado, de acordo com os arts. 247, e § 2º, do art. 248, da lei acima citada;
- a licença não fica interrompida porque a baixa ao hospital constitui uma situação particular do interessado;
- não haverá nova concessão em face do disposto na alínea anterior

— Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 414, de 15-VI-51 — "Diário Oficial" de 18-VI-51).

VANTAGENS TORNADAS EXTENSIVAS A CABOS

Em aditamento ao Aviso n. 492, de 5 de junho de 1948, declaro que são tornadas extensivas aos cabos em serviço nas Guarnições Especiais e com permanência assegurada nas fileiras do Exército até a idade limite, as vantagens concedidas pelas letras a) e b) do art. 40 do Decreto-lei n. 7.039, de 10 de novembro de 1944 (Lei de Movimento de Quadros) — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 415, de 15-VI-51 — "Diário Oficial" de 20-VI-51).

* *

LIMITE DE AFASTAMENTO DE OFICIAL DA TROPA

Considerando que a Lei de Movimento de Quadros, vigente, estabelece:

"Art. 7º. Nenhum oficial dos quadros das armas poderá permanecer por mais de 6 (seis) anos consecutivos afastado da tropa.

Parágrafo único. Aos oficiais superiores aptos para o serviço de Estado-Maior aplicar-se-á o disposto no Regulamento para o Quadro de Estado-Maior da Ativa".

Considerando que na Lei Básica de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército, determina o que seja tropa em seus arts. 24, 25, 26, 27, 28 e 29:

Resolvo:

Na conformidade com o prescrito no Aviso n. 247, de 3 de abril do corrente ano, que o tempo passado pelo oficial em qualquer função nos C.P.O.R., não deverá mais, a partir desta data, ser contado para fins do art. 10, letra c) da Lei de Promoções dos Oficiais do Exército, em vigor e art. 7º da Lei de Movimento de Quadros, vigente, exceto quanto aos Tenentes abrangidos pelo Aviso n. 388, de 5 de junho corrente — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 416, de 18-VI-51 — "Diário Oficial" de 21-VI-51).

* *

TABELA DE RAÇÃO DE FORRAGEM

I. Em aditamento ao Aviso n. 835, de 5-VI-51, declaro que a ração de forragem para os animais da Academia Militar das Agulhas Negras a

vigorar a partir do 2º trimestre do corrente ano é a seguinte:

- a) para os animais, em geral:
 - 4 quilos de milho;
 - 4 quilos de alfafa;
 - 20 gramas de sal grosso;
- b) para 40 cavalos:
 - 2 quilos de aveia.

2. A Diretoria Geral de Intendência do Exército tome as providências que se tornarem necessárias no sentido de ser o aumento de despesa decorrente da presente tabela, se houver, pago à conta dos recursos do Estabelecimento Central de Subsistência — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 417, de 19-VI-51 — "Diário Oficial" de 21-VI-51).

DETERMINAÇÃO SOBRE EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

O Senhor Presidente da República, dada a imperiosa necessidade da congregação dos esforços de todos os órgãos da administração visando o equilíbrio orçamentário e o saneamento das finanças públicas, e tendo em vista que a proposta orçamentária para o exercício de 1952, encaminhada ao Congresso Nacional, representa o programa administrativo e financeiro do Governo, houve por bem recomendar aos Srs. Ministros de Estado e dirigentes de órgãos subordinados à Presidência da República que observem e façam observar o seguinte, em Circular n. 10, de 4 de junho de 1951:

I — É expressamente vedado aos diretores e chefes de repartições ou serviços, assim como a qualquer servidor do Poder Executivo, sob pena de responsabilidade, pleitear diretamente dos membros e das Comissões do Congresso Nacional qualquer alteração na proposta orçamentária encaminhada pelo Sr. Presidente da República ao Poder Legislativo;

II — Se fatos posteriores à apresentação daquela proposta tornarem imperiosa a introdução de qualquer alteração ou modificação em seus quantitativos ou em suas especificações, deverão ser elas solicitadas por meio de Exposição de Motivos, feita ao Senhor Presidente da República pelos Ministros de Estado ou dirigentes de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, para que Sua Excelência decida da conveniência e oportunidade do encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional, sobre o assunto.

2. Os Senhores Ministros de Estado e dirigentes de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República providenciarão no sentido de ser dado conhecimento desta circular a todos os diretores e chefes de repartições e serviços que lhes são subordinados, para observância das normas acima reproduzidas.

(Aviso n. 424, de 20-VI-51 — "Diário Oficial" de 22-VI-51).

* *

HORÁRIO DE TRABALHO DE SERVIDORES CIVIS

Atendendo a que, apesar do despacho Ministerial publicado no *Diário Oficial* de 5 de abril de 1951 e Boletim Interno da Secretaria Geral do Ministério da Guerra n. 79, de 20 do mesmo mês, e da nota publicada pela mesma Secretaria no seu Boletim n. 88, de 2 do mês findo, ainda perduram dúvidas quanto ao cumprimento do Decreto n. 26.299, de 31 de janeiro de 1949, que regula o horário de trabalho nas repartições públicas, resolvo, solucionando consulta formulada pelo Diretor do Parque Central de Motomecanização o seguinte:

- a) as atividades fins das repartições não influem na fixação do horário dos seus servidores;
- b) este deve ser fixado consoante a natureza dos trabalhos característicos dos cargos ou funções ocupadas pelos servidores, respeitadas, rigorosamente, as disposições do Decreto n. 26.299, de 1949;
- c) fica entendido que:

1 — aos oficiais administrativos, escriturários, dactilógrafos, escreventes dactilógrafos, auxiliares e praticantes de escritório, arquivistas, almoxarifes, armazenistas, contabilistas, correntistas, desenhistas, projetadores e ocupantes de cargos ou funções análogas é aplicável o disposto no art. 4º do referido decreto;

2 — aos mestres de oficina, artífices, maquinistas, trabalhadores, serventes, contínuos, marinheiros, patrões, guardas, vigias e ocupantes de cargos ou funções correlatas, são aplicáveis as disposições do art. 6º do mesmo dispositivo legal;

b) providenciem as repartições a remessa do horário de trabalho dos seus servidores à Secretaria Geral do Ministério da Guerra para publicação no *Diário Oficial*, como determina o art. 7º do Decreto n. 26.299-40;

e) a não observância do decreto executivo em consideração implica

em responsabilidade do dirigente da repartição — Gen. Div. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 422, de 20-VI-951 — "Diário Oficial" de 22-VI-951).

* *

VANTAGENS DO MILITAR GRADUADO

1. Consulta a Diretoria de Finanças do Exército sobre as vantagens do posto ou graduação superior ao de militar, quer quando se trate de oficiais graduados em posto superior, quer de oficiais no exercício de cargos vagos, tendo em vista o art. 41 do Decreto-lei n. 9.698, de 2-IX-946; a Lei n. 1.316, de 20-I-951 e a Lei n. 1.338, de 30-I-951.

2. Em solução declaro, de acordo com o Parecer, ofício n. 28, de 8 de junho de 1951, da Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares que:

a) o art. 41, do Decreto-lei número 9.698, acha-se revogado pela Lei n. 1.316, de 20-I-951;

b) o oficial graduado de acordo com a Lei n. 1.338, de 30 de janeiro do corrente ano é considerado, para todos os efeitos, como se efetivo fôsse, exceto para a percepção de vencimentos tendo, desta forma, direitos às vantagens pecuniárias calculadas sobre os vencimentos do posto da graduação;

c) os oficiais quando em exercício de função de posto superior ao da graduação, fazem jus aos vencimentos do posto relativo ao cargo vago e com as vantagens da graduação, na conformidade do estabelecido nos arts. 14 e 37 da Lei número 1.316 citada — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 423, de 20-VI-951 — "Diário Oficial" de 22-VI-951).

* *

NORMAS SOBRE PROCESSAMENTO DE DESPESAS

O Senhor Presidente da República, no intuito de uniformizar as normas para o processamento de despesas sobre o regime de adiantamento ou com dispensa de concorrência, houve por bem recomendar o seguinte, em Circular n. 9, de 4 de maio de 1951:

"a) não serão efetuadas pelos Ministérios e órgãos subordinados à

Presidência da República quaisquer despesas sob regime de adiantamento ou com dispensa de concorrência sem prévia e expressa autorização presidencial, solicitada e concedida em cada caso;

b) o pagamento de despesas públicas sob regime de adiantamento bem como a dispensa de concorrência para aquisição de material ou execução de obras, por constituírem medidas excepcionais, só se justificam em casos de absoluta necessidade ou conveniência de serviço, a juízo do Presidente da República;

c) os pedidos de autorização para a concessão de adiantamentos deverão ser acompanhados de justificação ampla da medida solicitada, programa dos trabalhos que serão executados à conta do adiantamento, local ou locais da aplicação do numerário;

d) não serão concedidos adiantamentos para pagamento de despesas de pessoal de qualquer natureza, as quais deverão ser liquidadas mediante folha, processada, nos termos da legislação em vigor;

e) a dispensa de concorrência, não implicará na supressão de coleta de preços, a qual deverá ser sempre realizada;

f) quando se tratar da execução de obras públicas, a dispensa da concorrência não implicará na dispensa do contrato, que deverá ser submetido ao registro do Tribunal de Contas, para garantia dos interesses da Fazenda Pública.

Os Senhores Ministros de Estado e dirigentes de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República providenciarão no sentido de que nenhuma autorização de despesa sob regime de adiantamento ou com dispensa de concorrência seja determinada sem que tenham sido rigorosamente observadas as recomendações constantes desta Circular." — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 425, de 20-VI-951 — "Diário Oficial" de 22-VI-951).

* *

CRIAÇÃO DE TIRO DE GUERRA

O Ministro de Estado da Guerra resolve, de acordo com o art. 74, do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946 (Lei do Serviço Militar), criar o Tiro de Guerra n. 278, no Município de Guaçu, no Estado do Espírito Santo.

(Portaria n. 152, de 20-VI-951 — "Diário Oficial" de 22-VI-951).

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. Felício Lima.
Gen. Solon Lopes de Oliveira.
Cel. Alberto Ribeiro Paz.
Cel. Costa Braga.
Cel. J.B. Magalhães.
Ten.-Cel. Adalardo Fialho.
Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.
Ten.-Cel. J.H. Garcia.
Ten.-Cel. Felicissimo de Azevedo Aveline.
Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento.
Ten.-Cel. Senna Campos.
Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.
Maj. Floriano Möller.
Maj. Cesar Neves.
Maj. João Baptista Peixoto.
Maj. José J. Camerino.
Cap. Cícero Amarante Imbuzeiro.
Cap. João B. S. Wagner.
Cap. Tácito Theóphilo.
Cap. Walter dos Santos Meyer.
1º Ten. Diógenes Vieira Silva.
Sgt. Geraldino Maronês.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1961